

Pag. 01/50



Presidência da República  
Secretaria de Micro e Pequena Empresa  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

**33.3.0029520-8**

**Tipo Jurídico**

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

**Nº do Protocolo**

**00-2021/127370-8**

13/05/2021 17:55:26

# JUCERJA

**Último arquivamento:**

00004055371 - 27/04/2021

**NIRE: 33.3.0029520-8**

OI SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

**Boleto(s):** 103680484

**Hash:** 11DF16C8-A691-46F6-8171-4E391A882844

Orgão	Calculado	Pago
Junta	610,00	610,00
DREI	0,00	0,00

## REQUERIMIENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

## OI SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]**Requerente**

<b>Nome:</b>	luz publicidade ltda
<b>Assinatura:</b>	ASSINADO DIGITALMENTE
<b>Telefone de contato:</b>	2133806000
<b>E-mail:</b>	jpardal@luzpublicidade.com
<b>Tipo de documento:</b>	Digital
<b>Data de criação:</b>	13/05/2021
<b>Data da 1ª entrada:</b>	



00-2021/127370-8

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

NIRE: 333.0029520-8 Protocolo: 00-2021/127370-8 Data do protocolo: 14/05/2021

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 19/05/2021 SOB O NÚMERO 00004069995 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 921F498B333D267E59CF79450F2DB362813B2CD41D755B57CF28DA60B4D7EC9C

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladiigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 02/50

COMPANHIA ABERTA

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

(Lavrada sob a forma de sumário, de acordo com o  
art. 130, §1º, da Lei nº 6.404/1976 e com o art. 19, §1º, do Estatuto Social)

**1. Data, hora e local:** No dia 30 do mês de abril de 2021, às 14:00h, na sede da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi” ou “Companhia”), à Rua do Lavradio nº 71, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

**2. Ordem do Dia:** Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (iii) fixar a verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia; (iv) eleger a chapa indicada pela administração da Companhia para composição do Conselho de Administração; e (v) eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes. Em Assembleia Geral Extraordinária: (vi) aprovar Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações de emissão da Companhia para o Diretor Presidente.

**3. Convocação:** Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte V, nas edições dos dias 30/03/2021, página 101; 31/03/2021, página 159; e 01/04/2021, página 72, e no Jornal Valor Econômico – Edição Nacional, nas edições dos dias 30/03/2021, página A11; 31/03/2021, página C6; e 01 e 02/04/2021, página C7, em conformidade com o artigo 124, caput e §1º, da 6.404/1976 (“Lei das S.A.”).

**3.1.** Todos os documentos e informações relativos à Ordem do Dia foram disponibilizados aos acionistas, em 30/03/2021, em conformidade com a Instrução CVM nº 481/09 (“Instrução CVM 481”).

**4. Presença:** Participaram da Assembleia, comparecendo à sede da Companhia ou exercendo o seu direito de participação a distância, na forma do artigo 121, parágrafo único da Lei das S.A. e da Instrução CVM 481, acionistas representando 40,44% das ações ordinárias, 18,79% das ações preferenciais, e, portanto, 39,87% do capital social votante e total da Companhia, conforme se verifica (i) pelas assinaturas apostas no “Livro de Presença de Acionistas” e (ii) pelos boletins de voto a distância válidos, recebidos por meio da Central Depositária da B3, pelo banco escriturador ou diretamente pela Companhia, na forma da Instrução CVM 481, conforme mapas de votação divulgados pela Companhia em 28 e 29 de março de 2021. Presentes, ainda, os Srs. Rodrigo Modesto de Abreu, Diretor Presidente da Companhia; Antonio Reinaldo Rabelo Filho, Diretor Jurídico; e Arthur José Lavatori Correa, Diretor Jurídico Societário e Mercado de Títulos e Contratos, bem como a Sra. Daniela Maluf Pfeiffer, representante do Conselho Fiscal, e as Sras. Monika Marielle du Mont Collyer e o Sr. Filipe Granja Furlanetto, representantes da BDO RCS Auditores Independentes.

**5. Mesa:** Verificado o quórum legal, e em conformidade com as disposições do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, foi instalada a Assembleia pelo Sr. Eleazar de Carvalho Filho, que assumiu a presidência e indicou como secretário dos trabalhos o Sr. Rafael Padilha Calábria.



**6. Deliberações:** Após a dispensa da leitura do mapa de votação sintético consolidado dos votos proferidos por meio de boletins de voto a distância, considerando as posições acionárias mais recentes constantes dos livros da Companhia, o qual ficou à disposição para consulta dos acionistas presentes, consoante o parágrafo 4º do art. 21-W da Instrução CVM 481, o Secretário esclareceu que as ações preferenciais terão direito a voto nas matérias que serão deliberadas na Assembleia, conforme parágrafo 3º do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia e parágrafo 1º do artigo 111 da Lei das S.A.. O Secretário registrou ainda que, observado o Parágrafo 1º do Art. 19 do Estatuto Social, a ata será lavrada na forma de sumário dos fatos, inclusive dissidências e protestos, e conterá apenas a transcrição das deliberações tomadas, observando-se para tanto as condições indicadas nas alíneas “a” e “b” do parágrafo 1º, do artigo 130 da Lei das S.A.. Por unanimidade, foi dispensada a leitura das matérias constantes da Ordem do Dia da presente Assembleia e documentos correlatos.

Em Assembleia Geral Ordinária:

**6.1** Com relação ao **item i** da Ordem do Dia, foram aprovadas, por maioria, sem reservas ou ressalvas, com 2.297.484.067 votos favoráveis, representando 99,96% dos votos válidos, tendo sido registrados 963.894 votos contrários, e a abstenção por detentores de 74.996.242 ações, as contas dos Administradores e o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

**6.2** Em relação ao **item ii** da Ordem do Dia, por maioria, com 2.307.856.557 votos favoráveis, representando 99,97% dos votos válidos, tendo sido registrados 704.418 votos contrários, e a abstenção por detentores de 64.883.228 ações, foi consignada a apuração de prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 10.529.962.702,96 (dez bilhões, quinhentos e vinte e nove milhões, novecentos e sessenta e dois mil, setecentos e dois reais e noventa e seis centavos), e aprovado o registro deste valor na conta de Prejuízos Acumulados da Companhia.

**6.3** Quanto ao **item iii** da Ordem do Dia, depois de discutida, foi aprovada, por maioria, com 1.939.107.293 votos favoráveis, representando 99,26% dos votos válidos, tendo sido registrados 14.431.207 votos contrários, e a abstenção por detentores de 419.905.703 ações, a proposta da administração para a fixação da verba global anual da Administração e do Conselho Fiscal para o exercício de 2021, na seguinte forma: (i.1) verba global anual para o Conselho de Administração da Companhia, no valor de até R\$ 14.005.930,41 (quatorze milhões, cinco mil, novecentos e trinta reais e quarenta e um centavos), considerando apenas honorários; (i.2) verba global anual para a Diretoria Estatutária da Companhia, no valor de até R\$ 77.761.708,87 (setenta e sete milhões, setecentos e sessenta e um mil, setecentos e oito reais e oitenta e sete centavos), distribuído da seguinte forma (a) o valor de até R\$ 48.219.792,06 (quarenta e oito milhões, duzentos e dezenove mil, setecentos e noventa e dois reais e seis centavos) como parcela recorrente do pacote de remuneração dos Diretores Estatutários, montante que engloba as seguintes componentes: remuneração fixa, bônus executivo, incentivos de longo prazo e benefícios; e (b) o valor de até R\$ 29.541.916,81 (vinte e nove milhões, quinhentos e quarenta e um mil, novecentos e dezesseis reais e oitenta e um centavos), para premiação extraordinária por Projetos de Desinvestimento; e (i.3) verba global anual para o Conselho Fiscal, no valor de R\$ 1.077.000,00 (um milhão e setenta e sete mil reais) que corresponde ao valor mínimo previsto no parágrafo terceiro do artigo 162 da Lei das S.A..

**6.4** Em relação ao **item iv** da Ordem do Dia, foi esclarecido inicialmente pela Mesa que, nos termos do Aviso aos Acionistas divulgado em 28/04/2021 pela Companhia, o Sr. Marcelo Pavão Lacerda apresentou sua renúncia à chapa originalmente indicada pelo Conselho de Administração da Companhia. Em razão disso, em substituição ao Sr. Marcelo Pavão Lacerda, o Conselho de Administração da Companhia indicou como candidato para integrar a chapa o Sr. Mateus Affonso Bandeira. A Mesa também esclareceu que o pedido de adoção do processo de voto múltiplo



inicialmente apresentado por um grupo de acionistas da Companhia foi retirado, conforme já divulgado no referido Aviso aos Acionistas, razão pela qual a votação será realizada por meio de chapas de candidatos, como prevê o Estatuto Social da Companhia. Foi registrada a requisição de eleição em separado para membro do Conselho de Administração pelos acionistas Victor Adler, VIC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Tempo Capital Principal FIA, titulares de ações preferenciais, na forma do art. 22, §2º, do Estatuto Social da Companhia, tendo sido indicado por estes acionistas como candidato a membro do Conselho de Administração da Companhia, o Sr. Raphael Manhães Martins. Tendo em vista o pedido de eleição em separado pelos acionistas preferenciais, a Mesa foi informada pelo Conselho de Administração que o candidato Sr. Marcos Bastos Rocha deixa de integrar a chapa indicada. Colocada a matéria em votação, foi eleito, em votação em separado, por 16.216.400 votos favoráveis de ações preferenciais, e a abstenção por detentores de 13.079.062 ações, para compor o Conselho de Administração, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2023, o Sr. **Raphael Manhães Martins**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da carteira de identidade funcional nº 147.187, expedida pela OAB/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 096.952.607-56, com endereço comercial na Avenida Epitácio Pessoa, nº 1.674, salas 201 e 202, Ipanema, Rio de Janeiro – RJ. Prosseguindo-se à eleição, foi aprovada, em votação majoritária, por 2.189.544.485 votos favoráveis, representando 92,54% dos votos válidos, registrados 176.603.588 votos contrários e a abstenção por detentores de 7.296.130 ações, a eleição da chapa indicada pela administração da Companhia para o Conselho de Administração, para um mandato unificado de 2 (dois) anos, até a assembleia geral ordinária de 2023, o qual será composto pelas pessoas a seguir nomeadas: (i) Sr. **Eleazar de Carvalho Filho**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 11.620.489, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 382.478.107-78, com endereço profissional na Rua Joaquim Floriano, 1120, Cj 61, São Paulo/SP, CEP: 04534-004; (ii) Sr. **Armando Lins Netto**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da carteira de identidade nº 64445964, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 294.857.702-00, com endereço profissional na Av. Dra. Ruth Cardoso, 7221, 18º andar, São Paulo/SP; (iii) Sra. **Claudia Quintella Woods**, brasileira, divorciada, administradora de empresas, portadora da carteira de identidade nº 020.462.491-0, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 098.823.117-41, com endereço profissional na Av Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - Torre Sul 15º andar, São Paulo - SP; (iv) Sr. **Henrique José Fernandes Luz**, brasileiro, casado, Bacharel em Ciências Contábeis e conselheiro de administração independente, portador da identidade nº 29356625- 2, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 343.629.917-00, com endereço comercial na Avenida São Paulo Antigo, 500 apt 131-C, Real Parque, São Paulo, SP, CEP05684-011; (v) Sr. **Luís Maria Viana Palha da Silva**, português, casado, economista, portador do passaporte português nº C425234 (válido até 24/07/2022), inscrito no CPF/ME sob o nº 073.725.141-77, com endereço profissional na Rua Funchal, 418, 11º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-060; (vi) Sr. **Mateus Affonso Bandeira**, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da carteira de identidade nº 703917952-3, expedido pelo SJS/II RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 572.483.970-91, residente e domiciliado à Rua Barão de Ubá, 401, apto 1102, Bela Vista, Porto Alegre/RS, CEP 90405-090 ; (vii) Sr. **Marcos Grodetzky**, brasileiro, casado, economista, portador da identidade nº 3.474.360 expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob nº 425.552.057-72, com endereço comercial na Rua Itacolomi, 445 APT 61, Higienópolis, São Paulo-SP; (viii) Sra. **Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana**, brasileira, casada, economista, portadora da identidade nº 6.578.061-9 expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob nº 036.221.618-50, residente e domiciliada em 52 Canary View, 23 Dowells Street – SE10 9DY, Londres, Reino Unido; (ix) Sr. **Paulino do Rego Barros Jr**, brasileiro com cidadania americana, divorciado, engenheiro, portador do passaporte nº YD057644 (válido até 15/10/2029), inscrito no CPF/ME sob nº 995.054.798-91, com endereço comercial em 2440 Peachtree RD NW, unidade 16, Atlanta, GA, 30305, Estados Unidos da América; e (x) Sr. **Roger Solé Rafols**, espanhol, casado, administrador de empresas, portador do passaporte nº XDB236914 (válido até 31/03/2024), emitido pelo Consulado Geral da Espanha em São Paulo, inscrito no CPF/ME sob o nº 057.977.907-69, com endereço profissional na 45 W 18th Street, New York, New York 10011. Foi consignado que os eleitos declararam não incorrer nas proibições constantes do artigo 147 da Lei das S.A., que os impeçam de exercer a



função para a qual foram eleitos. Os conselheiros eleitos tomam posse nesta data, por meio da assinatura dos respectivos Termos de Posse. Foi consignado que todos os Conselheiros eleitos caracterizam-se como Conselheiros Independentes nos termos da definição de Conselheiro Independente prevista no Estatuto Social da Companhia.

**6.5** Em relação ao **item v** da Ordem do Dia, inicialmente foi registrada a requisição de eleição em separado para membros do Conselho Fiscal por acionistas titulares de ações preferenciais, na forma do artigo 161, § 4º, da Lei das S.A., solicitada pelos acionistas Victor Adler e VIC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., tendo sido indicados por estes acionistas, como candidato a membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia, a Sra. Cristiane do Amaral Mendonça e, como seu suplente, Sr. Marco Antônio de Almeida Lima. Colocada a matéria em votação, foram eleitos, em votação em separado, por 16.216.400 votos favoráveis de ações preferenciais, e a abstenção por detentores de 13.079.062 ações, os seguintes membros, efetivo e respectivo suplente, para compor o Conselho Fiscal, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2022: a Sra. **Cristiane do Amaral Mendonça**, brasileira, solteira, contadora, portadora da carteira de identidade nº 12160820-2, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 088.727.147-29, com endereço profissional na Rua Godofredo Silva, nº 64, Vila Kosmo, Rio de Janeiro - RJ, como membro efetivo, e o Sr. **Marco Antônio de Almeida Lima**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da carteira de identidade funcional nº 209.969, expedida pela OAB/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 142.509.197-06, com endereço comercial na Avenida Eptácio Pessoa, nº 1.674, salas 201 e 202, Ipanema, Rio de Janeiro-RJ, CEP 22411-072, como seu respectivo suplente. Prosseguindo-se à eleição, foi aprovada, em votação majoritária, por 2.310.003.975 votos favoráveis, representando 99,49% dos votos válidos, registrados 11.761.457 votos contrários e a abstenção por detentores de 51.678.771 ações, a eleição dos seguintes membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2022: (1) como efetivo, o Sr. **Pedro Wagner Pereira Coelho**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 54.440.419-1, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 258.318.957-34, com endereço comercial à Rua Professor Alexandre Correia, 219 – apt 51, Vila Gertrudes, São Paulo – SP, CEP 05657-230, tendo como suplente a Sra. **Patrícia Valente Stierli**, brasileira, divorciada, administradora de empresas, portadora da carteira de identidade nº 4589089, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 010.551.368-78, com endereço residencial na Rua Itacema, nº 246, apt. 32, Itaim Bibi, São Paulo – SP, CEP: 04530-050; (2) como efetivo, o Sr. **Alvaro Bandeira**, brasileiro, divorciado, economista, portador da carteira de identidade 00122119105, expedida pela CNH, inscrito no CPF/ME sob o nº 266.839.707-34, com endereço comercial à Praia de Botafogo, 501, sexto andar, torre Pão de Açúcar, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22250-040, tendo como suplente o Sr. **William da Cruz Leal**, brasileiro, divorciado, consultor, portador da carteira de identidade nº 13.184.281-7, inscrito no CPF/ME sob o nº 245.579.516-00, com endereço comercial à Estrada de Camorim, 205, Bloco 6, Apto 208, Jacarepaguá, Rio de Janeiro – RJ, (3) como efetiva, a Sra. **Daniela Maluf Pfeiffer**, brasileira, divorciada, administradora de empresas, portadora de carteira de identidade nº 08046911-7, expedida pelo Detran-RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 018.613.777-03, com endereço residencial na Av. Alda Garrido, 408, apto. 102, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, tendo como suplente o Sra. **Maria Salete Garcia Pinheiro**, brasileira, casada, auditora contadora, portadora da carteira de identidade nº 03382245-3, expedida pelo IFP, inscrita no CPF/ME sob o nº 299.484.367-68, com endereço residencial na Rua Vereador Crispin Fonseca, nº 66, Condomínio Jardim Itanhangá, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22641-260. Foi consignado que os eleitos declararam não incorrer em impedimentos ou restrições legais para a investidura no cargo.

#### Em Assembleia Geral Extraordinária:

**6.6** Com relação ao **item vi** da Ordem do Dia, depois de discutido, foi aprovado, por maioria, com 2.469.358.437 votos favoráveis, representando 99,53% dos votos válidos, tendo sido registrados 11.640.895 votos contrários, e a abstenção por detentores de 35.278.630 ações, o Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações de emissão da Companhia para o Diretor Presidente.



com vigência até dezembro de 2024, cujo formato e condições foram disponibilizadas previamente aos acionistas por ocasião da convocação desta Assembleia.

**7. Votos Contrários, Manifestações de Voto e Abstenções:** Foram recebidos e registrados os votos contrários, manifestações de voto e abstenções recebidos pela Mesa, que ficarão arquivados na Companhia.

**Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi suspensa a reunião para a lavratura da presente ata. Lida a ata, foi esta aprovada pelos acionistas que constituíram o quórum necessário para a aprovação das deliberações acima tomadas. Assinaturas: Mesa: Eleazar de Carvalho Filho – Presidente da Mesa; Rafael Padilha Calábria – Secretário da Mesa; Acionistas presentes: (p.p. Rafael Manhães Martins) TEMPO CAPITAL PRINCIPAL FIA; VIC DTVM S.A.; VICTOR ADLER; (p.p. Fernanda Cirne Montorfano Gibson; Victor Guita Campinho; Nina Guimarães Pantoja); BRATEL S.A.R.L.; BRATEL S.A.R.L. - BANCO BTG PACTUAL S/A; (p.p. Marcelo Mollica Jourdan) JGP HEDGE MASTER FIM; JGP MAX MASTER FIM; JGP MULT PREV ADVISORY XP SEGUROS FI; JGP MULT PREV BRADESCO; JGP MULT PREV ICATU FI; JGP MULT PREV ITAU MASTER FI; JGP MULT PREV I FI; JGP STRATEGY MASTER FIM; JGP SULAMERICA MASTER PREV FIM CP; (p.p. Paulo Oscar Iglesias Chermont de Miranda) FUNDAÇÃO ATLÂNTICO DE SEGURIDADE SOCIAL; (p.p. Livia Beatriz Silva do Prado) BESTINVER SICAV – BESTINVER LATIN AMERICA; BEST INVESTMENT CORPORATION; BESTINVER LATAM FI; ITAÚ MOMENTO IQ ACOES FUNDO DE INVESTIMENTO; ITAÚ MOMENTO AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO THE BANK OF NEW YORK ADR DEPARTMENT; EVOLUTION FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES EXTERIOR; MISTYQUE TEENS DE INVESTIMENTO EM ACOES; FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES MISTYQUE; VINCI GAS FUNDO DE INVESTIMENTOS EM ACOES; VINCI GAS FUNDO DE INVESTIMENTOS EM ACOES – FHS; POLO LONG BIAS MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; POLO MACRO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; POLO – FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; POLO NORTE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; MERAKI LONG BIASED MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; MERAKI EQUITY HEDGE MASTER FIM CP IE; CLIQUE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; SPX NIMITZ MASTER FIM; SPX NIMITZ MASTER GERAL FI MULTIMERCADO; SPX RAPTOR MASTER FI EXT MM CP; SPX FALCON MASTER FIA; SPX LANCER PREVIDENCIÁRIO FIM; SPX APACHE MASTER FIA; SPX PATRIOT MASTER FIA; CANADIAN EAGLE PORTFOLIO LLC. (RV); ROGERIO LUCHIARI; DIEGO PENADES BARRETO; CAROLINA PENADES LIMA; CARMEN PENADES MAS BARRETO. Acionistas participantes por meio dos boletins de voto a distância: HARPIA FDO DE INVESTIMENTO DE ACOES INVESTIMENTO NO EXTERIOR; KROL FIA IE; TROPICO VALUE FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES; MOAT CAPITAL FIA MASTER; MOAT CAPITAL LONG BIAS FIM MASTER; MOAT PREV ITAU MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES; MOAT PREV FI EM ACOES; MOAT SANTANDER PREV MASTER FIA; WARLEY FERREIRA DE ALMEIDA; GUILHERME DANTAS FERNANDES ALVES; CARLOS ALBERTO MATTOS SALIBA; ROGER RIBEIRO VIEIRA; DAHLIA AÇÕES MASTER FIA; DAHLIA GLOBAL 50 FIFE PREVIDÊNCIA FIM; DAHLIA GLOBAL ALLOCATION MASTER FIA; DAHLIA TOTAL RETURN MASTER FIM; DAHLIA 70 ADVISORY XP SEGUROS PREVIDENCIA FIM; DAHLIA 100 FIFE PREVIDENCIA FIM; DAHLIA MASTER AÇÕES PREVIDENCIÁRIO FI; INTER VITREO DUPLA ALPHA FIA; LOCKHEED MARTIN CORP MASTER RETIREMENT TRUST; TT EM M EQ F (THE FUND), A SUB-FUND OF TT I FD PLC; TT EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES FUND LIMITED; TT EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES FUND II LIMITED; INTERNATIONAL EQUITIES B UNIT TRUST;



SUPERANNUATION FUNDS MANAGEMENT CORPORATION OF S A; FIRST TRUST  
BRAZIL ALPHADDEX FUND; ITAU FUNDS - LATIN AMERICA EQUITY FUND;  
VICTORIAN FUNDS MAN C A T F V E M T; SUNSUPER SUPERANNUATION FUND;  
COMMONFUND STRATEGIC DIRECT SERIES LLC - CF TT IN; WASHINGTON STATE  
INVESTMENT BOARD; CITI RETIREMENT SAVINGS PLAN; FLEXSHARES  
MORNINGSTAR EMERGING MARKETS FACTOR TIL; TELSTRA SUPER PTY LTD T  
TELSTRA S SHEME; e NORDEA 1, SICAV- NORDEA 1- LATIN AMERICAN EQUITY F.

Confere com o original lavrado em livro próprio.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021.

  
**Rafael Padilha Calábria**

Secretário da Mesa



# Oi S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**1 – Mensagem aos Acionistas:** No ano de 2020 a Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi” ou “Companhia”) manteve o foco na execução de seu Plano Estratégico e na sua transformação em maior provedora de infraestrutura de telecomunicações do país, a partir da massificação da fibra ótica e internet de alta velocidade, do provimento de soluções para empresas e da evolução para o 5G, voltado para o mercado de serviços e de capitais, com tendência de crescimento e visão de futuro. Em paralelo, seguimos atuando intensamente também nas frentes de transformação, através da venda de ativos, transição do modelo estratégico, melhoria de qualidade, transformação digital, simplificação, eficiência operacional, alternativas de financiamento e gestão do caixa. Operacionalmente, ao final de 2020, a Companhia atingiu mais de 9 milhões de casas passadas com fibra (FTTH) e mais de 2,1 milhões de casas conectadas. Com esse movimento, a Companhia se fortalece e vai se posicionando para ser um provedor de serviços de infraestrutura e integrador de soluções, viabilizando a adoção da tecnologia 5G, quando da sua regulamentação no país, e outras soluções digitais como a Internet das Coisas (IoT). A Companhia segue firme com a execução do Plano Estratégico e confiante na execução dos investimentos planejados para o ano de 2021. Em setembro de 2020, foi realizada a Assembleia Geral de Credores com a aprovação do Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial (PRJ) e sua subsequente homologação em outubro de 2020. O aditamento, com objetivo de prover sustentabilidade ao seu negócio, permitiu à Companhia reorganizar e simplificar o Grupo do ponto de vista societário e operacional, assegurando maior flexibilidade e eficiência financeira, viabilizando a execução de seu plano de longo prazo, com o equacionamento necessário da dívida e a continuidade de suas atividades segundo o Plano de Recuperação Judicial e o seu Plano Estratégico. A aprovação do Aditamento ao PRJ, possibilitou à Companhia formar unidades produtivas isoladas (“UPIs”), mediante a segregação de determinados negócios e ativos do Grupo Oi e a alienação dos mesmos, garantindo assim a maximização do seu valor e a geração de recursos necessários para cumprimento das obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Além disso, permitiu a separação, de alguns ativos de fibra e infraestrutura, visando criar uma estrutura societária mais flexível e eficiente para acelerar os investimentos na expansão da rede de fibra ótica, podendo esta ser utilizada para a realização de negócios e de capitais captando recursos adicionais com custos mais baixos, poupando o uso exclusivo de recursos gerados pela própria operação das empresas Recuperadas e, assim, fortalecendo a sua estrutura operacional. Através de programas de execuções integradas a Oi explorou o processo de transformação até o final de 2021, tendo como foco, ao final, duas empresas independentes, complementares e não concorrentes entre si. De um lado a InfraCo, como a maior operadora de infraestrutura de Telecom do país, massificando fibra ótica, habilitando uma banda larga, 5G e serviços corporativos e, do outro lado a ClientCo, uma empresa de experiências digitais avançando na conectividade de fibra ótica, podendo esta ser utilizada para a realização de negócios e de capitais, com objetivo de melhorar a qualidade dos serviços e a eficiência operacional, visando a melhoria dos seus indicadores de qualidade, como a redução das reclamações na ANATEL e do número de processos nos Juizados Especiais Cíveis. Por meio da digitalização, a Oi continuou avançando também na otimização de processos internos e no aprimoramento da jornada do cliente através de produtos inovadores que melhoram a experiência dos usuários, como funcionalidades inéditas de produtos de telefonia móvel e TV por assinatura. Ofertas com mais dados, conteúdo, autonomia e transparência. Durante o ano de 2020, diversos eventos de liquidez foram concretizados, entre eles: a conclusão da transferência das ações de emissão de Debêntures pela Oi Móvel, venda de imóveis e antecipação do recebimento do saldo relativo à distribuição do *superdiv* para o plano PBS-A (SISTEL). A Companhia monitora atentamente os impactos do novo coronavírus (COVID-19) sobre a atividade econômica, os mercados financeiros e a saúde mundial. Além das questões técnicas humanitárias e de saúde da população mundial, o avanço do COVID-19 se traduz em aumento contínuo dos riscos de uma recessão econômica global, o que tem levado a um incremento do câmbio e deterioração das bolsas e demais mercados financeiros em todo mundo. A Oi adotou medidas em várias esferas para garantir a conectividade e qualidade dos serviços de telecomunicações oferecidos à sociedade. Todas as ações estão sendo reavaliadas diariamente por um comitê de acompanhamento multidisciplinar da Companhia, assim como alinhadas com as demais empresas do setor e o órgão regulador, em ação integrada que possibilita atingir melhores resultados. No que tange às operações, sobre o impacto da pandemia, a Companhia não identificou impactos materiais relacionados ao COVID-19. A Companhia está tomando todas as medidas preventivas de proteção de suas equipes técnicas e orientando os profissionais quanto aos procedimentos de higienização, inclusive nas atividades realizadas com clientes, bem como orientando as autoridades sanitárias. A evolução do surto contínuo, o que dificulta a previsão da extensão dos seus efeitos na economia global, e, consequentemente, sobre o negócio da Companhia. Neste contexto, a Oi segue avaliando continuamente os impactos em suas operações e situação financeira. Sempre pronta para colaborar com a mitigação dos efeitos desta crise, a Companhia mantém a sua estrutura operacional, bem como a sociedade de maneira geral. Vêe mais informações na Nota 32 – Outras Informações das Demonstrações Financeiras. 2 – Conjuntura Econômica: Cenário doméstico: O ano de 2020 começou com expectativas positivas para o Brasil, com uma agenda de reformas a ser aprovada no Congresso Nacional. No entanto, o surto da COVID-19, a chegada do vírus no Brasil e os efeitos que tais eventos trariam para a economia aumentaram as incertezas de forma global, fazendo com que a Bolsa brasileira tivesse forte queda e o Dólar fosse cotado a R\$ 5,1987 no fim de março. Com o fechamento do ano de 2020, a economia brasileira registrou um crescimento do país foi revertido em encerramento ano com uma redução de 4,1%, já a taxa de desemprego encerrou 2020 em 14,3%, atingindo aproximadamente 14,1 milhões de brasileiros. Como medida para combater a crise socioeconômica instalada, foi aprovado pelo Congresso um auxílio emergencial a partir de abril/2020 e que se manteve até dezembro de 2020. Além do impacto das medidas de isolamento social na economia brasileira e o avanço da COVID-19, causando uma crise de saúde no país, corroboraram para o cenário de volatilidade cambial ao longo de 2020 fatores políticos, tais como a troca de ministros no governo, além da postergação de reformas e privatizações. Em maio, o Dólar chegou a R\$ 5,9372, no segundo mês consecutivo de alta. No primeiro semestre de 2020, a conjuntura começou a melhorar com a redução de novos casos e, porém, aliados aos impactos positivos na economia provenientes do auxílio emergencial. Contudo, a contínua desconforto dos investidores em relação à trajetória fiscal do país por uma nova rodada de medidas nos mercados, levando o Dólar a R\$ 5,5626 em setembro. Ainda assim, o Dólar encerrou o ano de 2020 em R\$ 5,1967, com expectativas de estímulos fiscais nos EUA, a descoberta da vacina ainda em 2020, a evolução do processo de imunização no exterior, o que corrobora para a retomada do crescimento econômico mundial, além da manutenção do teto de gastos no Brasil. No ano, o Real se desvalorizou 28,9% em relação ao Dólar. A inflação medida pelo IPCA encerrou o ano a 4,52%, acima do centro da meta de 4,0%, mas dentro do intervalo de tolerância. O grupo que mais perdeu em 2020 foi o de alimentos e bebidas, impulsionado pela alta do dólar, em conjunto com a maior demanda na pandemia. Apesar disso, o Banco Central do Brasil, que manteve a taxa de juros em 2,00%, manteve a taxa Selic em 2,00% ao ano, o menor patamar da história. **Cenário Internacional:** Nos EUA, além dos efeitos da pandemia da COVID-19 sobre a economia norte-americana, as eleições presidenciais trouxeram mais incertezas para o ano de 2020. O cenário econômico dos Estados Unidos também sofreu impactos em relação ao desempenho da economia, como resposta às expectativas de forte recuperação econômica nos países em função das medidas restritivas de combate à pandemia, o Fed, juntamente com outros Bancos Centrais ao redor do mundo, adotaram várias medidas de estímulo à economia, incluindo corte de juros. A manutenção da política monetária expansionista e o início da vacinação trouxeram perspectivas mais favoráveis para a retomada de crescimento dos países. Em 2020, o PIB americano foi melhor do que se previa, com retração de 3,5% no ano. A China, por sua vez, que foi o epicentro inicial da COVID-19, conseguiu controlar desde cedo a pandemia no país e, provavelmente, ser a única economia a registrar crescimento no ano de 2020, com alta de 2,3% ao ano. O crescimento é explicado pelas fortes medidas de restrição do governo quando do início da crise, que permitiram conter o avanço interno da pandemia, além dos estímulos dados à aceleração da produção nas fábricas, que ajudaram a aumentar a demanda por produtos e serviços, bem como em outros lugares do mundo, o ritmo da atividade econômica acompanhou os estágios da pandemia e o PIB da Zona do Euro encerrou 2020 com uma retração de 6,8% ao ano, impactada, principalmente pelo setor de serviços, o que foi parcialmente compensado por pacotes de estímulos fiscais em 2020. **Expectativas para 2021:** Espera-se uma forte redução no número de casos e mortes pela COVID-19, o que poderá fazer com que seja imunizada e, com isso, a normalização da economia. No Brasil, a agenda econômica para 2021 é ampla e segue focada na trajetória fiscal da economia brasileira. Já se observa um desengano menor, mas ainda aquém do desejável. Para 2021, espera-se um crescimento na ordem de 4,0%. No Brasil, espera-se que o governo Joe Biden mantenha a política de estímulos monetários e, assim, o crescimento deve ser mantido em ritmo elevado. A China deve continuar surpreendendo positivamente e a previsão para 2021 é de um crescimento de 8,5%. Na Europa, com novo lockdown desde o final de 2020, por boa parte do T21, a velocidade do processo de imunização dos países no 2T21 será determinante para confirmar ou não as expectativas de retomada do crescimento econômico. Espera-se que o PIB europeu deva crescer na ordem de 5,0% em 2021. **Banco Central dos Estados Unidos:** Bloqueio total das atividades econômicas, visando a redução da circulação da população. **3 – O Setor de Telecomunicações no Brasil em 2020:** Segundo a ANATEL, no final de dezembro de 2020, o total de acessos dos serviços de telecomunicações no Brasil somou 315,3 milhões, representado por 30,4 milhões de linhas de fibra em serviço, 234,1 milhões de usuários móveis e 14,9 milhões de acessos de internet em banda larga fixa, sendo desse total, 10,4 milhões de acessos de tecnologia fibra (Serviço de Comunicação Multimídia – SCM) e 36,3 milhões de usuários de TV por assinatura. O aumento de 2,2% que corresponde a 6,8 milhões de acessos em relação à 2019 foi motivado pelo crescimento de acessos em banda larga, principalmente na fibra ótica e o crescimento de linhas de fibra e o crescimento de TV por cabo. Os segmentos de TV e telefonia fixa, em relação ao ano anterior (2019) sofreram reduções consideráveis, de 0,9 mil e 3,0 milhões respectivamente. **Telefonia Fixa:** O mercado brasileiro de telefonia fixa atingiu, em dezembro de 2020, 30,4 milhões de



**Banda Larga Fixa (SCM):** Segundo dados da ANATEL, o mercado de acesso à internet através da banda larga fixa (SCM) manteve-se como uma das alavancas de crescimento do setor em 2020, com a Oi Móvel respondendo por 16,8 milhões, ou seja, 46% do mercado. Em 2019, o total de acessos à fibra era responsável por apenas 31% do total de acessos em SCM. **TV por Assinatura:** Em 2020, a base de usuários dos serviços de TV por assinatura mostrou uma redução de 0,8 mil, com uma variação negativa de 5,3% em relação ao ano de 2019. Ao fim de dezembro de 2020, os acessos de TV por assinatura totalizaram 14,9 milhões de assinantes. A taxa de penetração relativamente ao total de domicílios atingiu 21,0% (22,3% em 2019), reforçando a queda da categoria. **O acesso por meio de tecnologia DTH (Direct to Home)** foram responsáveis por 49,8% dos usuários (perda de base anual do mercado em 2019 esse percentual era de 51,3%), seguido pela tecnologia a cabo, com 42,9% (também com perda em relação a 2019, que tinha 43,6%). A tecnologia FTTH representa 7,5% dos acessos, com crescimento de 39% em relação a 2019 na tecnologia. **Cenário Regulatório: a Agenda Regulatória da ANATEL para o biênio 2019-2020:** A Agenda Regulatória 2019-2020, aprovada pela Portaria nº 542, de 26 de março de 2019, contém todas as ações de normalização a serem conduzidas pela ANATEL no período de referência. Com as atualizações realizadas por meio da Portaria nº 1.371, de 30 de julho de 2019 e da Portaria nº 1.824, de 9 de setembro de 2019, a Agenda Regulatória 2019-2020, que originalmente continha 48 itens, passou a ter 50 itens, sendo 18 novas iniciativas e 32 iniciativas em conformação da Agenda de Trabalho anual. Entre os principais itens da Agenda Regulatória de 2019-2020, destacam-se: **Reavaliação do regime e escopo dos serviços de telecomunicações (ação 1):** A Reavaliação do modelo regulatório brasileiro de prestação de serviços de telecomunicações, baseada no regime de concessão da Agência Nacional de Telecomunicações (que foi alterada pela Lei nº 13.879 publicada em 3 de outubro de 2019), considera, entre outros aspectos, as melhores práticas internacionais sobre o tema, a essencialidade dos diversos serviços de telecomunicações, os modelos de acesso por meio de concessão, outorga ou permissão, bem como a continuidade, a universalização e os regimes de estabelecimento de preços. Como resultado dessa reavaliação, a ANATEL lançou em 2020 a Consulta Pública nº 05/2020, que inclui: (i) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (ii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (iii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (iv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (v) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (vi) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (vii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (viii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (ix) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (x) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xi) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xiii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xiv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xvi) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xvii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xviii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xix) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xx) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xxi) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xxii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xxiii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xxiv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xxv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xxvi) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xxvii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xxviii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xxix) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xxx) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xxxi) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xxxii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xxxiii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xxxiv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xxxv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xxxvi) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xxxvii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xxxviii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xxxix) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xl) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xli) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliiii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvi) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlviii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvix) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xli) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliiii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlviii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvix) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xli) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliiii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlviii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvix) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xli) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliiii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlviii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvix) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xli) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliiii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlviii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvix) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xli) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliiii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlviii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvix) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xli) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliiii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlviii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvix) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xli) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliiii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlviii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvix) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xli) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliiii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlviii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvix) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xli) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliiii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlviii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvix) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xli) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliiii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlviii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvix) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xli) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliiii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlviii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvix) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xli) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliiii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlviii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvix) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xli) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliiii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlviii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvix) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xli) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliiii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlviii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvix) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xli) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliiii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlviii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvix) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xli) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliiii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlviii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvix) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xli) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliiii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlviii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvix) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xli) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliiii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlviii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvix) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xli) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliiii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlviii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvix) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xli) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliiii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlviii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvix) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xli) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliiii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlviii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvix) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xli) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliiii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlviii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvix) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xli) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliiii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlviii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvix) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xli) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliiii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlviii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvix) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xli) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliiii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlviii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvix) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xli) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliiii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlviii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlvix) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xli) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliiii) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xliv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime de concessão; (xlv) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Condições do STFC para o regime







## Oi S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

## 9 - Endividamento

RS Milhões	Dez/20	Dez/19	% Dívida Bruta
<b>Endividamento</b>			
Curto Prazo	432	326	1,6%
Longo Prazo	25.919	17.900	98,4%
<b>Dívida Total</b>	<b>26.351</b>	<b>18.227</b>	<b>100,0%</b>
Exposição moeda nacional	9.488	8.705	36,0%
Exposição moeda estrangeira	16.856	9.521	64,0%
Swap	7		0,0%
(-) Caixa	(4.554)	(2.300)	(17,3%)
<b>(e) Dívida Líquida</b>	<b>21.797</b>	<b>15.927</b>	<b>82,7%</b>

A dívida bruta consolidada da Oi S.A. registrou um salto de R\$ 26.351 milhões em dezembro de 2020, representando uma elevação de 44,6% ou R\$ 8.124 milhões em relação ao registrado em dezembro de 2019. A elevação anual foi decorrente, principalmente, da forte desvalorização do Real versus Dólar no período, de 28,9%, resultado da pandemia da COVID-19, que afetou o mundo inteiro, além dos problemas domésticos no país, em especial o risco fiscal. Somando isso, ressaltamos o rubor da juros e da amortização do ajuste a valor presente (AVP), que contribuem para o crescimento da dívida a cada período. Por último, há que se ressaltar que no início de 2020 houve a emissão da debênture privada no valor aproximado de R\$ 2.500 milhões, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial (PRJ). Em dezembro de 2020, a parcela da dívida em moeda estrangeira representava 62,2% da dívida a valor justo e o prazo médio consolidado encontrava-se em aproximadamente 9 anos. Em relação ao caixa consolidado, a Companhia encerrou o ano com saldo de R\$ 4.554 milhões, um aumento de 98,0% ou R\$ 2.254 milhões quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Com isso, o saldo líquido totalizou R\$ 21.797 milhões, uma elevação de 36,9% em relação ao registrado em dezembro de 2019, proveniente, principalmente, de uma maior dívida bruta no período. O aumento do caixa, por sua vez, é decorrente, principalmente do recebimento das parcelas da venda da PT Ventures ao longo do ano, além do desempenho e da gestão da operação de pagamento de obrigações regulatórias pontuais, que contribuíram para o fortalecimento do caixa, fundamental para viabilizar o elevado nível de investimentos previstos em seu Plano Estratégico.

## 10 - Investimentos

RS Milhões	2020	2019
<b>Investimentos</b>	<b>7.265</b>	<b>7.813</b>
Brasil	6.715	6.389
Rede	1.623	27
BT Multimídia	1.655	2.048
Telepar	898	1.109
Oi S.A.	2.513	3.205
Oi Móvel	26	
Seride	49	621
Serviços de TI	2	
BT Multimídia	43	75
Telepar	41	
Oi S.A.	34	505
Oi Móvel	371	803
Outros	34	29
<b>Operações Internacionais</b>	<b>7.299</b>	<b>7.842</b>

Os investimentos realizados nas operações brasileiras ao longo de 2020 totalizaram R\$ 7.265 milhões, uma redução de 7% em relação ao ano de 2019, demonstrando a preocupação com a manutenção da qualidade dos seus serviços e mantendo a disciplina financeira que a Companhia de seu desempenho operacional e novos recursos, utilizando análises mais granulares, priorização de investimentos e novos modelos de contratação de fornecedores. Cumpre ressaltar que a origem dos recursos aplicados aos investimentos refere-se à captação, venda de ativos e cessão de créditos. Mesmo um cenário de redução flexibilidade financeira e atuando com responsabilidade na gestão do caixa, a Oi expandiu os investimentos em infraestrutura e no core da rede em 2020. Neste período, a Companhia investiu na infraestrutura de acesso, na infraestrutura de transmissão, na rede IP e na expansão dos sistemas de suporte à operação, dentre outras ações. Desta forma, foi possível aumentar a robustez, a qualidade e a capacidade do core da rede, assegurando um desempenho operacional mais eficiente e promovendo uma melhoria consistente na qualidade dos serviços e experiência dos usuários, com reflexo na geração de valor para o negócio. No ano de 2020, a Companhia investiu 92% do montante total no Brasil, representando R\$ 6.715 milhões distribuídos principalmente na (i) melhoria da rede fixa para o serviço de fibra e banda larga; (ii) melhoria da qualidade da rede móvel, incluindo o expansão das redes 4G e 4,5G e (iii) investimentos em equipamentos de transmissão de voz e dados. • **Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento:** A Oi, desde a sua criação, vem evoluindo o seu modelo de inovação, buscando diferencial no mercado nacional por meio de projetos que aumentem sua eficiência e gerem novas receitas a partir de soluções inovadoras. Os investimentos em P&D nos projetos desenvolvidos em 2020 totalizaram R\$ 46,6 milhões, sendo vários realizados em parceria com Institutos de Ciência e Tecnologia, empresas incubadas em Centros de Tecnologia. Em 2020, projetos relacionados às Iniciativas Digitais continuaram a ser desenvolvidos, buscando a melhoria da experiência do cliente e otimizando a eficiência operacional. Dentre as iniciativas, continuamos focando na melhoria da experiência do atendimento humano e digital e no lançamento de novas plataformas comerciais digitais como o marketplace Oi Place. Novas iniciativas como o Oi Place visam melhorar a experiência de nossos clientes ao mesmo tempo em que amplia o potencial de rentabilidade de nossa base de consumidores a partir da oferta de produtos e serviços aderentes ao perfil de cada usuário. Evidenciando o compromisso com seu programa de inovação, a incubadora OiLabs, hub de empreendedorismo e inovação no Rio de Janeiro, tem exercido papel importante na geração de novos negócios. A Oi vem desenvolvendo tecnologias, desenvolvimento de startups e suporte ao ecossistema de inovação. Ao longo do ano de 2020, passou a aplicar a sua metodologia de investimento em startups com maior aderência a desafios de geração de novas receitas, aumento de eficiência e redução de custos, buscando a criação de startups com base de dados que auxiliem a Oi na busca por inovações que beneficiem a Companhia. Como primeiro caso de investimento no novo modelo, a SM Places, que possui em sua base a maior comunidade de marketplaces de nicho da América Latina, passou a ser a plataforma responsável pelo Oi Place, acelerando o desenvolvimento do projeto a partir de uma solução escalável e inovadora. Neste contexto, a Oi vem desenvolvendo o seu Ecossistema de Inovação de forma integrada e interagindo com grande parte das instituições que compõem este ecossistema no Brasil, com destaque para as parcerias junto a fornecedores de soluções e centros nacionais de pesquisa e startups. A Oi continuará atuando como fomentadora de iniciativas inovadoras e P&D junto aos parceiros do seu sistema, estabelecendo interações, desenvolvimentos e testes de soluções conjuntas, conectando as necessidades da empresa ao ecossistema das startups, aos fornecedores de tecnologia e às universidades. 11 -  **Mercado de Capitais:** Ao final de 2020, o capital da Companhia era representado por 5,9 bilhões de ações, sendo aproximadamente 5,8 bilhões de ações ordinárias e 157,7 milhões de ações preferenciais.

Ações do Capital Social	Em Tesouraria	Em Circulação <sup>1</sup>	
Ordinárias	5.796.477.760	30.595	5.796.444.654
Preferenciais	157.722.241	1.811.755	155.910.486
<b>Total</b>	<b>5.954.200.001</b>	<b>1.842.350</b>	<b>5.952.357.651</b>

Obs: Posição acionária em 31/12/2020. [1] As ações em circulação não consideram as ações detidas pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

• **Nossas Ações:** As ações da Oi S.A. são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) - Brasil, Bolsa, Balcão, doravante B3), sob os códigos de negociação OIBRQ (ordinárias) e OIBR4 (preferenciais). A Companhia também tem um programa de American Depositary Receipts (ADRs) nos EUA, onde os papéis são atualmente negociados sob os códigos OIBR.C ("DR Ordinário") e OIBR.Q ("DR Preferencial"). A OIBR.C é negociada na New York Stock Exchange (NYSE), enquanto a OIBR.Q é negociada no mercado balcão (OTC Markets). Na B3, as ações da Oi encerraram o ano de 2020 cotadas a R\$ 2,20 para OIBR4 e a R\$ 2,82 para OIBR4, representando valorização em 2020 em relação ao final de 2019 de 155,8% e 129,3%, respectivamente. O índice Ibovespa encerrou o ano em 119.017 pontos, apresentando um aumento de 3,1% no período. Nos EUA, o DR Ordinário da Companhia (OIBR.C) encerrou o ano de 2020 cotado a US\$ 2,03, apresentando uma valorização de 118,3% em relação ao final de 2019, ao passo que o DR Preferencial (OIBR.Q) encerrou o período cotado a US\$ 0,51, uma valorização de 96,2% neste mesmo período.

• **Em 2020, o volume médio diário negociado das ações ordinárias (OIBR4) foi de R\$ 186,2 milhões (crescimento de 87,5%) e das ações preferenciais (OIBR4) foi de R\$ 7,7 milhões (crescimento de 49,0%). No mesmo período, o volume médio diário do DR Ordinário (OIBR.C) foi de US\$ 2,2 milhões, queda anual de 45,9%. • **Dividendos:** Desde 2015, a Companhia não vem distribuindo dividendos. Atualmente, em adição e, não obstante as disposições estatutárias e legais a respeito da distribuição de dividendos, as Empresas Oi estão sujeitas a determinadas restrições à declaração e ao pagamento de dividendos, previstos no PRJ das Empresas Oi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial (Cláusula 10). Superadas a leitura do Plano para maiores informações a respeito, assim como a leitura do item 6 deste relatório e da Nota 1 das Demonstrações Financeiras no item "Recursos e Responsabilidades".**

**Ambiental, Social e Governança:** Mapear e entender as nossas responsabilidades e impactos para a sociedade e o meio ambiente e o primeiro passo para assumirmos uma postura comprometida com o desenvolvimento sustentável. Estamos determinados a promover uma cultura de transparência e prestação de contas para todos os stakeholders da sociedade, com foco em responsabilidade, promovendo a ética e a integridade em todas as nossas atividades.

12 - **Ambiental, Social e Governança:** Apesar de entender as nossas responsabilidades e impactos para a sociedade e o meio ambiente é o primeiro passo para assumirmos um compromisso para o desenvolvimento sustentável. Estamos determinados a atuar junto com nossos stakeholders (clientes, colaboradores, fornecedores, acionistas e sociedade de forma geral) com responsabilidade, promovendo a ética

e a transparência, investindo na eco-eficiência de nossas atividades, mitigando os impactos ambientais de nossas operações e serviços, reduzindo a nossa pegada de carbono e respeitando e incentivando a diversidade dos nossos colaboradores, clientes e fornecedores. Objetivamos cooperar para o desenvolvimento da economia através de sociedades sustentáveis e inclusivas, impulsionando a transformação digital por meio de nossas soluções de Telecom e TI, promovendo impacto positivo na sociedade e gerando valor sustentável para nossos colaboradores. Em 2020, criamos uma estratégia de Sustentabilidade para endereçamento de ações importantes para o desenvolvimento da agenda no atual cenário de transformação da nossa companhia. Dois dos principais objetivos inseridos na estratégia são a criação de um Fórum ESG (sigla para environmental, social e governance) composto por membros da liderança executiva da Oi e a nossa aproximação a agências de ratings ESG de mercado. As ações visam discutir o tema ao longo de 2021, implementar medidas que aprimorem a nossa gestão nos pilares ambiental, social e de governança, assim como melhorar a percepção da companhia para nossos stakeholders externos. Desde 2018, endossamos o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, compromisso voluntário assumido por empresas privadas e públicas com o objetivo de promover um mercado mais íntegro e ético e coibir práticas de corrupção. Também somos signatários e promotores iniciativas relacionadas aos princípios do Pacto Global da ONU desde 2018, além de alavancarmos o compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os negócios da Oi, por meio de serviços prestados para pessoas físicas e os negócios B2B, podem contribuir diretamente e mais intensamente para o atingimento dos ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), gerando crescimento econômico, promovendo uma industrialização inclusiva e sustentável, fomentando a inovação em sociedades emergentes que dependem de amplo acesso a informação e a pesquisas acadêmicas, e oferecendo soluções inovadoras para o gerenciamento de cidades inteligentes. Adicionalmente, adotamos algumas práticas relevantes alinhadas aos 17 ODS.

## ODS

## Atividades

Estimamos as práticas diárias em saúde e bem estar dos colaboradores e sua rede integrada. Disponibilização de cursos aos colaboradores e material informativo aos stakeholders.

Atuação do programa de Diversidade Oi Gestão dos recursos naturais de nossas operações.

Soluções em tecnologia para todos Operação conjunta com órgãos públicos para a segurança nas cidades, por meio de nossas soluções em tecnologia Internet das Coisas (IoT).

Atividades constantes com a cadeia de fornecedores para o consumo e produção responsável.

Gestão de energia elétrica e resíduos para mitigar efeitos contra a mudança global do clima.

**Nota: Mais detalhes sobre nossas ações e contribuições para o atingimento dos ODS estão disponíveis no nosso Relatório de Sustentabilidade 2020.** Além disso, disponibilizamos voluntariamente informações ao Carbon Disclosure Project (CDP) e publicamos anualmente nosso inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs) no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol. Publicamos anualmente o Relatório de Sustentabilidade, alinhando as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) Standards (Norma internacional, englobando nosso desempenho nos âmbitos econômico, social e ambiental). O Relatório de 2019 está disponível através do site de Relações com Investidores (<http://ri.oi.com.br>). Em 2020 demos mais um passo importante rumo a um movimento de negócios mais sustentáveis. Adoramos ao Movimento Mulher 360, que objetiva contribuir para o empoderamento econômico da mulher brasileira em uma visão 360 graus, através do fomento, da sistematização e da difusão de avanços nas políticas e nas práticas empresariais e do engajamento da comunidade empresarial brasileira e da sociedade em geral. Implementamos, ainda, ações no âmbito do Termo de Cooperação para a Produtividade, que reúne empresas de telecomunicações, o Ministério Público Federal, a Polícia Federal e a organização SafeNet Brasil para prevenir e combater crimes praticados pela internet contra crianças e adolescentes (<https://news.safenet.org.br>). A seguir detalhamos a atuação em ESG da companhia. **AMBIENTAL:** Em 2020 iniciamos um trabalho de reavaliação global dos impactos das nossas atividades com potencial impacto ambiental e passíveis para atendimento a requisitos legais. Em 2021 objetivamos acompanhar a aderência às normas ambientais, de forma preventiva, reduzindo nossos riscos a ações de fiscalização e impactos ao meio ambiente. Adicionalmente, estamos estruturando uma matriz de responsabilidade para todas essas atividades para um melhor controle e gestão, visando contribuir com o meio ambiente, principalmente no combate às mudanças climáticas e redução das emissões de carbono. A estratégia é pautada nas seguintes objetivos: • **Reduzir custos com energia:** Planejar e controlar o gasto energético; • **Ampliar os projetos estruturais de fontes renováveis:** Aumentar a capacidade de geração e racionalização de consumo; A seguir, um descritivo das nossas metas de trabalho e resultados obtidos em 2020: **Matriz energética da Oi:** 50% da matriz de energia elétrica da Oi é proveniente de fontes renováveis (biomassa, solar e hídrica), com metas de atingimento de 80% até 2022 e 100% até 2025. No ranking da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) da Oi aparece na 2ª posição como consumidor especial do Ambiente de Contratação Livre (ACL). Em virtude da aceleração dos projetos estruturais de energia, em 2020 totalizamos 288 unidades no ACL e uma projeção de migração até 2022 de mais 285 unidades, totalizando 573 de consumo. Além disso, por meio de projetos de geração distribuída desenvolvidos em todo o Brasil, em parceria com empresas especializadas na construção de usinas solares, CGHs, biomassa e biogás, chegamos a nossa meta de energia renovável. Em 2021 almejamos finalizar o ano com 25 plantas de geração distribuída dedicadas a Oi. **Projetos de redução de consumo e eficiência:** A fase 2 do projeto de eficiência energética encerrou o ano de 2020 com a instalação de 20 mil lâmpadas LED em todo o Brasil, em parceria com empresas especializadas na construção de usinas solares, CGHs, biomassa e biogás, chegamos a nossa meta de energia renovável. Em 2021 almejamos finalizar o ano com 25 plantas de geração distribuída dedicadas a Oi. **Projetos de redução de consumo e eficiência:** A fase 2 do projeto de eficiência energética encerrou o ano de 2020 com a instalação de 20 mil lâmpadas LED em todo o Brasil, em parceria com empresas especializadas na construção de usinas solares, CGHs, biomassa e biogás, chegamos a nossa meta de energia renovável. Em 2021 almejamos finalizar o ano com 25 plantas de geração distribuída dedicadas a Oi. **Projetos de redução de consumo e eficiência:** A fase 2 do projeto de eficiência energética encerrou o ano de 2020 com a instalação de 20 mil lâmpadas LED em todo o Brasil, em parceria com empresas especializadas na construção de usinas solares, CGHs, biomassa e biogás, chegamos a nossa meta de energia renovável. Em 2021 almejamos finalizar o ano com 25 plantas de geração distribuída dedicadas a Oi.

Em 2020, o Oi Futuro realizou o vivo pela primeira vez em nossos seminários **Papo de Futuro** e com o **Festival Oi Futuro**. Ao longo do ano, o festival realizou 24 edições do Papo de Futuro sobre temas da atualidade, como ensino híbrido e diversidade racial. Já o **Festival Oi Futuro** reuniu 16 especialistas brasileiros e estrangeiros em dois dias de programação online para debater o futuro da sociedade, da ciência, da tecnologia, do trabalho e da arte. Nas redes sociais, os conteúdos produzidos pelo Futuro obtiveram mais de 3,6 milhões de interações ao longo do ano. Na área de Cultura, o primeiro marco do ano foi o lançamento do **Museum. Museu das Comunicações e Humanidades**, uma evolução do Museu das Telecomunicações. Localizado no **Centro Cultural Oi Futuro**, o espaço conta a história do desenvolvimento tecnológico das comunicações a partir da ótica das relações humanas, com um acervo de mais de 130 mil peças preservadas em sua Reserva Técnica. Com entrada gratuita, o museu oferece uma experiência única a cada visita, com atrações interativas, ambientes imersivos e novas tecnologias, como hiper-realidade. Por conta da pandemia COVID-19, o **Centro Cultural Oi Futuro** esteve fechado a visitação de março a novembro e comemorou seus 15 anos de história lançando a web série **Oi Futuro Agora**, em homenagem grandes momentos da programação, com depoimentos inéditos de artistas que passaram pelo espaço, como Bia Lessa, Renata Soriano e Arnaldo Antunes, entre outros. Para garantir a conexão dos públicos ao **Museum** e ao **Centro Cultural Oi Futuro**, foram lançadas visitas imersivas em 360 graus. A Reserva Técnica da exposição "Campo Expandido", do artista plástico Luiz Zerbini, inaugurada presencialmente

em novembro. Além disso, o **Museum** disponibilizou seu **Acevo Online** com mais de 3.800 itens catalogados para consulta pública, entre fotografias, objetos e documentos históricos. No campo das artes performáticas, durante todo o ano, foram exibidos mais de 20 espetáculos de teatro adulto e infantil on demand no site do Oi Futuro, com mais de 10 mil visualizações.



Além do acervo físico, é possível acessar o acervo digital, com informações exibidas em monitores interativos. O **LabSocial**, laboratório de experimentação artística do Oi Futuro, realizou, entre abril e dezembro, o **Aceleração Musical LabSocial**. Em parceria com o estúdio **Toca do Bandido**, o programa beneficiou 21 artistas de diversas regiões do Brasil, que tiveram suas carreiras impulsionadas por meio de processos de capacitação totalizando mais de 300 horas de mentorias e gravações. A culminância do projeto foi a apresentação online dos artistas no **Festival LabSocial**, que teve mais de 8,1 mil visualizações ao vivo em três dias de evento retransmitido ao vivo em streaming para o público. Além dos eventos próprios, o Oi Futuro apoiou mais de 12 festivais no Brasil, que também se reinventaram neste ano com uso inovador de novas tecnologias e linguagens artísticas para alcançar e surpreender o público remotamente. Entre as inovações dos festivais apoiados, estão a construção de uma comunidade virtual do **Festival Zona Mundu**, a experiência artística a partir da realidade 3D do **Festival Amazonia Mapping**, o mundo gamificado da **Feira da Música do Ceará**, os trabalhos inéditos comissionados pelo **Festival Nova Frequência** e a plataforma de articulação internacional desenvolvida pela **SIM SP - Semana Internacional de Música**. Pelo terceiro ano consecutivo, o Oi Futuro, em parceria com o British Council, lançou o **Edital Pontes**, para apoio de sete festivais nacionais do norte a sul do país, incluindo residências de artistas britânicos. **Educação:** Na área de educação, o Oi Futuro investe no **NAVE**, o Núcleo Avançado em Educação, parceria público-privada desenvolvida desde 2008 com as Secretarias de Estado de Educação de Pernambuco e do Rio de Janeiro, em duas escolas de Ensino Médio Integrado de Profissional. O programa oferece cursos técnicos de Programação e Multimídia, com foco na preparação dos jovens para a economia criativa e digital. Além da preparação para o novo mundo do trabalho, o NAVE é voltado para a formação de cidadãos conscientes, autônomos e protagonistas dos seus projetos de vida. Com o suporte das aulas presenciais pelas Escolas do Rio de Janeiro e de Pernambuco, o programa adaptou suas atividades para plataformas digitais e retornou ao aula em ambiente remoto. Ao todo, foram mais de 850 aulas criadas, com cerca de 1.300 materiais publicados e 4.500 horas/aulas oferecidas no ano. Ao fim do ano letivo, 271 estudantes concluíram o terceiro ano do Ensino Médio, totalizando mais de 3 mil estudantes formados desde 2006. Além da gestão escolar, o NAVE sistematiza e disponibiliza materiais de referência como ebooks, plataformas e conteúdos audiovisuais como o objetivo de disseminar o conhecimento produzido pelo programa, provocando reflexões e inspirando professores, escolas e redes de ensino. Em 2020, o programa lançou a série **e-NAVE em Movimento** com práticas pedagógicas criadas nas escolas NAVE, englobando todas as áreas do conhecimento, competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e eixos estruturantes do Novo Ensino Médio; e a segunda edição do **Especial Práticas Inovadoras para o Ensino Médio**, realizada em parceria com o Centro de Referências em Educação Integral, com 20 práticas pedagógicas autorais de educadores do NAVE. Para ampliar seu alcance nacional, o NAVE ofereceu formação de educadores da rede pública por meio dos cursos "Introdução à Robótica Educacional" e "Cultura Digital para a Educação Criativa", implementados 100% online, certificando mais de 100 educadores de diversos estados. Também no âmbito da formação de educadores, o NAVE lançou seu **Mídia Lab Digital**, plataforma de apoio ao ensino remoto e híbrido, com trilhas autorativas, vídeos-tutoriais, vídeos-casos e mentorias. Por meio do **Mídia Lab Digital**, o Oi Futuro apoiou a certificação de mais de 400 educadores na rede pública sobre temas de educação para a cidadania, com o apoio do Centro de Referências em Educação Integral, em parceria com o Secretário de Estado de Educação de Pernambuco. No âmbito das parcerias institucionais, o Oi Futuro integrou pelo segundo ano consecutivo a **Frente Curriculo e Ensino Médio**, liderada pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), em conjunto com outros institutos e fundações privadas com o propósito de oferecer aos educadores e às redes estaduais de educação do país na implementação dos novos currículos alinhados à BNCC do Ensino Médio. Em 2020, quatro encontros formativos foram realizados pela Frente, englobando mais de 100 horas de formação e mais de 1.300 gestores educacionais dos 27 Estados do Brasil e do DF. Como resultado, 16 Estados enviaram seus referenciais curriculares para aprovação dos respectivos Conselhos Estaduais de Educação, além da homologação do currículo de São Paulo. Também em parceria, o Oi Futuro apoiou o lançamento da **Aprendendo Sempre**, hub de conteúdo voltado à gestores educacionais, professores, estudantes e famílias com conteúdos e soluções estruturais para promover experiências de aprendizagem inovadoras, alcançando 124 mil acessos. **Inovação social:** Há 20 anos, o Oi Futuro fomenta a criação de tecnologias sociais para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e da sociedade por meio de apoio ao desenvolvimento e fortalecimento das organizações da sociedade civil e dos negócios de impacto social. Em 2020, o Oi Futuro consolidou o **Brigadeiro de Labora**, seu laboratório de Inovação Social, como uma plataforma de conexão e apoio a empreendedores, negócios e organizações comprometidos com o impacto social. No ano, foram concluídos em formato online dois ciclos de aceleração para negócios e organizações de impacto social em parceria também com o Sebrae-PA Instituto D'Alcos. Trinta e três organizações foram impactadas diretamente por 108 empreendedores e gestores sociais capacitados em mais de 4.300 horas de formação. Foi lançado o **e-Labora**, e-book gratuito que compartilha metodologias, experiências e aprendizados ao longo dos cinco primeiros ciclos de aceleração do Labora. Em ação conjuntas com a área de Educação, o **Curso e+ convívio**, o Labora lançou o **Seminário Internacional Empreendedorismo Social** na **Realização**, reunindo especialistas das áreas de educação e inovação social para discutir e propor caminhos para o empreendedorismo social seja integrado no currículo e no dia-a-dia das escolas públicas e privadas. Como resultado, foi lançado o **Ciclo Empreendedorismo Social na Educação**, que já teve mais de 21 mil downloads. A partir do contexto de pandemia e dos desafios enfrentados pelos empreendedores frente o isolamento social, o instituto criou o projeto **Mentorias Oi Futuro** para apoiar-lhes na adaptação ou reinvenção dos seus negócios. As mentorias foram oferecidas por colaboradores voluntários do instituto e da Oi, em sessões online e gratuitas, oferecendo apoio técnico individualizado. Ao longo do ano, o projeto atendeu mais de 200 empreendedores de 18 Estados e do Distrito Federal.



**GOVERNANÇA:** O sistema de governança no qual a Companhia está inserida engloba seu estatuto social, estrutura societária, estrutura organizacional, políticas, procedimentos e práticas adotadas, como também as disposições previstas no PRJ das Empresas Oi e em seu atualamento, homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial em outubro de 2020. O atual Estatuto Social da Companhia, aprovado em setembro de 2018 e alterado em 26 de abril de 2019 e em 16 de outubro de 2020, caracteriza-se pela adoção de elevados padrões de governança corporativa, que incluem, dentre outros pontos: (i) convertibilidade das ações preferenciais, quando e nas condições aprovadas pelo Conselho de Administração; (ii) mínimo de 20% de conselheiros independentes, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; (iii) vedação à acumulação de cargos de Presidente do Conselho e Diretor Presidente ou principal executivo; (iv) obrigatoriedade do Conselho de Administração se manifestar sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações da Oi; (v) obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída de cotistas do Nível 1 de Governança Corporativa, exceto em caso de ingresso no Nível 2 de Governança Corporativa ou no segmento do Novo Mercado; e (vi) obrigação de resolução de disputas e controvérsias por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado. Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é composto integralmente por conselheiros independentes, em um total de 11, em conformidade com a cláusula 9.3.1 do Plano de Recuperação Judicial da Companhia e de acordo com o que estabelece o artigo 24 do Estatuto Social. Com o objetivo de aperfeiçoar sua governança e alinhá-la aos desafios e necessidades que se apresentam, a Companhia possui atualmente quatro comitês de assessoramento ao Conselho de Administração: o Comitê de Auditoria, Riscos e Controles ("CARC"); Comitê de Transformação, Estratégia e Investimentos ("CTEI");



Imprensa Oficial



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



documento assinado digitalmente

A assinatura não possui validade quando impressa.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste

documento, quando visualizado diretamente no portal [www.io.rj.gov.br](http://www.io.rj.gov.br).

Assinado digitalmente em Quinta-feira, 08 de Abril de 2021 às 00:00:58 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

NIRE: 333.0029520-8 Protocolo: 00-2020/127370-8 Data do protocolo: 14/05/2021

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 19/05/2021 SOB O NÚMERO 00004069995 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 921F498B333D267E59CF79450F2DB362813B2CD41D755B57CF28DA60B4D78C9C

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 11/50



## Oi S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

Comitê de Gente, Nomeações e Governança ("COGNG"), e Comitê de Inovação e Transformação Digital ("COTD"). Cabe destacar que o CARC é um comitê estatutário, com funções de audit committee, composto por cinco conselheiros independentes; o CTEI é um comitê temporário, que durante sua vigência observou as funções de dois outros comitês de assessoramento ao Conselho de Administração – o Comitê de Investimento e Infraestrutura e o Comitê de Estratégia – atualmente inativos; e o COGNG é responsável por zelar pela contínua adoção das melhores práticas de governança corporativa e conduta empresarial, bem como supervisionar a estratégia de recursos humanos da Companhia; e o COTD foi criado em março de 2020 para contribuir com o processo de transformação digital, bem como analisar as oportunidades de inovação da Companhia. Em relação às suas Assembleias Gerais, a Oi vem, consistentemente, adotando a prática de estender o direito de voto aos titulares dos ADRs, realizando a primeira convocação para as Assembleias Gerais com, no mínimo, 30 dias de antecedência; e, ainda, também visando facilitar e estimular a participação dos seus acionistas, passou a disponibilizar em seu website e no website da CVM e da B3, a cada convocação, um Manual para a participação dos acionistas nas Assembleias Gerais, que oferecem informações sobre as matérias a serem discutidas, modelos de procuração para os acionistas, dentre outras informações. A Companhia atua de forma permanente e contínua na consolidação e expansão das melhores práticas de Compliance com foco na mitigação de riscos corporativos, medidas anticorrupção e otimização de processos de negócio. Sua Política e metodologia de gestão de riscos está aderente às principais normas relacionadas ao tema, tais como "COISO ERM", "ISO 31000", "Caderno 19 de Governança Corporativa do IBGC" e "CVM 586". Do ponto de vista das práticas de GRC (Governança, Riscos e Conformidade) seguimos com foco no aprimoramento contínuo de nosso Programa por via da implementação de políticas, regulamentações, controles internos, outros mecanismos de conformidade e disseminação de cultura valores de integridade. Como garantia da sua implementação, a Diretoria de Compliance e Riscos reporta hierarquicamente para o CEO e funcionalmente para o Comitê de Auditoria, Riscos e Controles além do próprio Conselho de Administração. Além das práticas de Compliance, contamos também com uma área de Auditoria Interna subordinada ao Conselho de Administração por via do CARC, e que atua em auditorias de processos, financeiros, operacionais e de conformidade e na apuração de denúncias provenientes do nosso Canal de Denúncias e que posteriormente à apuração são analisadas e tem decisões deliberadas pelo nosso Comitê de Ética da diretoria executiva. No âmbito operacional, nosso Comitê de Gestão da Continuidade de Negócios atua em conformidade com a norma "ISO 22301" e em aprimoramento contínuo dos processos associados fortalecendo mecanismos de prevenção, monitoramento e resposta a eventos que possam afetar não apenas a prestação de serviços, mas também a sociedade e o meio ambiente. A Oi manteve em 2020 seu compromisso com o desenvolvimento do país e com suas práticas de sustentabilidade. A Companhia permanece prestando serviços convergentes de telecomunicações, promovendo a inclusão digital e possibilitando o acesso à cidadania a milhões de brasileiros. **13 - Colaboradores:** A Oi possui 13.460 colaboradores, considerando Loja Física, na atividade de telecomunicações, sendo 155 colaboradores e 99 aprendizes técnicos. Do total de colaboradores, 62% são do sexo masculino e 38% do sexo feminino. Os cargos executivos são integrados por 69% de homens e 31% de mulheres. A média de idade dos colaboradores é de 40 anos, com um tempo médio de empresa de 8 anos. A Oi está presente em 26 estados mais o Distrito Federal, com profissionais alocados em mais de 150 endereços. Adicionalmente, a Oi possui 18.647 terceiros alocados em atividades de call center, 25.830 em atividades de vendas, 40.247 em atividades de implantação e manutenção de rede e 7.783 em atividades administrativas, totalizando 162.507 terceiros. Destes, 33.719 pertencem ao Grupo Oi (incluindo as empresas Sereide e B7F Call Center) em ano de 2020, concluímos a contratação de 1.635 vagas na Oi, sendo 5% vagas de gestores e 95% vagas profissionais, destas 92% são referentes ao recrutamento externo. Fechamos a efetivação de 36 estágios como colaboradores e realizamos 1.220 promoções. Por meio de programas especializados, forma-se uma equipe de primeira linha: 155 Facilitadores de Gestão, 7 Master Black Belts, 34 Black Belts, 188 Green Belts, 1.380 Yellow Belts e 1.255 White Belts. Com o desafio de criar e fortalecer uma cultura única, a Oi vem promovendo o alinhamento de toda a Companhia em busca dos objetivos de negócio. Partindo da estratégia, o Modelo de Gestão confere clareza de objetivos e responsabilidades, assim como disciplina e cadência à execução, com estímulo ao trabalho em Equipe e a colaboração entre as áreas, reforçando o comprometimento com a Companhia. A área de Gente e Gestão da Companhia trabalha continuamente na adequação da sua estrutura e processos às estratégias de negócios da Companhia, de forma a viabilizar maior eficiência operacional. Para suportar o Ciclo de Desenvolvimento de Gente, a Oi trabalha com ferramentas como promoções por meritocracia, recrutamento interno, onde as vagas abertas são disponibilizadas para os colaboradores, ciclos de acompanhamento do desempenho, reforço e valorização da cultura de autoeducação da sua categoria e da sua carreira. Mantendo assim, programas estruturados em seus diferentes níveis funcionais, com vistas ao desenvolvimento e ao aprimoramento das competências de seus colaboradores. A Companhia possui um Programa de Educação Corporativa que tem como objetivo avançar a aprendizagem, assegurando o mapeamento e a disseminação dos conhecimentos-chave, por meio de práticas e ações educacionais que estimulem a criação, aquisição, difusão, utilização e compartilhamento do conhecimento entre os seus colaboradores. Entre os programas voltados para todos os colaboradores, destacam-se três principais eixos: as Tíldas de Desenvolvimento de Competências Técnicas, os Treinamentos de Desenvolvimento de Liderança e as Tíldas de Conhecimento sobre o Negócio nos diversos formatos e metodologias, como ações presenciais e on-line. No ano de 2020 os treinamentos realizados totalizam 587.189 mil horas. No tema Saúde e Segurança do Trabalho a Oi vem demonstrando significativo incremento em sua política e cultura de cuidado e atenção. A boa performance tem sido sustentada pelas inúmeras práticas de prevenção implantadas nos últimos anos, aliadas a uma área corporativa de Saúde e Segurança eficiente na definição de métodos e gestão de processos, com o foco em manter sempre um ambiente de trabalho seguro. Em 2020, a redução no número de ocorrências em relação ao ano anterior foi de 77%, envolvendo colaboradores próprios, e de 55,3%,

considerando toda força de trabalho. Isso mostra que a empresa vem se alinhando às melhores práticas e tendências de mercado. Além disso, a Oi tem investido significativamente no tema para preparação e resposta às emergências. A área de Saúde e Segurança do Trabalho é responsável no comitê de Gestão de Continuidade do Negócio por promover práticas que garantam a preservação do patrimônio da empresa, dos negócios e de nosso maior ativo: as pessoas. Para isso, mantemos uma trilha online dedicada ao tema no Oi Educa, que é fortalecida por treinamentos práticos e simulados frequentes de preparação e resposta a crises, como a pandemia de Coronavírus, que conta ainda com App desenvolvido para monitoramento da saúde dos colaboradores já tendo registrado mais de 10 mil acessos com participação ativa dos nossos profissionais em mais de 16.000 tele atendimentos à nossa força de trabalho. Campanhas específicas voltadas à prevenção e combate desse novo vírus também incrementaram os investimentos relacionados à matéria, incluindo sinalização dos prédios, compra e distribuição de máscaras e álcool em gel. Toda governança para gerenciamento da crise, já restava pré-definida com base na gestão de riscos e na sinergia promovida pelo trabalho em conjunto dos pilares que confirmam a Gestão de Continuidade de Negócios na Companhia, envolvendo inclusive o acompanhamento dos provedores externos. Entendemos que o investimento em Saúde Ocupacional gera uma série de benefícios, por isso a Oi monitora a condição laboral de seus colaboradores por meio de exames médicos (admissional, periódico, mudança de função, retorno ao trabalho e demissional) e diversas ações e programas de cuidado, além de benefícios como prestação de assistência médica, hospitalar e odontológica, e auxílio-farmácia, além de empregados e seus dependentes, com o objetivo de incentivar o protagonismo de seus colaboradores em relação à Saúde, a Oi iniciou em 2020 um projeto de qualidade de vida moderno e promissor, com grande destaque para o resgate da marca "Vida.com". O programa foi estruturado baseando-se em quatro eixos principais: Física, Social, Intelectual e Emocional, que norteiam o desdobramento das ações preventivas previstas. Entre os objetivos do programa destacamos: o aumento do nível de satisfação e do clima organizacional, redução do absenteísmo, redução de sinistros em saúde (Plano de Saúde), melhoria da saúde, qualidade de vida e bem-estar, aumento da produtividade, bem como maior valor da marca empregadora. Mantemos ainda estruturado o Programa Regras de Ouro, que foi lançado com o objetivo de proteger a vida dos colaboradores e reduzir o potencial das ocorrências no trabalho de maior gravidade registradas no grupo, incluindo um robusto e confiável Programa de Toxicologia. No primeiro ano, mais de 4.000 colaboradores firmaram um pacto pela vida, concluindo o treinamento nas 5 Regras. Finalizamos o ano de 2020 com todos os Acordos Coletivos de Trabalho aprovados e assinados pelos 28 sindicatos. Não tivemos nenhuma ocorrência de paralisação dos colaboradores com efeito relevante em nossas operações. Realizamos melhorias na navegação no Oi Educa, dando continuidade no desenvolvimento dos colaboradores e simplificando a sua jornada pela ferramenta. A coluna do robô Téo continua sendo exibida para facilitar o tratamento de frequência e desatolar os canais de atendimento. Em 2020, mantivemos os colaboradores alinhados ao **Plano de Transformação**, comunicando o plano de negócios e dando visibilidade para o futuro da Oi. Para isso, disponibilizamos na intranet um **espaço dedicado** ao plano e o Plano de Transformação da Companhia, onde apresentamos o Plano e o conceito de separação estrutural, apontamos respostas para eventuais dúvidas e mantivemos atualizado o resumo das últimas publicações institucionais relacionadas ao assunto. Reorganizamos e humanizamos o Plano através dos **alinhamentos corporativos e executivos, vídeos e mensagens de presidente**. Além disso, também construímos páginas específicas com **orientações para os processos de reorganização societária que afetam o público interno**. Fortalecemos a **estratégia de fibra**, destacando seu potencial na liderança geral de banda larga e suas vantagens competitivas. Além de reverter internamente os conceitos desenvolvidos pelo marketing com a divulgação dos comerciais e ações digitais, também celebramos os seguintes marcos: **1 milhão** de clientes em abril, a **liderança em crescimento** de novos clientes em julho, a chegada aos **1,5 milhão** de clientes em agosto e aos **2 milhões** no fim do ano. Também mostramos as vantagens da fibra com a chegada das **ofertas de 400 Mega** em junho e apresentamos a **fibra como base do 5G** com o lançamento em Brasília, no mês de outubro. Não deixamos de celebrar também os importantes **reconhecimentos do mercado para a atuação da Oi**, partindo da estratégia. O prêmio Época Negócios (por ser a empresa de telecom mais inovadora e com melhor governança corporativa) e Broadband World (por ser a melhor operadora com melhor solução de acesso fixo). Ampliamos o conhecimento sobre a **nova atuação da Oi no mercado**, comunicando ao longo de todo o ano a evolução das estratégias de negócios no segmento de **marketplace** (com o Oi Place), no **corporativo** (com o Oi Educa), nas **ofertas para PMEs** (com o Oi Seu Negócio), na **plataforma de conteúdo online** (com o Oi Play) e também na promoção do clube de vantagens para clientes e colaboradores (com o Oi Alegria). **Impulsionamos as ofertas do varejo e do B2B com campanhas de incentivo à indicação**, inclusive, com parcerias que fortaleceram recompensas para os colaboradores, colando na oferta do Oi Controle em setembro, que sortou um smartphone da Motorola, e também com a oferta de fibra empresarial do Oi Seu Negócio, em agosto, com o sortio da palestra da investidora Camila Farani. Demonstramos em diversas pautas o **foco na simplificação, eficiência e transformação digital**, inclusive, promovemos uma campanha de engajamento com foco na identificação de oportunidades de simplificação (Oi Simplifica). Seguros contribuindo com a **estratégia da Companhia de presença nos canais digitais e nas mídias sociais**. Reforçamos com os colaboradores a importância de divulgar os **canais digitais de atendimento durante a pandemia** e também comunicamos o lançamento da **versão web do Técnico Virtual**, que, desde mobilizamos os colaboradores a acessarem **redes sociais da Oi**, inclusive com campanha especial para o **novo perfil no TikTok**. Também lançamos a campanha de **educação nas redes sociais**, divulgando a política corporativa e os comportamentos desejados. Tendo como base a transparência, a área de comunicação deu continuidade à estratégia de manter o canal de comunicação interna atualizado com os fatos mais relevantes sobre a recuperação judicial, como a apresentação do **aditamento ao plano e sua aprovação em nova Assembleia com Credores (AGC)** e os resultados dos **processos concursatários das UPs**. Em setembro, inclusive, disponibilizamos um **resumo sobre a AGC** para esclarecer as nossas propostas do plano de recuperação

judicial e sublinhar a importância daquela aprovação para a sustentação da Companhia. Os colaboradores também acompanharam periodicamente os resultados da Companhia através da divulgação transparente dos **resultados trimestrais da Oi** e do desempenho dos **Indicadores Corporativos**, que garantem o direcionamento operacional. Além disso, contribuímos com a **mobilização em torno do novo modelo de trabalho**, através de comunicação das capacidades em prol da agilidade e também com a divulgação do **modelo de gestão ambidestra**, e a adoção dos **OKRs na Oi**. O Instituto Oi Futuro também contribui para promover a disseminação da cultura de inovação na Companhia. Em 2020, o Lab Oi Futuro proporcionou, para 29 executivos e colaboradores, uma jornada de aprendizagem em Design Estratégico, Cultura Ágil e Novas Tecnologias, em parceria com o Cesar School, um importante centro de inovação do país. O objetivo dessa jornada foi inspirar os colaboradores para a construção do novo momento da Oi, unindo novas metodologias, ferramentas, vivências de mercado e reflexões para repensar modelos de negócios, gerar ideias, desenvolver um mindset ágil, conhecer e usar novas tecnologias, como Inteligência Artificial, Blockchain e IoT em um contexto empresarial cada vez mais acelerado. Em 2020, a Oi e o Oi Futuro lançaram a terceira edição do **Geração Nave**, programa de talentos exclusivo para alunos formados na iniciativa de educação do instituto, que teve mais 10 jovens contratados como residentes digitais na Companhia. Em 2020, tivemos três **Alinhamentos Corporativos**, eventos internos da alta liderança com toda a Companhia. Esses encontros foram realizados remotamente e transmitidos para os colaboradores em todo Brasil de forma online. Nosso primeiro evento, em abril, foi marcado pela comemoração de um grande marco para o negócio: 1 milhão de clientes Oi Fibra. Nela, reconhecemos o progresso da nossa operação e reforçamos o nosso compromisso de investir em Fibra. Em junho, apresentamos para a Companhia, nos detalhes do processo e do Plano de Transformação da Oi. Para encerrar o ano, no nosso último encontro, agradecemos o comprometimento dos colaboradores em 2020, além de reforçar as perspectivas estratégicas e as atitudes essenciais para projetos avançando no Plano de Transformação da Companhia. Neste ano completamente digital, atastados fisicamente pelo Coronavírus, nossas iniciativas promoveram o engajamento interno com o objetivo de manter a conexão entre o colaborador e a Oi. Para isso, aproveitamos as datas comemorativas e nossos eventos patrocinados para fortalecer esse relacionamento. No total foram 12 ações digitais, disponíveis na intranet para os colaboradores de todo Brasil e podemos citar alguns exemplos: Carnaval, Dia das Mães, Correlê da Amizade Oi, Dia das Crianças, CCXP Worlds, Fim de Ano na Oi, além de ocasiões especiais como o Mural de fotos Oi, que marcou o período da refratada das perspectivas pessoais dos colaboradores nos nossos prédios e escritórios. Em 2020, tivemos que superar novos desafios, para manter a qualidade e a clareza nas nossas ações, que, neste ano, foram totalmente digitais. O Dia das Crianças é um bom exemplo, pois sempre foi um grande evento presencial nos prédios e, em 2020, foi idealizado com diversas atividades exclusivamente online com o objetivo de aproximar pais e filhos no home office. Mais de 5.500 colaboradores e mil colaboradores (filhos de colaboradores) puderam reforçar suas conexões em família durante o mês de outubro com as nossas atividades. No fim do ano, aproveitamos a atmosfera do encerramento de 2020, um ano difícil e diferente de todos os outros, para fortalecer esse relacionamento entre os colaboradores. Para isso, disponibilizamos cartões postais virtuais para que os colaboradores pudessem enviar para quem quisessem. Os cartões, além de contribuir para promoção de um ambiente com clima positivo na Companhia, reforçaram em suas mensagens as atitudes essenciais para a transformação da Oi. Nesta ação, tivemos cerca de 4.800 cartões postais enviados pelos colaboradores. Em 2020, a Oi patrocinou 45 projetos por todo o Brasil. Na categoria esporte, os principais foram o Onda do Bem, torneio retorno de surfe realizado em Ubatuba, sem público e totalmente voltado para a transmissão, que contou com uma ação solidária para arrecadação de doações para o projeto Ondas, e o STU SP, etapa do circuito nacional de skate Street, valendo pontos para o ranking olímpico da modalidade. Essa foi a primeira edição sem público e com transmissão 100% digital do STU, e a Oi foi responsável pela entrega de todos os links de dados necessários para operação do evento, o que inclui cabine de jurados, broadcast e sala de imprensa. Também ofereceu Oi Wi-Fi para os atletas e staff. Entre os projetos da plataforma de games e tecnologia destaca-se a CCXP Worlds, que aconteceu em formato digital se adaptando ao cenário mundial de pandemia. A Oi estava presente na arena de games, tendo a Oi Game Arena, divulgando o produto Oi Fibra como a internet oficial da CCXP, e foi o Market place oficial do evento, reunindo jogos para promover uma onda de agradecimento entre os colaboradores. Para isso, disponibilizamos cartões postais virtuais para que os colaboradores pudessem enviar para quem quisessem. Os cartões, além de contribuir para promoção de um ambiente com clima positivo na Companhia, reforçaram em suas mensagens as atitudes essenciais para a transformação da Oi. Nesta ação, tivemos cerca de 4.800 cartões postais enviados pelos colaboradores. Em 2020, a Oi patrocinou 45 projetos por todo o Brasil. Na categoria esporte, os principais foram o Onda do Bem, torneio retorno de surfe realizado em Ubatuba, sem público e totalmente voltado para a transmissão, que contou com uma ação solidária para arrecadação de doações para o projeto Ondas, e o STU SP, etapa do circuito nacional de skate Street, valendo pontos para o ranking olímpico da modalidade. Essa foi a primeira edição sem público e com transmissão 100% digital do STU, e a Oi foi responsável pela entrega de todos os links de dados necessários para operação do evento, o que inclui cabine de jurados, broadcast e sala de imprensa. Também ofereceu Oi Wi-Fi para os atletas e staff. Entre os projetos da plataforma de games e tecnologia destaca-se a CCXP Worlds, que aconteceu em formato digital se adaptando ao cenário mundial de pandemia. A Oi estava presente na arena de games, tendo a Oi Game Arena, divulgando o produto Oi Fibra como a internet oficial da CCXP, e foi o Market place oficial do evento, reunindo jogos para promover uma onda de agradecimento entre os colaboradores. Para isso, disponibilizamos cartões postais virtuais para que os colaboradores pudessem enviar para quem quisessem. Os cartões, além de contribuir para promoção de um ambiente com clima positivo na Companhia, reforçaram em suas mensagens as atitudes essenciais para a transformação da Oi. Nesta ação, tivemos cerca de 4.800 cartões postais enviados pelos colaboradores. Em 2020, a Oi patrocinou 45 projetos por todo o Brasil. Na categoria esporte, os principais foram o Onda do Bem, torneio retorno de surfe realizado em Ubatuba, sem público e totalmente voltado para a transmissão, que contou com uma ação solidária para arrecadação de doações para o projeto Ondas, e o STU SP, etapa do circuito nacional de skate Street, valendo pontos para o ranking olímpico da modalidade. Essa foi a primeira edição sem público e com transmissão 100% digital do STU, e a Oi foi responsável pela entrega de todos os links de dados necessários para operação do evento, o que inclui cabine de jurados, broadcast e sala de imprensa. Também ofereceu Oi Wi-Fi para os atletas e staff. Entre os projetos da plataforma de games e tecnologia destaca-se a CCXP Worlds, que aconteceu em formato digital se adaptando ao cenário mundial de pandemia. A Oi estava presente na arena de games, tendo a Oi Game Arena, divulgando o produto Oi Fibra como a internet oficial da CCXP, e foi o Market place oficial do evento, reunindo jogos para promover uma onda de agradecimento entre os colaboradores. Para isso, disponibilizamos cartões postais virtuais para que os colaboradores pudessem enviar para quem quisessem. Os cartões, além de contribuir para promoção de um ambiente com clima positivo na Companhia, reforçaram em suas mensagens as atitudes essenciais para a transformação da Oi. Nesta ação, tivemos cerca de 4.800 cartões postais enviados pelos colaboradores. Em 2020, a Oi patrocinou 45 projetos por todo o Brasil. Na categoria esporte, os principais foram o Onda do Bem, torneio retorno de surfe realizado em Ubatuba, sem público e totalmente voltado para a transmissão, que contou com uma ação solidária para arrecadação de doações para o projeto Ondas, e o STU SP, etapa do circuito nacional de skate Street, valendo pontos para o ranking olímpico da modalidade. Essa foi a primeira edição sem público e com transmissão 100% digital do STU, e a Oi foi responsável pela entrega de todos os links de dados necessários para operação do evento, o que inclui cabine de jurados, broadcast e sala de imprensa. Também ofereceu Oi Wi-Fi para os atletas e staff. Entre os projetos da plataforma de games e tecnologia destaca-se a CCXP Worlds, que aconteceu em formato digital se adaptando ao cenário mundial de pandemia. A Oi estava presente na arena de games, tendo a Oi Game Arena, divulgando o produto Oi Fibra como a internet oficial da CCXP, e foi o Market place oficial do evento, reunindo jogos para promover uma onda de agradecimento entre os colaboradores. Para isso, disponibilizamos cartões postais virtuais para que os colaboradores pudessem enviar para quem quisessem. Os cartões, além de contribuir para promoção de um ambiente com clima positivo na Companhia, reforçaram em suas mensagens as atitudes essenciais para a transformação da Oi. Nesta ação, tivemos cerca de 4.800 cartões postais enviados pelos colaboradores. Em 2020, a Oi patrocinou 45 projetos por todo o Brasil. Na categoria esporte, os principais foram o Onda do Bem, torneio retorno de surfe realizado em Ubatuba, sem público e totalmente voltado para a transmissão, que contou com uma ação solidária para arrecadação de doações para o projeto Ondas, e o STU SP, etapa do circuito nacional de skate Street, valendo pontos para o ranking olímpico da modalidade. Essa foi a primeira edição sem público e com transmissão 100% digital do STU, e a Oi foi responsável pela entrega de todos os links de dados necessários para operação do evento, o que inclui cabine de jurados, broadcast e sala de imprensa. Também ofereceu Oi Wi-Fi para os atletas e staff. Entre os projetos da plataforma de games e tecnologia destaca-se a CCXP Worlds, que aconteceu em formato digital se adaptando ao cenário mundial de pandemia. A Oi estava presente na arena de games, tendo a Oi Game Arena, divulgando o produto Oi Fibra como a internet oficial da CCXP, e foi o Market place oficial do evento, reunindo jogos para promover uma onda de agradecimento entre os colaboradores. Para isso, disponibilizamos cartões postais virtuais para que os colaboradores pudessem enviar para quem quisessem. Os cartões, além de contribuir para promoção de um ambiente com clima positivo na Companhia, reforçaram em suas mensagens as atitudes essenciais para a transformação da Oi. Nesta ação, tivemos cerca de 4.800 cartões postais enviados pelos colaboradores. Em 2020, a Oi patrocinou 45 projetos por todo o Brasil. Na categoria esporte, os principais foram o Onda do Bem, torneio retorno de surfe realizado em Ubatuba, sem público e totalmente voltado para a transmissão, que contou com uma ação solidária para arrecadação de doações para o projeto Ondas, e o STU SP, etapa do circuito nacional de skate Street, valendo pontos para o ranking olímpico da modalidade. Essa foi a primeira edição sem público e com transmissão 100% digital do STU, e a Oi foi responsável pela entrega de todos os links de dados necessários para operação do evento, o que inclui cabine de jurados, broadcast e sala de imprensa. Também ofereceu Oi Wi-Fi para os atletas e staff. Entre os projetos da plataforma de games e tecnologia destaca-se a CCXP Worlds, que aconteceu em formato digital se adaptando ao cenário mundial de pandemia. A Oi estava presente na arena de games, tendo a Oi Game Arena, divulgando o produto Oi Fibra como a internet oficial da CCXP, e foi o Market place oficial do evento, reunindo jogos para promover uma onda de agradecimento entre os colaboradores. Para isso, disponibilizamos cartões postais virtuais para que os colaboradores pudessem enviar para quem quisessem. Os cartões, além de contribuir para promoção de um ambiente com clima positivo na Companhia, reforçaram em suas mensagens as atitudes essenciais para a transformação da Oi. Nesta ação, tivemos cerca de 4.800 cartões postais enviados pelos colaboradores. Em 2020, a Oi patrocinou 45 projetos por todo o Brasil. Na categoria esporte, os principais foram o Onda do Bem, torneio retorno de surfe realizado em Ubatuba, sem público e totalmente voltado para a transmissão, que contou com uma ação solidária para arrecadação de doações para o projeto Ondas, e o STU SP, etapa do circuito nacional de skate Street, valendo pontos para o ranking olímpico da modalidade. Essa foi a primeira edição sem público e com transmissão 100% digital do STU, e a Oi foi responsável pela entrega de todos os links de dados necessários para operação do evento, o que inclui cabine de jurados, broadcast e sala de imprensa. Também ofereceu Oi Wi-Fi para os atletas e staff. Entre os projetos da plataforma de games e tecnologia destaca-se a CCXP Worlds, que aconteceu em formato digital se adaptando ao cenário mundial de pandemia. A Oi estava presente na arena de games, tendo a Oi Game Arena, divulgando o produto Oi Fibra como a internet oficial da CCXP, e foi o Market place oficial do evento, reunindo jogos para promover uma onda de agradecimento entre os colaboradores. Para isso, disponibilizamos cartões postais virtuais para que os colaboradores pudessem enviar para quem quisessem. Os cartões, além de contribuir para promoção de um ambiente com clima positivo na Companhia, reforçaram em suas mensagens as atitudes essenciais para a transformação da Oi. Nesta ação, tivemos cerca de 4.800 cartões postais enviados pelos colaboradores. Em 2020, a Oi patrocinou 45 projetos por todo o Brasil. Na categoria esporte, os principais foram o Onda do Bem, torneio retorno de surfe realizado em Ubatuba, sem público e totalmente voltado para a transmissão, que contou com uma ação solidária para arrecadação de doações para o projeto Ondas, e o STU SP, etapa do circuito nacional de skate Street, valendo pontos para o ranking olímpico da modalidade. Essa foi a primeira edição sem público e com transmissão 100% digital do STU, e a Oi foi responsável pela entrega de todos os links de dados necessários para operação do evento, o que inclui cabine de jurados, broadcast e sala de imprensa. Também ofereceu Oi Wi-Fi para os atletas e staff. Entre os projetos da plataforma de games e tecnologia destaca-se a CCXP Worlds, que aconteceu em formato digital se adaptando ao cenário mundial de pandemia. A Oi estava presente na arena de games, tendo a Oi Game Arena, divulgando o produto Oi Fibra como a internet oficial da CCXP, e foi o Market place oficial do evento, reunindo jogos para promover uma onda de agradecimento entre os colaboradores. Para isso, disponibilizamos cartões postais virtuais para que os colaboradores pudessem enviar para quem quisessem. Os cartões, além de contribuir para promoção de um ambiente com clima positivo na Companhia, reforçaram em suas mensagens as atitudes essenciais para a transformação da Oi. Nesta ação, tivemos cerca de 4.800 cartões postais enviados pelos colaboradores. Em 2020, a Oi patrocinou 45 projetos por todo o Brasil. Na categoria esporte, os principais foram o Onda do Bem, torneio retorno de surfe realizado em Ubatuba, sem público e totalmente voltado para a transmissão, que contou com uma ação solidária para arrecadação de doações para o projeto Ondas, e o STU SP, etapa do circuito nacional de skate Street, valendo pontos para o ranking olímpico da modalidade. Essa foi a primeira edição sem público e com transmissão 100% digital do STU, e a Oi foi responsável pela entrega de todos os links de dados necessários para operação do evento, o que inclui cabine de jurados, broadcast e sala de imprensa. Também ofereceu Oi Wi-Fi para os atletas e staff. Entre os projetos da plataforma de games e tecnologia destaca-se a CCXP Worlds, que aconteceu em formato digital se adaptando ao cenário mundial de pandemia. A Oi estava presente na arena de games, tendo a Oi Game Arena, divulgando o produto Oi Fibra como a internet oficial da CCXP, e foi o Market place oficial do evento, reunindo jogos para promover uma onda de agradecimento entre os colaboradores. Para isso, disponibilizamos cartões postais virtuais para que os colaboradores pudessem enviar para quem quisessem. Os cartões, além de contribuir para promoção de um ambiente com clima positivo na Companhia, reforçaram em suas mensagens as atitudes essenciais para a transformação da Oi. Nesta ação, tivemos cerca de 4.800 cartões postais enviados pelos colaboradores. Em 2020, a Oi patrocinou 45 projetos por todo o Brasil. Na categoria esporte, os principais foram o Onda do Bem, torneio retorno de surfe realizado em Ubatuba, sem público e totalmente voltado para a transmissão, que contou com uma ação solidária para arrecadação de doações para o projeto Ondas, e o STU SP, etapa do circuito nacional de skate Street, valendo pontos para o ranking olímpico da modalidade. Essa foi a primeira edição sem público e com transmissão 100% digital do STU, e a Oi foi responsável pela entrega de todos os links de dados necessários para operação do evento, o que inclui cabine de jurados, broadcast e sala de imprensa. Também ofereceu Oi Wi-Fi para os atletas e staff. Entre os projetos da plataforma de games e tecnologia destaca-se a CCXP Worlds, que aconteceu em formato digital se adaptando ao cenário mundial de pandemia. A Oi estava presente na arena de games, tendo a Oi Game Arena, divulgando o produto Oi Fibra como a internet oficial da CCXP, e foi o Market place oficial do evento, reunindo jogos para promover uma onda de agradecimento entre os colaboradores. Para isso, disponibilizamos cartões postais virtuais para que os colaboradores pudessem enviar para quem quisessem. Os cartões, além de contribuir para promoção de um ambiente com clima positivo na Companhia, reforçaram em suas mensagens as atitudes essenciais para a transformação da Oi. Nesta ação, tivemos cerca de 4.800 cartões postais enviados pelos colaboradores. Em 2020, a Oi patrocinou 45 projetos por todo o Brasil. Na categoria esporte, os principais foram o Onda do Bem, torneio retorno de surfe realizado em Ubatuba, sem público e totalmente voltado para a transmissão, que contou com uma ação solidária para arrecadação de doações para o projeto Ondas, e o STU SP, etapa do circuito nacional de skate Street, valendo pontos para o ranking olímpico da modalidade. Essa foi a primeira edição sem público e com transmissão 100% digital do STU, e a Oi foi responsável pela entrega de todos os links de dados necessários para operação do evento, o que inclui cabine de jurados, broadcast e sala de imprensa. Também ofereceu Oi Wi-Fi para os atletas e staff. Entre os projetos da plataforma de games e tecnologia destaca-se a CCXP Worlds, que aconteceu em formato digital se adaptando ao cenário mundial de pandemia. A Oi estava presente na arena de games, tendo a Oi Game Arena, divulgando o produto Oi Fibra como a internet oficial da CCXP, e foi o Market place oficial do evento, reunindo jogos para promover uma onda de agradecimento entre os colaboradores. Para isso, disponibilizamos cartões postais virtuais para que os colaboradores pudessem enviar para quem quisessem. Os cartões, além de contribuir para promoção de um ambiente com clima positivo na Companhia, reforçaram em suas mensagens as atitudes essenciais para a transformação da Oi. Nesta ação, tivemos cerca de 4.800 cartões postais enviados pelos colaboradores. Em 2020, a Oi patrocinou 45 projetos por todo o Brasil. Na categoria esporte, os principais foram o Onda do Bem, torneio retorno de surfe realizado em Ubatuba, sem público e totalmente voltado para a transmissão, que contou com uma ação solidária para arrecadação de doações para o projeto Ondas, e o STU SP, etapa do circuito nacional de skate Street, valendo pontos para o ranking olímpico da modalidade. Essa foi a primeira edição sem público e com transmissão 100% digital do STU, e a Oi foi responsável pela entrega de todos os links de dados necessários para operação do evento, o que inclui cabine de jurados, broadcast e sala de imprensa. Também ofereceu Oi Wi-Fi para os atletas e staff. Entre os projetos da plataforma de games e tecnologia destaca-se a CCXP Worlds, que aconteceu em formato digital se adaptando ao cenário mundial de pandemia. A Oi estava presente na arena de games, tendo a Oi Game Arena, divulgando o produto Oi Fibra como a internet oficial da CCXP, e foi o Market place oficial do evento, reunindo jogos para promover uma onda de agradecimento entre os colaboradores. Para isso, disponibilizamos cartões postais virtuais para que os colaboradores pudessem enviar para quem quisessem. Os cartões, além de contribuir para promoção de um ambiente com clima positivo na Companhia, reforçaram em suas mensagens as atitudes essenciais para a transformação da Oi. Nesta ação, tivemos cerca de 4.800 cartões postais enviados pelos colaboradores. Em 2020, a Oi patrocinou 45 projetos por todo o Brasil. Na categoria esporte, os principais foram o Onda do Bem, torneio retorno de surfe realizado em Ubatuba, sem público e totalmente voltado para a transmissão, que contou com uma ação solidária para arrecadação de doações para o projeto Ondas, e o STU SP, etapa do circuito nacional de skate Street, valendo pontos para o ranking olímpico da modalidade. Essa foi a primeira edição sem público e com transmissão 100% digital do STU, e a Oi foi responsável pela entrega de todos os links de dados necessários para operação do evento, o que inclui cabine de jurados, broadcast e sala de imprensa. Também ofereceu Oi Wi-Fi para os atletas e staff. Entre os projetos da plataforma de games e tecnologia destaca-se a CCXP Worlds, que aconteceu em formato digital se adaptando ao cenário mundial de pandemia. A Oi estava presente na arena de games, tendo a Oi Game Arena, divulgando o produto Oi Fibra como a internet oficial da CCXP, e foi o Market place oficial do evento, reunindo jogos para promover uma onda de agradecimento entre os colaboradores. Para isso, disponibilizamos cartões postais virtuais para que os colaboradores pudessem enviar para quem quisessem. Os cartões, além de contribuir para promoção de um ambiente com clima positivo na Companhia, reforçaram em suas mensagens as atitudes essenciais para a transformação da Oi. Nesta ação, tivemos cerca de 4.800 cartões postais enviados pelos colaboradores. Em 2020, a Oi patrocinou 45 projetos por todo o Brasil. Na categoria esporte, os principais foram o Onda do Bem, torneio retorno de surfe realizado em Ubatuba, sem público e totalmente voltado para a transmissão, que contou com uma ação solidária para arrecadação de doações para o projeto Ondas, e o STU SP, etapa do circuito nacional de skate Street, valendo pontos para o ranking olímpico da modalidade. Essa foi a primeira edição sem público e com transmissão 100% digital do STU, e a Oi foi responsável pela entrega de todos os links de dados necessários para operação do evento, o que inclui cabine de jurados, broadcast e sala de imprensa. Também ofereceu Oi Wi-Fi para os atletas e staff. Entre os projetos da plataforma de games e tecnologia destaca-se a CCXP Worlds, que aconteceu em formato digital se adaptando ao cenário mundial de pandemia. A Oi estava presente na arena de games, tendo a Oi Game Arena, divulgando o produto Oi Fibra como a internet oficial da CCXP, e foi o Market place oficial do evento, reunindo jogos para promover uma onda de agradecimento entre os colaboradores. Para isso, disponibilizamos cartões postais virtuais para que os colaboradores pudessem enviar para quem quisessem. Os cartões, além de contribuir para promoção de um ambiente com clima positivo na Companhia, reforçaram em suas mensagens as atitudes essenciais para a transformação da Oi. Nesta ação, tivemos cerca de 4.800 cartões postais enviados pelos colaboradores. Em 2020, a Oi patrocinou 45 projetos por todo o Brasil. Na categoria esporte, os principais foram o Onda do Bem, torneio retorno de surfe realizado em Ubatuba, sem público e totalmente voltado para a transmissão, que contou com uma ação solidária para arrecadação de doações para o projeto Ondas, e o STU SP, etapa do circuito nacional de skate Street, valendo pontos para o ranking olímpico da modalidade. Essa foi a primeira edição sem público e com transmissão 100% digital do STU, e a Oi foi responsável pela entrega de todos os links de dados necessários para operação do evento, o que inclui cabine de jurados, broadcast e sala de imprensa. Também ofereceu Oi Wi-Fi para os atletas e staff. Entre os projetos da plataforma de games e tecnologia destaca-se a CCXP Worlds, que aconteceu em formato digital se adaptando ao cenário mundial de pandemia. A Oi estava presente na arena de games, tendo a Oi Game Arena, divulgando o produto Oi Fibra como a internet oficial da CCXP, e foi o Market place oficial do evento, reunindo jogos para promover uma onda de agradecimento entre os colaboradores. Para isso, disponibilizamos cartões postais virtuais para que os colaboradores pudessem enviar para quem quisessem. Os cartões, além de contribuir para promoção de um ambiente com clima positivo na Companhia, reforçaram em suas mensagens as atitudes essenciais para a transformação da Oi. Nesta ação, tivemos cerca de 4.800 cartões postais enviados pelos colaboradores. Em 2020, a Oi patrocinou 45 projetos por todo o Brasil. Na categoria esporte, os principais foram o Onda do Bem, torneio retorno de surfe realizado em Ubatuba, sem público e totalmente voltado para a transmissão, que contou com uma ação solidária para arrecadação de doações para o projeto Ondas, e o STU SP, etapa do circuito nacional de skate Street, valendo pontos para o ranking olímpico da modalidade. Essa foi a primeira edição sem público e com transmissão 100% digital do STU, e a Oi foi responsável pela entrega de todos os links de dados necessários para operação do evento, o que inclui cabine de jurados, broadcast e sala de imprensa. Também ofereceu Oi Wi-Fi para os atletas e staff. Entre os projetos da plataforma de games e tecnologia destaca-se a CCXP Worlds, que aconteceu em formato digital se adaptando ao cenário mundial de pandemia. A Oi estava presente na arena de games, tendo a Oi Game Arena, divulgando o produto Oi Fibra como a internet oficial da CCXP, e foi o Market place oficial do evento, reunindo jogos para promover uma onda de agradecimento entre os colaboradores. Para isso, disponibilizamos cartões postais virtuais para que os colaboradores pudessem enviar para quem quisessem. Os cartões, além de contribuir para promoção de um ambiente com clima positivo na Companhia, reforçaram em suas mensagens as atitudes essenciais para a transformação da Oi. Nesta ação, tivemos cerca de 4.800 cartões postais enviados pelos colaboradores. Em 2020, a Oi patrocinou 45 projetos por todo o Brasil. Na categoria esporte, os principais foram o Onda do Bem, torneio retorno de surfe realizado em Ubatuba, sem público e totalmente voltado para a transmissão, que contou com uma ação solidária para arrecadação de doações para o projeto Ondas, e o STU SP, etapa do circuito nacional de skate Street, valendo pontos para o ranking olímpico da modalidade. Essa foi a primeira edição sem público e com transmissão 100% digital do STU, e a Oi foi responsável pela entrega de todos os links de dados necessários para operação do evento, o que inclui cabine de jurados, broadcast e sala de imprensa. Também ofereceu Oi Wi-Fi para os atletas e staff. Entre os projetos da plataforma de games e tecnologia destaca-se a CCXP Worlds, que aconteceu em formato digital se adaptando ao cenário mundial de pandemia. A Oi estava presente na arena de games, tendo a Oi Game Arena, divulgando o produto Oi Fibra como a internet oficial da CCXP, e foi o Market place oficial do evento, reunindo jogos para promover uma onda de agradecimento entre os colaboradores. Para isso, disponibilizamos cartões postais virtuais para que os colaboradores pudessem enviar para quem quisessem. Os cartões, além de contribuir para promoção de um ambiente com clima positivo na Companhia, reforçaram em suas mensagens as atitudes essenciais para a transformação da Oi. Nesta ação, tivemos cerca de 4.800 cartões postais enviados pelos colaboradores. Em 2020, a Oi patrocinou 45 projetos por todo o Brasil. Na categoria esporte, os principais foram o Onda do Bem, torneio retorno de surfe realizado em Ubatuba, sem público e totalmente voltado para a transmissão, que contou com uma ação solidária para arrecadação de doações para o projeto Ondas, e o STU SP, etapa do circuito nacional de skate Street, valendo pontos para o ranking olímpico da modalidade. Essa foi a primeira edição sem público e com transmissão 100% digital do STU, e a Oi foi responsável pela entrega de todos os links de dados necessários para operação do evento, o que inclui cabine de jurados, broadcast e sala de imprensa. Também ofereceu Oi Wi-Fi para os atletas e staff. Entre os projetos da plataforma de games e tecnologia destaca-se a CCXP Worlds, que aconteceu em formato digital se adaptando ao cenário mundial de pandemia. A Oi estava presente na arena de games, tendo a Oi Game Arena, divulgando o produto Oi Fibra como a internet oficial da CCXP, e foi o Market place oficial do evento, reunindo jogos para promover uma onda de agradecimento entre os colaboradores. Para isso, disponibilizamos cartões postais virtuais para que os colaboradores pudessem enviar para quem quisessem. Os cartões, além de contribuir para promoção de um ambiente com clima positivo na Companhia, reforçaram em suas mensagens as atitudes essenciais para a transformação da Oi. Nesta ação, tivemos cerca de 4.800 cartões postais enviados pelos colaboradores. Em 2020, a Oi patrocinou 45 projetos por todo o Brasil. Na categoria esporte, os principais foram o Onda do Bem, torneio retorno de surfe realizado em Ubatuba, sem público e totalmente voltado para a transmissão, que contou com uma ação solidária para arrecadação de doações para o projeto Ondas, e o STU SP, etapa do circuito nacional de skate Street, valendo pontos para o ranking olímpico da modalidade. Essa foi a primeira edição sem público e com transmissão 100% digital do STU, e a Oi foi responsável pela entrega de todos os links de dados necessários para operação do evento, o que inclui cabine de jurados, broadcast e sala de imprensa. Também ofereceu Oi Wi-Fi para os atletas e staff. Entre os projetos da plataforma de games e tecnologia destaca-se a CCXP Worlds, que aconteceu em formato digital se adaptando ao cenário mundial de pandemia. A Oi estava presente na arena de games, tendo a Oi Game Arena, divulgando o produto Oi Fibra como a internet oficial da CCXP, e foi o Market place oficial do evento, reunindo jogos para promover uma onda de agradecimento entre os colaboradores. Para isso, disponibilizamos cartões postais virtuais para que os colaboradores pudessem enviar para quem quisessem. Os cartões, além de contribuir para promoção de um ambiente com clima positivo na Companhia, reforçaram em suas mensagens as atitudes essenciais para a transformação da Oi. Nesta ação, tivemos cerca de 4.800 cartões postais enviados pelos colaboradores. Em 2020, a Oi patrocinou 45 projetos por todo o Brasil. Na categoria esporte, os principais foram o Onda do Bem, torneio retorno de surfe realizado em Ubatuba, sem público e totalmente voltado para a transmissão, que contou com uma ação solidária para arrecadação de doações para o projeto Ondas, e o STU SP, etapa do circuito nacional de skate Street, valendo pontos para o ranking olímpico da modalidade. Essa foi a primeira edição sem público e com transmissão 100% digital do STU, e a Oi foi responsável pela entrega de todos os links de dados necessários para operação do evento, o que inclui cabine de jurados, broadcast e sala de imprensa. Também ofereceu Oi Wi-Fi para os atletas e staff. Entre os projetos da plataforma de games e tecnologia destaca-se a CCXP Worlds, que aconteceu em formato digital se adaptando ao cenário mundial de pandemia. A Oi estava presente na arena de games, tendo a Oi Game Arena, divulgando o produto Oi Fibra como a internet oficial da CCXP, e foi o Market place oficial do evento, reunindo jogos para promover uma onda de agradecimento entre os colaboradores. Para isso, disponibilizamos cartões postais virtuais para que os colaboradores pudessem enviar para quem quisessem. Os cartões, além de contribuir para promoção de um ambiente com clima positivo na Companhia, reforçaram em suas mensagens as atitudes essenciais para a transformação da Oi. Nesta ação, tivemos cerca de 4.800 cartões postais enviados pelos colaboradores. Em 2020, a Oi patrocinou 45 projetos por todo o Brasil. Na categoria esporte, os principais foram o Onda do Bem, torneio retorno de surfe realizado em Ubatuba, sem público e totalmente voltado para a transmissão, que contou com uma ação solidária para arrecadação de doações para o projeto Ondas, e o STU SP, etapa do circuito nacional de skate Street, valendo pontos para o ranking olímpico da modalidade. Essa foi a primeira edição sem público e com transmissão 100% digital do STU, e a Oi foi responsável pela entrega de todos os links de dados necessários para operação do evento, o que inclui cabine de jurados, broadcast e sala de imprensa. Também ofereceu Oi Wi-Fi para os atletas e staff. Entre os projetos da plataforma de games e tecnologia destaca-se a CCXP Worlds, que aconteceu em formato digital se adaptando ao cenário mundial de pandemia. A Oi estava presente na arena de games, tendo a Oi Game Arena, divulgando o produto Oi Fibra como a internet oficial da CCXP, e foi o Market place oficial do evento, reunindo jogos para promover uma onda de agradecimento entre os colaboradores. Para isso, disponibilizamos cartões postais virtuais para que os colaboradores pudessem enviar para quem quisessem. Os cartões, além de contribuir para promoção de um ambiente com clima positivo na Companhia, reforçaram em suas mensagens as atitudes essenciais para a transformação da Oi. Nesta ação, tivemos cerca de 4.800 cartões postais enviados pelos colaboradores. Em 2020, a Oi patrocinou 45 projetos por todo o Brasil. Na categoria esporte, os principais foram o Onda do Bem, torneio retorno de surfe realizado em Ubatuba, sem público e totalmente voltado para a transmissão, que contou com uma ação solidária para arrecadação de doações para o projeto Ondas, e o STU SP, etapa do circuito nacional de skate Street, valendo pontos para o ranking olímpico da modalidade. Essa foi a primeira edição sem público e com transmissão 100% digital do STU, e a Oi foi responsável pela entrega de todos os links de dados necessários para operação do evento, o que inclui cabine de jurados, broadcast e sala de imprensa. Também ofereceu Oi Wi-Fi para os atletas e staff. Entre os projetos da plataforma de games e tecnologia destaca-se a CCXP Worlds, que aconteceu em formato digital se adaptando ao cenário mundial de pandemia. A Oi estava presente na arena de games, tendo a Oi Game Arena, divulgando o produto Oi Fibra como a internet oficial da CCXP, e foi o Market place oficial do evento, reunindo jogos para promover uma onda de agradecimento entre os colaboradores. Para isso, disponibilizamos cartões postais virtuais para que os colaboradores pudessem enviar para quem quisessem. Os cartões, além de contribuir para promoção de um ambiente com clima positivo na Companhia, reforçaram em suas mensagens as atitudes essenciais para a transformação da Oi. Nesta ação, tivemos cerca de 4.800 cartões postais enviados pelos colaboradores. Em 2020, a Oi patrocinou 45 projetos por todo o Brasil. Na categoria esporte, os principais foram o Onda do Bem, torneio retorno de surfe realizado em Ubatuba, sem público e totalmente voltado para a transmissão, que contou com uma ação solidária para arrecadação de doações para o projeto Ondas, e o STU SP, etapa do circuito nacional de skate Street, valendo pontos para o ranking olímpico da modalidade. Essa foi a primeira edição sem público e com transmissão 100% digital do STU, e a Oi foi responsável pela entrega de todos os links de dados necessários para operação do evento, o que inclui cabine de jurados, broadcast e sala de imprensa. Também ofereceu Oi Wi-Fi para os atletas e staff. Entre os projetos da plataforma de games e tecnologia destaca-se a CCXP Worlds, que aconteceu em formato digital se adaptando ao cenário mundial de pandemia. A Oi estava presente na arena de games, tendo a Oi Game Arena, divulgando o produto Oi Fibra como a internet oficial da CCXP, e foi o Market place oficial do evento, reunindo jogos para promover uma onda de agradecimento entre os colaboradores. Para isso, disponibilizamos cartões postais virtuais para que os colaboradores pudessem enviar para quem quisessem. Os cartões, além de contribuir para promoção de um ambiente com clima positivo na Companhia, reforçaram em suas mensagens as atitudes essenciais para a transformação da Oi. Nesta ação, tivemos cerca de 4.800 cartões postais enviados pelos colaboradores. Em 2020, a Oi patrocinou 45 projetos por todo o Brasil. Na categoria esporte, os principais foram o Onda do Bem, torneio retorno de surfe realizado em Ubatuba, sem público e totalmente voltado para a transmissão, que contou com uma ação solidária para arrecadação de doações para o projeto Ondas, e o STU SP, etapa do circuito nacional de skate Street, valendo pontos para o ranking olímpico da modalidade. Essa foi a primeira edição sem público e com transmissão 100% digital do STU, e a Oi foi responsável pela entrega de todos os links de dados necessários para operação do evento, o que inclui cabine de jurados, broadcast e sala de imprensa. Também ofereceu Oi Wi-Fi para os atletas e staff. Entre os projetos da plataforma de games e tecnologia destaca-se a CCXP Worlds, que aconteceu em formato digital se adaptando ao cenário mundial de pandemia. A Oi estava presente na arena de games, tendo a Oi Game Arena, divulgando o produto Oi Fibra como a internet oficial da CCXP, e foi o Market place oficial do evento, reunindo jogos para promover uma onda de agradecimento entre os colaboradores. Para isso, disponibilizamos cartões postais virtuais para que os colaboradores pudessem enviar para quem quisessem. Os cartões, além de contribuir para promoção de um ambiente com clima positivo na Companhia, reforçaram em suas mensagens as atitudes essenciais para a transformação da Oi. Nesta ação,



## Oi S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Nota	Controladora		Reapresentado		Controladora		Reapresentado	
		2020	2019			2020	2019		
Receitas de vendas e/ou serviços	4 e 5	3.545.254	3.726.700	9.284.303	10.492.096				
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	5	(2.669.653)	(3.063.156)	(7.271.335)	(7.982.595)				
<b>Lucro bruto</b>		<b>875.601</b>	<b>663.544</b>	<b>2.012.968</b>	<b>2.509.501</b>				
Receitas (despesas) operacionais									
Resultado de equivalência patrimonial	5 e 15	(11.493.323)	(6.169.801)	31.624	(5.174)				
Despesas com vendas	5	(586.690)	(820.647)	(2.217.796)	(2.607.049)				
Despesas gerais e administrativas	5	(873.266)	(860.290)	(2.748.473)	(2.781.460)				
Outras receitas operacionais	5	2.383.573	1.747.031	4.727.424	4.096.067				
Outras despesas operacionais	5	(921.245)	(2.168.841)	(3.616.966)	(5.809.548)				
		(11.490.951)	(8.278.548)	(3.824.187)	(1.071.164)				
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos</b>		<b>(10.615.350)</b>	<b>(7.615.004)</b>	<b>(1.811.219)</b>	<b>(4.597.663)</b>				
Receitas financeiras	5 e 6	10.850.449	2.653.026	4.202.220	2.631.713				
Despesas financeiras	5 e 6	(14.502.225)	(4.022.168)	(16.869.792)	(8.008.346)				
<b>Resultado financeiro</b>	5 e 6	<b>(3.651.776)</b>	<b>(1.374.142)</b>	<b>(12.787.572)</b>	<b>(5.376.635)</b>				
<b>Prejuízo antes das tributações</b>		<b>(14.267.126)</b>	<b>(8.989.146)</b>	<b>(14.598.791)</b>	<b>(9.974.298)</b>				
Imposto de renda e contribuição social									
Corrente	7	690	797	(20.975)	(56.303)				
Diferido	7	3.736.483	(12.085)	3.571.895	69.041				
<b>Prejuízo das operações continuadas</b>		<b>(10.529.963)</b>	<b>(9.000.434)</b>	<b>(11.047.871)</b>	<b>(9.961.560)</b>				
Operações descontinuadas									
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)	31			519.372	866.453				
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(10.529.963)</b>	<b>(9.000.434)</b>	<b>(10.528.499)</b>	<b>(9.095.107)</b>				
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores		(10.529.963)	(9.000.434)	(10.529.963)	(9.000.434)				
Prejuízo atribuído aos acionistas não controladores				1.464	(94.673)				
Prejuízo alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas		(10.254.142)	(8.764.803)	(10.254.142)	(8.764.803)				
Prejuízo alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas		(275.821)	(235.631)	(275.821)	(235.631)				
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)									
Ações ordinárias – básicas e diluídas		5.796.448	5.788.447	5.796.448	5.788.447				
Ações preferenciais – básicas e diluídas		155.915	155.615	155.915	155.615				
Prejuízo básico e diluído por ação:									
Ações ordinárias – básicas e diluídas (R\$)	26(f)	(1,77)	(1,51)	(1,77)	(1,51)				
Ações preferenciais – básicas e diluídas (R\$)		(1,77)	(1,51)	(1,77)	(1,51)				
Prejuízo básico e diluído por ação – Operações continuadas:									
Ações ordinárias – básicas e diluídas (R\$)	26(f)			(1,86)	(1,66)				
Ações preferenciais – básicas e diluídas (R\$)				(1,86)	(1,66)				
Prejuízo básico por ação – Operações descontinuadas:									
Ações ordinárias – básicas e diluídas (R\$)	26(f)			0,09	0,15				
Ações preferenciais – básicas e diluídas (R\$)				0,09	0,15				
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.									
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									
		Controladora		Reapresentado		Controladora		Reapresentado	
		2020	2019			2020	2019		
Prejuízo do exercício		(10.529.963)	(9.000.434)	(10.528.499)	(9.095.107)				
Perda de contabilidade de "hedge"		(2.409)	(1.152)	(2.409)	(1.152)				
Ganho (Perda) atuarial		580.134	579.895	579.895	580.134				
Variação cambial sobre investimento no exterior		53.404	(13.734)	99.966	(16.372)				
<b>Resultado abrangente de operações continuadas</b>		<b>(9.898.834)</b>	<b>(9.025.115)</b>	<b>(9.850.986)</b>	<b>(9.122.535)</b>				
Operações descontinuadas				178	109				
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>(9.898.834)</b>	<b>(9.025.115)</b>	<b>(9.850.808)</b>	<b>(9.122.426)</b>				
Resultado abrangente atribuído ao acionista controlador		(9.898.834)	(9.025.115)	(9.898.834)	(9.025.115)				
Resultado abrangente atribuído ao acionista não controlador				48.026	(97.311)				
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.									
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									
		Controladora		Reapresentado		Controladora		Reapresentado	
		2020	2019			2020	2019		
Receitas									
Vendas de serviços e mercadorias		4.523.709	4.919.559	12.267.543	13.700.263				
Descontos incondicionais e devoluções		(9.188)	(4.732)	(277.922)	(102.904)				
Perdas esperadas em contas a receber de clientes		(5.222)	(116.676)	(133.684)	(299.101)				
Outras receitas		1.237.762	1.733.731	3.516.001	4.011.939				
		5.747.061	6.531.882	15.371.938	17.310.197				
Insuamos adquiridos de terceiros									
Custos com interconexão		(74.642)	(93.123)	(169.453)	(176.592)				
Materiais e energia		(410.466)	(453.272)	(1.133.281)	(931.006)				
Custos de mercadorias vendidas		(11.558)	(11.558)	(249.966)	(249.966)				
Serviços de terceiros		(1.406.605)	(1.714.298)	(3.658.035)	(4.294.748)				
Outros		(61.384)	(85.930)	(193.099)	(260.427)				
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>(1.953.097)</b>	<b>(2.346.623)</b>	<b>(5.165.426)</b>	<b>(5.912.739)</b>				
Retenções		3.793.964	4.185.259	10.206.512	11.397.458				
Depreciação e amortização		(1.504.162)	(1.736.318)	(4.341.706)	(4.537.584)				
Provisões/Reversões (inclui atualização monetária)		(389.744)	(98.078)	(1.013.593)	(1.801.240)				
Reversão / (Perdas) com imparidade		1.129.708	(2.111.022)	1.129.708	(2.111.022)				
Resultado de operações descontinuadas				519.372	866.453				
Outras despesas		(802.647)	(249.793)	(2.638.084)	(3.615.292)				
		(1.155.645)	(4.195.211)	(6.344.303)	(11.198.685)				
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>		<b>2.227.119</b>	<b>(9.952)</b>	<b>3.862.209</b>	<b>198.773</b>				
Valor adicionado recebido em transferência									
Equivalência patrimonial		(11.493.323)	(6.169.801)	31.624	(5.174)				
Receitas financeiras		10.850.449	2.653.026	4.202.220	2.631.713				
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>(642.874)</b>	<b>(3.516.775)</b>	<b>4.233.844</b>	<b>2.626.539</b>				
Atribuição do valor adicionado									
Pessoal									
Remuneração direta		(283.398)	(282.871)	(1.182.245)	(1.215.781)				
Benefícios		(76.272)	(77.590)	(327.438)	(327.438)				
FGTS		(18.951)	(20.462)	(65.492)	(99.601)				
Outros		(6.913)	(6.347)	(44.313)	(47.456)				
		(385.534)	(387.276)	(1.579.380)	(1.690.276)				
Impostos e taxas									
Federais		3.742.918	27.674	3.131.454	(345.434)				
Estaduais		(768.822)	(968.552)	(2.245.307)	(2.603.365)				
Municipais		(22.993)	(16.175)	(252.635)	(273.115)				
		2.951.103	(957.053)	633.512	(3.221.914)				
Remuneração de capital de terceiros									
Juros e demais encargos financeiros		(14.222.730)	(3.689.019)	(16.205.876)	(6.623.351)				
Aluguéis, arrendamentos e seguros		(457.047)	(440.359)	(1.481.808)	(384.878)				
		(14.679.777)	(4.129.378)	(17.687.684)	(7.008.229)				
Remuneração de capitais próprios									
Participações de acionistas não controladores				(1.464)	94.673				
Prejuízos retidos		10.529.963	9.000.434	10.529.963	9.000.434				
		10.529.963	9.000.434	10.529.963	9.095.107				
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<b>(1.584.245)</b>	<b>3.526.727</b>	<b>(8.096.053)</b>	<b>(2.825.312)</b>				
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.									
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									
		Controladora		Reapresentado		Controladora		Reapresentado	
		2020	2019			2020	2019		
Em 1 de janeiro de 2019		32.038.471	32.038.471	32.038.471	32.038.471				
Aumento do capital social		500.466		500.466	500.466				
Custo na emissão de ações		(423.644)		(423.644)	(423.644)				
Recompra das Ações									
Acordo Pharol (Nota 1)									
Prejuízo do exercício									
Absorção de reservas de capital									
Outros resultados abrangentes									
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>32.538.937</b>	<b>(801.073)</b>	<b>3.906.771</b>	<b>(33.315)</b>	<b>(172.7954)</b>	<b>(233.040)</b>	<b>176.502</b>	<b>177.506</b>
Lucro (Prejuízo) do exercício									
Outros resultados abrangentes									
Redução de participação de não controladores									
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>32.538.937</b>	<b>(801.073)</b>	<b>3.906.771</b>	<b>(33.315)</b>	<b>(28.257.917)</b>	<b>398.089</b>	<b>7.751.492</b>	<b>7.759.910</b>
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.									







COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

000.033.920, com sede na Rua do Lavradio, 71, nº 201/801, Centro, CEP 20230-020, Rio de Janeiro, RJ, no Estado do Rio de Janeiro ("SPE Data Center"), cujas ações serão detidas pela Oi, Telemar e Oi Móvel, constituída especificamente para fins de alienação da SPE Data Center no âmbito do Procedimento Competitivo para aquisição das participações integralizadas ali mencionadas, necessárias aos Ativos, Passivos e Direitos UPI Data Center, descritos no Anexo 5.3.3 do Aditamento ao PRJ e no Edital UPI Data Center. Em 26 de novembro de 2020, a Companhia divulgou Fato Relevante informando as suas acionistas e ao mercado em geral que se realizou no Juízo da Recuperação Judicial o primeiro leilão público de venda da SPE Data Center no âmbito do procedimento competitivo de alienação da UPI Data Center, na forma e nos termos previstos no Aditamento ao PRJ e do Edital UPI Data Center. Durante a audiência, verificou-se a existência de apenas uma proposta fechada para aquisição da SPE Data Center por parte da Titular, a qual foi aceita pelo Conselho de Administração da Titular ("Titlar") nos exatos termos e condições da proposta vinculante para aquisição da UPI Data Center por esta apresentada, conforme descrito no Fato Relevante datado de 15 de junho de 2020, no valor de R\$ 325.000.000,00 (trezentos e vinte e cinco milhões de reais) mais o pagamento de um adicional de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais); e (ii) o valor remanescente de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) em parcelas a serem pagas na forma e prazo previstos na respectiva proposta vinculante e no respectivo Contrato de Compra e Venda, de acordo com a qual, parte dos pagamentos deverão ser efetuados em prestações mensais de R\$ 1.250.000,00 (um milhão e duzentos e cinquenta mil reais), sendo que os primeiros pagamentos deverão ocorrer até o dia 15 de dezembro de 2020, junto à Titlar, o Contrato de Compra e Venda de Ações Através de UPI e Outras Determinadas ("Contrato"). Tendo por objeto a venda da UPI Data Center à Titlar pelo preço acima mencionado, a Companhia informou que a venda da UPI Data Center é realizada sob determinadas condições precedentes, da seguinte forma: (i) uma parcela à vista no "valorinho" no montante de R\$ 250.000.000,00 ("Parcela à Vista"); e (ii) R\$ 75.000.000,00 ("Valor Remanescente"), em parcelas a serem pagas na forma e prazo previstos no Contrato, de acordo com a qual, parte dos pagamentos deverão ser efetuados em prestações mensais de R\$ 1.250.000,00 (um milhão e duzentos e cinquenta mil reais). O presente Fato Relevante informando que, após o cumprimento de todas as condições contratuais precedentes, foi efetuada, em 12 de março de 2021, alienação da UPI Data Center à Titlar, ocorrendo a transferência da totalidade das ações de emissão da SPE Data Center, de acordo com a qual, parte dos pagamentos deverão ser efetuados em prestações mensais de R\$ 1.250.000,00 (um milhão e duzentos e cinquenta mil reais), sendo que os primeiros pagamentos deverão ocorrer até o dia 15 de dezembro de 2020, junto à Titlar, o Contrato de Compra e Venda de Ações Através de UPI e Outras Determinadas ("Contrato"). A conclusão da alienação da UPI Data Center representa a implementação de uma etapa do PRJ e do Plano Estratégico, visando assegurar à Companhia maior flexibilidade e eficiência financeira e sustentabilidade de longo prazo, com o intuito de garantir o acesso nte a serviços essenciais, como a rede fixa e móvel, a internet e a televisão, telecomunicações do país, a partir da massificação da fibra ótica e internet de alta velocidade, do provimento de soluções para empresas e a preparação para a evolução para o 5G, voltados para negócios de maior valor agregado e com tendência de crescimento sustentável. A conclusão da alienação da UPI Data Center representa a conclusão das emissões da SPE TVCO que reunirá os ativos, passivos e direitos relacionados ao negócio de TV por assinatura, descritos no Anexo 5.3.5 do Aditamento ao PRJ, que prevê a alienação da UPI TVCO por meio de um procedimento competitivo, nos termos do Edital UPI TVCO, no qual, a Companhia informou que a venda da UPI TVCO será realizada sob determinadas condições precedentes, da seguinte forma: (i) uma parcela à vista no "valorinho" no montante de R\$ 250.000.000,00 ("Parcela à Vista"); e (ii) R\$ 75.000.000,00 ("Valor Remanescente"), em parcelas a serem pagas na forma e prazo previstos no Contrato, de acordo com a qual, parte dos pagamentos deverão ser efetuados em prestações mensais de R\$ 1.250.000,00 (um milhão e duzentos e cinquenta mil reais). O presente Fato Relevante informando que, após o cumprimento de todas as condições contratuais precedentes, foi efetuada, em 12 de março de 2021, alienação da UPI Data Center à Titlar, ocorrendo a transferência da totalidade das ações de emissão da SPE Data Center, de acordo com a qual, parte dos pagamentos deverão ser efetuados em prestações mensais de R\$ 1.250.000,00 (um milhão e duzentos e cinquenta mil reais), sendo que os primeiros pagamentos deverão ocorrer até o dia 15 de dezembro de 2020, junto à Titlar, o Contrato de Compra e Venda de Ações Através de UPI e Outras Determinadas ("Contrato").

**3.3. Pagamento de Créditos:** O Aditamento ao PRJ prevê a realização de algumas das condições de pagamento de créditos pessoais e trabalhistas em nome da Companhia, bem como o direito de pagar diretamente os créditos sujeitos ao Plano em prazo menor do que o previsto no Plano homologado. Informações detalhadas sobre as propostas de pagamento previstas com relação a créditos pessoais e créditos trabalhistas estão descritas no Aditamento ao PRJ.

**3.1. Créditos Trabalhistas:** Os créditos trabalhistas são aqueles decorrentes de obrigações trabalhistas que não tiverem sido integralmente quitados até a Nova AGC teriam seus créditos inscritos até o montante total de R\$ 50,0 mil pagos no prazo máximo de 30 dias da homologação do Aditamento ao PRJ, desde que os relatórios credores trabalhistas (i) constassem de extratos emitidos pelo empregador ou (ii) não fossem objeto de processo judicial em andamento; e também quando: (i) não houvesse o devido reconhecimento do crédito trabalhista pelo empregador; ou (ii) no caso dos créditos decorrentes de honorários de sucumbência, fosse profunda dúvida em incidente de habilitação ou impugnação de crédito trabalhista, tendo em vista a ausência de manifestação expressa do empregador.

**3.2. Créditos com Garantia Real:** O Aditamento ao PRJ prevê que, na hipótese de alienação da UPI Ativos Móveis, parte dos recursos a serem pagos pelo vencedor do respectivo Procedimento Competitivo e adquirente da UPI Ativos Móveis deverá, por conta e ordem das Recuperandas e mediante instruções completas das Recuperandas, para pagamento destinada diretamente pelo referido adquirente para os Credores com Garantia Real para o pagamento integral de 100% do valor remanescente dos Créditos com Garantia Real (conforme condições definidas no Edital UPI Ativos Móveis e no Edital UPI Ativos Móveis).

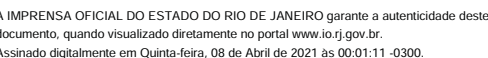
O PRJ, aprovado na AGC realizada no dia 8 de setembro de 2020 e homologado por decisão judicial datada de 5 de outubro de 2020, os créditos das Agraciadas Reguladoras inscritos nos Planos na forma da Lei 13.968. Esta lei permite a negociação de todos os PADOS inscritos nos Planos homologados, independentemente de sua natureza jurídica, desde que o crédito consolidado, limitado, a preservação do valor principal, seis meses de carência e a utilização dos depósitos judiciais realizados em garantia dos débitos transacionados, integralmente convertidos em renda em favor da ANATEL para quitação antecipada de créditos inscritos nos Planos homologados.

**3.4. Créditos Quotatográficos:** 3.1. Créditos Quotatográficos Classe III e 3.2. Créditos Quotatográficos Classe II.

**3.4.1. Crédito Quotatográfico Linear:** Nos termos do Aditamento ao PRJ, no prazo de 45 dias da Nova AGC os Credores Quotatográficos Classe III (conforme definido no Plano), inscritos nos créditos no valor até R\$ 3,0 mil que ainda não tivessem sido integralmente pagos, poderão optar pelo recebimento integral do crédito através do sistema eletrônico de pagamento de crédito até a Nova AGC puderam optar pelo recebimento integral do pagamento de seu crédito, na plataforma eletrônica disponibilizada pelo Grupo Oi no endereço [www.creditosoi.com.br](http://www.creditosoi.com.br). A opção por receber R\$ 3,0 mil poderia ser exercida, superior a R\$ 3,0 mil, desde que (i) os créditos ainda não tivessem sido integralmente

[illegible]

Empresas relacionadas às operações contínuas									
Empresa	Atividade	País sede	Direta 2020	Indireta 2020	Direta 2019	Indireta 2019			
Oi Holanda Portugal Telecom	Obtenção de fundos no mercado internacional	Holanda	100%		100%				
International Finance B.V. CVTEL, BV	Obtenção de fundos no mercado internacional	Holanda	100%		100%				
Carigara Finance S.A.r.l.	Gestão de investimentos	Holanda	100%		100%				
Rio Alto Gestão de Gestões e Participações S.A. ("Rio Alto")	Gestão de carteira de direitos creditórios e participação em outras sociedades	Luxemburgo	100%		100%				
Oi Serviços Financeiros S.A. ("Oi Serviços Financeiros")	Serviços financeiros	Brasil	99,87%	0,13%	99,87%	0,13%			
Brychofia SP Participações S.A. Telemar	Desenvolvimento, construção, operação de redes de telecomunicações	Brasil	99,80%	0,20%	99,80%	0,20%			
Paggo Empreendimentos S.A.	Telefonia Fixa – Região I	Brasil	100%		100%				
Paggo Acquire Gestão de Meios de Pagamentos Ltda.	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil	100%		100%				
Paggo Administradora Ltda. ("Paggo Administradora")	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil	100%		100%				
Serede – Serviços de Rede S.A. ("Serede")	Serviços de rede	Brasil	17,51%	82,49%	17,51%	82,49%			
Brasil Telecom Call Center S.A. ("BT Call Center")	Serviços de centrais de atendimento e telemarketing	Brasil	100%		100%				
BT Card Serviços Financeiros Ltda. ("BT Card")	Serviços financeiros	Brasil	100%		100%				
Point Networks S.A. ("Pointer")	Internet Wi-Fi	Brasil	100%		100%				
Point Peru S.A.C.	Internet Wi-Fi	Peru	99,98%		100%				
VEIX Venezuela C.A.	Internet Wi-Fi	Venezuela	100%		100%				
VEX USA Inc.	Internet Wi-Fi	Estados Unidos	100%		100%				
VEX Ukraine LLC	Internet Wi-Fi	Ucrânia	40%		40%				
PT Participações, SGPS, S.A. ("PT Participações")	Gestão de participações sociais	Portugal	100%		100%				
Oi Investimentos Internacionais S.A. ("Oi Investimentos")	Serviços de consultoria e gestão de negócios, elaboração de projetos e estudos econômicos e gestão de investimentos	Portugal	100%		100%				
Africatel GmbH & Co.KG	Gestão de investimentos	Alemanha	100%		100%				
Africatel GmbH	Gestão de investimentos	Alemanha	100%		100%				
Africatel Holdings, BV	Gestão de investimentos	Holanda	86%		86%				
TPT – Telecomunicações Públicas de Timor, S.A. ("TPT")	Prestação de serviços e compra e venda de produtos de telecomunicações, multimídia e tecnologias de informação em Timor	Portugal	76,14%		76,14%				
Directel – Listas Telefônicas Internacionais, Lda. ("Directel")	Publicação de listas telefônicas e exploração das bases de dados que lhes são afins, em operações internacionais	Portugal	100%		100%				
Directel Cabo Verde – Serviços de Comunicação, Lda.	Publicação de listas telefônicas e exploração das bases de dados que lhe são afins em Cabo Verde	Cabo Verde					60%		60%
Kernya Postel Directories, Ltd.	Produção, edição e distribuição de listas telefônicas e outras publicações	Quênia					60%		60%
Elita – Empresa de Listas Telefônicas de Angola, Lda.	Publicação de listas telefônicas	Angola					55%		55%
Timor Telecom, S.A.	Concessionária dos serviços de telecomunicações em Timor	Timor					44%		44%
LTM – Listas Telefônicas de Moçambique, Lda.	Gestão, edição, exploração e comercialização de listas de assinatura e classificadas de telecomunicações	Moçambique					50%		50%
Cozani RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A.	Serviços de manutenção e locação de infraestrutura e prestação de serviços de telecomunicações	Brasil	0,05%	99,95%					
Jornava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A.	Serviços de manutenção e locação de infraestrutura e prestação de serviços de telecomunicações	Brasil	0,08%	99,92%					
Garlavia RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A.	Serviços de manutenção e locação de infraestrutura e prestação de serviços de telecomunicações	Brasil	0,08%	99,92%					
Empresas/Negócios classificados como ativos mantidos para venda e relacionados às operações descontinuadas									
Empresa	Atividade	País sede	Direta 2020	Indireta 2020	Direta 2019	Indireta 2019			
Oi Móvel (*)	Telefonia móvel – Regiões I, II e III	Brasil	100%		100%				
Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A. ("BT Multimídia")	Telecomunicações em geral	Brasil	100%		100%				
Drammen RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A.	Serviços de manutenção e locação de infraestrutura e prestação de serviços de telecomunicações	Brasil	48,37%	51,63%					
(*) Exclusivamente, os negócios de Mobilidade (UPI Ativos Móveis) e de TV (UPI TVCO) da Oi Móvel. Empresas classificadas como ativos mantidos para venda:									
Empresa	Atividade	País sede	Direta 2020	Indireta 2020	Direta 2019	Indireta 2019			
CST – Companhia Santomense de Telecomunicações, S.A. R.L.	Exploração do serviço público de telecomunicações em São Tomé e Príncipe	São Tomé			51%				51%
Caletela RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A.	Serviços de manutenção e locação de infraestrutura	Brasil	0,01%	99,99%					
As participações em negócios em conjunto e participação em coligadas são avaliadas por equivalência patrimonial e estilo demonstradas abaixo:									
Empresa	Atividade	País sede	Direta 2020	Indireta 2020	Direta 2019	Indireta 2019			
Companhia AUX de Participações (AUX)	Tráfego de dados	Brasil			50%				50%
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo Soluções")	Financeira	Brasil			50%				50%
Hissamar Satélites S.A. ("Hissamar")	Operação de Satélites	Brasil			19,04%				19,04%



Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 15/50



COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

[illegible]



COMPANHIA ABERTA - CNPJ 17.653.764/0001-43

CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
2019			2019		
Apresentação original	Reclassificação	Apresentação atual	Apresentação original	Reclassificação	Apresentação atual
15.567	(15.567)		48.756	(48.756)	
107.295	(107.295)		334.269	(334.269)	
		122.862			383.025
		122.862			383.025
		585.179			
		585.179			
1.344.267	(585.179)	759.088			
1.467.129		1.467.129	383.025		383.025
2.653.026		2.653.026	2.662.463		2.662.463
(408.633)	408.633	(408.633)	(910.491)	910.491	(910.491)
	(408.633)			(910.491)	
	(437.912)	(437.912)			
		(492.514)			
(930.426)	437.912	(1.339.059)	(910.491)		(910.491)
(1.339.059)		(1.339.059)			
(4.027.168)		(4.027.168)	(8.772.181)		(8.772.181)
(1.374.142)		(1.374.142)	(6.109.718)		(6.109.718)

		CONTROLDADORA		CONSOLIDADO		
		2020				
		Mensuração contábil	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Aplicações obrigatórias com início em ou após:		Custo amortizado				
1 de janeiro de 2020	Autorizações e concessões a pagar (ii)		17.828	17.828	43.415	43.415
1 de janeiro de 2020	Programa de refinanciamento fiscal (ii)		212.629	212.629	346.217	346.217
1 de janeiro de 2020	Arrendamentos	Custo amortizado				
			688.230	688.230	2.981.678	2.981.678

1 de janeiro de 2020		CONTROLEADORA CONSOLIDADO					
		2019		2019			
		Mensuração contábil	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Impactos nas Demonstrações Financeiras e emendas emitidas e que a Companhia decidiu não reconhecer para períodos iniciais a partir de 1º de janeiro de 2020	Ativos	Caixa e contas bancárias	Valor justo	152.465	152.465	575.863	575.863
		Equivalentes de caixa	Valor justo	779.502	779.502	1.506.082	1.506.082
		Aplicações financeiras	Valor justo	182.696	182.696	217.792	217.792
		Créditos com partes relacionadas	Valor justo	5.583.816	5.583.816	-	-

Aplicações obrigatórias com início em ou após:		Contas a receber (i)	Custo amortizado	1.383.264	1.383.264	6.334.526	6.334.526
		Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	3.499	3.499	426	426
		Ativo financeiro a valor justo	Valor justo			40.689	40.689
		Ativos mantidos para venda					
		Ativo financeiro mantido para venda (Nota 31)	Valor justo	1.474.699	1.474.699	1.474.699	1.474.699
		Dividendos a	Custo justo				
PARS 7	1 de janeiro de 2021						
Atos relacionados	1 de janeiro de 2022						
Aplicação	1 de janeiro de 2022						

1 de janeiro de 2022	receber (Nota 31)	amortizado	2.435.014	2.435.014	2.435.014	2.435.014
uma % para 10- mercanti e justo de ou	<b>Passivos</b>	Custo				
	Fornecedores (i)	Custo amortizado	1.960.453	1.960.453	8.887.367	8.887.367
1 de janeiro de 2022	Instrumentos financeiros derivativos					
	Empréstimos e financiamentos (ii)	Valor justo	1.152	1.152	1.152	1.152
1 de janeiro de 2023	Empréstimos e financiamentos (ii)					
	Empréstimos e financiamentos	Custo				
1 de janeiro de 2023	Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2.060.582	2.060.582	8.354.777	8.354.777

1	1 de janeiro de 2013	Relações relacionadas	amortizado	783.040	783.040	
2	Normas contábeis, 3. INS-5.3.1. Mensuração do valor	Debitários públicos	amortizado	2.344.962	2.344.962	3.652.353
3	Preço que seria recebido pela emissão em uma transação não insucesso. A norma esclarece que os participantes de um ativo ou passivo e estabelece desenvolver essas premissas, bases de mensuração, discricion	"Senior Notes" Dividendos e juros sobre o capital próprio	amortizado	6.219.619	6.565.782	6.219.619
4		Autorizações e concessões a pagar (ii)	amortizado	4.761	4.761	5.731
5		Programa de	Custo			58.582

relacionadas a dados sem	refinanciamento fiscal (ii) amortizado	263.684	263.684	417.503	417.503
mente, a norma requer que a	Arrendamentos	Custo			
desempenho ( <i>Non performed</i> )	Arrendamentos	656.359	656.359	815.026	815.026
de uma entidade, e não de um	Para o fechamento do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, (ii) os saldos				
le não é relevante a ser utilizado	de contas a receber têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são				
para a organização na hierarquia do va-	ajustados a valor justo. Os saldos de fornecedores, sujeitos à recuperação judicial, foram				
lor para sua mensuração. Abaixo	representados em detalhe, os saldos de fornecedores e de clientes, e de empréstimos e				
o balanço patrimonial, sob o qual	montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas (Nota 18). (ii) Os saldos				
para ativos ou passivos (incluindo	de empréstimos e financiamentos com o BNDES, Bancos Locais e ECAs correspondem				
o balanço patrimonial). Os "inputs"	a mercados exclusivos, sendo o valor justo destes instrumentos semelhante ao				

que inclua: (i) no item 1, sendo os ativos ou passivos de "Triginta e seis meses" alterados para "Ativos ou passivos líquidos", sendo os ativos ou passivos identificados na observação de dados de substancialidade, toda parte do balanço patrimonial, em especial em relação às melhores estimativas utilizando métodos de precisão que demandam um significativo grau de julgamento, emitidos no mercado internacional, para os quais existe mercado secundário, o valor de mercado difere do valor contábil; (ii) As autorizações e concessões a pagar e programas de refinanciamento fiscal estão representados pelos montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas e não são percebidos ajustes de valor justo; (iv) O balanço patrimonial não é ajustado para o valor justo das obrigações de longo prazo, se as obrigações sejam liquidadas, ajustadas a valor presente. O nivelamento dos ativos financeiros caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, ativos mantidos para venda e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, são detalhados a seguir:

	Hierarquia do valor	Valor justo		Valor justo		Valor justo	
		2019	2019	2019	2019	2019	2019
<b>Ativos</b>							
Ativos e contas bancárias	Nível 1	174.952	152.465	692.742	575.863		
Equivalentes de caixas	Nível 1	1.777.728	197.523	413.199	1.506.028		
Aplicações financeiras	Nível 1	18.7856	182.656	204.056	217.792		
Ativos financeiro mantido para venda	Nível 3		1.474.699		1.474.699		
<b>Passivos</b>							
Instrumentos financeiros							

[illegible]


77.728	692.742	692.742
77.728	613.159	613.159
21.856	204.935	205.056
00.570	3.974.238	3.974.238
1.466		

71.594	71.594	71.594	20, a Companhia não possui mais créditos a receber decorrentes da venda da PT Venturo, portanto, deixando de ter valores contabilizados como mantidos para venda, mas sujeitos a estes ativos, até o fim do mês de fevereiro de 2010.
14.548	8.296.891	8.296.891	(i) US\$ 69,9 milhões foram pagos à Africatel pela Sonangol no dia 24 de janeiro de 2010;
			(ii) US\$ 60,9 milhões foram antecipados à Africatel antes da conclusão da transação, a título de adiantamento de dividendos; e (iii) US\$ 240 milhões foram pagos pela Sonangol à Africatel de fevereiro até o dia 30 de julho de 2010.
56.144	10.542.777	10.542.777	<b>Instrumentos financeiros derivativos:</b> A Companhia realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para obter certos riscos de mercado, principalmente o risco de taxa de câmbio. Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não possui mais instrumentos financeiros derivativos.
19.964			

90.369	4.034.603	4.034.603	risco, tais como: eventos não previstos no Plano de Desenvolvimento Financeiro (PDF), caso de
3.569.805	3.569.805	3.569.805	Companhia e a Companhia utiliza derivativos para outros fins, tais como: hedge de exposição
			de risco e é utilizado utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros
9.212.884	8.196.549	9.821.284	contratados são o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado
			de, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício
10.967	10.967	10.967	2. Administração Financeira: As atividades de administração financeira são realizadas
			das suas expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado
			(incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre juro justo e risco de
4.775	18.094	18.094	taxa de juros sobre juro de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com os
			suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não

É JANEIRO garante a autenticidade deste portal [www.io.rj.gov.br](http://www.io.rj.gov.br).  
 11 de 2021 às 00:01:17 -0300.

14/05/2021

 **UNICAL**  
Università della Calabria  
assinato da

sempre constantes do termo de

**Pag. 17**

A60B4D7EC9C

os/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

-----



COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

Pag. 18/50



## Oi S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

passivos de contratos onerosos e fornecedores sujeitos à RJ e respectivas variações cambiais e monetárias. (ii) Representado, principalmente, por taxas e comissões bancárias e financeiras. 7. **IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO:** Os tributos sobre o lucro abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 5%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%. Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	680	797	(20.974)	(56.303)
Tributos correntes	3.736.483	(12.085)	3.571.894	(9.041)
Tributos diferidos (Nota 10)	3.737.163	(11.288)	3.550.920	12.738
<b>Total</b>	<b>3.737.163</b>	<b>(11.288)</b>	<b>3.550.920</b>	<b>12.738</b>

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019
Prejuízo antes das tributações IRPJ e CSLL	(14.267.126)	(8.999.146)	(14.598.791)	(9.974.298)

1. Vide quadro de movimentação abaixo. (i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente. (ii) Créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, derivativos, mútuo, órgãos públicos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS reatada na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos. **Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Saldo em 2019	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido	Saldo em 2020
Tributos diferidos ativos com relação a:				
Diferenças temporárias	340.441	81.022		421.463
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	121.805	3.690		125.495
Provisões para fundos de pensão	(13.257)	159	(37.708)	(50.806)
Pendências esperadas em contas a receber de clientes	174.311	(7.146)		167.165
Participação nos lucros	17.153	13.099		30.252
Variações cambiais	943.055	2.604.978		3.548.033
Agio incorporado (i)	1.411.748	(279.756)		1.131.992
Obrigação onerosa	430.764	106.473		536.237
Arrendamentos	9.808	3.940		12.748
ORA - MTM Derivativos		1.211		1.211
Outras adições e exclusões temporárias	220.519	(2.552)		217.967
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	3.656.347	2.524.118	(37.708)	6.142.757
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	4.437.246	554.726		4.991.972
<b>Total de tributos diferidos ativos</b>	<b>8.093.593</b>	<b>3.078.844</b>	<b>(37.708)</b>	<b>11.134.729</b>
Tributos diferidos passivos				
Diferenças temporárias e IR e CS sobre mais valia (i)	(1.178.218)	(289.139)		(1.467.357)
Provisão ao valor de recuperação (ii)	(6.927.460)	948.778	37.708	(5.942.974)
<b>Total de tributos diferidos - Ativo (Passivo)</b>	<b>(12.085)</b>	<b>3.736.483</b>		<b>3.724.398</b>

do setor, ajustaram ainda objetivando atestar a obrigatorialidade ao recolhimento das Taxas de Fiscalização de Instalação (TFI) e de Funcionamento (TFF). Foi proferida sentença que deferiu os pedidos, ocasionando a interpretação de recurso, que ainda aguarda julgamento. Com a proximidade do vencimento da TFF relativa ao ano de 2020 e a pendência de julgamento do mencionado recurso, foi formulado pedido de antecipação de tutela recursal, deferido em 18 de março de 2020, para suspender a exigibilidade da TFF referente ao ano de 2020 até o julgamento do recurso. (iv) Representado, principalmente, por atualização monetária sobre exigibilidade suspensa, além de imposto retido sobre operações de mútuo e JSCP. 12. **DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS:** Em algumas situações, por exigência legal ou determinação judicial, ou ainda, por decisão da Companhia pela apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota. A Companhia reconhece no ativo circulante o valor que se espera ser resgatado de depósitos judiciais ou valor que se espera ser compensado de depósitos judiciais contra provisões nos próximos dois meses. Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.



A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal [www.io.rj.gov.br](http://www.io.rj.gov.br).  
Assinado digitalmente em Quinta-feira, 08 de Abril de 2021 às 00:01:24 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

NIRE: 333.0029520-8 Protocolo: 00-2021/127370-8 Data do protocolo: 14/05/2021

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 19/05/2021 SOB O NÚMERO 00004069995 e demais constantes do termo de

autenticação.

Autenticação: 921F498B333D267E59CF79450F2DB362813B2CD41D755B57CF28DA60B4D7EC9C

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

Pag. 20/50



## Oí S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

(\*) Crédito da Agência Reguladora de acordo com o previsto no Aditamento ao PRJ, cujo montante inscrito em dívida ativa foi objeto de assinatura de Instrumento de Transação com base nos preceitos da Lei 13.988/2020 (Nota 1). (\*\*) O cálculo considera os fluxos contratuais previstos no PRJ e Instrumento de Transação firmado com a ANATEL, descontados por taxas que variam entre 14,9% a.a. e 17,2% a.a. considerando as maturidades de cada passivo (ANATEL e outras contas a pagar).

## 19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS:

## Empréstimos e financiamentos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Debitantes	9.000.226	6.980.817	9.000.226	6.980.817
Públicas	4.666.043	4.565.236	7.267.572	7.110.737
Privadas			3.583.906	
Instituições financeiras				
Moeda nacional				
BNDES	1.089.195	1.009.962	4.256.709	3.947.137
Outros	604.641	599.115	2.102.188	2.071.209
Moeda estrangeira	1.256.636	95.642	8.825.443	6.725.591
Financiamento multilateral moeda estrangeira	492.674	360.161	492.674	360.161
Oferta Geral				
Moeda nacional	151.988	151.989	207.035	207.035
Moeda estrangeira	1.423.268	1.068.906	5.782.888	4.239.168
Múltiplo e Debitantes com controladas (Nota 29)	25.751.080	19.088.707		
<b>Total</b>	<b>44.335.751</b>	<b>34.800.609</b>	<b>41.518.821</b>	<b>31.641.855</b>
Custo de transação incorrido	(11.217)	(12.307)	(27.103)	(13.911)
Desconto das dívidas (*)	(29.489.508)	(23.379.735)	(15.147.984)	(13.401.195)
<b>Total</b>	<b>14.935.026</b>	<b>11.408.567</b>	<b>26.343.734</b>	<b>18.226.749</b>
Circulante	408.027	319.569	424.957	326.388
Não circulante	14.526.999	11.088.998	25.918.777	17.900.361

(\*) O cálculo considera os fluxos contratuais previstos no PRJ, descontados por taxas que variam entre 12,6% a.a. e 16,4% a.a. a depender das respectivas maturidades e moeda de cada instrumento.

## Custos de transações por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Instituições financeiras	10.927	11.996	12.437	13.306
Debitantes	290	311	14.666	605
<b>Total</b>	<b>11.217</b>	<b>12.307</b>	<b>27.103</b>	<b>13.911</b>
Circulante	1.385	1.404	14.402	1.404
Não circulante	9.832	10.903	12.701	12.507

## Composição da dívida por moeda

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Euro	1.086.527	514.837	590.083	311.309
Dólar Norte Americano (*)	9.747.316	7.168.741	16.251.663	9.209.982
Real	4.101.183	3.724.989	9.501.968	8.705.458
T.A.P.	1.068.926	1.009.691	4.255.632	3.945.972
TR	22.633	16.637	30.300	22.662
Outras	1.809.339	905.915	892.008	484.430
<b>Total</b>	<b>14.935.026</b>	<b>11.408.567</b>	<b>26.343.734</b>	<b>18.226.749</b>

## Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Emprestimos e Financiamentos	3.164.185	2.499.999	8.352.721	1.412.950
Desconto das dívidas	(13.401.195)	(13.911)		
<b>Total</b>	<b>18.226.749</b>	<b>2.499.999</b>	<b>5.192.982</b>	<b>1.412.950</b>

A Companhia realizou pagamento de juros dos "Bonds" Qualificados em fevereiro e agosto de 2020. Em fevereiro de 2020, foram subscritas as debêntures privadas simples, não conversíveis em ações, com garantia real e com garantia adicional de subordinação da Companhia e da Telemar emitiadas pela Oi Móvel em valor agregado de R\$ 2.500 milhões. Essa emissão de debêntures possui capitalização diária atualizada pela variação do Dólar norte-americano (USD) e taxa de juros de 12,66% a.a. incorporados ao principal até janeiro de 2021 e, a partir desta data, pagamento de juros à taxa de 13,61% a.a. O vencimento dessa emissão será em janeiro de 2022.

## 20. CESSÃO DE CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Cessão de créditos	79.097	377.047		
<b>Total</b>	<b>79.097</b>	<b>377.047</b>		
Circulante	41.268	196.720		
Não circulante	37.829	180.327		

Esta cessão de créditos é oriunda da antecipação realizada, junto à instituição financeira, dos fluxos de caixa a receber da Fundação Siatel, conforme descrito na Nota 14. Em 14 de agosto de 2020, a Companhia recebeu R\$ 459.014, sendo R\$ 362.722 na controlada Telemar, relativo à liquidação da antecipação de 28 parcelas, mensais e sucessivas, correspondentes ao período de agosto de 2020 a novembro de 2022, descontadas a taxa de 11,35% a.a.

## 21. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
SMP	593.665	597.963	2.280.952	737.373
Concessões do STFC	52.736	34.968	371.240	403.485
Lojas			94.121	103.792
Imóveis	1.020	1.403	63.793	72.719
Veículos	40.799	22.025	194.974	196.657
Energia distribuída			24.598	
<b>Total</b>	<b>688.220</b>	<b>656.359</b>	<b>2.981.678</b>	<b>8.150.026</b>
Circulante	146.415	114.652	654.662	1.510.097
Não circulante	541.805	541.707	2.327.016	6.639.929

## Movimentação dos arrendamentos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Torres	593.665	597.963	2.280.952	737.373
Espaço físico	52.736	34.968	371.240	403.485
Lojas			94.121	103.792
Imóveis	1.020	1.403	63.793	72.719
Veículos	40.799	22.025	194.974	196.657
Energia distribuída			24.598	
<b>Total</b>	<b>688.220</b>	<b>656.359</b>	<b>2.981.678</b>	<b>8.150.026</b>
Circulante	146.415	114.652	654.662	1.510.097
Não circulante	541.805	541.707	2.327.016	6.639.929

## Saldo em 01/01/2019

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Adição inicial IFRS 16	624.232	8.167.932		
Novas contratações	26.899	23.575		
Cancelamentos	(15.900)	(127.699)		
Juros	76.852	958.573		
Pagamentos	(117.500)	(1.611.273)		
Modificações contratuais	61.775	524.918		
<b>Saldo em 2019</b>	<b>656.359</b>	<b>8.150.026</b>		
Novas contratações	152.021	1.511.738		
Cancelamentos	(80.960)	(1.093.644)		
Juros	84.169	1.029.662		
Pagamentos	(144.823)	(1.789.106)		
Modificações contratuais	21.454	809.122		
Transferência para mantidos para venda		(5.336.120)		
<b>Saldo em 2020</b>	<b>688.220</b>	<b>2.981.678</b>		

## Cronograma de vencimento dos arrendamentos a pagar de longo prazo

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
2022	135.662	604.045		
2023	120.015	505.454		
2024	117.403	465.782		
2025	113.004	439.090		
2026 a 2030	339.673	1.371.099		
2031 e exercícios seguintes	289.518	2.017.943		
<b>Total</b>	<b>1.115.275</b>	<b>5.405.413</b>		
Juros	(573.470)	(3.076.397)		
<b>Não circulante</b>	<b>541.805</b>	<b>2.327.016</b>		

O valor presente dos arrendamentos a pagar foi calculado, através da projeção dos pagamentos futuros fixos, que não consideram inflação projetada, descontados pelas taxas de desconto, que variam de 10,79% a 12,75% a.a. Contratos não reconhecidos

## Cronograma de vencimento dos fornecedores de longo prazo

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
2022	244.575	1.121.998		
2023	216.488	709.601		
2024	409.664	1.330.486		
2025	45.132	1.347.526		
2026 a 2030	18.226.749	18.226.749		
2031 e exercícios seguintes	25.165	593.715		
<b>Total não circulante</b>	<b>2.385.940</b>	<b>7.865.562</b>		

## Cronograma de vencimento da dívida de longo prazo e cronograma de apropriação do custo de transação

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Divida de longo prazo	220	3.572.050	1.711	2.931
Desconto das dívidas	(129.227)	(364.161)	(1.711)	(1.846)
<b>Total</b>	<b>90.773</b>	<b>892.552</b>	<b>1.711</b>	<b>1.846</b>
Circulante	8.977.320	9.573.622	1.134	1.268
Não circulante	82.795	818.930	677	578

## Cronograma de vencimento da dívida de longo prazo e cronograma de apropriação do custo de transação

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Divida de longo prazo	220	3.572.050	1.711	2.931
Desconto das dívidas	(129.227)	(364.161)	(1.711)	(1.846)
<b>Total</b>	<b>90.773</b>	<b>892.552</b>	<b>1.711</b>	<b>1.846</b>
Circulante	8.977.320	9.573.622	1.134	1.268
Não circulante	82.795	818.930	677	578

## Cronograma de vencimento da dívida de longo prazo e cronograma de apropriação do custo de transação

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Divida de longo prazo	220	3.572.050	1.711	2.931
Desconto das dívidas	(129.227)	(364.161)	(1.711)	(1.846)
<b>Total</b>	<b>90.773</b>	<b>892.552</b>	<b>1.711</b>	<b>1.846</b>
Circulante	8.977.320	9.573.622	1.134	1.268
Não circulante	82.795	818.930	677	578

## Cronograma de vencimento da dívida de longo prazo e cronograma de apropriação do custo de transação

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Divida de longo prazo	220	3.572.050	1.711	2.931
Desconto das dívidas	(129.227)	(364.161)	(1.711)	(1.846)
<b>Total</b>	<b>90.773</b>	<b>892.552</b>	<b>1.711</b>	<b>1.846</b>
Circulante	8.977.320	9.573.622	1.134	1.268
Não circulante	82.795	818.930	677	578

## Cronograma de vencimento da dívida de longo prazo e cronograma de apropriação do custo de transação

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Divida de longo prazo	220	3.572.050	1.711	2.931
Desconto das dívidas	(129.227)	(364.161)	(1.711)	(1.846)
<b>Total</b>	<b>90.773</b>	<b>892.552</b>	<b>1.711</b>	<b>1.846</b>
Circulante	8.977.320	9.573.622	1.134	1.268
Não circulante	82.795	818.930	677	578

## Cronograma de vencimento da dívida de longo prazo e cronograma de apropriação do custo de transação

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Divida de longo prazo	220	3.572.050	1.711	2.931
Desconto das dívidas	(129.227)	(364.161)	(1.711)	(1.846)
<b>Total</b>	<b>90.773</b>	<b>892.552</b>	<b>1.711</b>	<b>1.846</b>
Circulante	8.977.320	9.573.622	1.134	1.268
Não circulante	82.795	818.930	677	578

## Cronograma de vencimento da dívida de longo prazo e cronograma de apropriação do custo de transação

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Divida de longo prazo	220	3.572.050	1.711	2.931
Desconto das dívidas	(129.227)	(364.161)	(1.711)	(1.846)
<b>Total</b>	<b>90.773</b>	<b>892.552</b>	<b>1.711</b>	<b>1.846</b>
Circulante	8.977.320	9.573.622	1.134	1.268
Não circulante	82.795	818.930	677	578

## Cronograma de vencimento da dívida de longo prazo e cronograma de apropriação do custo de transação

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Divida de longo prazo	220	3.572.050	1.711	2.931
Desconto das dívidas	(129.227)	(364.161)	(1.711)	(1.846)
<b>Total</b>	<b>90.773</b>	<b>892.552</b>	<b>1.711</b>	<b>1.846</b>
Circulante	8.977.320	9.573.622	1.134	1.268
Não circulante	82.795	818.930	677	578

## função dos benefícios trazidos pelo PERT (em especial, o pagamento de apenas 5% do

## débito em espécie). 24. PROVISÕES: Composição do saldo

Natureza	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Trabalhista</b>				
(i) Horas extras	275.929	288.819	659.318	855.722
(ii) Indenizações	62.217	65.378	222.153	299.096
(iii) Adicional diversos	48.522	47.611	253.173	221.743
(iv) Estabilidade / Reintegração	77.217	76.508	194.122	215.449
(v) Complemento de aposentadoria	53.310	61.053	103.274	108.827
(vi) Diferenças salariais e reflexos	40.555	40.328	108.102	101.573
(vii) Honorários advocatícios/periciais	42.555	28.287	87.143	51.193
(viii) Verbas rescisórias	8.152	8.647	31.394	38.261
(ix) Aposentadorias	5.444	4.624	48.399	48.399
(x) Vínculo empregatício	26	197	20.636	18.758
(xi) FGTS	4.538	5.115	15.977	13.306
(xii) Subsidiariedade	181	182	5.465	3.100
(xiii) Demais ações	42.418	37.616	87.443	93.605
<b>Total</b>	<b>661.064</b>	<b>664.371</b>	<b>1.796.620</b>	<b>2.051.032</b>
<b>Tributária</b>				
(i) ICMS	161.301	72.286	781.249	746.481
(ii) ISS	7	7	71.394	69.208
(iii) INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	459	453	36.927	23.847
(iv) IPTU	58.541	58.540	150.523	150.223
(v) Demais ações	16.710	14.906	185.264	161.189
<b>Total</b>	<b>237.017</b>	<b>146.193</b>	<b>1.225.417</b>	<b>1.050.948</b>
<b>Cível</b>				
(i) ANATEL	271.766	123.625	1264.321	570.283
(ii) Societária	338.932	397.945	383.928	379.945
(iii) Juizado Especial	36.384	47.444	97.973	119.281
(iv) Demais ações	340.002	312.448	1.087.200	1.062.561
<b>Total</b>	<b>987.084</b>	<b>881.463</b>	<b>2.748.426</b>	<b>2.149.700</b>
<b>Total das provisões</b>	<b>1.885.165</b>	<b>1.692.022</b>	<b>5.810.463</b>	<b>5.251.680</b>
<b>Circulante</b>	471.867	286.604	7.910.942	547.996
<b>Exigível a longo prazo</b>	415.218	405.458	405.481	405.458



COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43



## O! S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

(iv) **PBS-TNC**: É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, fechado a novas adesões, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0013-19. A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-TNC corresponde ao somatório de: (i) 0,28% a 0,85% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 0,57% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão, e (iii) 6,25% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a um percentual sobre a folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano, conforme definido anualmente no Plano de Custeio. A contribuição dos Participantes Assistidos (apenas para os que recebem abono de aposentadoria) equivale um percentual a ser fixado anualmente no Plano de Custeio, incidente sobre o benefício global, limitada ao valor do abono. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização. (v) **CELPREV**: É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Definida, inscrito no CNPB sob o nº 2004.0009-29. Em 12 de janeiro de 2018, através da Portaria nº 22 publicada no Diário Oficial da União em 16 de janeiro de 2018, a PREVIC aprovou o novo texto do Regulamento do Plano, contemplando o fechamento da massa de participantes do CELPREV, sendo vedada novas adesões. A Contribuição Normal Básica de Participante correspondente ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 0%, 0,5%, 1%, 1,5% ou 2%, conforme opção, sobre o Salário-de-Participação (SP). As Patrocinadoras contribuíram com valor equivalente a essa Contribuição, deduzida a Contribuição mensal e obrigatória de sua responsabilidade necessária ao custeio do Risco (Benefício de Auxílio-Doença). A Contribuição Normal Adicional de Participante correspondente ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 0% a 6%, em múltiplos de 0,5%, conforme opção, sobre o Salário-de-Participação que exceder a 10 Unidades de Referência do Plano (URP). As Patrocinadoras contribuíram com igual valor. A Contribuição Voluntária de Participante correspondente ao percentual em número inteiro, escolhido pelo mesmo, aplicado sobre o Salário-de-Participação. Não haverá contrapartida da Patrocinadora sobre o valor desta contribuição. A Contribuição Eventual da

Patrocinadora será voluntária e corresponderá à aplicação de um percentual entre 50% a 150% da soma das contribuições Normal Básica e Normal Adicional da Patrocinadora, de acordo com critérios consistentes e não discriminatórios, aferida em frequência por ela determinada. A Contribuição Especial de Patrocinadora é específica para os novos entrados no Plano, no prazo de 90 dias a contar de 18 de março de 2004. A Contribuição de Risco, mensal e obrigatória de Patrocinadora, necessária à garantia do custeio do Benefício de Auxílio-Doença, corresponderá a um percentual sobre a folha de Salário-de-Participação dos Participantes Não Migrantes. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização. 2) **SISTEL**: A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciárias, assistenciais e não lucrativas, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo, instituir e operar planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL. **Planos:** (i) **PBS-A**: O plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinados aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2000. As contribuições dos participantes ao PBS-A estão consistentes à apuração de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2020, data da última avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária. Em dezembro de 2019, foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) a destinação de reserva especial do Plano de Benefícios PBS-A, com reversão de valores às patrocinadoras e melhoria de benefícios, na forma de renda temporária, aos assistidos. O valor total da participação da Companhia no superávit do PBS-A, corresponde a R\$ 669.054 (R\$ 140.274 na controladora), a ser recebido em 36 parcelas mensais, corrigidas pela rentabilidade do Plano, cujo reconhecimento contábil será dado ao longo do recebimento das parcelas, com efeito em outros resultados abrangentes, conforme requerimento do IAS 19/ CPC 33. (ii) **PAMA**: O PAMA é um plano de assistência à saúde ao aposentado que tem por objetivo a cobertura de assistência médica aos participantes assistidos, com a coparticipação e a contribuição destes, desde que vinculados aos planos de benefícios de previdência

do tipo Benefício Definido, administrados pela SISTEL. Até 2014, a Companhia não considerava os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de "contribuição definida" (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos existentes. No entanto, a partir do posicionamento da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, de que a SISTEL é uma estipulante de plano de assistência à saúde adaptados à Lei nº 9.656/1998 e, consequentemente, não se enquadrando como operadora de plano de saúde, a Fundação passa, a ter de manter um fluxo de obrigações mesmo que não haja uma correspondente receita contributiva. Assim, não é mais possível a manutenção da configuração de plano de contribuição definida. Em outubro de 2015, em cumprimento de determinação judicial, a SISTEL transferiu parte do excesso de recursos do plano de benefícios PBS-A, no montante de R\$ 3.042 milhões, para solvência do PAMA. Do total transferido, R\$ 2.127 milhões estavam relacionados aos planos patrocinados pela Companhia, rateados de forma proporcional a parcela das obrigações do benefício definido. O valor foi estabelecido com base em estudos atuariais elaborados por consultoria externa mediante premissas aderentes à massa de usuários do PAMA, bem como avaliação do crescimento das despesas médicas inerentes a esta massa. A partir da referida determinação judicial, a Companhia passou a calcular e divulgar as informações sobre as obrigações atuariais do PAMA, de acordo com as regras do CPC 33 (CVM 695). 3) **PAMEC-BRT - Plano assistencial administrado pela Companhia**: É um plano assistencial, destinado à assistência médica dos aposentados e pensionistas vinculados ao Plano de Benefício TCSPREV. Este plano foi criado em 1998, com o objetivo de garantir a assistência médica aos participantes do plano. As contribuições para o PAMEC-BRT foram pagas integralmente em julho de 1998, através de dotação única. Todavia, como este plano passou a ser administrado pela Companhia, após a transferência da administração pela Fundação 14 em novembro de 2007, não há patrimônio constituído para cobrir os gastos correntes, estando a contribuição atuarial integralmente reconhecida no passivo da Companhia. Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social:

Movimentações das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Controladora					
	2020			2019		
	Planos de Pensão			Planos de Assistência Médica		
	TCSPREV	PBS-Telemar	PBS-A	PAMEC	PAMA	
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	3.773.132	8.691	220.748	1.193.616	6.264	749.152
Juros sobre obrigações atuariais	270.366	620	15.927	85.301	469	56.232
Custo do serviço corrente	193					239
Contribuições de participantes vertidas no ano	11					
Benefícios pagos líquidos	(272.305)	(739)	(8.969)	(96.480)	(772)	(47.044)
Elevação/(redução) do ativo em decorrência de mudanças no Plano						
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(91.294)	130	12.646	3.407	2.034	(1.872)
Aumento/(redução) do ativo em decorrência de incorporação do Plano	3.680.103	8.702	240.477	1.185.846	7.995	756.707
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	4.008.930	10.302	234.488	1.749.246	793.830	749.152
Rendimentos dos ativos do plano	287.886	739	16.948	126.584	59.646	
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	21					
Pagamento de benefícios	(272.305)	(739)	(8.969)	(96.480)	(772)	(47.044)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(23.215)	(102)	(104)	(124.782)	9.553	
Aumento/(redução) do ativo em decorrência de incorporação do Plano	4.001.317	10.200	242.363	1.654.568	815.985	
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(321.214)	(1.498)	(1.886)	(468.722)	7.995	(59.278)
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	279.313	1.498	1.886	468.722	7.995	59.278
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	(41.901)					
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido						

	Controladora					
	2020			2019		
	Planos de Pensão			Planos de Assistência Médica		
	TCSPREV	PBS-Telemar	PBS-A	PAMEC	PAMA	
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	3.251.918	8.415	176.941	1.013.364	4.397	610.928
Juros sobre obrigações atuariais	283.139	713	15.797	87.684	414	55.290
Custo do serviço corrente	206					206
Contribuições de participantes vertidas no ano	15					
Benefícios pagos líquidos	(262.147)	(719)	(11.274)	(90.943)	(484)	(41.162)
Elevação/(redução) do ativo em decorrência de mudanças no Plano						
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	500.001	282	39.181	144.674	1.937	123.890
Aumento/(redução) do ativo em decorrência de incorporação do Plano	3.773.132	8.691	220.748	1.193.616	6.264	749.152
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	3.615.956	9.719	191.524	1.540.980	610.469	
Rendimentos dos ativos do plano	312.912	833	16.957	137.116	55.543	
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	28					
Pagamento de benefícios	(262.146)	(719)	(11.274)	(90.943)	(484)	(41.162)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	342.180	469	37.281	162.093	168.980	
Aumento/(redução) do ativo em decorrência de incorporação do Plano	4.008.930	10.302	234.488	1.749.246	793.830	
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(235.798)	(1.611)	(13.740)	(555.628)	6.264	(44.678)
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	179.944	1.611	13.740	555.628	44.678	
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	(55.854)					
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido						

	Controladora					
	2020			2019		
	Planos de Pensão			Planos de Assistência Médica		
	TCSPREV	PBS-Telemar	PBS-A	PBS-TNC	CELPREV	PAMEC
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	3.778.685	365.286	4.978.517	5.640.885	40.715	30
Juros sobre obrigações atuariais	270.765	26.264	358.983	402.675	2.930	2
Custo do serviço corrente	232	38	2.001		65	2
Contribuições de participantes vertidas no ano	11	31				
Benefícios pagos líquidos	(272.538)	(24.374)	(296.598)	(455.255)	(2.564)	(772)
Elevação/(redução) do ativo em decorrência de mudanças no Plano						
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(91.779)	(10.972)	(101.628)	10.660	(1.141)	(18)
Aumento/(redução) do ativo em decorrência de incorporação do Plano	3.685.376	356.273	4.941.275	5.598.965	40.005	16
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	4.017.260	430.646	5.298.688	6.266.862	64.837	4.191
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	288.492	31.125	382.772	597.785	4.722	311
Rendimentos dos ativos do plano						
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora						
Patrocinadora	10	65				772
Participantes	11	31				
Pagamento de benefícios	(272.538)	(24.374)	(296.598)	(455.255)	(2.564)	(772)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(23.134)	(19.869)	(404.827)	(597.362)	(4.774)	(1.289)
Aumento/(redução) do ativo em decorrência de incorporação do Plano	4.010.101	417.624	4.980.035	7.812.030	62.221	3.213
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(324.725)	(61.351)	(38.760)	(2.213.065)	(22.216)	(3.197)
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	282.365	61.351	38.760	2.213.065	20.073	3.037
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	127					
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	(42.233)			(2.143)	(160)	7.995

Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício

Juros sobre obrigações atuariais  
Custo do serviço corrente  
Contribuições de participantes vertidas no ano  
Benefícios pagos líquidos  
Elevação/(redução) do ativo em decorrência de mudanças no Plano  
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes  
Aumento/(redução) do ativo em decorrência de incorporação do Plano  
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício

Valor justo dos ativos do plano no início do exercício

Rendimentos dos ativos do plano  
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora  
Participantes  
Pagamento de benefícios  
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes  
Aumento/(redução) do ativo em decorrência de incorporação do Plano  
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício

(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido

Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso

(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido

reconhecido

A Companhia determina o valor disponível para abastecimento de contribuições futuras de acordo com as disposições legais aplicáveis e o regulamento do plano de benefícios. O valor do total vinculado aos Planos TCSPREV, PBS-TNC e CELPREV reconhecido nas Demonstrações Financeiras da Companhia, não ultrapassa o valor presente das contribuições futuras. Componentes de despesas (recursos) dos benefícios

Controladora

2020

Planos de Pensão

PBS-Telemar

TCSPREV

PAMEC

PAMA

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimentos dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Total da despesa (receita) reconhecida

Controladora

2019

Planos de Pensão

PBS-Telemar

TCSPREV

PAMEC

PAMA

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimentos dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Total da despesa (receita) reconhecida

Controladora

2020

Planos de Pensão

PBS-Telemar

TCSPREV

PAMEC

PAMA

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimentos dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Total da despesa (receita) reconhecida

Controladora

2019

Planos de Pensão

PBS-Telemar

TCSPREV

PAMEC

PAMA

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimentos dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Total da despesa (receita) reconhecida

Controladora

2020

Planos de Pensão

PBS-Telemar

TCSPREV

PAMEC

PAMA

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimentos dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Total da despesa (receita) reconhecida

Controladora

2019

Planos de Pensão

PBS-Telemar

TCSPREV

PAMEC

PAMA

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimentos dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Total da despesa (receita) reconhecida

Controladora

2019

Planos de Pensão

PBS-Telemar

TCSPREV

PAMEC

PAMA

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimentos dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Total da despesa (receita) reconhecida

Controladora

2019

Planos de Pensão

PBS-Telemar

TCSPREV

PAMEC

PAMA

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimentos dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Total da despesa (receita) reconhecida

Controladora

2019

Planos de Pensão



COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

Pag. 24/50



## Oi S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

referidas subsidiárias. **Garantias:** A Companhia e as demais Recuperandas são solidariamente responsáveis pelo cumprimento de todas as obrigações estabelecidas no PRJ, conforme previsto. O Futuro, seu instituto de inovação e criatividade com a construção de uma sociedade mais diversa e inclusiva por meio de projetos e programas desenvolvidos pelo Oi Futuro, seu instituto de inovação e criatividade para impacto social. Constituído legalmente como uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), o Oi Futuro está presente em todas as regiões do país com atuação nas áreas de Cultura, Educação e Inovação Social contribuindo para a pauta ESG (Environmental Social Governance) e para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Através da sua controladora Oi Móvel, foram realizadas contribuições ao Oi Futuro no montante de R\$ 15.989 (2019 - R\$ 21.218). **Transações com partes relacionadas em controle conjunto, coligadas e entidades não consolidadas**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Contas a receber e outros ativos</b>				
Hispamar				
Outras entidades			426	6.790
<b>Contas a pagar e outros passivos</b>				
Hispamar	520	706	61.078	71.841
Outras entidades			4.943	2.413

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Receta</b>				
<b>Receta dos serviços prestados</b>				
Hispamar	201	498	380	
Outras entidades	197	439		
Outras receitas	2	6.118	502	
Hispamar		2	2	502
Outras entidades		6.116		
<b>Receta financeira</b>				
Outras entidades		120	430	

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Custos/Despesas</b>				
<b>Custos e despesas operacionais</b>				
Hispamar	(3.824)	(4.441)	(224.909)	(226.031)
Outras entidades	(4)	(4.441)	(202.399)	(203.426)
<b>Despesa financeira</b>				
Hispamar	(3)	(81)	(257)	
Outras entidades	(4)	(77)	(245)	

Os saldos e transações com entidades controladas conjuntamente, coligadas ou não consolidadas resultam de operações comerciais desenvolvidas no curso normal da atividade, nomeadamente a prestação de serviços de telecomunicações pela Companhia a essas entidades e a aquisição de conteúdos e o aluguel de infraestrutura dessas entidades. **Remuneração do pessoal-chave da administração:** Em 31 de dezembro de 2020, a remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, foi de R\$ 73.263 (2019 - R\$ 53.335), conforme quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Remuneração do pessoal-chave da administração¹</b>				
Benefícios de curto prazo a administradores (i)²	63.157	51.500		
Remuneração com base em ações	10.106	1.835		
<b>Total</b>	<b>73.263</b>	<b>53.335</b>		

¹ Os valores demonstrados referem-se à controladora e ao consolidado, dado que o pessoal-chave da administração está alocado na Companhia. ² Os valores demonstrados, não consideram os impactos referentes a encargos sociais conforme decisão manifestada pelo Colegiado em 8 de dezembro de 2020 (Processo CVM nº 19957/200745/2018-10) e informado no Ofício de Janeiro de 2021. (i) Ordenados, salários, honorários, contribuições para seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença paga, participação nos lucros e bônus, benefícios não-monetários (tais como assistência médica, habitação, automóvel e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

**30. SEGUROS:** Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme prazos previstos: seguro do tipo "todos os riscos" para danos materiais relativos à propriedade, que cobre todos os ativos seguráveis que pertencem à concessão e seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço. Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e/ou alto risco estão cobertos por seguros. A Companhia e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos, entre outros. A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão. As aplicações de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens:

	Consolidado	
	2020	2019
<b>Modalidade de seguro</b>		
Riscos operacionais e lucros cessantes	800.000	800.000
Responsabilidades contra terceiros (¹)	415.740	322.408
Incêndio - estoques	170.000	170.000
Roubo - estoques	20.000	20.000
Responsabilidade civil - geral	30.000	30.000
Responsabilidade civil - veículos	2.000	2.000

(¹) conforme cotação do câmbio do dia 31 de dezembro de 2020 (ptax): R\$ 1,967 = US\$ 1,00. **31. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS:** As informações relativas aos ativos mantidos para venda devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras do exercício final em 31 de dezembro de 2019.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Ativos</b>				
Alienação de UPIs (a)			20.625.007	
Operações internacionais (b)	57.204	3.421.062	99.633	4.271.348
Alienação de Imóveis (c)	43.418	43.416	47.302	119.742
<b>Total</b>	<b>100.622</b>	<b>3.464.478</b>	<b>20.771.942</b>	<b>4.391.090</b>

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Ativos</b>				
Alienação de UPIs (a)			20.625.007	
Operações internacionais (b)	57.204	3.421.062	99.633	4.271.348
Alienação de Imóveis (c)	43.418	43.416	47.302	119.742
<b>Total</b>	<b>100.622</b>	<b>3.464.478</b>	<b>20.771.942</b>	<b>4.391.090</b>

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Ativos</b>				
Alienação de UPIs (a)			20.625.007	
Operações internacionais (b)	57.204	3.421.062	99.633	4.271.348
Alienação de Imóveis (c)	43.418	43.416	47.302	119.742
<b>Total</b>	<b>100.622</b>	<b>3.464.478</b>	<b>20.771.942</b>	<b>4.391.090</b>

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Ativos</b>				
Alienação de UPIs (a)			20.625.007	
Operações internacionais (b)	57.204	3.421.062	99.633	4.271.348
Alienação de Imóveis (c)	43.418	43.416	47.302	119.742
<b>Total</b>	<b>100.622</b>	<b>3.464.478</b>	<b>20.771.942</b>	<b>4.391.090</b>

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Passivos</b>				
Alienação de UPIs (a)			9.152.947	
Operações internacionais (b)			42.429	491.225
Alienação de Imóveis (c)			3.070	
<b>Total</b>			<b>9.195.376</b>	<b>494.295</b>

**(a) Alienação de UPIs**  
No âmbito da recuperação judicial da Companhia, conforme descrito na Nota 1 - Informações Gerais, e, mais especificamente, no item 2. UPIs previstas no Aditamento ao PRJ, é previsto realizar a segregação de 5 (cinco) UPIs distintas dos ativos, passivos e direitos das Recuperandas associadas (a) à operação em telefonia e dados no mercado de comunicação móvel ("UPI Ativos Móveis"); (b) à infraestrutura passiva ("UPI Torres" e "UPI Data Center"); (c) à operação de redes de telecomunicações ("UPI InfraCo"); e (d) ao negócio de TV ("UPI TVCo"). A alienação das UPIs visa permitir à Companhia maximizar o valor econômico dos seus investimentos, por meio da expansão de seus serviços de acesso residenciais e empresariais em todo o país, da exploração mais eficiente dos seus elementos de rede e da abertura de novas possibilidades de exploração destas redes para outras empresas operadoras e provedoras de serviços no setor de telecomunicações, observadas a legislação, regulamentação e a necessidade de autorizações das autoridades competentes, quando aplicáveis. Informações detalhadas sobre a composição de cada UPI e os termos e condições aplicáveis à sua alienação, inclusive aquelas relativas à estrutura e ao preço mínimo, estão descritas no Aditamento ao PRJ disponibilizado, para fins de consulta, no endereço eletrônico [www.rejud.com.br](http://www.rejud.com.br). Informações a respeito do estágio de alienação de cada uma das UPIs estão descritas de forma detalhada na Nota 1 - Informações Gerais, nos subitens de 2.1 a 2.5 para cada uma das UPIs. Os ativos e passivos relacionados a UPI Ativos Móveis, UPI InfraCo, UPI TVCo, UPI Torres e UPI Data Center são classificados como mantidos para venda, devido ao valor contábil ser recuperado, principalmente por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. A Companhia considera que a venda desses ativos se configura como uma venda altamente provável, considerando a evolução do plano de alienação desses ativos. O grupo de ativos e passivos das UPIs está demonstrado ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de vendas. **(a.1) Ativos mantidos para venda:** Os principais componentes de ativos mantidos para venda e passivos associados a ativos mantidos para venda das UPIs, líquidos das operações intragrupo, estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Ativos mantidos para venda</b>				
<b>Ativo Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	1.935.564		20.625.007	
Contas a receber	207.925		1.935.564	
Estoque	1.075.583		1.935.564	
Impostos a pagar	1.532		1.935.564	
Outros tributos	6.412		1.935.564	
Depósitos e bloqueios judiciais	58.834		1.935.564	
Ativo relacionado aos fundos de pensão	127		1.935.564	
Despesas antecipadas	513.809		1.935.564	
Demais ativos	60.759		1.935.564	
<b>Ativo não Circulante</b>				
Tributos diferidos	18.689.443		18.689.443	
Outros tributos	(47.740)		(47.740)	
Depósitos e bloqueios judiciais	171.373		171.373	
Despesas antecipadas	34.621		34.621	
Demais ativos	440.290		440.290	
Imobilizado	35.748		35.748	
Intangível	1.272.887		1.272.887	
<b>Passivos associados a ativos mantidos para venda</b>				
<b>Passivo Circulante</b>				
Salários, encargos sociais e benefícios	208.563		208.563	
Fornecedores	1.230.820		1.230.820	
Tributos correntes a receber	3.866		3.866	
Outros tributos	222.195		222.195	
Autorizações e concessões a pagar	44.502		44.502	
Programa de refinanciamento fiscal	1.293.453		1.293.453	
Arrendamentos a pagar	161		161	
Provisões	1.034.467		1.034.467	
Demais obrigações	405.576		405.576	
<b>Passivo não Circulante</b>				
Outros tributos	5.965.376		5.965.376	
Programa de refinanciamento fiscal	4.086		4.086	
Provisões	410		410	
Arrendamentos a pagar	63.772		63.772	
Demais obrigações	4.601.655		4.601.655	

**(a.2) Operações descontinuadas:** As operações relacionadas a UPIs Ativos Móveis, UPI InfraCo, UPI TVCo e UPI Data Center são classificadas como operações descontinuadas por representarem uma importante linha separada de negócios e são parte integrante de plano coordenado de venda. A Companhia considera que as operações da UPI Torres não representam uma linha separada de negócios, sendo as receitas e despesas associadas a esses ativos, apresentados pelo método de consolidação integral na demonstração do resultado. O plano de implementação da reestruturação societária, para segregação e alienação das UPIs na forma do Aditamento ao PRJ, gerou uma alteração nas informações sobre segmentos operacionais que excluem as operações descontinuadas e são apresentadas considerando os segmentos de negócios que não serão transferidos para as UPIs, ou seja, os segmentos de negócios continuados que permanecerão na Companhia. É importante ressaltar que, para 31 de dezembro de 2020, a Administração continua a considerar as operações descontinuadas e continuadas em conjunto para a monitorar e acompanhar o desempenho das ofertas de serviços na visão segmentada por clientes, inclusive, que tenham recursos a serem alocados para avaliação de desempenho e decisões estratégicas, que são consistentes com os relatórios internos fornecidos para o principal órgão deliberativo da Companhia, o Conselho de Administração. Os principais componentes de receitas e despesas relacionadas ao resultado de operações descontinuadas das UPIs, bem como as receitas e despesas relacionadas às operações continuadas da Companhia, líquidos das operações intragrupo, são demonstradas a seguir:

	2020		2019	
	CONSOLIDADO	OPERACIONAL	CONSOLIDADO	OPERACIONAL
<b>Recitas de vendas e/ou serviços</b>	<b>18.775.764</b>	<b>9.491.461</b>	<b>2.984.303</b>	<b>20.136.183</b>
<b>Recitas (despesas) operacionais:</b>				
Interconexão	(467.450)	(297.997)	(169.453)	(487.413)
Pessoal	(2.614.610)	(723.471)	(1.738.139)	(2.528.823)
Serviços de terceiros	(5.491.153)	(2.317.188)	(3.173.965)	(6.030.542)
Serviço de manutenção da rede	(890.160)	(421.007)	(469.153)	(397.986)
Custo de aparelhos e outros	(113.729)	(103.558)	(170.171)	(170.860)
Publicidade e propaganda	(355.191)	(413.76)	(313.815)	(497.278)
Alugueis e seguros	(2.366.736)	(884.928)	(1.481.808)	(2.575.862)
(Provisões) / Reversões	(139.802)	(3.909)	(135.893)	(2.16.438)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(295.116)	(201.432)	(153.884)	(489.396)
Reversão / (Perdas) com imparidade	800.378	(329.330)	1.129.708	(2.11.022)
Tributos e outras receitas (despesas)	(249.623)	(228.876)	(20.747)	(110.568)
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(236.695)	(236.695)	(236.695)	(6.974)
Depreciação e amortização	(12.366.888)	(5.613.072)	(6.753.816)	(16.239.608)
<b>Total das despesas operacionais</b>	<b>(19.304.376)</b>	<b>(8.208.854)</b>	<b>(11.095.522)</b>	<b>(23.113.553)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>(528.612)</b>	<b>(1.811.219)</b>	<b>(2.977.370)</b>	<b>1.620.293</b>
<b>Resultado financeiro:</b>				
Recitas financeiras	4.227.459	25.239	4.202.220	2.662.463
Despesas financeiras	(17.729.852)	(740.060)	(16.989.792)	(8.772.181)
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>(13.502.393)</b>	<b>(714.821)</b>	<b>(12.787.572)</b>	<b>(6.109.718)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes das tributações</b>	<b>(14.031.005)</b>	<b>(567.786)</b>	<b>(14.598.791)</b>	<b>(9.087.088)</b>
Imposto de renda e contribuição social	3.502.506	(48.414)	3.550.920	(8.019)
<b>Lucro (Prejuízo) do exercício</b>	<b>(10.528.499)</b>	<b>(519.372)</b>	<b>(11.047.871)</b>	<b>(9.095.107)</b>

	2019	
	Consolidado anteriormente apresentado	Operações descontinuadas
<b>Recitas de vendas e/ou serviços</b>	<b>20.136.183</b>	<b>2.984.303</b>
<b>Recitas (despesas) operacionais:</b>		
Interconexão	(467.450)	(297.997)
Pessoal	(2.614.610)	(723.471)
Serviços de terceiros	(5.491.153)	(2.317.188)
Serviço de manutenção da rede	(890.160)	(421.007)
Custo de aparelhos e outros	(113.729)	(103.558)
Publicidade e propaganda	(355.191)	(413.76)
Alugueis e seguros	(2.366.736)	(884.928)
(Provisões) / Reversões	(139.802)	(3.909)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(295.116)	(201.432)
Reversão / (Perdas) com imparidade	800.378	(329.330)
Tributos e outras receitas (despesas)	(249.623)	(228.876)
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(236.695)	(236.695)
Depreciação e amortização	(12.366.888)	(5.613.072)
<b>Total das despesas operacionais</b>	<b>(19.304.376)</b>	<b>(8.208.854)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>(528.612)</b>	<b>(1.811.219)</b>
<b>Resultado financeiro:</b>		
Recitas financeiras	4.227.459	25.239
Despesas financeiras	(17.729.852)	(740.060)
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>(13.502.393)</b>	<b>(714.821)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes das tributações</b>	<b>(14.031.005)</b>	<b>(567.786)</b>
Imposto de renda e contribuição social	3.502.506	(48.414)
<b>Lucro (Prejuízo) do exercício</b>	<b>(10.528.499)</b>	<b>(519.372)</b>

	2019	
	Consolidado anteriormente apresentado	Operações descontinuadas
<b>Recitas de vendas e/ou serviços</b>	<b>20.136.183</b>	<b>2.984.303</b>
<b>Recitas (despesas) operacionais:</b>		
Interconexão	(467.450)	(297.997)
Pessoal	(2.614.610)	(723.471)
Serviços de terceiros	(5.491.153)	(2.317.188)
Serviço de manutenção da rede	(890.160)	(421.007)
Custo de aparelhos e outros	(113.729)	(103.558)
Publicidade e propaganda	(355.191)	(413.76)
Alugueis e seguros	(2.366.736)	(884.928)
(Provisões) / Reversões	(139.802)	(3.909)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(295.116)	(201.432)
Reversão / (Perdas) com imparidade	800.378	(329.330)
Tributos e outras receitas (despesas)	(249.623)	(228.876)
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(236.695)	(236.695)
Depreciação e amortização	(12.366.888)	(5.613.072)
<b>Total das despesas operacionais</b>	<b>(19.304.376)</b>	<b>(8.208.854)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>(528.612)</b>	<b>(1.811.219)</b>
<b>Resultado financeiro:</b>		
Recitas financeiras	4.227.459	25.239
Despesas financeiras	(17.729.852)	(740.060)
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>(13.502.393)</b>	<b>(714.821)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes das tributações</b>	<b>(14.031.005)</b>	<b>(567.786)</b>
Imposto de renda e contribuição social	3.502.506	(48.414)
<b>Lucro (Prejuízo) do exercício</b>	<b>(10.528.499)</b>	<b>(519.372)</b>

	2019	2018
Prejuízo atribuído aos acionistas não controladores	(94.673)	(94.673)
Prejuízo alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(8.764.803)	(8.764.803)
Prejuízo alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(235.631)	(235.631)
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	5.796.448	5.798.447
Ações preferenciais – básicas e diluídas	155.915	155.915
Prejuízo básico e diluído por ação:		
Ações ordinárias – básicas e diluídas (R\$)	(1,51)	(1,51)
Ações preferenciais – básicas e diluídas (R\$)	(1,51)	(1,51)
Prejuízo básico e diluído por ação – Operações continuadas:		
Ações ordinárias – básicas e diluídas (R\$)		(1,66)
Ações preferenciais – básicas e diluídas (R\$)		(1,66)
Demonstração do resultado abrangente		



## OI S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

## Demonstração do valor adicionado

	Consolidado anterior-mente apresentado	Operações descontinuadas	Operações contínuas
Receitas	29.731.500	12.421.303	17.310.197
Insusos adquiridos de terceiros	(10.561.015)	(4.648.276)	(5.912.739)
Valor adicionado bruto	19.170.485	7.773.027	11.397.458
Retenções	(13.279.348)	(2.080.663)	(11.198.085)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	5.891.137	5.692.364	198.773
Valor adicionado recebido em transferência	2.657.289	30.750	2.626.539
Valor adicionado total a distribuir	8.548.426	5.723.114	2.825.312
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal	(2.271.582)	(581.306)	(1.690.276)
Impostos e taxas	(5.439.457)	(2.217.543)	(3.221.914)
Remuneração de capital de terceiros	(9.932.494)	(2.924.265)	(7.008.229)
Remuneração de capitais próprios	9.095.107		9.095.107
Valor adicionado distribuído	8.548.426	(5.723.114)	(2.825.312)
Notas explicativas - Receitas e despesas			

	Consolidado anterior-mente apresentado	Operações descontinuadas	Operações contínuas
Receitas de vendas e/ou serviços	20.136.183	9.644.087	10.492.096
Receitas (despesas) operacionais:			
Interconexão	(487.413)	(310.821)	(176.592)
Pessoal	(2.528.823)	(662.654)	(1.866.169)
Serviços de terceiros	(6.030.542)	(2.507.337)	(3.523.205)
Serviço de manutenção da rede	(1.014.432)	(397.986)	(616.446)
Custo de aparelhos e outros	(170.860)	(170.093)	(787)
Publicidade e propaganda	(492.728)	(51.946)	(445.332)
Aluguéis e seguros	(2.575.862)	(960.165)	(1.615.697)
(Provisões) / Reversões	(216.438)	(4.748)	(211.690)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(489.396)	(190.294)	(299.102)
Reversão / (Perdas) com imparidade	(2.111.022)		
Tributos e outras receitas (despesas)	(110.568)	(431.388)	320.820
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(6.974)		(6.974)
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(16.239.608)	(5.687.432)	(10.552.176)
Depreciação e amortização	(6.873.945)	(2.336.362)	(4.537.583)
Total das despesas operacionais	(23.113.553)	(8.023.794)	(15.089.759)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos	(2.977.370)	1.620.293	(4.597.063)
Resultado financeiro:			
Receitas financeiras	2.662.463	30.750	2.631.713
Despesas financeiras	(8.772.181)	(763.833)	(8.008.348)
Total do resultado financeiro	(6.109.718)	(733.083)	(5.376.635)
Prejuízo antes das tributações	(9.087.088)	887.210	(9.974.298)
Imposto de renda e contribuição social	(8.019)	(20.757)	12.738
Prejuízo do exercício das operações continuadas	(9.095.107)	866.453	(9.961.560)
Operações descontinuadas			
Resultado líquido de operações descontinuadas (liquidez de impostos)		(866.453)	866.453
Prejuízo do exercício	(9.095.107)		(9.095.107)
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores	(9.000.434)		(9.000.434)
Prejuízo atribuído aos acionistas não controladores	(94.673)		(94.673)
Despesas operacionais por função:			
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(15.314.814)	(7332.219)	(7982.595)
Despesas com vendas	(3.547.684)	(940.635)	(2.607.049)
Despesas gerais e administrativas	(2.782.300)	(840)	(2.781.460)
Outras receitas operacionais	4.527.710	431.643	4.996.067
Outras despesas operacionais	(5.991.291)	(181.743)	(5.809.548)
Resultado de equivalência patrimonial	(5.174)		(5.174)
Total das despesas operacionais	(23.113.553)	(8.023.794)	(15.089.759)
Notas explicativas - Resultado financeiro			

	Consolidado anterior-mente apresentado	Operações descontinuadas	Operações contínuas
Receitas de vendas e/ou serviços	20.136.183	9.644.087	10.492.096
Receitas (despesas) operacionais:			
Interconexão	(487.413)	(310.821)	(176.592)
Pessoal	(2.528.823)	(662.654)	(1.866.169)
Serviços de terceiros	(6.030.542)	(2.507.337)	(3.523.205)
Serviço de manutenção da rede	(1.014.432)	(397.986)	(616.446)
Custo de aparelhos e outros	(170.860)	(170.093)	(787)
Publicidade e propaganda	(492.728)	(51.946)	(445.332)
Aluguéis e seguros	(2.575.862)	(960.165)	(1.615.697)
(Provisões) / Reversões	(216.438)	(4.748)	(211.690)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(489.396)	(190.294)	(299.102)
Reversão / (Perdas) com imparidade	(2.111.022)		
Tributos e outras receitas (despesas)	(110.568)	(431.388)	320.820
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(6.974)		(6.974)
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(16.239.608)	(5.687.432)	(10.552.176)
Depreciação e amortização	(6.873.945)	(2.336.362)	(4.537.583)
Total das despesas operacionais	(23.113.553)	(8.023.794)	(15.089.759)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos	(2.977.370)	1.620.293	(4.597.063)
Resultado financeiro:			
Receitas financeiras	2.662.463	30.750	2.631.713
Despesas financeiras	(8.772.181)	(763.833)	(8.008.348)
Total do resultado financeiro	(6.109.718)	(733.083)	(5.376.635)
Prejuízo antes das tributações	(9.087.088)	887.210	(9.974.298)
Imposto de renda e contribuição social	(8.019)	(20.757)	12.738
Prejuízo do exercício das operações continuadas	(9.095.107)	866.453	(9.961.560)
Operações descontinuadas			
Resultado líquido de operações descontinuadas (liquidez de impostos)		(866.453)	866.453
Prejuízo do exercício	(9.095.107)		(9.095.107)
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores	(9.000.434)		(9.000.434)
Prejuízo atribuído aos acionistas não controladores	(94.673)		(94.673)
Despesas operacionais por função:			
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(15.314.814)	(7332.219)	(7982.595)
Despesas com vendas	(3.547.684)	(940.635)	(2.607.049)
Despesas gerais e administrativas	(2.782.300)	(840)	(2.781.460)
Outras receitas operacionais	4.527.710	431.643	4.996.067
Outras despesas operacionais	(5.991.291)	(181.743)	(5.809.548)
Resultado de equivalência patrimonial	(5.174)		(5.174)
Total das despesas operacionais	(23.113.553)	(8.023.794)	(15.089.759)
Notas explicativas - Resultado financeiro			

	Consolidado anterior-mente apresentado	Operações descontinuadas	Operações contínuas
Receitas de vendas e/ou serviços	20.136.183	9.644.087	10.492.096
Receitas (despesas) operacionais:			
Interconexão	(487.413)	(310.821)	(176.592)
Pessoal	(2.528.823)	(662.654)	(1.866.169)
Serviços de terceiros	(6.030.542)	(2.507.337)	(3.523.205)
Serviço de manutenção da rede	(1.014.432)	(397.986)	(616.446)
Custo de aparelhos e outros	(170.860)	(170.093)	(787)
Publicidade e propaganda	(492.728)	(51.946)	(445.332)
Aluguéis e seguros	(2.575.862)	(960.165)	(1.615.697)
(Provisões) / Reversões	(216.438)	(4.748)	(211.690)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(489.396)	(190.294)	(299.102)
Reversão / (Perdas) com imparidade	(2.111.022)		
Tributos e outras receitas (despesas)	(110.568)	(431.388)	320.820
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(6.974)		(6.974)
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(16.239.608)	(5.687.432)	(10.552.176)
Depreciação e amortização	(6.873.945)	(2.336.362)	(4.537.583)
Total das despesas operacionais	(23.113.553)	(8.023.794)	(15.089.759)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos	(2.977.370)	1.620.293	(4.597.063)
Resultado financeiro:			
Receitas financeiras	2.662.463	30.750	2.631.713
Despesas financeiras	(8.772.181)	(763.833)	(8.008.348)
Total do resultado financeiro	(6.109.718)	(733.083)	(5.376.635)
Prejuízo antes das tributações	(9.087.088)	887.210	(9.974.298)
Imposto de renda e contribuição social	(8.019)	(20.757)	12.738
Prejuízo do exercício das operações continuadas	(9.095.107)	866.453	(9.961.560)
Operações descontinuadas			
Resultado líquido de operações descontinuadas (liquidez de impostos)		(866.453)	866.453
Prejuízo do exercício	(9.095.107)		(9.095.107)
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores	(9.000.434)		(9.000.434)
Prejuízo atribuído aos acionistas não controladores	(94.673)		(94.673)
Despesas operacionais por função:			
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(15.314.814)	(7332.219)	(7982.595)
Despesas com vendas	(3.547.684)	(940.635)	(2.607.049)
Despesas gerais e administrativas	(2.782.300)	(840)	(2.781.460)
Outras receitas operacionais	4.527.710	431.643	4.996.067
Outras despesas operacionais	(5.991.291)	(181.743)	(5.809.548)
Resultado de equivalência patrimonial	(5.174)		(5.174)
Total das despesas operacionais	(23.113.553)	(8.023.794)	(15.089.759)
Notas explicativas - Resultado financeiro			

	Consolidado anterior-mente apresentado	Operações descontinuadas	Operações contínuas
Receitas de vendas e/ou serviços	20.136.183	9.644.087	10.492.096
Receitas (despesas) operacionais:			
Interconexão	(487.413)	(310.821)	(176.592)
Pessoal	(2.528.823)	(662.654)	(1.866.169)
Serviços de terceiros	(6.030.542)	(2.507.337)	(3.523.205)
Serviço de manutenção da rede	(1.014.432)	(397.986)	(616.446)
Custo de aparelhos e outros	(170.860)	(170.093)	(787)
Publicidade e propaganda	(492.728)	(51.946)	(445.332)
Aluguéis e seguros	(2.575.862)	(960.165)	(1.615.697)
(Provisões) / Reversões	(216.438)	(4.748)	(211.690)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(489.396)	(190.294)	(299.102)
Reversão / (Perdas) com imparidade	(2.111.022)		
Tributos e outras receitas (despesas)	(110.568)	(431.388)	320.820
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(6.974)		(6.974)
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(16.239.608)	(5.687.432)	(10.552.176)
Depreciação e amortização	(6.873.945)	(2.336.362)	(4.537.583)
Total das despesas operacionais	(23.113.553)	(8.023.794)	(15.089.759)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos	(2.977.370)	1.620.293	(4.597.063)
Resultado financeiro:			
Receitas financeiras	2.662.463	30.750	2.631.713
Despesas financeiras	(8.772.181)	(763.833)	(8.008.348)
Total do resultado financeiro	(6.109.718)	(733.083)	(5.376.635)
Prejuízo antes das tributações	(9.087.088)	887.210	(9.974.298)
Imposto de renda e contribuição social	(8.019)	(20.757)	12.738
Prejuízo do exercício das operações continuadas	(9.095.107)	866.453	(9.961.560)
Operações descontinuadas			
Resultado líquido de operações descontinuadas (liquidez de impostos)		(866.453)	866.453
Prejuízo do exercício	(9.095.107)		(9.095.107)
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores	(9.000.434)		(9.000.434)
Prejuízo atribuído aos acionistas não controladores	(94.673)		(94.673)
Despesas operacionais por função:			
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(15.314.814)	(7332.219)	(7982.595)
Despesas com vendas	(3.547.684)	(940.635)	(2.607.049)
Despesas gerais e administrativas	(2.782.300)	(840)	(2.781.460)
Outras receitas operacionais	4.527.710	431.643	4.996.067
Outras despesas operacionais	(5.991.291)	(181.743)	(5.809.548)
Resultado de equivalência patrimonial	(5.174)		(5.174)
Total das despesas operacionais	(23.113.553)	(8.023.794)	(15.089.759)
Notas explicativas - Resultado financeiro			

	Consolidado anterior-mente apresentado	Operações descontinuadas	Operações contínuas
Receitas de vendas e/ou serviços	20.136.183	9.644.087	10.492.096
Receitas (despesas) operacionais:			
Interconexão	(487.413)	(310.821)	(176.592)
Pessoal	(2.528.823)	(662.654)	(1.866.169)
Serviços de terceiros	(6.030.542)	(2.507.337)	(3.523.205)
Serviço de manutenção da rede	(1.014.432)	(397.986)	(616.446)
Custo de aparelhos e outros	(170.860)	(170.093)	(787)
Publicidade e propaganda	(492.728)	(51.946)	(445.332)
Aluguéis e seguros	(2.575.862)	(960.165)	(1.615.697)
(Provisões) / Reversões	(216.438)	(4.748)	(211.690)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(489.396)	(190.294)	(299.102)
Reversão / (Perdas) com imparidade	(2.111.022)		
Tributos e outras receitas (despesas)	(110.568)	(431.388)	320.820
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(6.974)		(6.974)
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(16.239.608)	(5.687.432)	(10.552.176)
Depreciação e amortização	(6.873.945)	(2.336.362)	(4.537.583)
Total das despesas operacionais	(23.113.553)	(8.023.794)	(15.089.759)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos	(2.977.370)	1.620.293	(4.597.063)
Resultado financeiro:			
Receitas financeiras	2.662.463	30.750	2.631.713
Despesas financeiras	(8.772.181)	(763.833)	(8.008.348)
Total do resultado financeiro	(6.109.718)	(733.083)	(5.376.635)
Prejuízo antes das tributações	(9.087.088)	887.210	(9.974.298)
Imposto de renda e contribuição social	(8.019)	(20.757)	12.738
Prejuízo do exercício das operações continuadas	(9.095.107)	866.453	(9.961.560)
Operações descontinuadas			
Resultado líquido de operações descontinuadas (liquidez de impostos)		(866.453)	866.453
Prejuízo do exercício	(9.095.107)		(9.095.107)
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores	(9.000.434)		(9.000.434)
Prejuízo atribuído aos acionistas não controladores	(94.673)		(94.673)
Despesas operacionais por função:			
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(15.314.814)	(7332.219)	(7982.595)
Despesas com vendas	(3.547.684)	(940.635)	(2.607.049)
Despesas gerais e administrativas	(2.782.300)	(840)	(2.781.460)
Outras receitas operacionais	4.527.710	431.643	4.996.067
Outras despesas operacionais	(5.991.291)	(181.743)	(5.809.548)
Resultado de equivalência patrimonial	(5.174)		(5.174)
Total das despesas operacionais	(23.113.553)	(8.023.794)	(15.089.759)
Notas explicativas - Resultado financeiro			

	Consolidado anterior-mente apresentado	Operações descontinuadas	Operações contínuas
Receitas de vendas e/ou serviços	20.136.183	9.644.087	10.492.096
Receitas (despesas) operacionais:			
Interconexão	(487.413)	(310.821)	(176.592)
Pessoal	(2.528.823)	(662.654)	(1.866.169)
Serviços de terceiros	(6.030.542)	(2.507.337)	(3.523.205)
Serviço de manutenção da rede	(1.014.432)	(397.986)	(616.446)
Custo de aparelhos e outros	(170.860)	(170.093)	(787)
Publicidade e propaganda	(492.728)	(51.946)	(445.332)
Aluguéis e seguros	(2.575.862)	(960.165)	(1.615.697)
(Provisões) / Reversões	(216.438)	(4.748)	(211.690)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(489.396)	(190.294)	(299.102)
Reversão / (Perdas) com imparidade	(2.111.022)		
Tributos e outras receitas (despesas)	(110.568)	(431.388)	320.820
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(6.974)		(6.974)
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(16.239.608)	(5.687.432)	(10.552.176)
Depreciação e amortização	(6.873.945)	(2.336.362)	(4.537.583)
Total das despesas operacionais	(23.113.553)	(8.023.794)	(15.089.759)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos	(2.977.370)	1.620.293	(4.597.063)
Resultado financeiro:			
Receitas financeiras	2.662.463	30.750	2.631.713
Despesas financeiras	(8.772.181)	(763.833)	(8.008.348)
Total do resultado financeiro	(6.109.718)	(733.083)	(5.376.635)
Prejuízo antes das tributações	(9.087.088)	887.210	(9.974.298)
Imposto de renda e contribuição social	(8.019)	(20.757)	12.738
Prejuízo do exercício das operações continuadas	(9.095.107)	866.453	(



Oi S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

da Dommo era detida pela Telemar, a incorporação não produziu qualquer efeito no capital social desta última, não ocorrendo qualquer aumento ou redução do mesmo, em decorrência de novas ações. Posteriormente, em 3 de agosto de 2020, a controlada da Telemar, Calteia RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. ("Calteia"), promoveu aumento de seu capital social, no valor aproximado de R\$ 35 milhões, o qual foi subscrito e integralizado pela Telemar e Oi Móvel, mediante a transferência, para a Calteia, de terras de telecomunicações "outdoor" e "indoor", bem como de direitos e obrigações contratuais relacionados às operações das mesmas. A incorporação da Dommo e o aumento de capital da Calteia estão em linha com o Plano Estratégico e com a proposta de Aditamento ao PRL e constituem etapas do processo de reestruturação societária e patrimonial das Empresas Oi descrito no PRL, tendo como objetivo a otimização de suas operações, ativos e passivos e, mais especificamente, a formação da UPI Torres. f) **Reestruturação societária para formação da UPI Data Center:** Em 1 de setembro de 2020, ocorreu a cisão parcial da Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A. ("BT Multimídia"), com a incorporação da parcela cindida da BT Multimídia pela Drammen RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. ("Drammen"). Em decorrência dessa cisão, o capital social da BT Multimídia foi reduzido em R\$ 29.095.147,57 (vinte e nove milhões, noventa e cinco mil, cento e quarenta e sete reais e cinquenta e sete centavos), sem o cancelamento de ações, passando de R\$ 1.168.919.091,98 (um bilhão, cento e sessenta e oito milhões, novecentos e dezesseis mil, noventa e um reais e noventa e oito centavos) para R\$ 1.139.823.944,41 (um bilhão, cento e trinta e nove milhões, oitocentos e vinte e três mil, novecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos), dividido em 346.246 (trezentas e quarenta e seis mil, duzentas e quarenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Da mesma forma, em decorrência da incorporação da parcela cindida da BT Multimídia pela Drammen, o capital social desta última foi aumentado em R\$ 29.095.147,57 (vinte e nove milhões, noventa e cinco mil, cento e quarenta e sete reais e cinquenta e sete centavos), com a emissão de 29.095.147 (vinte e nove milhões, noventa e cinco mil, cento e quarenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), dividido em 2.100 (duas mil e cem) ações ordinárias nominativas, para R\$ 29.095.147,57 (vinte e nove milhões, noventa e cinco mil, duzentas e quarenta e sete reais e cinquenta e sete centavos), dividido em 29.092.47 (vinte e nove milhões, noventa e sete mil, duzentas e quarenta e sete) ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal. A cisão parcial da BT Multimídia e a incorporação da parcela cindida pela Drammen estão em linha com o Plano Estratégico e com o Aditamento ao PRL e constituem etapas do processo de reestruturação societária e patrimonial das Empresas Oi descrito no PRL, tendo como objetivo a otimização de suas operações, ativos e passivos e, mais especificamente, a formação da UPI Data Center. g) **Plano de Incentivo à Saída:** Em comunicado ao mercado de 9 de outubro de 2020, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral o lançamento de um Plano de Incentivo à Saída, que tinha como objetivo reduzir cerca de 2 mil postos de trabalho, que poderiam representar até 15% do seu quadro funcional. Os colaboradores que aderiram ao Plano de Incentivo à Saída tiveram direito a condições diferenciadas que incluem parcela de natureza indenizatória em função do tempo de empresa e extensão de benefícios como plano de saúde, plano odontológico e seguro de vida, entre outras concessões. O Plano de Incentivo à Saída foi decorrente da evolução do modelo de negócio promovida pela implementação do Plano Estratégico da Oi e da necessidade de readequação de estruturas organizacionais, em linha com o Aditamento ao PRL da Companhia, homologado por decisão proferida pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro em 5 de outubro de 2020 e publicada em 8 de outubro de 2020. Como já amplamente divulgado pela Companhia, o Plano Estratégico da Oi tem foco na massificação da fibra ótica no Brasil, como componente fundamental de todos os serviços de telecomunicações fixa e móvel, visando à transformação da Companhia na maior provedora da infraestrutura de telecomunicações do país. Neste sentido, a Companhia incurreu em despesas no montante de R\$ 85 milhões, no quarto trimestre de 2020. h) **Impactos do Aditamento ao PRL (Nota 1):** Como resultado da aprovação do Aditamento ao PRL, ora aprovado e homologado conforme detalhado na Nota 1, destacamos no âmbito do Aditamento ao PRL, os impactos do PRL e respectivos impactos contábeis: • **o plano coordenado de alienação das UPI Ativos Móveis, UPI InfraCo, UPI TVCO, UPI Torres e UPI Data Center:** Os ativos e passivos relacionados às UPI Ativos Móveis, UPI InfraCo, UPI TVCO, UPI Torres e UPI Data Center são classificados como mantidos para venda, devendo aos seus valores contábeis serem recuperados, principalmente por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. A Companhia considera que a venda desses ativos se configura como uma venda atenuada provável, considerando a evolução do plano de alienação desses ativos. O grupo de ativos e de passivos das UPIs estão demonstrados ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de vendas. As operações relacionadas a UPI Ativos Móveis, UPI InfraCo, UPI TVCO e UPI Data Center são classificadas como operações descontinuadas por representarem uma importante linha separada de negócios e são parte integrante do plano coordenado de venda. A Companhia considera que as operações da UPI Torres não representa uma linha separada de negócios, sendo as receitas e despesas associadas a esses ativos, apresentados pelo método de consolidação integral na demonstração do resultado. Os impactos da aplicação da regra contábil CPC 31 / IFRS 5 estão divulgados na Nota 31 (a). Em 31 de dezembro de 2020, no balanço patrimonial consolidado foram reclassificados R\$ 20.625.007 para ativos mantidos para venda e R\$ 9.152.947 para passivos associados a ativos mantidos para venda, no resultado do

exercício consolidado de 2020 e de 2019 foram reclassificados lucros líquidos para operações descontinuadas nos valores de R\$ 519.371 e R\$ 866.453, respectivamente. • **Ajustes nas condições de pagamento de credores concursais e também mecanismos que permitem ou obrigam a Companhia a pagar determinados créditos sujeitos ao Plano em prazo menor do que o previsto no Plano homologado:** a) **Créditos Trabalhistas:** O Aditamento ao PRL previu, ainda, que credores trabalhistas cujos créditos não tivessem sido integralmente quitados até a Nova AGC teriam seus créditos até o montante total de R\$ 50,0 mil pagos no prazo máximo de 30 dias da homologação do Aditamento ao PRL, desde que os referidos créditos trabalhistas (i) constassem da relação de credores do administrador judicial; ou (ii) fossem objeto de decisão transitada em julgado que encerrou o respectivo processo e homologou o valor devido ao respectivo credor; ou (iii) no caso dos credores decorrentes de honorários de sucumbência, fosse proferida decisão em incidente de habilitação ou impugnação de crédito distribuída até a Nova AGC, desde que realizassem opção por essa forma de pagamento. No exercício de 2020, a Companhia efetuou pagamentos relativos ao Aditamento ao PRL de R\$ 7322 aos credores trabalhistas (Classe II) no âmbito da RJ. b) **Créditos com Garantia Real:** O Aditamento ao PRL previu que, na hipótese de alienação da UPI Ativos Móveis, parte dos recursos a serem pagos pelo vencedor do respectivo Procedimento Competitivo e adquirente da UPI Ativos Móveis será, por conta e ordem das Recuperandas e mediante instruções completas das mesmas acerca do valor devido a cada Credor com Garantia Real e dos respectivos dados para pagamento, destinada diretamente pelo referido adquirente para os Credores com Garantia Real para o pagamento antecipado de 100% do valor remanescente dos Créditos com Garantia Real (conforme condições definidas no Aditamento ao PRL). Para o fechamento de 2020 a implementação do Aditamento não gerou impacto contábil dado que depende da concretização da alienação da UPI Ativos Móveis. c) **Créditos Agências Reguladoras:** Considerando o Aditamento ao PRL, aprovado na AGC realizada em 18 de setembro de 2020 e homologado por decisão judicial datada de 5 de outubro de 2020, os créditos das Agências Reguladoras serão pagos na forma da Lei 13.988. Esta lei permite a negociação de todos os PAOS inscritos em dívida ativa, com pagamento em 84 parcelas, redução de 50% sobre o crédito consolidado, limitado, a preservação do valor principal, seis meses de carência e a utilização dos depósitos judiciais realizados em garantia dos débitos transacionados, integralmente convertidos em renda em favor da ANATEL para quitação antecipada de tantas parcelas iniciais forem possíveis serem pagas com o montante total dos valores depositados. Após a homologação do Aditamento ao PRL, ainda no último trimestre de 2020, foi celebrado o Instrumento de Transação com a ANATEL, em conformidade com os preceitos da Lei 13.988. A Companhia reconheceu os créditos com a Agência Reguladora ANATEL de acordo com os requerimentos previstos no IFRS 9 / CPC 48, equivalente ao valor presente na data da celebração do Instrumento de Transação, calculado com base em avaliação interna que levou em consideração os fluxos de caixa, de prazo de 7 anos (84 parcelas), e premissas relacionadas às taxas de desconto, obtida de acordo com as condições de mercado, estimada com o "spread" de risco intrínseco da Companhia (Nota 18). Até 31 de dezembro de 2020, com a implementação do Aditamento, o montante de depósitos judiciais convertidos em renda alcançava a quantia de R\$ 199.827. d) **Créditos Quirografários, listados na Classe III:** Opção de Pagamento Linear: Nos termos do Aditamento ao PRL, no prazo de 45 dias da Nova AGC os Credores Quirografários Classe III (conforme definido no Plano), com créditos no valor de até R\$ 3,0 mil que ainda não tivessem sido integralmente quitados até a Nova AGC e que tivessem distribuído incidente de habilitação ou impugnação de crédito até a Nova AGC puderam optar pelo recebimento integral do valor de seu crédito, na plataforma eletrônica disponibilizada pelo Grupo Oi no endereço eletrônico [www.credor oi.com.br](http://www.credor oi.com.br). A opção por receber R\$ 3,0 mil poderia ser exercida, no mesmo prazo, pelos Credores Quirografários Classe III com créditos de valor superior a R\$ 3,0 mil, desde que (i) os créditos ainda não tivessem sido integralmente quitados até a Nova AGC; (ii) já tivessem distribuído incidente de habilitação ou impugnação de crédito até a Nova AGC; e (iii) no momento da realização da opção, tais credores outorgassem às Recuperandas, na mesma plataforma, quitação pelo valor integral dos seus respectivos créditos. O Aditamento ao PRL previu que o pagamento dos respectivos créditos fosse realizado por meio de depósito, em moeda corrente nacional, em conta bancária no Brasil a ser indicada pelos respectivos Credores Quirografários Classe III, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos contados (a) a partir da data da Homologação Judicial do Aditamento ao PRL; ou (b) a partir da data de publicação da decisão transitada em julgado que, em incidente de habilitação ou impugnação de crédito, determinou a inclusão dos seus respectivos Créditos Quirografários no Quadro Geral de Credores. No exercício de 2020, a Companhia efetuou pagamentos relativos ao Aditamento ao PRL de R\$ 12.018 aos Credores Quirografários (Classe III) no âmbito da RJ. Obrigação de Recompria em Eventos de Liquidez: O Aditamento ao PRL trouxe uma alteração à Cláusula 5.2 do Plano Original para prever a obrigação de pré-pagamento com desconto, pelas Recuperandas, dos Credores Quirografários que tenham escolhido as Opções de Reestruturação I ou II, respectivamente nos termos das Cláusulas 4.3.1.2 ou 4.3.1.3 do Plano Original também na ocorrência de um ou mais Eventos de Liquidez (conforme definidos no Aditamento ao PRL) nos primeiros 5 anos contados da homologação judicial do PRL. Para tanto, o Aditamento ao PRL estabeleceu que o Grupo Oi deverá destinar 100,0% da Heclita Líquida dos Eventos de Liquidez (conforme definida no Aditamento ao PRL) que ultrapassar o montante de R\$ 6,5 bilhões para, em até 3 rodadas de pagamento, antecipar o pagamento dos créditos detidos pelos Credores Quirografários previstos na referida Cláusula, com um desconto de 55% (cinquenta e cinco por cento) sobre o respectivo Saldo Total de Créditos Quirografários, conforme detalhado na Cláusula 5.4 do Aditamento ao PRL. Para 2020 a implementação do Aditamento não gerou impacto contábil nas demonstrações financeiras. O passivo financeiro de empréstimos e financiamentos é desreconhecido quando a dívida é extinta ou quando ocorre modificação substancial nos termos contratuais. Nos termos e condições do Aditamento ao PRL, existe a obrigação de pré-pagamento com desconto aos credores das Classes II e III, se ocorrer um ou mais Eventos de Liquidez (Nota 1). Tais obrigações de pré-pagamento não atendem as condições de desreconhecimento do passivo ou modificação substancial nos termos contratuais, uma vez que dependem do atingimento de certas condições precedentes previstas no PRL e que não estão sob o controle da Companhia. Leilão Reverso: O Aditamento ao PRL permite às Recuperandas, a qualquer momento, durante o prazo de 5 anos contados da homologação do Aditamento ao PRL, promover uma ou mais rodadas de pagamento antecipado de Credores Quirografários que ofereçarem os respectivos créditos com a maior taxa de deságio em cada rodada realizada ("Leilão Reverso"). Em cada Leilão Reverso, serão consideradas vencedores os Credores Quirografários que ofereçarem os Créditos Quirografários novos nos termos do Plano no menor valor em cada rodada, e assim sucessivamente, nas condições previstas na Cláusula 4.7.1 do Aditamento ao PRL. As condições específicas de cada Leilão Reverso, inclusive as regras, o valor presente líquido (VPL) dos fluxos de pagamentos futuros dos respectivos Créditos Quirografários, conforme previstos no Plano, a ser considerado, o qual não poderá ser, em qualquer Leilão Reverso, inferior a 100% (cem por cento) do VPL dos respectivos Créditos Quirografários, e o valor máximo dos respectivos Créditos Quirografários a ser pago pelas Recuperandas, inclusive eventuais restrições, serão detalhadas no respectivo edital a ser divulgado previamente ao Leilão Reverso, no endereço eletrônico [www.reclad.com.br](http://www.reclad.com.br), e posteriormente enviado aos Credores Quirografários interessados que realizarem o seu cadastro, na forma prevista na Cláusula 4.7.4 do Aditamento ao PRL. Os impactos contábeis do Leilão Reverso apenas serão reconhecidos na data em que o evento do leilão ocorrer. Fianças Bancárias: O Aditamento ao PRL permite às Recuperandas buscarem no mercado um limite de crédito para a contratação de fianças bancárias com Credores Quirografários. A Cláusula 5.6.6 e seguintes do Aditamento ao PRL prevê a possibilidade de os Credores Quirografários ofereçarem linhas de fiança bancária em garantia, em benefício das Recuperandas, no limite dos seus créditos estruturados, a serem sacadas sob a condição de as Recuperandas reduzirem a sua exposição em garantia em relação à posição de 31 de dezembro de 2017, garantindo, em contrapartida, a redução do desconto de pré-pagamento de 55% para 50%, a ser aplicado em cada Rodada Exercício da Obrigação de Compra, a volumes equivalentes àquelas oferecidas em linhas de novas garantias, conforme previsto no Aditamento ao PRL. Os impactos contábeis apenas serão reconhecidos na data em que os eventos ocorrerem, pois dependem de eventos futuros e que não estão sob o controle da Companhia. e) **Credores Quirografários ME/EPP, listados na Classe IV:** Nos termos do Aditamento ao PRL, no prazo de 45 dias da Nova AGC os Credores Quirografários ME/EPP listados na Classe IV (conforme definido no Plano) com créditos no valor de até R\$ 150,0 mil que ainda não tivessem sido integralmente quitados até a Nova AGC e que tivessem distribuído incidente de habilitação ou impugnação de crédito até a Nova AGC puderam optar pelo recebimento integral do valor de seu crédito, na plataforma eletrônica disponibilizada pelo Grupo Oi no endereço eletrônico [www.credor oi.com.br](http://www.credor oi.com.br). A opção por receber R\$ 150,0 mil poderia ser exercida, no mesmo prazo, pelos Credores Quirografários ME/EPP listados na Classe IV, com créditos de valor superior a R\$ 150,0 mil, desde que (i) os créditos ainda não tivessem sido integralmente quitados até a Nova AGC; (ii) já tivessem distribuído incidente de habilitação ou impugnação de crédito até a Nova AGC; e (iii) no momento da realização da opção, tais credores outorgassem às Recuperandas, na mesma plataforma, quitação pelo valor integral dos seus respectivos créditos. O Aditamento ao PRL previu que o pagamento dos respectivos créditos fosse realizado por meio de depósito, em moeda corrente nacional, em conta bancária no Brasil indicada pelo Credor Quirografário ME/EPP no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos contados (a) a partir da data da Homologação Judicial do Aditamento ao PRL; ou (b) a partir da data de publicação da decisão transitada em julgado que, em incidente de habilitação ou impugnação de crédito, determinou a inclusão dos seus respectivos Créditos ME/EPP no Quadro Geral de Credores. No exercício de 2020, a Companhia efetuou pagamentos relativos ao Aditamento ao PRL de R\$ 5.259 de pagamentos aos Credores Quirografários ME/EPP (Classe IV) no âmbito da RJ. 33. **EVENTOS SUBSEQUENTES: a) Cisão parcial e redução de capital de controlada:** Em Assembleia Geral Extraordinária da BT Multimídia realizada no dia 1 de janeiro de 2021, foi aprovada a sua cisão parcial, com a incorporação da parcela cindida pela Oi Móvel e a redução de capital social da BT Multimídia, no valor de R\$ 17.698.607,57, sem o cancelamento de ações, tendo o capital social da BT Multimídia passado de R\$ 2.013.309.621,84 para R\$ 1.995.611.014,47, dividido em 611.586 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A cisão parcial foi aprovada sem solidariedade, de modo que a Oi Móvel se tornou responsável apenas pelas obrigações que lhes foram transferidas em decorrência da cisão parcial, não tendo assumido qualquer responsabilidade, individual ou solidária, por quaisquer débitos, obrigações ou responsabilidades da BT Multimídia, sejam de que natureza forem, presentes, contingentes, passados e/ou futuros, que não tenham sido transferidos em decorrência da cisão parcial em questão.

(cinquenta e cinco por cento) sobre o respectivo Saldo Total de Créditos Quirografários, conforme detalhado na Cláusula 5.4 do Aditamento ao PRL. Para 2020 a implementação do Aditamento não gerou impacto contábil nas demonstrações financeiras. O passivo financeiro de empréstimos e financiamentos é desreconhecido quando a dívida é extinta ou quando ocorre modificação substancial nos termos contratuais. Nos termos e condições do Aditamento ao PRL, existe a obrigação de pré-pagamento com desconto aos credores das Classes II e III, se ocorrer um ou mais Eventos de Liquidez (Nota 1). Tais obrigações de pré-pagamento não atendem as condições de desreconhecimento do passivo ou modificação substancial nos termos contratuais, uma vez que dependem do atingimento de certas condições precedentes previstas no PRL e que não estão sob o controle da Companhia. Leilão Reverso: O Aditamento ao PRL permite às Recuperandas, a qualquer momento, durante o prazo de 5 anos contados da homologação do Aditamento ao PRL, promover uma ou mais rodadas de pagamento antecipado de Credores Quirografários que ofereçarem os respectivos créditos com a maior taxa de deságio em cada rodada realizada ("Leilão Reverso"). Em cada Leilão Reverso, serão consideradas vencedores os Credores Quirografários que ofereçarem os Créditos Quirografários novos nos termos do Plano no menor valor em cada rodada, e assim sucessivamente, nas condições previstas na Cláusula 4.7.1 do Aditamento ao PRL. As condições específicas de cada Leilão Reverso, inclusive as regras, o valor presente líquido (VPL) dos fluxos de pagamentos futuros dos respectivos Créditos Quirografários, conforme previstos no Plano, a ser considerado, o qual não poderá ser, em qualquer Leilão Reverso, inferior a 100% (cem por cento) do VPL dos respectivos Créditos Quirografários, e o valor máximo dos respectivos Créditos Quirografários a ser pago pelas Recuperandas, inclusive eventuais restrições, serão detalhadas no respectivo edital a ser divulgado previamente ao Leilão Reverso, no endereço eletrônico [www.reclad.com.br](http://www.reclad.com.br), e posteriormente enviado aos Credores Quirografários interessados que realizarem o seu cadastro, na forma prevista na Cláusula 4.7.4 do Aditamento ao PRL. Os impactos contábeis do Leilão Reverso apenas serão reconhecidos na data em que o evento do leilão ocorrer. Fianças Bancárias: O Aditamento ao PRL permite às Recuperandas buscarem no mercado um limite de crédito para a contratação de fianças bancárias com Credores Quirografários. A Cláusula 5.6.6 e seguintes do Aditamento ao PRL prevê a possibilidade de os Credores Quirografários ofereçarem linhas de fiança bancária em garantia, em benefício das Recuperandas, no limite dos seus créditos estruturados, a serem sacadas sob a condição de as Recuperandas reduzirem a sua exposição em garantia em relação à posição de 31 de dezembro de 2017, garantindo, em contrapartida, a redução do desconto de pré-pagamento de 55% para 50%, a ser aplicado em cada Rodada Exercício da Obrigação de Compra, a volumes equivalentes àquelas oferecidas em linhas de novas garantias, conforme previsto no Aditamento ao PRL. Os impactos contábeis apenas serão reconhecidos na data em que os eventos ocorrerem, pois dependem de eventos futuros e que não estão sob o controle da Companhia. e) **Credores Quirografários ME/EPP, listados na Classe IV:** Nos termos do Aditamento ao PRL, no prazo de 45 dias da Nova AGC os Credores Quirografários ME/EPP listados na Classe IV (conforme definido no Plano) com créditos no valor de até R\$ 150,0 mil que ainda não tivessem sido integralmente quitados até a Nova AGC e que tivessem distribuído incidente de habilitação ou impugnação de crédito até a Nova AGC puderam optar pelo recebimento integral do valor de seu crédito, na plataforma eletrônica disponibilizada pelo Grupo Oi no endereço eletrônico [www.credor oi.com.br](http://www.credor oi.com.br). A opção por receber R\$ 150,0 mil poderia ser exercida, no mesmo prazo, pelos Credores Quirografários ME/EPP listados na Classe IV, com créditos de valor superior a R\$ 150,0 mil, desde que (i) os créditos ainda não tivessem sido integralmente quitados até a Nova AGC; (ii) já tivessem distribuído incidente de habilitação ou impugnação de crédito até a Nova AGC; e (iii) no momento da realização da opção, tais credores outorgassem às Recuperandas, na mesma plataforma, quitação pelo valor integral dos seus respectivos créditos. O Aditamento ao PRL previu que o pagamento dos respectivos créditos fosse realizado por meio de depósito, em moeda corrente nacional, em conta bancária no Brasil indicada pelo Credor Quirografário ME/EPP no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos contados (a) a partir da data da Homologação Judicial do Aditamento ao PRL; ou (b) a partir da data de publicação da decisão transitada em julgado que, em incidente de habilitação ou impugnação de crédito, determinou a inclusão dos seus respectivos Créditos ME/EPP no Quadro Geral de Credores. No exercício de 2020, a Companhia efetuou pagamentos relativos ao Aditamento ao PRL de R\$ 5.259 de pagamentos aos Credores Quirografários ME/EPP (Classe IV) no âmbito da RJ. 33. **EVENTOS SUBSEQUENTES: a) Cisão parcial e redução de capital de controlada:** Em Assembleia Geral Extraordinária da BT Multimídia realizada no dia 1 de janeiro de 2021, foi aprovada a sua cisão parcial, com a incorporação da parcela cindida pela Oi Móvel e a redução de capital social da BT Multimídia, no valor de R\$ 17.698.607,57, sem o cancelamento de ações, tendo o capital social da BT Multimídia passado de R\$ 2.013.309.621,84 para R\$ 1.995.611.014,47, dividido em 611.586 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A cisão parcial foi aprovada sem solidariedade, de modo que a Oi Móvel se tornou responsável apenas pelas obrigações que lhes foram transferidas em decorrência da cisão parcial, não tendo assumido qualquer responsabilidade, individual ou solidária, por quaisquer débitos, obrigações ou responsabilidades da BT Multimídia, sejam de que natureza forem, presentes, contingentes, passados e/ou futuros, que não tenham sido transferidos em decorrência da cisão parcial em questão.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA		CONSELHO FISCAL	
Elaazar de Carvalho Filho (Presidente) Marcos Grodzitzky (Vice-Presidente) Henrique José Fernandes Luz Marcos Bastos Rocha Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana Paulino do Rego Barros Jr. Roger Solé Rafols Claudia Quintella Woods Armando Lins Netto Mateus Afonso Bandeira Luis Maria Viana Pinha da Silva		Rodrigo Modesto de Abreu – Diretor Presidente Camille Loyo Faria – Diretora de Finanças e Relações com Investidores Antônio Reinado Rabelo Filho – Diretor Jurídico José Claudio Moreira Gonçalves – Diretor Bernardo Kos Wink – Diretor		EFETIVOS Pedro Wagner Pereira Coelho (Presidente) Alvaro Bandeira Daniela Maluf Pfeiffer Raphael Manhães Martins	
CONTADOR Marcelo Antônio Leal Gomes CRC-RJ 083.182		DIRETOR DE CONTABILIDADE E ARRECADAÇÃO David Tavares Neves Nunes CRC-RJ 069.013		SUPLENTEs Patricia Valente Sileri William da Cruz Leal Luiz Fernando Nogueira Marco Antônio de Almeida Lima	
PARECER DO CONSELHO FISCAL					
<p>O Conselho Fiscal da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial examinou as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado. Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da Companhia e da BDO RCS Auditores Independentes e fundamentados na emissão do Relatório de Auditoria Externa, os membros do Conselho Fiscal, abaixo assinados, concluíram, por unanimidade, que as referidas Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, tendo o Conselheiro Raphael Manhães Martins, após apresentação dos questionamentos que foram respondidos e justificados pela Companhia, consignado ressalva ao item 27 das Notas Explicativas,</p>				<p>nos termos da Manifestação de Voto que integra a ata da Reunião do Conselho Fiscal realizada em 28 de março de 2021 como Anexo II.</p>	
				Rio de Janeiro, 29 de março de 2021.	
				Pedro Wagner Pereira Coelho (Presidente do Conselho Fiscal)	
Alvaro Bandeira		Daniela Maluf Pfeiffer		Raphael Manhães Martins	



A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal [www.io.rj.gov.br](http://www.io.rj.gov.br).  
Assinado digitalmente em Quinta-feira, 08 de Abril de 2021 às 00:01:50 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA – EM RECUPERACAO JUDICIAL

NIRE: 333.0029520-8 Protocolo: 00-2021/127370-8 Data do protocolo: 14/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/05/2021 SOB O NÚMERO 00004069995 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 921f498b333d267e59cf79450f2db362813b2cd41d755b57cf28da60b4d7ec9c

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.











# Oi S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### 1 – Mensagem aos Acionistas

No ano de 2020 a Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi” ou “Companhia”) manteve o foco na execução de seu Plano Estratégico e na sua transformação em maior provedora de infraestrutura de telecomunicações do país, a partir da massificação da fibra ótica e internet de alta velocidade, do provimento de soluções para empresas e da preparação para a evolução para o 5G, voltada para negócios de maior valor agregado, com tendência de crescimento e visão de futuro.

Em paralelo, seguimos atuando intensamente também nas frentes de transformação, através da venda de ativos, transição do modelo estratégico, melhoria de qualidade, transformação digital, simplificação e eficiência operacional, alternativas de financiamento e gestão do caixa. Operacionalmente, ao final de 2020, a Companhia atingiu mais de 9 milhões de casas passadas com fibra (FTTH) e mais de 2,1 milhões de casas conectadas. Com esse movimento, a Companhia se fortaleceu e vai se posicionando para ser um provedor de serviços de infraestrutura e integrador de soluções, viabilizando a adoção da tecnologia 5G, quando da sua regulamentação no país, e outras soluções digitais como a Internet das Coisas (IoT). A Companhia segue firme com a execução do Plano Estratégico e confiante na execução dos investimentos planejados para o ano de 2021.

Em setembro de 2020, foi realizada a Assembleia Geral de Credores com a aprovação do Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial(“PRJ”) e sua subsequente homologação em outubro de 2020. O aditamento, com objetivo de prover sustentabilidade ao seu negócio, permitiu à Companhia reorganizar e simplificar o Grupo do ponto de vista societário e operacional, assegurando maior flexibilidade e eficiência financeira, viabilizando a execução de seu plano de longo prazo, com o equacionamento necessário da dívida e a continuidade de suas atividades seguindo o Plano de Recuperação Judicial e o seu Plano Estratégico.

A aprovação do Aditamento ao PRJ, possibilitou à Companhia formar unidades produtivas isoladas (“UPIs”), mediante a segregação de determinados negócios e ativos do Grupo Oi e a alienação dos mesmos, garantindo assim a maximização do seu valor e a geração dos recursos necessários para cumprimento das obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Além disso, permitiu a separação, de alguns ativos de fibra e infraestrutura, visando criar uma estrutura societária mais flexível e eficiente para acelerar os investimentos na expansão da rede de fibra ótica, podendo esta sociedade acessar o mercado financeiro e de capitais captando recursos adicionais com custos mais baixos, poupando o uso exclusivo de recursos gerados pela própria operação das empresas Recuperandas e, assim, fortalecendo a sua estrutura operacional.

Além de programas de execuções integrados a Oi espera concluir o processo de transformação até o final de 2021, tendo ao final, duas empresas independentes, complementares e não concorrentes entre si. De um lado a InfraCo, como a maior operadora de infraestrutura de telecom do país, massificando fibra ótica, habilitando ultra banda larga, 5G e serviços corporativos e, do outro lado a ClientCo, uma empresa de experiências digitais avançando na conectividade de telecom.

A Companhia deu sequência ao consistente avanço nos seus indicadores de qualidade, como a redução das reclamações na ANATEL e do número de processos nos Juizados Especiais Cíveis. Por meio da digitalização, a Oi continuou avançando também na otimização de processos internos e no aprimoramento da jornada do cliente. A Companhia lançou produtos inovadores que melhoram a experiência dos usuários, como funcionalidades inéditas de produtos de telefonia móvel e TV por assinatura. Ofertas com mais dados, conteúdo, autonomia e transparência. Durante o ano de 2020, diversos eventos de liquidez foram concretizados, entre eles: a conclusão da transferência da integralidade das ações de emissão da *holding* portuguesa PT Ventures (Unitel); a emissão de Debêntures pela Oi Móvel, venda de imóveis e antecipação do recebimento do saldo relativo à distribuição do *superávit* para o plano PBS-A (SISTEL).

A Companhia monitora atentamente os impactos do novo Coronavírus (COVID-19) sobre a atividade econômica e os mercados de capitais mundiais. Além das questões básicas humanitárias e de saúde da população mundial, o avanço do COVID-19 tem causado impacto em diversos setores da economia global, o que tem levado a um incremento do câmbio e deterioração das bolsas e demais mercados financeiros em todo mundo. A Oi adotou medidas em várias esferas para garantir a conectividade e qualidade dos serviços de informação e comunicação oferecidos à sociedade. Todas as ações estão sendo reavaliadas diariamente por um comitê de acompanhamento multidisciplinar da Companhia, assim como alinhadas com as demais empresas do setor e o órgão regulador, em ação integrada que possibilite amplo alcance.

No que tange as operações, até o momento, a Companhia não identificou impactos materiais relacionados ao COVID-19. A Companhia está tomando todas as medidas preventivas de proteção de suas equipes técnicas e orientando os profissionais quanto aos procedimentos de higienização, inclusive nas atividades realizadas em visita a clientes, conforme recomendações das autoridades sanitárias.

A evolução do surto continua, o que dificulta a previsão da extensão dos seus efeitos na economia global, e, consequentemente, sobre o negócio da Companhia. Neste contexto, a Oi segue avaliando continuamente os impactos em suas operações e situação financeira. Sempre pronta para colaborar com a mitigação dos efeitos desta crise, atenta às necessidades de seus clientes, profissionais e sociedade de maneira geral. Vê mais informações na Nota 32 – Outras Informações das Demonstrações Financeiras.

### 2 – Conjuntura Econômica

#### Cenário doméstico

O ano de 2020 começou com expectativas positivas para o Brasil, com uma agenda de reformas a ser aprovada e Dólar a R\$ 4,0307. No entanto, a aceleração da pandemia da COVID-19, a chegada do vírus no Brasil e os efeitos que tais eventos trariam sobre a economia aumentaram as incertezas de forma global, fazendo com que a Bolsa brasileira tivesse forte queda e o Dólar fosse cotado a R\$ 5,1987 no 9 de março. Com o fechamento do comércio e o cancelamento dos serviços, o esperado crescimento do país foi revertido encorajando o ano com uma retração de 4,1%. Já a taxa de desemprego encorrou 2020 em 14,3%, atingindo aproximadamente 14,1 milhões de brasileiros. Como medida para conter a crise socioeconômica instalada, foi aprovado pelo Congresso um auxílio emergencial a partir de abril/2020 e que se manteve até dezembro de 2020.

Além do impacto das medidas de isolamento social na economia brasileira e o avanço da COVID-19, causando uma crise de saúde no país, corroboraram para o cenário de volatilidade cambial ao longo de 2020 fatores políticos, tais como a troca de ministros no governo, além da postergação de reformas e privatizações. Em maio, o Dólar chegou ao patamar de R\$ 5,9372, o maior até então.

No segundo semestre de 2020, a conjuntura começou a melhorar com a redução de novos casos e óbitos, aliada aos impactos positivos na economia provenientes do auxílio emergencial. Porém, a contínua desconfiança dos investidores em relação à trajetória fiscal do país gerou uma nova rodada de instabilidade nos mercados, levando o Dólar a R\$ 5,6528 em setembro. Ainda assim, o Dólar encorrou o ano de 2020 em R\$ 5,1967, com expectativas de estímulos fiscais nos EUA, a descoberta da vacina ainda em 2020, a evolução do processo de imunização no exterior, o que corrobora para a retomada do crescimento econômico mundial, além da manutenção do teto de gastos no Brasil. No ano, o Real se depreciou 28,9% em relação ao Dólar.

A inflação medida pelo IPCA encorrou o ano a 4,52%, acima do centro da meta de 4,00%, mas dentro do intervalo de tolerância. O grupo que mais pesou em 2020 foi o de alimentos e bebidas, impulsionado pela alta do Dólar, em conjunto com a maior demanda na modalidade. Apesar disso, o Banco Central do Brasil, que entende a elevação dos preços como um choque pontual, manteve a taxa Selic em 2,00% ao ano, o menor patamar da história.

#### Cenário Internacional

Nos EUA, além dos efeitos da pandemia da COVID-19 sobre a economia norte-americana, as eleições presidenciais trouxeram mais incertezas para o ano de 2020. O cenário se tornou mais claro com a vitória do democrata Joe Biden. Em relação ao desempenho da economia, como resposta às expectativas de forte retração econômica nos países em função das medidas restritivas de combate à pandemia, o Fed<sup>1</sup>, juntamente com outros Bancos Centrais ao redor do mundo, adotaram várias medidas de estímulo à economia, incluindo corte de juros. A manutenção da política monetária expansionista e o início da vacinação trouxeram perspectivas mais favoráveis para a retomada de crescimento dos países. Em 2020, o PIB americano foi melhor do que se previa, com retração de 3,5% no ano. A China, por sua vez, que foi o epicentro inicial da COVID-19, conseguiu controlar desde cedo a pandemia no país e, provavelmente, será a única economia relevante a registrar crescimento no ano de 2020, com alta de 2,3% ao ano. O crescimento é explicado pelas fortes medidas de restrição do governo quando do início da crise, que permitiram conter o avanço interno da pandemia, além dos estímulos dados à aceleração da produção nas fábricas, que ajudaram a aumentar a força da recuperação. Na Europa, assim como em outros lugares do mundo, o ritmo da atividade econômica acompanhou os estágios da pandemia e o PIB da Zona do Euro encorrou 2020 com uma retração de 6,8% ao ano, impactada, principalmente pelo setor de serviços, o que foi parcialmente compensado por pacotes de estímulos fiscais em 2020.

#### Expectativas para 2021

Espera-se uma forte redução no número de casos e óbitos pela COVID-19 à medida que a população seja imunizada e, com isso, a normalização da economia. No Brasil, a agenda econômica para 2021 é ampla e segue focada na trajetória fiscal da economia brasileira. Já se observa um desemprego menor, mas ainda aquém do desejável. Para 2021, espera-se um crescimento na ordem de 4,0% do PIB. Nos EUA, espera-se que o governo Joe Biden mantenha a política de estímulos monetários e, assim, o crescimento deve ser mantido em nível elevado. A China deve continuar surpreendendo positivamente e a previsão para 2021 é de um crescimento de 8,5%. Na Europa, com novo *lockdown*<sup>2</sup> desde o final de 2020, por boa parte do T721, a velocidade do processo de imunização dos países no T721 será determinante para confirmar ou não as expectativas de retomada do crescimento econômico. Espera-se que o PIB europeu deva crescer na ordem de 5,0% em 2021.

<sup>1</sup> Banco Central dos Estados Unidos.

<sup>2</sup> Bloqueio total das atividades consideradas não essenciais, visando a restrição da circulação da população.

#### 3 - O Setor de Telecomunicações no Brasil em 2020

Segundo a ANATEL, no final de dezembro de 2020, o total de acessos dos serviços de telecomunicações no Brasil somou 315,3 milhões, representado por 30,4 milhões de linhas fixas em serviço, 234,1 milhões de usuários móveis, 36,0 milhões de acessos de internet em banda larga fixa, sendo desse total 16,6 milhões são de acessos de tecnologia fibra (Serviço de Comunicação Multimídia - SCM) e 14,9 milhões de usuários de TV por assinatura. O aumento de 2,2% que corresponde a 6,8 milhões de acessos em relação à 2019 foi motivado pelo crescimento de acessos em banda larga, principalmente na tecnologia fibra e o crescimento de linhas móveis no segmento pós-pago. Os segmentos de TV e telefonia fixa, em relação ao ano anterior (2019) sofreram reduções consideráveis, de 0,9 mil e 3,0 milhões respectivamente.

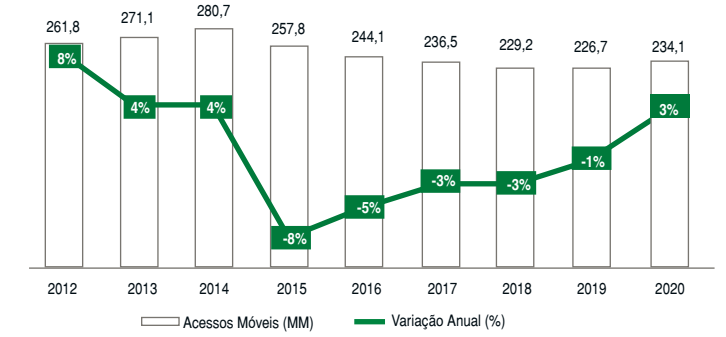
#### Telefonia Fixa

O mercado brasileiro de telefonia fixa atingiu, em dezembro de 2020, 30,4 milhões de linhas em serviço, segundo os dados da ANATEL, com a redução de 8,9% sobre dez/19. Este mercado encontra-se maduro, uma vez que existe uma tendência mundial de migração de tráfego da telefonia fixa para a telefonia móvel e para dados. As concessionárias de telefonia fixa representavam 53,7% do total dos acessos fixos em serviço em 2020.

#### Telefonia Móvel

Com 234,1 milhões de usuários em dezembro de 2020 e telessensidade de 96,9% sobre a população (considera somente acessos do tipo “Padrão”, não considerando em seu cômputo acessos do tipo “Ponto de Serviço” e “M2M”), o segmento teve crescimento total de 74 milhões de novos acessos. Sendo que desse volume, 9,4 positivos, foram do pós-pago e 2,0 negativos da modalidade pré-pago. No contexto, o segmento pós-pago cresceu 8,5% e o pré recuou 1,7%, e pela primeira vez, o total de linhas do pós-pago ultrapassou o pré-pago, com 50,8% de acessos de linhas móveis no país.

### Evolução do Mercado de Telefonia Móvel



#### Banda Larga Fixa (SCM)

Segundo dados da ANATEL, o mercado de acesso à internet através da banda larga fixa (SCM) manteve-se como uma das alavancas de crescimento do setor em 2020. Ao final de 2020, a base de usuários atingiu 36,0 milhões de acessos, revelando crescimento de 10,4% frente a 2019, o que representou 3,4 milhões de novos usuários. Neste contexto, o que impulsionou o crescimento foram os investimentos e movimentos de conexão de internet banda larga via fibra. Atualmente, dos 36 milhões de acessos, a fibra é responsável por 16,6 milhões, ou seja, 46% do mercado. Em 2019, do total de acessos a fibra era responsável por apenas 31% do total de acessos em SCM.

#### TV por Assinatura

Em 2020, a base de usuários dos serviços de TV por assinatura mostrou uma redução de 0,8 mil, uma variação negativa de 5,3% em relação ao ano de 2019. Ao fim de dezembro de 2020, os acessos de TV por assinatura totalizaram 14,9 milhões de assinantes.

A taxa de penetração relativamente ao total de domicílios atingiu 21,0% (22,3% em 2019), reforçando a queda da categoria.

• Os acessos por meio de tecnologia DTH (*Direct to Home*) foram responsáveis por 49,6% dos usuários (perda de base anual do mercado, em 2019 esse percentual era de 51,3%), seguido pela tecnologia a cabo, com 42,9% (também com perda em relação a 2019, que tinha 43,6%). A tecnologia FTTH representa 7,5% dos acessos, com crescimento de 39% em relação a 2019 na tecnologia.

#### Cenário Regulatório: a Agenda Regulatória da ANATEL para o biênio 2019-2020

A Agenda Regulatória 2019-2020, aprovada pela Portaria nº 542, de 26 de março de 2019, contém todas ações de normatização a serem conduzidas pela ANATEL, no período de referência. Com as atualizações realizadas por meio da Portaria nº 1.371, de 30 de julho de 2019 e da Portaria nº 1.824, de 9 de setembro de 2019, a Agenda Regulatória 2019-2020, que originalmente continha 46 itens, passou a ter 50 itens, sendo 18 novas iniciativas e 32 iniciativas em continuções da Agenda do biênio anterior. Entre os principais itens da Agenda Regulatória de 2019-2020, destacam-se:

#### Reavaliação do regime e escopo dos serviços de telecomunicações (ação 1)

A Reavaliação do modelo regulatório brasileiro de prestação de serviços de telecomunicações, baseado nos regimes público e privado, conforme Lei Geral de Telecomunicações (que foi alterada pela Lei nº 13.879 publicada em 3 de outubro de 2019), considera, entre outros aspectos, as melhores práticas internacionais sobre o tema, a essencialidade dos diversos serviços de telecomunicações, os modelos de outorga (concessão, autorização, permissão), a

reversibilidade de bens, a continuidade, a universalização e os regimes de estabelecimento de preços. Como resultado dessa reavaliação, a ANATEL lançou em 2020 a Consulta Pública nº 05/2020, que inclui: (i) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Concessões do STFC para Autorização; (ii) Metodologia de Cálculo do Saldo da Contribuição de Regime de Concessão para Autorização do STFC; e (iii) Termo Único de Serviços. Após exame das contribuições enviadas pela sociedade, a ANATEL publicou, em 10 de fevereiro de 2021, a Resolução nº 741, que aprovou o Regulamento de Adaptação das Concessões do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC para Autorização do mesmo serviço.

Tal regulamento estabeleceu as regras para a migração do regime de concessão para autorização, restando pendente, entretanto, a determinação da Metodologia de Cálculo do Saldo de Migração e a sua quantificação, individualizada por concessionária (o trabalho está sendo conduzido por Consultoria contratada pela ANATEL/UIT e tem expectativa de ser aprovado pelo Conselho Diretor da Agência até o final do primeiro semestre de 2021).

#### Edital de Licitação para disponibilização de espectro de radiofrequência para a prestação de serviços de telecomunicações, inclusive por meio de redes ditas de quinta geração (5G), em áreas de abrangência regionais ou nacional (ação 3)

O Edital de Licitação para autorização de radiofrequências destinadas à prestação do Serviço Móvel Pessoal – SMP ou outros serviços para as quais estejam destinadas, especialmente as faixas de 700 MHz, 2,3 GHz e 3,5 GHz, bem como outras faixas de radiofrequências do SMP disponíveis ou que estejam próximas de seu vencimento, visa ampliar a capacidade das redes de acesso por meios não confinados, disponibilizando insumo essencial à prestação de tais serviços com qualidade adequada, especialmente para redes com tecnologia dita de quinta geração (5G). A minuta do Edital, ainda sem os valores mínimos, foi aprovada pela ANATEL em 25 de fevereiro de 2021. A versão final da minuta (após alguns ajustes por parte da Agência) foi disponibilizada em 9 de março de 2021. A minuta foi encaminhada para aprovação do TCU e a estimativa da ANATEL para realização da licitação é em junho de 2021.

#### Reavaliação da regulamentação sobre controle de bens reversíveis (ação 5)

A Reavaliação da regulamentação sobre controle de bens reversíveis, atualmente regida pela Resolução nº 447, visa aprimorar procedimentos operacionais pertinentes à anuência prévia de operações de alienação, substituição, oneração e vinculação de bens reversíveis. A proposta de alteração, consubstanciada na Consulta Pública nº 19/20 (que ainda se encontra em análise pela ANATEL em 31 de dezembro de 2020), propõe uma nova forma de controle e melhor organização da relação de bens reversíveis e da lista de serviços prestados por terceiros. Propõe ainda as regras sobre a indenização de bens reversíveis, bem como os princípios para que se estabeleça as condições necessárias para análise dos pedidos de indenização de bens reversíveis não amortizados durante a vigência da concessão.

#### Revisão dos modelos de Contratos de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC e das metas do Plano Geral de Metas para a Universalização – PGMU (ação 8)

Em 2018, teve início a Consulta Pública nº 51/2018, relativa à revisão quinzenal dos contratos de concessão e do PGMU. Trata-se da última revisão quinzenal prevista nos contratos de concessão. Após o encerramento da Consulta Pública e análise das manifestações de toda sociedade, a ANATEL, em dezembro de 2020, aprovou novas minutas de contrato de concessão e encaminhou ao Poder Executivo sugestão de texto para o novo PGMU.

No que se refere às minutas do contrato de concessão, as Concessionárias do grupo Oi optaram por não assinar os novos documentos, assim como ocorreu na revisão iniciada em 2015 e finalizada em 2016, permanecendo válidas, portanto, as condições previstas na revisão de 2010/2011.

Com relação ao PGMU, em 28 de janeiro de 2021, foi publicado o Decreto nº 10.610/2021, que revogou o Decreto nº 9.619/2018 e aprovou um novo PGMU, aplicável ao período de 2021 a 2025. Dentre as determinações do novo PGMU, destaca-se a criação da obrigação de *backhaul*<sup>1</sup>, na qual será utilizado o saldo decorrente das alterações de metas dos PGMU anteriores. O novo PGMU prevê ainda o fim da obrigação de novas instalações oriundas da obrigação de acesso fixo sem fio, devendo ser mantida até o fim da concessão a infraestrutura já instalada.

#### Reavaliação da regulamentação sobre direitos dos consumidores de serviços de telecomunicações (ação 9)

Reavaliação da regulamentação sobre direitos dos consumidores dos serviços de telecomunicações, em especial o Regulamento aprovado por meio da Resolução nº 632, de 7 de março de 2014 - RGC, visando analisar pontos do regulamento que foram apontados como problemas ao longo de sua implantação, conforme documentação do Grupo de Implementação do Regulamento – GIRGC, bem como demais temas que venham a ser identificados como passíveis de aprimoramento pela equipe de projeto, mantendo a segurança jurídica e os avanços já conquistados na área regulamentação, mas tornando-a mais efetiva e coerente. A Consulta Pública n.º 77, de 2 de dezembro de 2020, na qual a ANATEL submete a comentários da sociedade em geral a proposta de novo RGC, encerrará em 1 de abril de 2021 o prazo de contribuições. A previsão da ANATEL é que o novo RGC seja aprovado no segundo semestre de 2021.

#### Reavaliação do modelo de gestão de qualidade de serviços de telecomunicações (ação 11)

Em 26 de dezembro de 2019 entrou em vigência o Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações – RQUAL, que estabeleceu o novo modelo de gestão da qualidade bem como determinou a revogação parcial imediata dos regimentos anteriores - RGOs (STFC, SCM e SMP) e PGMO (TV/SeAC). O novo modelo, baseado na regulação responsiva e empoderamento do consumidor, determina que as prestadoras passarão a ser avaliadas com base em três índices (simplificação regulatória): Qualidade do Serviço (QS), Qualidade Percebida (QP) e Reclamações dos Usuários (RU). Anualmente serão atribuídos Selos de Qualidade, com notas que variam entre “A” (para as de melhor desempenho) e “E” (para as de resultados insatisfatórios) com granularidade municipal, estadual e nacional. O eventual rebaixamento de uma prestadora para as categorias de “D” e “E” possibilitará a quebra de contrato pelo consumidor, sem pagamento de multa pelo tempo de permanência. O RQUAL ainda prevê a substituição das regras de sancionamento automático (multas por descumprimentos das metas), pela adoção de medidas específicas e adequadas ao caso concreto, com intuito de garantir o aprimoramento dos padrões de qualidade, bem como estabeleça o prazo de entrega de 18 dias do novo RQUAL, as Concessionárias do STFC na modalidade local devem implantar infraestrutura de suporte do STFC nas sedes dos Municípios, vilas, áreas urbanas isoladas e aglomerados rurais, indicados pela ANATEL, que ainda não dispõem dessa infraestrutura. O atendimento deverá ocorrer por meio da implantação de infraestrutura de transporte de fibra óptica (*backhaul*), com capacidade mínima de 10 Gbps (dez gigabits por segundo) e a obrigação deverá ser atendida a partir de 2021 até 2024, seguindo escalonamento mínimo de atendimento definido pela ANATEL.

#### 4 - Perfil da Empresa

A Companhia é uma das principais provedoras de serviços integrados em telecomunicações no Brasil, reunindo aproximadamente 52,1 milhões de Unidades Geradoras de Receita (“UGR”) ao fim de 2020. A Companhia atua em todo o território nacional e oferece uma variedade de produtos de telecomunicações integrados que incluem Fibras até a casa do cliente (FTTH), telefonia fixa e móvel, uso de redes (interconexão), transmissão de dados (inclusive rede de acesso de banda larga) serviços TIC e televisão paga (oferecidos também através de pacotes *double-play*, *triple-play* e *quadruple-play*), serviços de internet e outros serviços de telecomunicações, para clientes residenciais, empresas, órgãos governamentais, outras operadoras e prestadores de telecomunicações. A Companhia conta com mais de 400 mil pontos de fibra ótica, rede de backbone e infraestrutura de telecomunicações para implantação de infraestrutura de suporte do STFC nas sedes dos Municípios, vilas, áreas urbanas isoladas e aglomerados rurais, indicados pela ANATEL, que ainda não dispõem dessa infraestrutura. O atendimento deverá ocorrer por meio da implantação de infraestrutura de transporte de fibra óptica (*backhaul*), com capacidade mínima de 10 Gbps (dez gigabits por segundo) e a obrigação deverá ser atendida a partir de 2021 até 2024, seguindo escalonamento mínimo de atendimento definido pela ANATEL.

#### 5 – Estratégia da Companhia e Novos Negócios

Em 2020, anunciamos e aprovamos o aditamento ao Plano de Recuperação Judicial da Oi, avançando na transformação estratégica da Companhia baseada em quatro pilares:

- Foco na expansão da fibra ótica, ancorada na infraestrutura sem equivalente no mercado essencial para massificação de conectividade de alta velocidade e implantação do 5G;
- Separação estrutural e novos modelos de negócios e de empresa;
- Simplificação e eficiência operacional, com melhoria da performance operacional e financeira, através de modelo de negócio sustentável, focado em suas vantagens competitivas e na otimização dos “Negócios Legados”;
- Venda de Móvel e ativos não essenciais, possibilitando a sustentabilidade financeira da Companhia a longo prazo; e

Para garantir a operação sustentável e o rigoroso controle de custos, várias ações em diferentes frentes já vêm sendo realizadas, como aumento significativo dos níveis de digitalização, a contínua revisão e otimização de processos e a redução de custos operacionais nas áreas que compõem a operação da Companhia. Em dezembro de 2020, o serviço Oi Fibras superou a marca de 2,1 milhões de clientes, base três vezes superior à de 2019, alcançando uma taxa de ocupação de 23,2%. A velocidade de implantação foi acima do previsto, atingindo mais de 9 milhões de casas passadas em 127 cidades. O plano prevê expansão contínua de casas passadas com fibra ao longo dos próximos anos. O centro da estratégia de investimentos é a aceleração dos projetos de fibra ótica, que possibilitam um grande crescimento das operações de banda larga residencial, e que dão sustentação também para as atividades no mercado B2B, no atacado e na manutenção de bom desempenho no mercado móvel, em momento de venda e transição de ativos.

A Companhia manteve patamar de investimento, com Capex chegando a R\$ 73 bilhões em dezembro de 2020. A Companhia tem confiança que a estratégia de vendas de ativos *non-core* e a captação de recursos adicionais, além do foco na eficiência operacional, irão garantir os recursos suficientes para financiar o Capex como planejado. Durante o ano de 2020, diversos eventos de liquidez foram concretizados, entre eles:

- A conclusão da transferência da integralidade das ações de emissão da *holding* portuguesa PT Ventures (Unitel);
- Emissão de Debêntures pela Oi Móvel;
- Venda de imóveis;
- Antecipação do recebimento do saldo relativo à distribuição do *superávit* para o plano PBS-A (SISTEL).

#### Novos Negócios

Em 2020, a Oi continuou o seu comprometimento com o desenvolvimento de iniciativas ligadas à inovação, P&D e Novos Negócios. A partir do contínuo investimento em projetos inovadores, a Companhia segue sua atuação junto aos parceiros do seu ecossistema de Inovação para a exploração de oportunidades de negócios ligadas a verticais de elevado potencial de desenvolvimento. Os principais temas envolvidos são ligados ao seu *core business* e também à aplicação de Tecnologia e Digitalização, tais como *Marketplace (Oi Place)*, Casa Inteligente, Agregador de Conteúdo De Vídeo (*Oi Play* – *TVOD*, *SVOD* e canais ao Vivo), Geolocalização, Marketing Digital, Big Data, *IoT* e Segurança.

#### 6 – Recuperação Judicial

##### Noto encerramento da Recuperação Judicial

Em 28 de fevereiro de 2020, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que, nesta mesma data, a Oi, a Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi Móvel”), a Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial (“Telemar”), a Portugal Telecom International Finance R.V. – Em Recuperação Judicial e Oi Brasil Holdings Cooperated U.A. – Em Recuperação Judicial (todas em conjunto, “as Empresas” ou as “Recuperandas”) protocolaram, perante o Juízo da Recuperação Judicial, uma petição expondo seu interesse em levar para a deliberação de uma nova assembleia geral de credores (“Nova AGC”), um aditamento ao Plano (“Aditamento ao Plano”) ou Aditamento ao PRJ) objetivando alcançar maior flexibilidade operacional e financeira para continuar seu projeto de investimento e o cumprimento de seu plano estratégico de transformação (“Plano Estratégico”), ambos já amplamente divulgados ao mercado.

Em linha com o disposto acima, em 6 de março de 2020, a Companhia divulgou Fato Relevante, informando que o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão, nessa mesma data, deferindo o pedido da Companhia para a realização de Nova AGC para deliberação acerca de um aditamento ao Plano, estabelecendo que:

- (i) as Empresas Oi apresentassem em juízo, no prazo de 180 dias contados da publicação da decisão, a proposta de aditamento ao PRJ; e
- (ii) o Administrador Judicial organizasse a Nova AGC, dentro do prazo de 60 dias contados da apresentação da proposta de aditamento ao PRJ.

Em 15 de junho de 2020, as Empresas Oi protocolaram junto ao Juízo da Recuperação Judicial, a proposta de Aditamento ao PRJ, que teve o objetivo de dar maior flexibilidade ao PRJ original, com a criação de uma estrutura societária e operacional mais eficiente, visando a maximização do valor da Companhia em benefício de todos os seus *stakeholders*. Este movimento esteve completamente alinhado ao Plano Estratégico, que vem sendo implementado com transparência.

Em 13 de agosto de 2020, as Empresas Oi protocolaram junto ao Juízo da Recuperação Judicial proposta atualizada do Aditamento ao PRJ ajustando determinados termos e condições. Tal proposta refletiu as diversas interações com credores, potenciais investidores e outros *stakeholders*, inclusive aquelas conduzidas perante o mediador nomeado pelo Juízo da Recuperação Judicial, com o objetivo de discutir melhorias ao Aditamento ao PRJ.

O Aditamento ao PRJ foi submetido à votação dos credores das Recuperandas e aprovado na Nova AGC realizada em 8 de setembro de 2020, data da primeira convocação, tendo sido homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial por meio de decisão proferida em 5 de outubro de 2020 e publicada em 8 de outubro de 2020, decisão essa que ainda rejeitou todas as alegações de nulidades procedimentais da Nova AGC, afastando a alegação de tratamento desigual entre credores e rejeitando os pedidos de nulidade do quórum de votação e aprovação do Aditamento ao PRJ, por não contarem vícios em sua formação e validade e, dentre outras providências, fixou o prazo de 12 (doze) meses para o encerramento da recuperação judicial das Recuperandas, contados da data da publicação da referida decisão, podendo ser prorrogado, caso haja necessidade de se utilizarem os atos relativos às alienações previstas no Aditamento ao PRJ.

##### 1. Objetivos do Aditamento ao PRJ

O Aditamento ao PRJ aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial, na forma exposta acima, visa permitir às Empresas Oi e suas controladas (“Grupo Oi”) a viabilização da execução de seu plano de longo prazo, com o equacionamento necessário da sua dívida, no contexto atual, e a continuidade de suas atividades seguindo o referido PRJ e o seu Plano Estratégico. A estratégia do Grupo Oi tem como principal objetivo a transformação de seu modelo de negócio, com foco na utilização e ampla aplicação de sua extensa infraestrutura de fibra ótica como diferencial competitivo, incluindo suas redes de transporte (*backbone*, *backhaul* e rede de dados), e redes de acesso primárias e secundárias (linhas dedicadas, anéis metropolitanos e redes de acesso FTTH), viabilizando e atendendo as necessidades de conexão em alta velocidade e provimento de serviços para seus clientes residenciais, empresariais, corporativos e de governo, bem como o provimento de serviços de infraestrutura para os demais provedores de serviços de telecomunicações do país, incluindo a viabilização de conexões para a nova tecnologia 5G. A implementação dessa estratégia se dará com a continuidade do processo de alienação de ativos, possibilidade de participação em movimentos de consolidação e alienação de sua operação móvel, e com a adoção do modelo conhecido como separação estrutural, que permite a constituição de entidades separadas para investimentos, operação e manutenção da infraestrutura de telecomunicações e para o provimento de serviços para seus clientes finais, incluindo as atividades de desenvolvimento de produtos, *marketing*, vendas e atendimento a clientes. Com isso, busca-se tornar o modelo de negócio do Grupo Oi mais sustentável, focado nas suas principais vantagens competitivas, estruturado de maneira eficiente e focada, e assegurar a continuidade do Grupo Oi e o consequente

cumprimento dos meios de recuperação e pagamento de todos os créditos concursais.

O Aditamento ao PRJ objetiva a introdução de flexibilidade para o atingimento dos objetivos estratégicos da Companhia acima descritos, e tem como objetivos principais, entre outros:

- (a) a possibilidade de formação de Unidades Produtivas Isoladas (“UPIs”), mediante a segregação de determinados negócios e ativos do Grupo Oi e a alienação dos mesmos com a segurança e benefícios assegurados pela Lei nº 11.101/2005 (“LRF”), garantindo assim a maximização do seu valor e a geração dos recursos necessários para o pagamento de credores concursais e das obrigações das Recuperandas;
- (ii) estabelecer melhorias nas condições de pagamento para parte substancial dos pequenos credores, como forma de redução da litigiosidade e de satisfação mais rápida deste tipo de credor, como determino o Juízo da Recuperação Judicial;
- (iii) permitir a contratação de financiamentos e outras formas de captação adicionais pelas Recuperandas, para manutenção dos investimentos necessários e pagamento dos seus credores; e

- (iv) permitir a segregação, a partir de sociedade integrante do Grupo Oi, de alguns ativos de fibra e infraestrutura, visando criar uma estrutura societária mais flexível e eficiente para acelerar os investimentos na expansão da rede de fibra ótica, podendo esta sociedade acessar o mercado financeiro e de capitais e captar recursos adicionais com custos mais baixos, poupando o uso exclusivo de recursos gerados pela própria operação das Recuperandas e, assim, fortalecendo a sua estrutura operacional.

#### 2. Unidades Produtivas Isoladas - UPIs previstas no Aditamento ao PRJ

O Aditamento ao PRJ prevê a segregação de 5 (cinco) UPIs distintos dos ativos, passivos e direitos das Recuperandas associados (a) à operação em telefonia e dados no mercado de comunicação móvel (“UPI Ativos Móveis”); (b) à infraestrutura passiva (“UPI Torres” e “UPI Data Center”); (c) à operação de redes de telecomunicações (“UPI InfraCo”); e (d) ao negócio de TV (“UPI TVCo”).

As UPIs são constituídas sob a forma de sociedades por ações de propósito específico (“SPEs”) e poderão ser alienadas, em modelos distintos para cada natureza de UPI descrita acima, visando ao pagamento de dívidas e à geração de recursos necessários à expansão de sua infraestrutura de fibra e serviços associados, que são o foco principal da estratégia do Grupo Oi. A alienação das UPIs visa permitir à Oi maximizar o valor econômico dos seus investimentos, por meio da expansão de seus serviços de acesso residenciais e empresariais em todo o país, da exploração mais eficiente dos seus elementos de rede e da abertura de novas possibilidades de exploração destas redes para outras empresas operadoras e



oi

OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

e necessariamente pelos Ativos, Passivos e Direitos UPI Data Center, descritos no Anexo 5.3.3 do Aditamento ao PRJ e no Edital UPI Data Center.

Em 26 de novembro de 2020, a Companhia divulgou Fato Relevante informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que se realizou no Juízo da Recuperação Judicial a abertura para abertura de propostas fechadas apresentadas no âmbito do procedimento competitivo de alienação da UPI Data Center, na forma e nos termos previstos no Aditamento ao PRJ e do Edital UPI Data Center. Durante a audiência, verificou-se a existência de apenas uma proposta fechada para aquisição da UPI Data Center, a qual foi apresentada pela Titan Venture Capital e Investimentos Ltda. ("Titan") nos exatos termos e condições da proposta vinculante para aquisição da UPI Data Center por esta apresentada, conforme descrito no Fato Relevante datado de 15 de junho de 2020, no valor de R\$ 325.000.000,00 (trezentos e vinte e cinco milhões de Reais) a ser pago da seguinte forma: (i) uma parcela à vista em dinheiro no montante de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de Reais); e (ii) o valor remanescente de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de Reais) em parcelas a serem pagas na forma e prazo previstos na respectiva proposta vinculante e no respectivo Contrato de Compra e Venda constante do Anexo 5.3.3 do Aditamento ao PRJ.

Em razão da apresentação da única proposta fechada para aquisição da UPI Data Center, o Juízo da Recuperação Judicial homologou a proposta da Titan como vencedora do procedimento competitivo de alienação da UPI Data Center, após as manifestações favoráveis do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e do Administrador Judicial. Em 14 de dezembro de 2020, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que a Companhia, a Telemar e a Oi Móvel celebraram, em 11 de dezembro de 2020, junto à Titan, o Contrato de Compra e Venda de Ações Através da UPI e Outras Avenças ("Contrato"), tendo, no objeto, a venda da UPI Data Center à Titan. Concluída a Operação, a Titan pelo montante total de R\$ 325.000.000,00, os quais serão, após o cumprimento de determinadas condições precedentes, pagos da seguinte forma: (i) uma parcela à vista em dinheiro no montante de R\$ 250.000.000,00 ("Parcela à Vista"); e (ii) o valor remanescente, de R\$ 75.000.000,00 ("Valor Remanescente"), em parcelas a serem pagas na forma e prazo previstos no Contrato.

Nesse sentido, em 15 de março de 2021, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que, após o cumprimento de todas as condições contratuais precedentes, foi efetivada, em 12 de março de 2021, alienação da UPI Data Center à Titan, ocorrendo a transferência da totalidade das ações de emissão da SPE Data Center para a Titan, a qual, por sua vez, realizou o pagamento da Parcela à Vista, devendo o Valor Remanescente ser pago em parcelas, na forma e no prazo previstos no Contrato.

A conclusão da alienação da UPI Data Center representa a implementação de mais uma etapa do PRJ e do Plano Estratégico, visando assegurar à Companhia maior flexibilidade e eficiência financeira e sustentabilidade de longo prazo, com seu reposicionamento no mercado e sua conversão na maior provedora de infraestrutura de telecomunicações do país, a partir da massificação da fibra ótica e internet de alta velocidade, do provimento de soluções para empresas e da preparação para a evolução para o 5G, voltada para negócios de maior valor agregado e com tendência de crescimento e visão de futuro.

**2.5. IPTV/Co**

A UPI TVCO será composta por 100% das ações de emissão da SPE TVCO que reunirá os ativos, passivos e direitos relacionados ao negócio de TV por assinatura, descritos no Anexo 5.3.5 do Aditamento ao PRJ, que prevê a alienação da UPI TVCO por meio de procedimento competitivo, nos termos da LPF, mediante a apresentação de propostas fechadas para aquisição de 100% das ações de emissão da SPE TVCO detidas pelas Recuperandas, sendo certo que a aquisição da UPI TVCO envolverá (i) o pagamento, em uma única parcela em dinheiro, de um valor mínimo de R\$ 20 milhões, bem como (ii) a obrigação do respectivo adquirente de compatilhar com as Recuperandas e/ou suas coligadas 50% da receita líquida do serviço de IPTV a ser oferecido aos seus clientes através da rede FTTH, nos termos e condições a serem previstos no Edital do procedimento competitivo de alienação da UPI TVCO.

**Financiamentos Extraconcursais**

Em 23 de dezembro de 2019, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que a sua controlada Oi Móvel celebrou escritura de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fiduciária, em série única, para colocação privada, no valor total de até R\$ 2,5 bilhões ("Debêntures Oi Móvel" e "Emissão Oi Móvel", respectivamente). A Emissão Oi Móvel e as Debêntures Oi Móvel têm como principais características: (i) Prazo e Data de Vencimento: 24 meses contados da data de emissão, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e de vencimento antecipado das Debêntures Oi Móvel previstas na respectiva Escritura de Debêntures; (ii) Remuneração: variação do Dólar norte-americano acrescida de juros de (i) 12,66% ao ano (PIK) durante os primeiros doze meses contados da primeira integralização; e (ii) 13,61% ao ano, a partir de então; e (iii) Garantias: as Debêntures Oi Móvel contarão com garantias reais e fiduciárias prestadas pela Oi Móvel, pela Companhia e por sua controlada Telemar.

A Emissão Oi Móvel foi aprovada com fundamento no que prevê a Clausula 5.3 do PRJ original e está inserida no contexto de um financiamento ad hoc, na modalidade *Debt in Possession Financing* ("DIP Financing"). Dando continuidade ao Fato Relevante divulgado em 23 de dezembro de 2019, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado, em 4 de fevereiro de 2020, informando aos acionistas e mercado em geral da conclusão da subscrição e integralização da Emissão Oi Móvel para colocação privada no valor de R\$ 2,5 bilhões.

No dia 18 de fevereiro de 2021, a Oi divulgou Fato Relevante informando que a UPI InfracO celebrou escritura de emissão de debêntures simples, conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para colocação privada, no valor total de até R\$ 2.500.000.000,00 ("Debêntures InfracO" e "Emissão InfracO", respectivamente). A Emissão InfracO e as Debêntures InfracO têm como principais características: (i) Prazo e Data de Vencimento: 24 (vinte e quatro) meses contados da data de emissão, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e de vencimento antecipado das Debêntures InfracO previstas na respectiva Escritura de Debêntures; (ii) Remuneração: valor nominal unitário atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, mais juros remuneratórios de 11% ao ano; (iii) Garantias: as Debêntures InfracO contarão com garantias reais e fiduciárias prestadas pela InfracO; (iv) Conversão: serão conversíveis em ações preferências resgatáveis, representativas da maioria das ações com direito a voto da InfracO; e (v) Subscrição: as Debêntures InfracO deverão ser subscritas e integralizadas até o dia 15 de abril de 2021.

A subscrição das Debêntures InfracO será liderada pela Brookfield Asset Management e contará com participação da Farallon Latin America Investments e Prisma Capital.

A Emissão InfracO foi aprovada com fundamento no que prevê a Seção 5 do Aditamento ao PRJ. Como previsto no Aditamento ao PRJ, a Oi, através de suas subsidiárias Oi Móvel e Telemar, será titular de uma opção de compra da totalidade das ações com preferência de compra das Debêntures InfracO. A efetivação da opção de compra da UPI InfracO está sujeita às autorizações e ao cumprimento de determinadas condições precedentes previstas na respectiva Escritura de Emissão.

**7 – Desempenho Operacional**

A Companhia encerrou 2020 com 52.100 mil de unidades geradoras de receita ("UGRs"), sendo 11.709 mil no segmento Residencial, 33.536 mil no segmento de Mobilidade Pessoal e 6.701 mil no segmento B2B, além de 153 telefones públicos.

**Residencial (Fibra e Legado)**

A Companhia encerrou o ano de 2020 com 11.709 mil UGRs no segmento residencial, redução de 75% em relação ao ano de 2019. A retração da demanda dos serviços legados, ligados ao cobre, ainda foram o principal fator a impactar a queda da base do segmento, com um todo.

**Fibra**

No ano de 2020, a Oi deu prosseguimento ao processo de expansão da rede e acessos de FTTH, encerrando o ano com 1 milhão de casas passadas com fibra (Homes Passed – HP S), e adicionando 4,5 milhões de HP S à sua base. A Companhia finalizou o ano com cerca de 2,1 milhões de casas conectadas (Homes Connected – HC S) à Fibra, crescimento de 212,3% em relação a 2019 e com um take-up (taxa de conversão) de 23,2%.

Ao fim de 2020, a Oi alcançou 10,1% de market share de ultra banda larga, uma melhoria de 4,6 pontos percentuais em relação aos 5,5% de market share em 2019.

Essa nossa estratégia de FTTH, está prevista, não apenas a expansão de um serviço de altíssima qualidade e sustentabilidade, mas também o fortalecimento, incorporando inovações tecnológicas, na transmissão de dados. Essa capacidade de expansão da rede suporta a intensificação da atividade comercial permitindo a diferenciação de mercado de forma regionalizada, com portfólio adequado às características de cada região, buscando entregar a melhor experiência aos nossos clientes. Dentre as novidades do portfólio, tivemos o lançamento de novas velocidades como o 400Mbps e 500Mbps.

**Legado (Telefonia Fixa por Cobre, Banda Larga Cobre e TV DTH)**

No ano de 2020, a Oi encerrou o ano com 11.709 mil UGRs no segmento residencial, redução de 31,7% em relação ao ano de 2019. Na banda larga de cobre, a Companhia registrou 2.139 mil UGRs no segmento, uma queda de 40,5% comparado ao ano anterior. A base de TV DTH do Residencial encerrou 2020 com 1.181 mil UGRs, apresentando uma queda de 15,2% em relação ao ano de 2019.

O serviço de cobre segue o processo de retração da demanda e sua crescente substituição pela telefonia móvel e por tecnologias de serviço residencial mais avançadas, com menor latência e maior conexão, como o caso da Fibra na banda larga.

Adicionalmente ao processo de redução da demanda pelos produtos legados, a Companhia reduziu o foco comercial nesses serviços e acelerou a substituição de cobre por fibra. Desta forma foram redirecionados os esforços comerciais e financeiros para acelerar o projeto de FTTH, com vistas a maximizar a geração de valor para a Companhia.

**Mobilidade Pessoal**

A Oi fechou 2020 com 33.536 mil UGRs no segmento de Mobilidade Pessoal, uma redução de 1,4% quando comparado a 2019 e 471 mil desconexões líquidas, das quais 1.510 mil desconexões no pré-pago compensadas parcialmente por 1.039 mil adições no pós-pago.

A redução do Pré-pago é reflexo principalmente da política da companhia de incentivos para a migração de clientes do segmento pré-pago para o segmento pós-pago. Esse movimento, por outro lado, contribuiu para o crescimento da base do pós-pago, que mesmo em um ano atípico, impactado pela pandemia do COVID-19, apresentou crescimento nos principais indicadores, encerrando 2020 com 10.566 mil UGRs, crescimento de 10,9% em relação ao ano de 2019. A maior parte da migração foi de cliente, a ofertas regionalizadas, simplificação, inovação, intensificação comercial, e rebranding da faixa de frequência de 1,8Hz para o 4G e 4,5G sendo os principais fatores que continuam possibilitando os resultados positivos do pós-pago.

No Pós-pago reforçamos o conceito de liberdade para uso de dados, lançando ofertas com ainda mais internet, fortalecendo o posicionamento da Oi como operadora centrada no cliente. No portfólio "Oi Mais" é possível compartilhar a franquia de dados e gerenciar o compartilhamento através do aplicativo Minha Oi.

No Pré-pago, o foco foi a oferta mensal, com o melhor custo benefício do mercado, na qual o cliente tem ligações limitadas para qualquer operadora e até 8GB de tráfego de dados, além de isenção de tráfego em aplicativo de mensagens.

Nossa ferramenta de marketing ativo oferece pacotes de voz e dados em tempo real para incentivar aumento nas recargas e consumo. As ofertas dos planos Pós-pago e Pré-pago também incluem outros Serviços de Valor Agregado (SVA), como Oi Jornais e Oi Revista, complementando a oferta com conteúdos relevantes, como forma de diferenciação dos produtos no mercado.

**Oi Play**

O Oi Play é a aposta da Oi na sua estratégia de oferta de conteúdo de vídeo por *streaming* e é considerado um grande diferencial dos serviços da Companhia. O Oi Play, o cliente acessa com um mesmo *login* aos mais diversos conteúdos dos parceiros, em única plataforma, pela web ou pelo aplicativo.

A partir do segundo semestre de 2020, o Oi Play oferta de canais ao vivo para clientes que não têm serviço de TV assinatura atrelado ao seu pacote da Oi. Desde então, o plano básico do Oi Play (disponível para clientes Oi Fibra 300 Mega ou avulso por R\$ 6,90/mês), além do conteúdo original, também dará acesso à programação linear de dez canais: Band, Record News, CNN Brasil, TV Cultura, TV Pá Tim Bum, Prime Box Brasil, Music Box Brasil, Travel Box Brasil, FashionTV e Fish TV. E o plano avançado da plataforma (disponível para clientes Oi Fibra 400 Mega ou avulso por R\$ 19,90/mês), disponibiliza programação de 15 canais lineares. Além dos já mencionados, os clientes acessam ainda: Paramount Network, MTV, Nickelr., Nickelodeon e Comedy Central.

O Oi Play já foi acessado por mais de 1,8 milhão de usuários e os canais ao vivo concentraram atualmente mais da metade do conteúdo consumido.

**B2B (Corporativo, Alcatraz e Pequenas Empresas)**

A Companhia encerrou 2020 com 6.701 mil UGRs no segmento, crescimento de 1,4% em relação ao ano de 2019. No segmento Corporativo, com o lançamento da marca nova "Oi Soluções" para o segmento Corporativo em dezembro de 2019, a Oi se posicionou com uma integradora e provedora de soluções digitais de Telecomunicações e TI (Tecnologia da Informação) oferecendo serviços consultivos e customizados e um portfólio abrangente de soluções de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação).

No Alcatraz, após a aprovação do Aditamento ao plano de Recuperação Judicial no 3720, foi iniciado o processo de separação estrutural, permitindo que a InfracO começasse a operar como uma Companhia Neutra já a partir do 4720, assinando seu primeiro contrato deste tipo com grandes operadoras. Já foram realizados o Drop de Ativos na nova empresa e a separação das equipes.

Para o segmento de pequenas empresas, a Companhia utiliza estratégia usada no B2C das as suas semelhanças de mercado. Lançou o produto "Oi Seu Negócio" no trimestre anterior, com foco na fibra como solução de rede para os pequenos negócios. A Oi seguiu lançando as ofertas e intensificando suas ações comerciais em conjunto com a abordagem do "Reuso de Rede" para a oferta de FTTH.

**8 - Desempenho Econômico-Financeiro**

A receita líquida consolidada totalizou R\$ 9.284 milhões no ano de 2020 com queda de 11,5% em relação a 2019. Desse montante, R\$ 4.869 milhões correspondem ao segmento Residencial, R\$ 209 milhões ao segmento de Mobilidade Pessoal, R\$ 3.684 milhões ao segmento B2B e outras receitas de R\$ 93 milhões. A receita líquida das outras operações internacionais encerrou o ano em R\$ 219 milhões.

A Companhia acelerou os investimentos em fibra para levar banda larga de altíssima velocidade até a casa do cliente dando sequência à estratégia de rentabilizar o segmento. O projeto de expansão de Fibra (FTTH) apresentou resultados consistentes. Atualmente a receita contratada de banda larga de fibra supera a receita de cobre. O mix de vendas atingiu aproximadamente 80% das vendas com fibra e 20% com cobre. Ao final de 2020, a Companhia alcançou mais de 9 milhões de Homes Passed e atingiu 2,1 milhões de Homes Connected, um take up de 23,2%.

Ao usar de banda larga para a geração anual na receita total, há que se destacar o forte crescimento das receitas de Fibra durante o ano de 2020. Esse crescimento evidencia o foco da Companhia em cumprir o plano de expansão e massificação da Fibra no país. No acumulado de 2020, as receitas de Fibra totalizaram aproximadamente R\$ 1,4 bilhão, apresentando um crescimento de 386% em relação ao ano de 2019. As receitas de Fibra seguem como os impulsionadores do turnaround das receitas residenciais, e hoje já representam 30% do total de receitas do segmento.

Os custos e despesas operacionais (excluindo depreciação e amortização) totalizaram R\$ 6.754 milhões em 2020, sendo os principais custos: R\$ 1.374 milhões com serviços de terceiros, R\$ 1.482 milhões com alugueis e seguros, R\$ 1.738 milhões com pessoal, R\$ 469 milhões em serviço de manutenção da rede, e R\$ 169 milhões com custos de interconexão.

Em 2020, o EBITDA da operação nacional da Companhia totalizou em R\$ 5.842 milhões, com uma margem de 31,5% e o prejuízo anual alcançou R\$ 10.528 milhões, foi impactado principalmente, pela variação cambial resultante da desvalorização do Real em relação ao dólar no período, de 28,8%, resultado da pandemia da COVID-19, que afetou o mundo inteiro, além dos problemas domésticos no país, em especial o risco fiscal. Somase a isso o resultado do *accrual* de juros e da amortização do ajuste a valor presente (AVP), que contribuem para o crescimento da dívida a cada período. Por último, há que se ressaltar que no início de 2020 houve a emissão da dívida privada no valor aproximado de R\$ 2.500 milhões, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial (PRJ).

Em dezembro de 2020, a parcela da dívida em moeda estrangeira representava 62,2% da dívida a valor justo e o prazo líquido consolidado encontrava-se em aproximadamente 9 anos.

Em relação ao caixa consolidado, a Companhia encerrou o ano com saldo de R\$ 4.554 milhões, um aumento de 98,0% ou R\$ 2.254 milhões quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Com isso, sua dívida líquida totalizou R\$ 21.797 milhões, uma elevação de 36,9% em relação ao registrado em dezembro de 2019, proveniente, principalmente, de uma maior dívida bruta no período. O aumento do caixa, por sua vez, é decorrente, principalmente do recebimento

das parcelas da venda da PT Ventures ao longo do ano, além do desembolso da debênture e da postergação do pagamento de obrigações regulatórias pontuais, que contribuíram para o fortalecimento do caixa, fundamental para viabilizar o elevado nível de investimentos previstos em seu Plano Estratégico.

	2020	2019
<b>RS Milhões</b>		
<b>Investimentos</b>		
<b>Brasil</b>	<b>7.265</b>	<b>7.813</b>
<b>Rede</b>	<b>6.715</b>	<b>6.389</b>
BR T Multimídia	1.623	27
Telemar	1.655	
Oi S.A.	898	1.109
Oi Móvel	2.513	3.205
Serded	26	
<b>Serviços de TI</b>	<b>449</b>	<b>621</b>
BR T Multimídia	2	
Telemar	43	75
Oi S.A.	34	41
Oi Móvel	371	94
Outros	101	803
<b>Operações Internacionais</b>	<b>34</b>	<b>29</b>
<b>Total</b>	<b>7.299</b>	<b>7.842</b>

Os investimentos realizados nas operações brasileiras ao longo de 2020 totalizaram R\$ 7.265 milhões, uma redução de 7% em relação ao ano de 2019, demonstrando a preservação com a manutenção da qualidade dos seus serviços e mantendo a disciplina financeira que a Companhia vem perseguindo para a aplicação de seus recursos, utilizando análises mais granulares, priorização de investimentos e novos modelos de contratação de fornecedores. Cumpre ressaltar que a origem dos recursos aplicados aos investimentos refere-se à captação, venda de ativos e cessão de créditos.

Mesmo um cenário de reduzida flexibilidade financeira e atuando com responsabilidade na gestão do caixa, a Oi expandiu os investimentos em infraestrutura e no core da rede em 2020. Neste período, a Companhia investiu na infraestrutura de acesso, na infraestrutura de transmissão, na rede IP e na expansão dos sistemas de suporte à operação, dentre outras ações. Desta forma, foi possível aumentar a robustez, a qualidade e a capacidade do core da rede, assegurando um desempenho operacional mais eficiente e promovendo uma melhoria consistente na qualidade dos serviços e experiência dos usuários, com reflexo na geração de valor para o negócio.

No ano de 2020, a Companhia investiu 92% do montante total da rede, representando R\$ 6.715 milhões distribuídos principalmente na (i) melhoria da rede fixa para o serviço de fibra e banda larga, (ii) melhoria da qualidade da rede móvel, (iii) implantação e expansão das redes 4G e 4,5G e (iv) investimentos em equipamentos de transmissão de voz e dados.

**• Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento**

A Oi, desde a sua criação, vem evoluindo o seu modelo de inovação, buscando diferenciá-la no mercado nacional por meio de projetos que aumentem sua eficiência e gerem novas receitas a partir de soluções inovadoras. Os investimentos em P&D nos projetos desenvolvidos em 2020 totalizaram R\$ 46,6 milhões, sendo vários realizados em parceria com Institutos de Ciência e Tecnologia, empresas incubadas em Centros de Tecnologia. Em 2020, projetos relacionados às Iniciativas Digitais continuaram a ser desenvolvidos buscando a melhoria da experiência do cliente e otimizando a eficiência operacional. Dentre as iniciativas, continuamos focando na melhoria da experiência do atendimento humano e digital e no lançamento de novas plataformas comerciais digitais como o *marketplace Oi Place*. Novas iniciativas como o Oi Place visam melhorar a experiência de nossos clientes ao mesmo tempo em que amplia o potencial de rentabilização de nossa base de consumidores a partir da oferta de produtos e serviços aderentes ao perfil de cada usuário.

Evidenciando o compromisso com seu programa de inovação, a Incubadora Oito, *hub* de empreendedorismo e inovação no Rio de Janeiro, tem exercido papel importante na geração de novos negócios, aceleração de soluções tecnológicas, desenvolvimento de *startups* e suporte ao ecossistema de inovação.

Ao longo do ano de 2020, passou a aplicar a sua metodologia de investimento em *startups* com maior aderência a desafios de geração de novas receitas, aumento de eficiência e redução de custos, buscando *startups* com soluções de inovação que auxiliem a Oi na busca por inovações que beneficiem a Companhia. Como primeiro caso de investimento no novo modelo, a SM Plázeas, que possui em sua base a maior comunidade de *marketplaces* de nicho da América Latina, passou a ser a plataforma responsável pelo Oi Place, acelerando o desenvolvimento do projeto a partir de uma solução escalável e inovadora.

Neste contexto, a Oi vem desenvolvendo o seu Ecossistema de Inovação de forma integrada e interagindo com grande parte das instituições que compõem este ecossistema no Brasil, com destaque para as parcerias junto à fornecedores de soluções e centros nacionais de pesquisas e *startups*. A Oi continuará atuando como fomentadora de iniciativas Inovadoras e de P&D junto aos parceiros, no seu sistema, estabelecendo interações, desenvolvimentos e testes de soluções conjuntas, conectando as necessidades da empresa ao ecossistema das *startups*, aos fornecedores de tecnologia e às universidades.

**11 - Mercado de Capitais**

Ao final de 2020, o capital da Companhia era representado por 5,9 bilhões de ações, sendo aproximadamente 5,8 bilhões de ações ordinárias e 157,7 milhões de ações preferenciais.

	Ações do Capital Social	Em Tesouraria	Em Circulação <sup>1</sup>
Ordinárias	5.796.477.760	30.595	5.796.444.654
Preferencias	157.722.241	1.811.755	155.915.481
<b>Total</b>	<b>5.954.200.001</b>	<b>1.842.350</b>	<b>5.952.360.135</b>

OS: Posição acionária em 31/12/2020

(1) As ações em circulação não consideram as ações detidas pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

**• Nossas Ações**

As ações da Oi S.A. são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, doravante B3) sob os códigos de negociação OIBR3 (ordinárias) e OIBR4 (preferenciais). A Companhia também tem um programa de *American Depositary Receipts* (ADRs) nos EUA, onde os papéis são atualmente negociados sob os míveis, OI ADR ("OI ADR") e OIBR Q ("DR Preferencial"). A OIBR Q é negociada na *New York Stock Exchange* (NYSE), enquanto a OIBR Q é negociada no mercado balcão (OTC Markets).

Na B3, as ações da Oi encerraram o ano de 2020 cotadas a R\$ 2,20 para OIBR3 e a R\$ 2,82 para OIBR4, apresentando valorização em 2020 em relação ao final de 2019 de 155,8% e 129,3%, respectivamente. O índice Ibovespa encerrou o ano em 119.017 pontos, apresentando um aumento de 3,1% no período. Nos EUA, o DR Ordinário da Companhia (OIBR Q) encerrou o ano de 2020 cotado a US\$ 2,03, apresentando uma valorização de 118,3% em relação ao final de 2019, ao passo que o DR Preferencial (OIBR Q) encerrou o período cotado a US\$ 0,51, uma valorização de 96,2% neste mesmo período.

Em 2020, o volume médio diário negociado das ações ordinárias (OIBR3) foi de R\$ 188,2 milhões (crescimento de 87,5%) e das ações preferenciais (OIBR4) de R\$ 7,7 milhões (crescimento de 49,0%). No mesmo período, o volume médio diário da DR Ordinária (OIBR Q) foi de US\$ 2,2 milhões, queda anual de 45,9%.

**• Dividendos**

Desde 2015, a Companhia não vem distribuindo dividendos. Atualmente, em adição e, não obstante às disposições estatutárias e legais a respeito da distribuição de dividendos, as Empresas Oi estão sujeitas a determinadas restrições à declaração e ao pagamento de dividendos, previstos no PRJ das Empresas Oi aprovados pelos credores e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial (Clausula 10). Sugereis a leitura do Plano para maiores informações a respeito, assim como a leitura do Item 6 deste relatório, e do Superato 1 das Demonstrações Financeiras no item "Recuperação Judicial".

**12 - Ambiental, Social e Governança**

Mapear e entender as nossas responsabilidades e impactos para a sociedade e no meio ambiente é o primeiro passo para assumirmos um compromisso para o desenvolvimento sustentável. Estes determinados a atuar junto com nossos stakeholders (clientes, colaboradores, fornecedores, acionistas e sociedade de forma geral) com responsabilidade, promovendo a ética e a transparência, investindo na eco-eficiência de nossas atividades, mitigando os impactos ambientais de nossas operações e serviços, reduzindo a nossa pegada de carbono e respeitando e incentivando a diversidade dos nossos colaboradores, clientes e fornecedores. Objetivamos cooperar para o desenvolvimento da economia através de sociedades sustentáveis e industriais, impulsionando a transformação digital por meio de nossas soluções de Telecom e TI, promovendo impacto positivo na sociedade e gerando valor sustentável para nossa companhia.

Em 2020, criamos uma estratégia de Sustentabilidade para endereçamento de ações importantes para o desenvolvimento da agenda no atual cenário de transformação da nossa companhia. Dois dos principais objetivos inseridos na estratégia são a criação de um Fórum ESG (sigla para environmental, social e governance) composto por membros da liderança executiva da Oi e a nossa aproximação a agências de ratings ESG de mercado. As ações visam discutir o tema ao longo de 2021, implementar medidas que aprimorem a nossa gestão nos pilares ambiental, social e de governança, assim como melhorar a percepção da companhia para nossos stakeholders externos. Desde 2018, endossamos o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, compromisso voluntário assumido por empresas privadas e públicas com o objetivo de promover um mercado mais íntegro e ético e coibir práticas de corrupção.

Também somos signatários e promovemos iniciativas relacionadas aos princípios do Pacto Global da ONU desde 2009, além de aderir ao compromisso em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Os negócios da Oi, por meio de serviços prestados para pessoas físicas e os negócios B2B, podem contribuir diretamente e mais intensamente para o atingimento dos ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), gerando crescimento econômico, promovendo uma industrialização inclusiva e sustentável, fomentando a inovação em sociedades emergentes que dependem de amplo acesso à informação e a pesquisas acadêmicas, e oferecendo soluções inovadoras para o gerenciamento de cidades inteligentes. Adicionalmente, adotamos algumas práticas relevantes alinhadas aos 17 ODS.

ODS	Atividades
	Estímulo às práticas diárias em saúde e bem estar dos colaboradores e sua rede integrada
	Disponibilização de cursos aos colaboradores e material informativo aos stakeholders
	Atuação do programa de Diversidade Oi
	Gestão dos recursos naturais de nossas operações
	Soluções em tecnologia para todos Operação conjunta com órgãos públicos para a segurança nas cidades, por meio de nossas soluções em tecnologia Internet das Coisas (IoT)
	Atividades constantes com a cadeia de fornecedores para o consumo e produção responsável
	Gestão de energia elétrica e resíduos para mitigar efeitos contra a mudança global do clima

**Nota: Mais detalhes sobre nossas ações e contribuições para o atingimento dos 17 ODS estão disponíveis no nosso Relatório Anual de Sustentabilidade.**

Além disso, disponibilizamos voluntariamente informações ao Carbon Disclosure Project (CDP) e publicamos anualmente, nosso inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs) no Relatório Público de Emissões do Programa Brasileiro GRI Protocol. Publicamos anualmente o Relatório de Sustentabilidade seguindo as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) Standards (Normas GRI), opção essencial, englobando nosso desempenho nos âmbitos econômico, social e ambiental. O Relatório de 2019 está disponível através do site de Relações com Investidores (<http://ri.oi.com.br>).

Em 2020 demos mais um passo importante rumo a um movimento de negócios mais sustentável. Aderimos ao Movimento Mulher 360, que objetiva contribuir para o empoderamento econômico da mulher brasileira em uma visão 360 graus, através do fomento da formalização e da difusão de avanços nas políticas e nas práticas empresariais e do engajamento da comunidade empresarial brasileira e da sociedade em geral.

Implementamos, ainda, ações no âmbito do Termo de Mútua Cooperação contra a Pedofilia, que reúne empresas de telecomunicações, o Ministério Público Federal, a Polícia Federal e a organização SafeNet Brasil para prevenir e combater crimes praticados pela internet contra crianças e adolescentes (<https://new.safenet.org.br/>).

**AMBIENTA**

Em 2020 iniciamos um trabalho de reavaliação da nossa gestão, mapeando as nossas atividades com potencial impacto ambiental e passíveis para atendimento a requisitos legais. Em 2021 objetivamos acompanhar a aderência as normas ambientais, de forma preventiva, reduzindo nossos riscos a ações de fiscalização e impactos ao meio ambiente. Adicionalmente, estamos estruturando uma matriz de responsabilidade que abrangerá todas essas atividades para um controle mais efetivo no âmbito ambiental em toda a nossa cadeia produtiva.

Também atuamos para redução dos nossos impactos principalmente nas frentes de energia e gestão de resíduos.

**Energia**

A gestão energética está inserida no plano estratégico da Oi e busca diversificar a sua matriz de consumo, migrando para fontes renováveis com menor custo, além de contribuir com o meio ambiente, principalmente no combate às mudanças climáticas e redução das emissões de carbono.

A estratégia é pautada nos seguintes objetivos:

- Reduzir custos com energia;
- Planejar e controlar o custo energético;
- Ampliar os projetos estruturantes de fontes alternativas;
- Criar na Companhia uma mentalidade de racionalização de consumo.

A seguir, um descritivo das nossas frentes de trabalho e resultados obtidos em 2020:

**Matriz energética da Oi**

50% de matriz de energia elétrica da Oi é proveniente de fontes renováveis (biomassa, solar e hídrica), com metas de atingimento de 80% até 2022 e 100% até 2025. No ranking da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) o grupo Oi aparece na 2ª posição como consumidor especial do Ambiente de Contratação Livre (ACL). Em virtude da aceleração dos projetos estruturantes de energia, em 2020 totalizamos 288 unidades no ACL e uma projeção de migração até 2022 de mais 285 unidades, totalizando 573 de consumo.

Além disso, por meio de projetos de geração distribuída desenvolvidos em todo o Brasil, em parceria com empresas especializadas na construção de usinas solares, CGHs, biomassa e biogás, chegamos a nossa meta de energia renovável. Em 2021 almejamos finalizar o ano com 25 plantas de geração distribuída dedicadas a Oi.

**Projetos de redução de consumo e eficiência**

A fase 2 do projeto de eficiência energética encerrou o ano de 2020 com a troca de 20 mil lâmpadas substituídas por LED em dez estados.

Com acompanhamento do consumo por ferramenta de monitoramento de nossas unidades e atuando na alteração de conduta conforme adaptação de carga das unidades, reduzimos nosso consumo em 21,2MWh, gerando uma redução de custos.

**Logística Reversa**

Nossa gestão de resíduos visa à redução de impactos, alinhada ao modelo de consumo consciente, à tendência de economia circular e à preocupação com o meio ambiente.

Com a logística reversa da companhia, coletamos os materiais descartados por Operações para encaminhamento a recicladoras e fazemos a recuperação de equipamentos eletrônicos, após o encerramento de contratos com os clientes, para que os nossos usuários possam utilizá-los.

A recuperação de equipamentos para reuso gerou uma economia de capex de R\$45 milhões em 2020, com 150 mil equipamentos de FTTH e 7,4 mil equipamentos de dados.

Também disponibilizamos várias coletores para o descarte de celulares, baterias e acessórios em nossas lojas, além do recolhimento de pilhas e baterias em nossos prédios.

**SOCIAL**

Desde 2001, a Oi reforça seu compromisso com a construção de uma sociedade mais diversa e inclusiva, por meio de projetos e programas desenvolvidos pelo Oi Futuro, seu instituto de inovação e criatividade para impacto social. Constituído legalmente como uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), o Oi Futuro está presente em todas as regiões do país com atuação nas áreas de Cultura, Educação e Inovação Social contribuindo para a pauta ESG (*Environmental Social Governance*) e para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Para continuar oferecendo conteúdos e experiências de qualidade aos seus diversos públicos durante a pandemia de COVID-19, ao longo de 2020, o Oi Futuro acelerou e antecipou o lançamento de novos projetos interativos digitais, como festivais, *webinars*, mentorias, cursos, séries originais, *tours* em 360º, teatro *on demand* e *hub* de ferramentas pedagógicas.

Em 2020, o Oi Futuro entrou ao vivo pela primeira vez com os *webinars* semanais **Papo de Futuro** e com o **Festival Oi Futuro**. Ao longo do ano, o instituto realizou 24 edições do Papo de Futuro sobre temas da atualidade, como ensino híbrido e diversidade racial. Já o **Festival Oi Futuro** reuniu 16 especialistas brasileiros e estrangeiros em dois dias de programação online para debater o futuro da sociedade, da ciência, da tecnologia, do trabalho e da arte. Nas redes sociais, os conteúdos produzidos pelo Oi Futuro obtiveram mais de 3,8 milhões de interações ao longo do ano. Na área de Cultura, o primeiro marco do ano foi o lançamento do **Museum, Museu das Comunicações e Humanidades**, uma evolução do Museu das Telecomunicações. Localizado no **Centro Cultural Oi Futuro**, o espaço conta a história do desenvolvimento tecnológico das comunicações a partir da vida das relações humanas, com um acervo de mais de 130 mil peças preservadas em sua Reserva Técnica. Com entrada gratuita, o museu oferece uma experiência única a cada visita, com atrações interativas, ambientes imersivos e novas tecnologias, como hiper-realidade.

Por conta da pandemia COVID-19, o **Centro Cultural Oi Futuro** esteve fechado à visitação de março a novembro e comemorou seus 15 anos de história lançando a web série **Oi Futuro Agora**, que relembrou grandes momentos da programação, com depoimentos inéditos de artistas que passaram pelo espaço, como Bia Lessa, Renata Sorrah e Arnaldo Antunes, entre outros.

Para garantir a conexão dos públicos ao **Museum** e ao **Centro Cultural Oi Futuro**, foram lançadas visitas imersivas em 360º do museu, da Reserva Técnica e da exposição "Campos Expandidos" do artista plástico Luiz Zetlin. Para continuar oferecendo conteúdos e experiências de qualidade aos seus diversos públicos durante a pandemia de COVID-19, o Oi Futuro acelerou e antecipou o lançamento de novos projetos interativos digitais, como festivais, *webinars*





# O I S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

## COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Por meio de programas especializados, forma-se uma equipe de primeira linha: 155 Facilitadores de Gestão, 7 *Master Black Belts*, 34 *Black Belts*, 188 *Green Belts*, 1.380 *Yellow Belts* e 1.255 *White Belts*. Com o desafio de criar e fortalecer uma cultura única, a Oi vem promovendo o alinhamento de toda a Companhia em busca dos objetivos de negócio. Partindo da estratégia, o Modelo de Gestão confere clareza de objetivos e responsabilidades, assim como disciplina e cadência à execução, com estímulo ao trabalho em Equipe e a colaboração entre as áreas, reforçando o comprometimento com a Companhia.

A área de Gente e Gestão da Companhia trabalha continuamente na adequação da sua estrutura e processos às estratégias de negócios da Companhia, de forma a viabilizar maior eficiência operacional.

Para suportar o Ciclo de Desenvolvimento de Gente, a Oi trabalha com ferramentas como promoções por meritocracia, recrutamento interno, onde as vagas abertas são disponibilizadas para os colaboradores, ciclos de acompanhamento do desempenho, reforço e valorização da cultura de autodesenvolvimento, onde o colaborador é protagonista da sua carreira. Mantendo assim, programas estruturados em seus diferentes níveis funcionais, com vistas ao desenvolvimento e ao aprimoramento das competências de seus colaboradores.

A Companhia possui um Programa de Educação Corporativa que tem como objetivo alavancar a aprendizagem, assegurando o mapeamento e a disseminação dos conhecimentos-chave, por meio de práticas e ações educacionais que estimulem a criação, aquisição, difusão, utilização e compartilhamento do conhecimento entre os seus colaboradores. Entre os programas voltados para todos os colaboradores, destacam-se três principais eixos: as Trilhas de Desenvolvimento de Competências Técnicas, os Treinamentos de Desenvolvimento de Liderança e as Trilhas de Conhecimento sobre o Negócio nos diversos formatos e metodologias, como ações presenciais e *on-line*. No ano de 2020 os treinamentos realizados totalizam 587.189 mil horas.

No tema Saúde e Segurança do Trabalho a Oi vem demonstrando significativo incremento em sua política e cultura de cuidado e atenção. A boa performance tem sido sustentada pelas inúmeras práticas de prevenção implantadas nos últimos anos, aliadas a uma área corporativa de Saúde e Segurança eficiente na definição de métodos e gestão de processos, com o foco em manter sempre um ambiente de trabalho seguro. Em 2020, a redução no número de ocorrências em relação ao ano anterior foi de 77%, envolvendo colaboradores próprios, e de 55,3%, considerando toda força de trabalho. Isso mostra que a empresa vem se alinhando às melhores práticas e tendências de mercado.

Além disso, a Oi tem investido significativamente no tema para preparação e resposta às emergências. A área de Saúde e Segurança do Trabalho é responsável no comitê de Gestão de Continuidade do Negócio por promover práticas que garantam a preservação do patrimônio da empresa, dos negócios e de nosso maior ativo: as pessoas. Para isso mantemos uma *trilha online* dedicada ao tema no Oi Educa, que é fortalecida por treinamentos práticos e simulados frequentes de preparação e resposta a crises, como a pandemia de Coronavírus, que conta ainda com *App* desenvolvido para monitoramento da saúde dos colaboradores já tendo registrado mais de 270 mil acessos com participação ativa dos nossos profissionais em mais de 16.000 tele atendimentos à nossa força de trabalho. Campanhas específicas voltadas à prevenção e combate desse novo vírus também incrementaram os investimentos relacionados à matéria, incluindo sinalização dos prédios, compra e distribuição de máscaras e álcool em gel. Toda governança para gerenciamento da crise, já restava pré-definida com base na gestão de riscos e na sinergia promovida pelo trabalho em conjunto dos pilares que confirmam a Gestão de Continuidade de Negócios na Companhia, envolvendo inclusive o acompanhamento dos provedores externos. Entendemos que o investimento em Saúde Ocupacional gera uma série de benefícios, por isso a Oi monitora a condição laboral de seus colaboradores por meio de exames médicos (admissional, periódico, mudança de função, retorno ao trabalho e demissional) e diversas ações e programas de cuidado, além de benefícios como prestação de assistência médica, hospitalar e odontológica, e auxílio-medicamentos aos empregados e seus dependentes.

Com o objetivo de incentivar o protagonismo de seus colaboradores em relação à Saúde, a Oi iniciou em 2020 um projeto de qualidade de vida moderno e promissor, com grande destaque para o resgate da marca *Vida.com*. O programa foi estruturado baseando-se em quatro macro dimensões (Física, Social, Intelectual e Emocional) que norieem o desdobramento das ações preventivas previstas. Entre os objetivos do programa destacamos: o aumento do nível de satisfação e do clima organizacional, redução do absenteísmo, redução de sinistros em saúde (Plano de Saúde), melhoria da saúde, qualidade de vida e bem-estar, aumento da produtividade, bem como maior valor da marca empregadora.

Mantemos ainda estruturado o Programa Regras de Ouro, que foi lançado com o objetivo de proteger a vida dos colaboradores e reduzir o potencial das ocorrências no trabalho de maior gravidade registradas no grupo, incluindo um robusto e contínuo Programa de Toxicologia. No primeiro ano, mais de 4.000 colaboradores firmaram um pacto pela vida, concluindo o treinamento nas 5 Regras.

Finalizamos o ano de 2020 com todos os Acordos Coletivos de Trabalho aprovados e assinados pelos 28 sindicatos. Não tivemos nenhuma ocorrência de paralisação dos colaboradores com efeito relevante em nossas operações.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)											
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado		
		2020	2019	2020	2019		2020	2019			
<b>Circulante</b>											
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.952.680	949.967	4.107.941	2.081.945	Fornecedores	18	820.488	788.447	2.742.395	4.794.309
Aplicações financeiras	8	184.682	177.869	193.715	183.850	Fornecedores – Sujeitos ao PRJ	18	149.583	236.605	533.524	799.631
Créditos com partes relacionadas	29	33.912	380.963			Salários, encargos sociais e benefícios		284.171	159.382	742.378	852.585
Contas a receber	9	1.400.570	1.383.264	3.974.238	6.334.526	Instrumentos financeiros derivativos		10.967	1.152	10.967	1.152
Estoques		66.033	45.305	378.462	326.934	Empréstimos e financiamentos	19	408.027	319.569	424.957	326.388
Tributos correntes a recuperar	10	45.159	74.724	358.121	542.726	Cessão de créditos	20	41.268		196.720	
Outros tributos	11	929.572	485.428	1.823.451	1.089.391	Tributos correntes a recolher	10		12.382	66.654	
Depósitos e bloqueios judiciais	12	716.047	1.198.219	1.095.827	1.514.464	Outros tributos	11	174.097	172.674	1.189.145	886.763
Dividendos e juros sobre o capital próprio	29	2.466	3.499		426	Dividendos e juros sobre o capital próprio		4.775	4.761	18.094	5.731
Ativo relacionado aos fundos de pensão	27	4.984	5.174	7.618	5.430	Autorizações e concessões a pagar	21	17.828		43.415	58.582
Despesas antecipadas	13	233.952	155.513	330.131	670.344	Arrendamentos a pagar	22	146.415	114.652	654.662	1.510.097
Ativos mantidos para venda	31	100.622	3.464.478	20.771.942	4.391.090	Programa de refinanciamento fiscal	23	55.784	54.894	93.715	86.721
Demais ativos	14	346.445	303.509	754.292	852.155	Provisões	24	471.867	286.604	781.942	547.996
		6.017.124	8.627.912	33.795.738	17.993.281	Passivos associados a ativos mantidos para venda	31			9.195.376	494.295
						Demais obrigações	25	459.036	438.613	1.373.436	1.405.013
								3.044.306	2.577.353	18.013.108	11.835.917
<b>Não circulante</b>											
Créditos com partes relacionadas	29	7.587.660	5.202.853			Fornecedores – Sujeitos ao PRJ	18	1.444.477	935.401	5.020.972	3.293.427
Aplicações financeiras	8	3.174	4.827	10.341	33.942	Empréstimos e financiamentos	19	12.935.035	10.305.594	25.918.777	17.900.361
Tributos diferidos a recuperar	10	3.724.398		3.671.070	99.175	Debitos com partes relacionadas	19 e 29	1.591.964	783.404		
Outros tributos	11	445.187	1.232.879	1.447.166	2.995.559	Cessão de créditos	20	37.829		180.327	
Depósitos e bloqueios judiciais	12	3.220.445	3.092.011	6.198.008	6.651.383	Tributos diferidos a recolher	10		12.085		
Ativo relacionado aos fundos de pensão	27	36.917	50.680	36.917	54.615	Outros tributos	11	549.829	538.308	1.324.000	1.224.038
Despesas antecipadas	13	76.087	105.813	128.385	583.736	Arrendamentos a pagar	22	541.805	541.707	2.327.016	6.639.929
Demais ativos	14	66.560	32.665	595.704	437.667	Programa de refinanciamento fiscal	23	156.845	208.790	252.502	330.782
Investimentos	15	7.353.440	14.497.222	123.579	133.765	Provisões	24	1.413.298	1.405.423	5.028.521	4.703.684
Imobilizado	16	6.948.832	7.120.511	24.135.058	38.910.834	Provisões para fundos de pensão	27	702.058	633.012	702.058	633.012
Intangível	17	3.045.378	2.304.371	3.697.821	3.997.865	Provisão para patrimônio líquido negativo	15	6.017.583	4.469.749		
		32.508.078	33.643.832	40.044.049	53.898.541	Demais obrigações	25	2.338.681	2.210.592	7.302.596	7.534.166
		38.525.202	42.271.744	73.839.787	71.891.822			27.729.404	22.044.065	48.056.769	42.259.399
<b>Patrimônio líquido</b>											
						Capital	26	32.538.937	32.538.937	32.538.937	32.538.937
						Custo de emissão de ações		(801.073)	(801.073)	(801.073)	(801.073)
						Reservas de capital		3.906.771	3.906.771	3.906.771	3.906.771
						Ações em tesouraria		(33.315)	(33.315)	(33.315)	(33.315)
						Prejuízos acumulados		(28.257.917)	(17.727.954)	(28.257.917)	(17.727.954)
						Outros resultados abrangentes		398.089	(233.400)	398.089	(233.400)
								7.751.492	17.650.326	7.751.492	17.650.326
						Participação dos não controladores	31			18.418	146.180
						Total do patrimônio líquido		7.751.492	17.650.326	7.769.910	17.796.506
<b>Total do ativo</b>		<b>38.525.202</b>	<b>42.271.744</b>	<b>73.839.787</b>	<b>71.891.822</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>38.525.202</b>	<b>42.271.744</b>	<b>73.839.787</b>	<b>71.891.822</b>
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.											

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
	Atribuído à participação dos controladores				Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Custo de emissão de ações	Reservas de capital	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes
<b>Em 1 de janeiro de 2019</b>	<b>32.038.471</b>		<b>11.532.995</b>	<b>(2.803.250)</b>	<b>(17.530.108)</b>	<b>(208.359)</b>
Aumento do capital social	500.466	(377.429)	3.837.009		22.652.320	243.491
Custo na emissão de ações		(423.644)		(2.572)	(423.644)	
Recupera de ações		(423.644)			(423.644)	
Acordo Pharo! (Nota 1)			(2.462.799)	(2.572)	(197.846)	111.862
Prejuízo do exercício			(9.000.434)		(9.000.434)	(94.673)
Absorção de reservas de capital						(9.095.107)
Outros resultados abrangentes						(24.681)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>32.538.937</b>	<b>(801.073)</b>	<b>3.906.771</b>	<b>(33.315)</b>	<b>(17.727.954)</b>	<b>(233.400)</b>
Lucro (Prejuízo) do exercício					(10.529.963)	1.464
Outros resultados abrangentes					631.129	46.562
Redução de participação de não controladores						(175.788)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>32.538.937</b>	<b>(801.073)</b>	<b>3.906.771</b>	<b>(33.315)</b>	<b>(28.257.917)</b>	<b>398.089</b>
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.						

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
	Controladora		Consolidado		Representado	
	2020	2019	2020	2019		
<b>Prejuízo do exercício</b>			<b>(10.529.963)</b>	<b>(9.000.434)</b>	<b>(10.528.499)</b>	<b>(8.095.107)</b>
Perda de contabilidade de "hedge"			(2.409)	(1.152)	(2.409)	(1.152)
Resultado do exercício			580.134	(9.795)	579.956	(9.904)
Varição cambial sobre investimento no exterior			53.404	(13.734)	99.966	(16.372)
<b>Resultado abrangente de operações continuadas exercício</b>			<b>(9.898.834)</b>	<b>(9.025.115)</b>	<b>(9.850.986)</b>	<b>(9.122.535)</b>
<b>Operações descontinuadas</b>						
Resultado abrangente de operações descontinuadas					178	109
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>			<b>(9.898.834)</b>	<b>(9.025.115)</b>	<b>(9.850.808)</b>	<b>(9.122.426)</b>
Resultado abrangente atribuído ao acionista controlador			(9.898.834)	(9.025.115)	(9.898.834)	(9.025.115)
Resultado abrangente atribuído ao acionista não controlador					48.026	(97.311)
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.						

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
	Controladora		Consolidado		
	2020	2019	2020	2019	Reapresentado
Receitas					
Vendas de serviços e mercadorias	4.523.709	4.919.559	12.267.543	13.700.263	
Descontos incondicionais e devoluções	(9.188)	(4.732)	(277.922)	(102.904)	
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(5.222)	(116.676)	(133.684)	(299.101)	
Outras receitas	1.237.762	1.733.731	3.516.001	4.011.939	
	5.747.061	6.531.882	15.371.938	17.310.197	
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos com interconexão	(74.642)	(93.123)	(169.453)	(176.592)	
Materiais e energia	(410.466)	(453.272)	(1.133.281)	(931.006)	
Custos de mercadorias vendidas			(11.558)	(249.966)	
Serviços de terceiros	(1.406.605)	(1.714.298)	(3.658.035)	(4.294.748)	
Outros	(61.384)	(85.930)	(195.089)	(260.427)	
	(1.953.097)	(2.346.629)	(5.165.426)	(5.912.739)	
Valor adicionado bruto	3.793.964	4.185.259	10.206.512	11.397.458	
Retenções					
Depreciação e amortização	(1.504.162)	(1.736.318)	(4.341.706)	(4.537.584)	
Provisões/Reversões (Inclui atualização monetária)	(389.744)	(98.078)	(1.013.593)	(1.801.240)	
Reversão / Perdas) com imparidade	1.129.708	(2.110.022)	1.129.708	(2.110.022)	
Resultado de operações descontinuadas			519.372	866.453	
Outras despesas	(802.647)	(249.793)	(2.638.084)	(3.615.292)	
	(1.566.845)	(4.195.211)	(6.344.303)	(11.198.685)	
	2.227.119	(9.952)	3.862.209	198.773	
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia					
Valor adicionado recebido em transferência					
Equivalência patrimonial	(11.493.323)	(6.169.801)	31.624	(5.174)	
Receitas financeiras	10.850.449	2.653.026	4.202.220	2.631.713	
	(642.874)	(3.516.775)	4.233.844	2.626.539	
Valor adicionado total a distribuir	1.584.245	(3.526.727)	8.096.053	2.825.312	
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta	(283.398)	(282.871)	(1.182.245)	(1.215.781)	
Benefícios	(76.272)	(77.596)	(278.330)	(327.438)	
FGTS	(18.951)	(20.462)	(65.492)	(99.601)	
Outros	(6.913)	(6.347)	(44.313)	(47.456)	
	(385.534)	(387.276)	(1.570.380)	(1.690.276)	
Impostos e taxas					
Federais	3.742.918	27.674	3.131.454	(345.434)	
Estaduais	(768.822)	(968.552)	(2.245.307)	(2.603.365)	
Municipais	(22.993)	(16.175)	(252.635)	(273.115)	
	2.951.103	(957.053)	(633.512)	(3.221.914)	
Remuneração de capital de terceiros					
Juros e demais encargos financeiros	(14.222.730)	(3.689.019)	(16.205.876)	(6.623.351)	
Aluguéis, arrendamentos e seguros	(457.047)	(440.359)	(1.481.808)	(384.878)	
	(14.679.777)	(4.129.378)	(17.687.684)	(7.008.229)	
Remuneração de capitais próprios					
Participações de acionistas não controladores			(1.464)	94.673	
Prejuízos retidos	10.529.963	9.000.434	10.529.963	9.000.434	
	10.529.963	9.000.434	10.528.499	9.095.107	
Valor adicionado distribuído	(1.584.245)	3.526.727	(8.096.053)	(2.825.312)	
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.					



→☆continuação



# OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

## COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia” ou “Oi”) é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua, desde julho de 1998, na Região II do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, na prestação do STFC nas modalidades local e de longa distância intraregional. A Companhia também presta serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações (“ANATEL” ou “Agência”).

A Companhia é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Centro, na Rua do Lavradio, 71 – 2º andar.

A Companhia ainda possui: (i) através da subsidiária integral Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial (“Telemar”) a concessão para prestação de serviços de telefonia fixa na Região I e serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro; e (ii) através da controlada indireta Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi Móvel”) a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel nas Regiões I, II, III e IV.

Na África, a Companhia presta serviços de telefonia fixa e móvel e outros serviços de telecomunicações através de subsidiárias e controladas da Africatel Holdings B.V. (“Africatel”), e ainda, a Companhia presta serviços fixos, móveis e outros serviços de telecomunicações relacionados essencialmente através da sua subsidiária Timor Telecom (Nota 31).

A Companhia é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários e na SEC - “Securities and Exchange Commission” dos EUA, tendo suas ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e seus ADRs s- “American Depositary Receipts” representativos de ações ordinárias e preferências de sua emissão negociadas na NYSE – “New York Stock Exchange”.

**Contratos de concessão**

Os contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia e sua controlada Telemar junto à ANATEL, vão até 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão preveem revisões quinquenais e no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado. No final de 2018, a ANATEL publicou a Consulta Pública nº 51/2018 para tratar da revisão dos Contratos de Concessão para o seu último quinquênio (2021/2025) e do novo Plano Geral de Metas de Universalização - PGMIUV.

O período de contribuição da Consulta Pública se encerrou no dia 26 de março de 2019 e, após seu trâmite na Agência, foi aprovada, por meio do Acórdão nº 619/2020, proposta de alteração do PGMU, encaminhada ao Ministério das Comunicações (Ofício nº 478/2020/GPR-ANATEL, de 01/12/2020), além dos novos textos para os Contratos de Concessão (Resolução nº 737/2020).

Em dezembro de 2020, a Oi apresentou Pedido de Anulação em face do Acórdão nº 619/2020 e da Resolução nº 737/2020, que, conjuntamente, aprovaram a proposta do PGMU V e as mudanças de Contratos de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”) para o período de 2021 a 2025, conforme consta dos autos do processo nº 53500.040174/2018-78.

Em 28 de janeiro de 2021, foi publicado o Decreto nº 10.610/2021, que revogou o Decreto nº 9.619-18 e aprovou o PGMU V, aplicável ao período de 2021 a 2025. Dentre as determinações do novo PGMU, destaca-se a criação da obrigação de “backhaul”, na qual será utilizado o saldo decorrente das alterações de metas dos PGMU anteriores. O PGMU V prevê ainda o fim da obrigação de novas instalações oriundas da obrigação presente no PGMU IV de acesso fixo sem fio, devendo ser mantida até o fim da concessão à infraestrutura já instalada.

Valia observar que a Lei nº 13.879/2019 abriu a possibilidade legal de adaptação do regime público para o regime privado de prestação do STFC, sobre a prorrogação e a transferência de autorização de radiofrequências, de outorgas de serviços de telecomunicações e de direitos de exploração de satélites. Em 17 de julho de 2020, foi publicado o Decreto nº 10.402, que regulamentar a Lei nº 13.879/2019 e fixa prazo para a ANATEL editar as regras para a adaptação das concessões para autorizações.

Nesse sentido, a ANATEL publicou a Resolução nº 741/2021 que aprova o Regulamento de Adaptação das Concessões do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC para Autorizações do mesmo serviço. Tal regulamento estabelece as regras para a migração do regime de concessão para autorização, restando pendente, entretanto, a determinação da Metodologia de Cálculo do Saldo de Migração e a sua quantificação, individualizada por concessionária (o trabalho está sendo conduzido por Consultoria contratada pela ANATEL/UIT e tem expectativa de ser aprovado pelo Conselho Diretor da Agência até o final do primeiro semestre de 2021).

Em 30 de dezembro de 2020, a Oi protocolou na ANATEL um Requerimento de Procedimento de Arbitragem relativo a temas atrelados aos seus Contratos de Concessão. O documento ainda se encontra sob análise da ANATEL.

Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”, Plano” ou “PRJ Original”), a ANATEL iniciou alguns procedimentos visando monitorar a situação financeira da Companhia, bem como avaliar a sua capacidade em relação ao cumprimento das obrigações inerentes aos termos dos contratos de concessão. Em março de 2019 a ANATEL decidiu, dentre outros pontos, manter o acompanhamento especial da prestação de serviços de telecomunicações pelas empresas integrantes do Grupo Oi para a execução de 2019, com a imposição de medidas relacionadas à transparência, governança corporativa e controle societário, desempenho econômico-financeiro e operacional, e gestão de ativos e créditos, conforme informado no Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia no dia 8 de maio de 2019.

Em 10 de fevereiro de 2020, conforme informado no Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia, o Conselho Diretor da ANATEL entendeu não subsistir a necessidade do acompanhamento especial com base na decisão expedida em maio de 2019, por considerar ter sido sanado o risco de liquidez de curto prazo da Companhia e suas controladas tendo sido revogadas as obrigações anteriormente impostas às empresas do Grupo Oi.

**Autorização Societária**

Em reunião realizada em 29 de março de 2021, o Conselho de Administração apreciou e aprovou as Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como autorizou a sua publicação.

**Recuperação Judicial**

Em 20 de junho de 2016, a Companhia e suas subsidiárias integrais, diretas e indiretas, Oi Móvel, Telemar, Copart 4 Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (“Copart 4” incorporada pela Telemar), Copart 5 Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (“Copart 5” incorporada pela Companhia), Portugal Telecom International Finance B.V. – Em Recuperação Judicial (“PTIF”) e Oi Brasil Holdings Cooperatief U.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi Holanda”) (em conjunto com a Companhia, as “Empresas Oi” ou “Recuperandas”) ajuizaram pedido de recuperação judicial perante a Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Processo de Recuperação Judicial”).

No dia 19 de dezembro de 2017, após a confirmação do quórum necessário dos credores das classes I, II, III e IV, a Assembleia Geral de Credores foi instalada, tendo o PRJ sido aprovado por ampla maioria de credores no dia 20 de dezembro de 2017.

Em 8 de janeiro de 2018, o juiz da recuperação judicial (“Juízo da Recuperação Judicial”) proferiu decisão em que homologou o PRJ e concedeu a recuperação judicial às Empresas Oi, a qual foi publicada em 5 de fevereiro de 2018.

Em 31 de julho de 2018, a reestruturação da dívida financeira das Empresas Oi, foi concluída com a implementação dos termos e condições aplicáveis previstos no PRJ, incluindo a conclusão do primeiro aumento de capital previsto no PRJ. Aumento de Capital - Capitalização de Créditos.

Em 25 de janeiro de 2019 a Companhia concluiu o segundo aumento de capital previsto no PRJ (Aumento de Capital - Novos Recursos), com a emissão de 3.225.806.451 novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, incluindo novas ações ordinárias representadas por ADSs, de acordo com o PRJ e o acordo de subscrição e compromisso, entre a Companhia, suas controladas e os investidores “Backstoppers”.

**Aumento de Capital – Novos Recursos**

**Exercício de Bônus de Subscrição e “American Depositary Warrants” – ADWs**

Em 28 de outubro de 2018, a Companhia iniciou a emissão e a entrega de todos os Bônus de Subscrição e ADWs exercidos por seus titulares. O processo foi concluído em 4 de janeiro de 2019. Todos os Bônus de Subscrição que não foram exercidos até 2 de janeiro de 2019, inclusive, foram cancelados.

**Oferta preferencial e conclusão do Aumento de Capital – Novos Recursos, nos termos do contrato de compromisso**

Conforme previsto na Cláusula 6 do PRJ, em 13 de novembro de 2018 a Companhia iniciou uma oferta preferencial de ações ordinárias, registrada junto à SEC nos termos do “Securities Act”, no âmbito da qual os titulares de ações ordinárias e preferências, incluindo o Depositário de ADSs – “American Depositary Shares” e o “The Bank of New York Mellon”, na qualidade de depositário do programa de ADSs preferências, receberam direitos de subscrição transferíveis para cada ação ordinária e preferencial detida a partir de 19 de novembro de 2018.

Os direitos de subscrição expiraram em 4 de janeiro de 2019. Em 16 de janeiro de 2019, a Companhia emitiu 1.530.457.356 ações ordinárias para os titulares de direitos de subscrição que tinham exercido esses direitos em relação às ações ordinárias iniciais. Em 21 de janeiro de 2019, a Companhia emitiu 910.893.035 ações ordinárias para os titulares de direitos de subscrição que tinham solicitado subscrições de sobras de ações ordinárias. O montante dessas subscrições foi de R\$ 2.011 milhões.

Em 25 de janeiro de 2019, a Companhia emitiu para os Investidores “Backstoppers”, em uma colocação privada, 1.604.288.162 ações ordinárias, correspondentes ao número total de ações ordinárias que foi oferecido na oferta preferencial menos o número total de ações ordinárias iniciais e de sobras de ações ordinárias, nos termos do contrato de compromisso, pelo valor total de R\$ 1.989 milhões (“Saldo de Ações”). Em vista da subscrição e integralização do Saldo de Ações, a Companhia concluiu, nesta data, o Aumento de Capital - Novos Recursos mediante a subscrição e integralização da totalidade das 3.225.806.451 novas ações ordinárias emitidas no Aumento de Capital - Novos Recursos, representando um aporte de novos recursos para a Companhia no valor total de R\$ 4,0 bilhões. Ademais, segundo os termos do contrato de compromisso, nessa data, a Companhia emitiu, a título de remuneração pelos compromissos assumidos no referido contrato, 272.148.705 ações ordinárias em uma colocação privada destinadas aos Investidores “Backstoppers”, bem como pagou US\$ 13 milhões a esses investidores. Como resultado da subscrição e integralização das Ações do Aumento de Capital - Novos Recursos e das Ações do Compromisso, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 32.538.937.370,00, representado por 9.594.205.001 ações, sendo 5.796.477.760 ações ordinárias e 157.727.241 ações preferências, todas nominativas e sem valor nominal.

**Acordo de encerramento de litígios entre a Companhia e a Pharo**

Em 8 de fevereiro de 2019, de forma a pôr fim a quaisquer disputas que pudessem prejudicar a implementação do PRJ, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que seu Conselho de Administração aprovou, em conformidade com a Instrução CVM nº 567/2015, a aquisição de 1.800.000 ações preferências de emissão da própria Companhia com o objetivo de assegurar o cumprimento de compromisso assumido pela Companhia de transferir ações de sua emissão mantidas em tesouraria à Bratel, subsidiária integral da Pharo SGPS, S.A., no contexto de acordo celebrado entre elas, objeto de Fato Relevante de 8 de janeiro de 2019 (“Acordo”), em operações cursadas no mercado organizado de bolsa da B3 para a entrega das ações em tesouraria à Bratel, que ocorreria em até quatro dias úteis contados da data de homologação do Acordo pelo Juízo da Recuperação Judicial.

Em 18 de fevereiro de 2019, foi proferida decisão suspendendo o conflito de competência nº 157/099 pelo prazo requerido pelas partes.

Em 3 de abril de 2019, a Companhia divulgou comunicado ao mercado para informar sobre a homologação do Acordo, acima mencionado, em razão do transcurso do prazo de 15 (quinze) dias úteis da publicação da decisão judicial que a deferiu. Desta forma, conforme determinado no Acordo, inclusive, nessa mesma data, o prazo para cumprimento da segunda parte das obrigações previstas para ambas as partes do Acordo, incluindo (a) o pedido de extinção da totalidade dos litígios envolvendo as partes indicados no Acordo e (b) a entrega à Bratel de 33,8 milhões ações da Oi que estavam em sua Tesouraria, sendo 32 milhões ações ordinárias e 1,8 milhões ações preferências.

Além disso, aperfeiçoaram-se de forma integral diversos obrigações e direitos das partes descritos no Fato Relevante divulgado pela Oi e no Comunicado divulgado pela Pharo, ambos em 9 de janeiro de 2019.

**Modalidade de Pagamento Geral prevista da Cláusula 4.3.6 do Plano Original – “Bondholders”**

Em 20 de maio de 2019, em estrita observância à decisão proferida no âmbito do “Chapter 15” que determinava que o cancelamento das notas com Lei de Nova York deveria ocorrer até 14 de junho de 2019, a Companhia anunciou que iniciou o procedimento para que os detentores das notas (a) Portugal Telecom International Finance B.V. €500.000.000 4,375% com vencimento em 2017 (ISIN Nº: XS0245828913); (b) Portugal Telecom International Finance B.V. €750.000.000 5,875% com vencimento em 2018 (ISIN Nº: XS0649309181); (c) Portugal Telecom International Finance B.V. €750.000.000 5,00% com vencimento em 2019 (ISIN Nº: XS0649309181); (d) Portugal Telecom International Finance B.V. €1.000.000.000 4,625% com vencimento em 2020 (ISIN Nº: XS0927581842); (e) Portugal Telecom International Finance B.V. €500.000.000 4,5% com vencimento em 2025 (ISIN Nº: XS0221854200); (f) Oi Brasil Holdings Cooperatief U.A. €600.000.000 5,825% com vencimento em 2021 (ISIN Nº: XS1245245045); (g) Oi Brasil Holdings Cooperatief U.A. US\$1.500.000.000 5,75% com vencimento em 2022 (ISIN Nº: US10553MAD39); (h) Oi S.A. €750.000.000 5,125% com vencimento em 2017 (ISIN Nº: XS0689301377); (i) Oi S.A. US\$57.000.000 9,500% com vencimento em 2019 (ISIN Nº: 87944LAD1); (j) Oi S.A. BRL1.100.000.000 9,25% com vencimento em 2016 (ISIN Nº: US10553MAC55); e (k) Oi S.A. US\$1.000.000.000 5,500% com vencimento em 2020 (ISIN Nº: 144A:US7944LAE92) (as “Notas Legadas”) pudessem comprovar seus respectivos direitos para receberem em data futura ou nas datas de pagamento da Companhia de acordo com a Cláusula 4.3.6 do Plano Original. Em 14 de junho de 2019, as Notas Legadas foram devidamente canceladas.

O procedimento acima detalhado não é aplicável aos detentores das Notas emitidas pela Portugal Telecom International Finance B.V. – Em Recuperação Judicial 6,25% com vencimento em 2016 (ISIN Nº: PTPTCY0M008). A Companhia favoreceu, no momento adequado, as informações sobre o procedimento para registro dos beneficiários da Modalidade de Pagamento Geral prevista da Cláusula 4.3.6 do Plano Original com relação a tal série.

**Financiamento Extracurricular – Cláusula 5.3 do Plano Original**

Em 23 de dezembro de 2019, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que a sua controlada Oi Móvel celebrou escritura de 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fiduciária, em série única, para colocação privada, no valor total de até R\$ 2.500.000.000,00 (“Debêntures Oi Móvel” e “Emissão Oi Móvel”, respectivamente). A Emissão Oi Móvel e as Debêntures Oi Móvel têm como principais características: (i) Prazo e Data de Vencimento: 24 (vinte e quatro) meses contados da data de emissão, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e de vencimento antecipado das Debêntures Oi Móvel previstas na respectiva Escritura de Debêntures; (ii) Remuneração: variação do dólar norte-americano acrescida de juros de (i) 12,66% (doze inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) ao ano (PIK) durante os primeiros doze meses contados da primeira integralização; e (ii) 13,61% (treze inteiros e sessenta e um centésimos por cento) ao ano, a partir de então; e (iii) Garantias: as Debêntures Oi Móvel são integralmente garantidas por garantias reais e fiduciárias prestadas pela Oi Móvel, pela Companhia e por sua controlada Telemar.

A Emissão Oi Móvel foi aprovada com fundamento no que prevê a Cláusula 5.3 do Plano Original e está inserida no contexto de um financiamento extracurricular, na modalidade “Debt in Possession Financing” (“DIP Financing”). Dando continuidade ao Fato Relevante divulgado em 23 de dezembro de 2019, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado, em 4 de fevereiro de 2020, informando aos acionistas e mercado em geral da conclusão da subscrição e integralização da Emissão Oi Móvel para colocação privada no valor de R\$ 2.500.000.000,00.

**Não Encerramento da Recuperação Judicial**

Em 6 de dezembro de 2019, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que as Empresas Oi protocolaram perante o Juízo da Recuperação Judicial petição requerendo que a supervisão judicial das Empresas Oi não fosse encerrada em 4 de fevereiro de 2020, data que a homologação do Plano contemplava 2 (dois) anos.

A medida de não encerramento da supervisão judicial não trouxe mudanças para a situação atual das Empresas Oi e não teve impacto quanto ao cumprimento do Plano em vigor, nem em relação a créditos concursais e tampouco sobre eventuais novos recursos que vieram a ser acessados pelas Empresas Oi. Vale destacar que a continuidade de supervisão judicial ao fim do período de dois anos é uma medida natural que tem sido aplicada na maior parte dos processos de recuperação judicial.

Não obstante o bom andamento da implementação do Plano, que já concluiu grande parte das etapas estabelecidas no processo e que foram importantes para a recuperação da Companhia, o requerimento apresentou ao Juízo da Recuperação Judicial circunstâncias relacionadas à complexidade inerente à magnitude de seu Processo de Recuperação

Judicial e às reformas em curso no ambiente jurídico-regulatório, e que exigiam providências a serem implementadas no âmbito do Processo de Recuperação Judicial.

Em 28 de fevereiro de 2020, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que, em 28 de fevereiro de 2020, as Empresas Oi protocolaram perante o Juízo da Recuperação Judicial, uma petição expressando seu interesse em levar para a deliberação de uma nova assembleia geral de credores (“Nova AGC”), um aditamento ao Plano (“Aditamento ao Plano” ou “Aditamento ao PRJ”), objetivando alcançar maior flexibilidade operacional e financeira para continuar seu projeto de investimento e o cumprimento de seu plano estratégico de transformação (“Plano Estratégico”), ambos já amplamente divulgados ao mercado.

Em linha com o disposto acima, em 6 de março de 2020, a Companhia divulgou Fato Relevante, informando que o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão, nessa mesma data, deferindo o pedido da Companhia para a realização de Nova AGC para deliberação acerca de um aditamento ao Plano, estabelecendo que:

(i) as Empresas Oi apresentassem em juízo, no prazo de 180 dias contados da publicação da decisão, a proposta de aditamento ao PRJ; e

(ii) o Administrador Judicial organizasse a Nova AGC, dentro do prazo de 60 dias contados da apresentação da proposta de Aditamento ao PRJ.

**Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial**

Em 15 de junho de 2020, as Empresas Oi protocolaram junto ao Juízo da Recuperação Judicial, a proposta de Aditamento ao PRJ, que teve o objetivo de dar maior flexibilidade ao PRJ Original, com a criação de uma estrutura societária e operacional mais eficiente, visando a maximização do valor da Companhia em benefício de todos os seus “stakeholders”. Este movimento esteve completamente alinhado ao Plano Estratégico, que vem sendo implementado com transparência.

Em 13 de agosto de 2020, as Empresas Oi protocolaram junto ao Juízo da Recuperação Judicial proposta atualizada do Aditamento ao PRJ ajustando determinados termos e condições. Tal proposta refletiu as diversas interações com credores, potenciais investidores e outros “stakeholders”, inclusive aquelas conduzidas perante o mediador nomeado pelo Juízo da Recuperação Judicial, com o objetivo de discutir melhorias ao Aditamento ao PRJ.

O Aditamento ao PRJ foi submetido à votação dos credores das Recuperandas e aprovado na Nova AGC realizada em 8 de setembro de 2020, data da primeira convocação, no Centro de Convenções SulAmérica, tendo sido regularmente instalada e o Aditamento ao PRJ aprovado, e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial, em 5 de outubro de 2020, em decisão publicada em 8 de outubro de 2020 que rejeitou todas as alegações de nulidades procedenciais da Nova AGC, afastando a alegação de tratamento desigual entre os credores e rejeitando os pedidos de nulidade do quórum de votação e aprovação do Aditamento ao PRJ, por não contarem vícios em sua formação e vontade e, dentre outras providências, fixou o prazo de 12 (doze) meses para o encerramento da recuperação judicial das Recuperandas, contados da data da publicação da referida decisão, podendo ser prorrogado, caso haja necessidade de se utilizarem os atos relativos às atividades previstas no Aditamento ao PRJ.

**1. Objetivos do Aditamento ao PRJ**

O Aditamento ao PRJ aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial, na forma exposta acima, visa permitir às Empresas Oi e suas controladas (“Grupo Oi”) a viabilização da execução de seu plano de longo prazo, com o equipacionamento necessário da sua dívida, no contexto atual, e a continuidade de suas atividades seguindo o referido PRJ e o seu Plano Estratégico. A estratégia do Grupo Oi tem como principal objetivo a transformação de seu modelo de negócio, com foco na utilização e rápida ampliação de sua extensa infraestrutura de fibra ótica como diferencial competitivo, incluindo suas redes de transporte (“backbone”, “backhaul” e rede de dados), e redes de acesso primárias e secundárias (“links” dedicados, anéis metropolitanos e redes de acesso FTTH), viabilizando e suportando as necessidades de conexão em alta velocidade e provimento de serviços para seus clientes residenciais, empresariais, corporativos e de governo, bem como o provimento de serviços de infraestrutura para os demais provedores de serviços de telecomunicações do país, incluindo a viabilização de conexões para a nova tecnologia 5G.

A implementação dessa estratégia se dará com a continuidade do processo de alienação de ativos, possibilidade de participação em movimentos de consolidação e alienação de sua operação de comunicações móveis, e com a adoção do modelo conhecido como separação estrutural, que permite a constituição de entidades separadas para investimentos, operação e manutenção da infraestrutura de telecomunicações e para o provimento de serviços para seus clientes finais, incluindo as atividades de desenvolvimento de produtos, “marketing”, vendas e atendimento a clientes. Com isso, busca-se tornar o modelo de negócio do Grupo Oi mais sustentável, focado nas suas principais vantagens competitivas, estruturado de maneira eficiente e fozca, e assegurar a continuidade do Grupo Oi e o consequente cumprimento dos meios de recuperação e pagamento de todos os créditos concursais.

O Aditamento ao PRJ objetiva a introdução de flexibilidade para o atingimento dos objetivos estratégicos da Companhia acima descritos, e tem como objetivos principais, entre outros:

(i) prever a possibilidade de formação de Unidades Produtivas Isoladas (“UPIs”), mediante a segregação de determinados negócios e ativos do Grupo Oi e a alienação dos mesmos com a segurança e benefícios assegurados pela Lei nº 11.101/2005 (“LRF”), garantindo assim a maximização do seu valor e a geração dos recursos necessários para o pagamento de credores concursais e das obrigações das Recuperandas;

(ii) estabelecer melhorias nas condições de pagamento para parte substancial dos pequenos credores, como forma de redução da litigiosidade e de satisfação mais rápida deste tipo de credor, como determinou o Juízo da Recuperação Judicial;

(iii) permitir a contratação de financiamentos e outras formas de captação adicionais pelas Recuperandas, para manutenção dos investimentos necessários e pagamento dos seus credores; e

(iv) permitir a segregação, a partir de sociedade integrante do Grupo Oi, de alguns ativos de fibra e infraestrutura, visando criar uma estrutura societária mais flexível e eficiente para acelerar os investimentos na expansão da rede de fibra ótica, podendo esta sociedade acessar o mercado financeiro e de capitais e captar recursos adicionais com custos mais baixos, poupando o uso exclusivo de recursos gerados pela própria operação das Recuperandas e, assim, fortalecendo a sua estrutura operacional.

**2. UPIs previstas no Aditamento ao PRJ**

O Aditamento ao PRJ prevê a segregação de 5 (cinco) UPIs distintas dos ativos, passivos e direitos das Recuperandas associadas (a) à operação de redes de telecomunicações (“UPI InfraCo”), (b) à operação em telefonia e dados no mercado de comunicação móvel (“UPI Ativos Móveis”); (c) à infraestrutura passiva (“UPI Torres” e “UPI Data Center”); e (d) ao negócio de TV (“UPI TVCo”).

As UPIs são constituídas sob a forma de sociedades por ações de propósito específico (“SPEs”) e poderão ser alienadas, em modelos distintos para cada natureza do ativo, visando ao pagamento de dívidas e à geração de recursos necessários à expansão de sua infraestrutura de fibra e serviços associados, que são o foco principal da estratégia do Grupo Oi. A alienação das UPIs visa permitir à Oi maximizar o valor econômico dos seus investimentos, por meio da expansão de seus serviços de acesso residenciais e empresariais em todo o país, da exploração mais eficiente dos seus elementos de rede e da abertura de novas possibilidades de exploração destas redes para outras empresas operadoras e provedoras de serviços no setor de telecomunicações, observadas a legislação, regulamentação e a necessidade de autorizações das autoridades competentes, quando aplicáveis.

Informações detalhadas sobre a composição de cada UPI e os termos e condições aplicáveis à sua alienação, inclusive aquelas relativas à estrutura e ao preço mínimo, estão descritos no Aditamento ao PRJ disponibilizado, para fins de consulta, no endereço eletrônico [www.recjud.com.br](http://www.recjud.com.br).

**2.1. UPI InfraCo**

A SPE InfraCo reunirá os ativos de infraestrutura e fibra relacionados às redes de acesso e transporte do Grupo Oi já aportados em seu capital, seja quando forem cedidos diretamente ou, ainda, quando forem cedidos como direito de uso na forma de IRLUs (Indefeasible Rights of Use), bem como novos investimentos em infraestrutura que ainda serão realizados, tendo como objetivo a aceleração dos investimentos na expansão das suas redes de fibra ótica, a partir de uma estrutura de capital mais flexível e eficiente e maior possibilidade de captação e utilização de novos recursos. A SPE InfraCo vem buscando no mercado os recursos necessários para o financiamento de seus investimentos, de forma a expandir as atividades do Grupo Oi em fibra ótica e atender a um maior número de clientes de todos os segmentos em todo o país.

O Aditamento ao PRJ prevê a manutenção pela Oi de participação relevante no capital social da SPE InfraCo, com medidas que garantam sua participação ativa na criação e expansão de uma empresa lider nacional em infraestrutura em fibra ótica. A exemplo do que já ocorreu em outros países, a criação da SPE InfraCo seguiu uma lógica de separação estrutural entre a empresa de serviços e a empresa de infraestrutura, com o objetivo de maximizar o valor dos negócios, através de maior eficiência e inovação, com estratégias claras focadas na experiência do cliente e inovação de produtos e serviços de um lado, e na massificação de infraestrutura de fibra e otimização de sua operação técnica do outro.

A UPI InfraCo é composta por 100% das ações de emissão da SPE que passou a reunir os ativos, passivos e direitos relacionados às atividades de fibra ótica e infraestrutura descritos no Anexo 5.3.4 do Aditamento ao PRJ. O Aditamento ao PRJ prevê em sua Cláusula 5.3.9.4 a alienação parcial da UPI InfraCo por meio de um procedimento competitivo, nos termos da LRF, mediante a apresentação de propostas fechadas para a alienação da maioria das ações votantes de emissão da SPE InfraCo, representativas do seu controle societário. Tal procedimento competitivo deve assegurar à Companhia um pagamento mínimo de R\$ 6,5 bilhões, além da garantia, por parte do adquirente, que haverá recursos necessários para o pagamento de eventuais dívidas remanescentes da SPE InfraCo, incluindo o pagamento integral da Dívida InfraCo prevista na Cláusula 5.3.8.1 do Aditamento ao PRJ e do cumprimento do seu plano de investimentos, conforme determinados parâmetros a serem estabelecidos no respectivo Edital UPI InfraCo. No fechamento da alienação parcial da UPI InfraCo, será assegurada ao adquirente uma participação equivalente a 5,01% do capital votante, e não superior a 51,0% do capital total da SPE InfraCo, sendo reservado às Recuperandas o direito de, a seu exclusivo critério, determinar a divisão do capital social da SPE InfraCo em ações ordinárias e preferências da InfraCo na alienação, observados os limites previstos em lei, garantindo dessa maneira à Companhia a manutenção de participação econômica relevante na SPE InfraCo, que poderá, eventualmente, responder por obrigações das Recuperandas junto a credores do PRJ.

Em função de ampla demanda pelo ativo na fase preliminar do processo de prospeção conduzido por assessor financeiro, o valor de firma (EV) mínimo da SPE InfraCo (em 31/12/2021) a ser considerado nas propostas será de R\$ 20 bilhões, dentro do intervalo anual de referência de 25,5% a 51% do valor econômico, com vistas a garantir uma disputa concorrencial ativa entre os diversos interessados pelo controle da InfraCo (51% do capital social votante da SPE InfraCo) até o leilão. Os interessados também devem assumir compromisso de pagamento de uma parcela secundária do preço de aquisição no montante mínimo de R\$ 6,5 bilhões e de uma parcela primária do preço de aquisição no montante de até R\$ 5 bilhões, para garantir o pagamento de eventuais dívidas remanescentes da SPE InfraCo, incluindo o pagamento da Dívida InfraCo prevista na Cláusula 5.3.8.1 do Aditamento ao PRJ, e a execução do plano de investimentos planejado, em contrapartida ao recebimento de novas ações de emissão da SPE InfraCo, ao preço por ação pago na alienação parcial da UPI InfraCo, ajustado na data prevista no Aditamento ao PRJ.

O Grupo Oi poderá, até a data da publicação do Edital UPI InfraCo, aceitar a proposta vinculante com o maior valor de firma (EV) atribuído à SPE InfraCo para aquisição parcial da UPI InfraCo, observadas as condições previstas no Aditamento ao PRJ, comprometendo-se a assegurar a tal proponente o direito de, a seu exclusivo critério, cobrir a oferta de maior valor por ação de emissão da SPE InfraCo acima do montante por ele proposto em sua proposta vinculante (“Right to Top”), desde que apresente oferta por valor superior em, no mínimo, 1% do preço por ação de emissão da SPE InfraCo estipulado na melhor proposta apresentada durante o procedimento competitivo para alienação parcial da UPI InfraCo. O Aditamento ao PRJ prevê também mecanismos de avaliação das propostas vinculantes para aquisição parcial da UPI InfraCo, que levem em consideração não apenas o valor por ação ofertado e preço mínimo do valor de firma (EV) da SPE InfraCo, mas também a possibilidade de avaliação de melhores condições para a determinação da melhor proposta a ser considerada como proposta preferencial para a realização do processo judicial competitivo.

Em 25 de janeiro de 2021, a Oi divulgou Fato Relevante informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que recebeu, em 22 de janeiro de 2021, propostas vinculantes de terceiros para aquisição parcial da UPI InfraCo, todas acima do valor mínimo definido no Aditamento ao PRJ e que as propostas recebidas estariam sob análise da Companhia, que poderia se engajar em tratativas com o ofertante da melhor proposta, em regime de exclusividade, com o objetivo de negociar os instrumentos finais que serão divulgados no processo competitivo, por meio do respectivo Edital e a oportunidade pública.

Em 4 de fevereiro de 2021, a Oi divulgou Fato Relevante informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que, tendo em vista as condições da oferta vinculante para aquisição parcial da UPI InfraCo apresentada conjuntamente por Globenet Cabos Submarinos S.A., BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimento em Participações Multissetorial e outros fundos de investimento geridos ou controlados por sociedades integrantes do Grupo BTG (a “Oferta” e as “Proponentes”), celebrou, naquela mesma data, Acordo de Exclusividade (“Acordo”) com as Proponentes, por um período de tempo limitado, com o objetivo de negociar exclusivamente com as Proponentes os termos e condições, bem como os documentos e anexos relativos à Oferta. O Acordo visa garantir segurança e celeridade às tratativas em curso entre as partes e permitir que, caso sejam satisfatoriamente finalizadas as negociações de condições e documentos entre as partes, a Oi tenha condições de garantir às Proponentes o direito de cobrir (“Right to Top”) outras propostas recebidas no processo competitivo de alienação da UPI InfraCo, na forma da Cláusula 5.3.9.4.6 do Aditamento ao PRJ. A vigência inicial do Acordo era até o dia 6 de março de 2021, tendo sido renovado automaticamente por mais um período de 30 (trinta) dias, passando a vigorar até 5 de abril de 2021, conforme informado pela Oi através do Comunicado ao Mercado divulgado em 5 de março de 2021.

No dia 18 de fevereiro de 2021, a Oi divulgou Fato Relevante informando que a sua controlada BT Multimídia (definida no Aditamento ao PRJ como a “SPE InfraCo”) celebrou escritura de emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para colocação privada, no valor total de até R\$ 2.500.000.000,00 (“Debêntures InfraCo” e “Emissão InfraCo”, respectivamente). A Emissão InfraCo e as Debêntures InfraCo têm como principais características: (i) Prazo e Data de Vencimento: 24 (vinte e quatro) meses contados da data de emissão, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e de vencimento antecipado das Debêntures InfraCo previstas na respectiva Escritura de Debêntures; (ii) Remuneração: valor nominal unitário atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, mais juros remuneratórios de 11% ao ano; (iii) Garantias: as Debêntures InfraCo contarão com garantias reais e fiduciárias prestadas pela SPE InfraCo; (iv) Conversão: serão conversíveis em ações preferências resgatáveis, representativas da maioria das ações com direito de voto da SPE InfraCo; e (v) Subscrição: as Debêntures InfraCo deverão ser subscritas e integralizadas até o dia 15 de abril de 2021.

A Emissão InfraCo foi aprovada com fundamento no que prevê a Seção 5 do Aditamento ao PRJ. Como previsto no Aditamento ao PRJ e na escritura da Emissão InfraCo, a Oi, através de suas subsidiárias Oi Móvel e Telemar, será titular de uma opção de compra da totalidade das ações preferências de titularidade dos Debenturistas em decorrência da Conversão. Alternativamente, e a exclusivo critério da Oi, e suas subsidiárias Oi Móvel e Telemar, a SPE InfraCo poderá resgatar a totalidade das ações preferências de titularidade dos Debenturistas em decorrência da Conversão à Emissão InfraCo desde que seja sujeita às autorizações e ao cumprimento de determinadas condições precedentes previstas na respectiva escritura da Emissão InfraCo.

**2.2. UPI Ativos Móveis**

O Aditamento ao PRJ prevê a alienação da UPI Ativos Móveis por meio de um procedimento competitivo, nos termos da LRF, mediante a apresentação de propostas fechadas para aquisição de 100% das ações da SPE Móvel, com o pagamento do preço de, no mínimo, R\$ 15,7 bilhões em dinheiro.

Em 10 de novembro de 2020, foi publicado o Edital (“Edital UPI Ativos Móveis”) apresentado pelas Recuperandas para venda da UPI Ativos Móveis que foi composta por 100% das ações de emissão da Cozani RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/MO sob o nº 36.012.579/0001-50 e na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.300.333.291, com sede na Rua do Lavradio, 71, sl 201/801, Centro, CEP 20230-070, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (“SPE Móvel”), detidas integralmente pela Oi Móvel, vivos e desembragadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações SPE Móvel”), para cujo capital social a Oi Móvel contribuiu, por meio de uma ou mais operações societárias, os Ativos, Passivos e Direitos UPI Ativos Móveis descritos no Anexo 5.3.1.3 do Aditamento ao PRJ e no Edital UPI Ativos Móveis.

Em 14 de dezembro de 2020, a Companhia divulgou Fato Relevante informando aos seus acionistas e ao mercado em

geral que se realizou no Juízo da Recuperação Judicial a audiência para abertura de propostas fechadas apresentadas no âmbito do procedimento competitivo de alienação da UPI Ativos Móveis, na forma e nos termos previstos no Aditamento ao PRJ e no Edital UPI Ativos Móveis. Durante a referida audiência, verificou-se a existência de apenas uma proposta para aquisição da UPI Ativos Móveis, a qual foi apresentada, em conjunto, por Telefônica Brasil S.A., TIM S.A. e Claro S.A. (as “Proponentes”) nos exatos termos e condições da proposta vinculante para aquisição da UPI Ativos Móveis apresentada pelas Proponentes, no valor de R\$ 16,5 bilhões, dos quais R\$ 756 milhões referem-se a serviços de transição a serem prestados por até 12 meses pela Oi às Proponentes, acrescido do compromisso de celebração de contratos de longo prazo de prestação de serviços de capacidade de transmissão junto à Oi, na modalidade “take or pay”, cujo valor presente líquido (VPL), calculado para fins e na forma prevista no Aditamento ao PRJ, é de R\$ 819 milhões, valores que serão pagos em dinheiro, observados os termos e condições previstos na respectiva proposta vinculante e no respectivo Contrato de Compra e Venda de Ações constante do Anexo 5.3.1.2 do Aditamento ao PRJ.

Em razão da apresentação da única proposta fechada para aquisição da UPI Ativos Móveis, o Juízo da Recuperação Judicial homologou a proposta das Proponentes como vencedora do procedimento competitivo de alienação da UPI Ativos Móveis, após as manifestações favoráveis do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e do Administrador Judicial. Conforme previsto no Edital UPI Ativos Móveis, será celebrado com as Proponentes o respectivo Contrato de Compra e Venda de Ações, ficando a efetiva conclusão da transferência das ações de emissão da SPE Móvel sujeita ao cumprimento das condições previstas em tal contrato, dentre as quais, a anulação prévia da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, e a aprovação da compra e venda das ações pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

**2.3. UPI Torres**

O Aditamento ao PRJ previa a alienação da UPI Torres por meio de um procedimento competitivo, nos termos da LRF, mediante a apresentação de propostas fechadas para aquisição de 100% das ações da SPE Torres detidas pelas Recuperandas.

Em 19 de outubro de 2020, foi publicado o Edital (“Edital UPI Torres”) apresentado pelas Recuperandas para venda da UPI Torres que foi composta por 100% das ações de emissão da sociedade de propósito específico Calleira RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/MO sob o nº 35.978.982/0001-75 e na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.300.333.215, com sede na Rua do Lavradio, 71, sl 201/801, Centro, CEP 20230-070, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (“SPE Torres”), detidas integralmente pela Telemar e Oi Móvel, constituída especificamente para fins de alienação na forma de UPI no âmbito do Processo de Recuperação Judicial, e com capital social integralizado pelos Ativos, Passivos e Direitos UPI Torres, descritos no Anexo 5.3.2 do Aditamento ao PRJ e no Edital UPI Torres.

Em 26 de novembro de 2020, a Companhia divulgou Fato Relevante informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que se realizou no Juízo da Recuperação Judicial a audiência para abertura de propostas fechadas apresentadas no âmbito do procedimento competitivo de alienação da UPI Torres, na forma e nos termos previstos no Aditamento ao PRJ e no Edital UPI Torres. Durante a audiência, verificou-se a existência de apenas uma proposta fechada para aquisição da UPI Torres, a qual foi apresentada pela Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A. (“Highline”) nos exatos termos e condições da proposta vinculante para aquisição da UPI Torres por até vinte e sete Realis, no valor de R\$ 1.066.902.827,00 (um bilhão, sessenta e seis milhões, novecentos e dois mil, oitocentos e vinte e sete Realis) e a ser pago em dinheiro, conforme descrito no Fato Relevante publicado em 13 de agosto de 2020, observados os termos e condições previstos na respectiva proposta vinculante e no respectivo Contrato de Compra e Venda de Ações constante do Anexo 5.3.2 do Aditamento ao PRJ.

Em razão da apresentação da única proposta fechada para aquisição da UPI Torres, o Juízo da Recuperação Judicial homologou a proposta da Highline como vencedora do procedimento competitivo de alienação da UPI Torres, após as manifestações favoráveis do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e do Administrador Judicial.

Em 23 de dezembro de 2020, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Companhia, a Telemar e a Oi Móvel celebraram junto à Highline o Contrato de Compra e Venda de Ações Através de UPI e Outras Avenças (“Contrato”), tendo por objeto a venda da UPI Torres à Highline e que a efetiva conclusão da operação, com a transferência das ações de emissão da SPE Torres para a Highline, está sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais para operações dessa natureza, conforme previstas no Contrato.

**2.4. UPI Data Center**

O Aditamento ao PRJ previa a alienação da UPI Data Center por meio de um procedimento competitivo, nos termos da LRF, mediante a apresentação de propostas fechadas para aquisição de 100% das ações da SPE Data Center detidas pelas Recuperandas.

Em 19 de outubro de 2020, foi publicado o Edital (“Edital UPI Data Center”) apresentado pelas Recuperandas para venda da UPI Data Center que foi composta por 100% das ações de emissão da sociedade de propósito específico Drammen RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/MO sob o nº 35.980.592/0001-30 e na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.300.333.231, com sede na Rua do Lavradio, 71, sl 201/801, Centro, CEP 20230-070, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (“SPE Data Center”), cujas ações serão detidas pela Oi, Telemar e Oi Móvel, constituída especificamente para fins de alienação na forma de UPI no âmbito do Processo de Recuperação Judicial e com capital social integralizado exclusivo e necessariamente pelos Ativos, Passivos e Direitos UPI Data Center, descritos no Anexo 5.3.3 do Aditamento ao PRJ e no Edital UPI Data Center.

Em 26 de novembro de 2020, a Companhia divulgou Fato Relevante informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que se realizou no Juízo da Recuperação Judicial a audiência para abertura de propostas fechadas apresentadas no âmbito do procedimento competitivo de alienação da UPI Data Center, na forma e nos termos previstos no Aditamento ao PRJ e no Edital UPI Data Center. Durante a audiência, verificou-se a existência de apenas uma proposta fechada para aquisição da UPI Data Center, a qual foi apresentada pela Titan Venture Capital e Investimentos Ltda. (“Titan”) nos exatos termos e condições da proposta vinculante para aquisição da UPI Data Center por esta apresentada, conforme descrito no Fato Relevante datado de 15 de junho de 2020, no valor de R\$ 325.000.000,00 (trezentos e vinte e cinco milhões de Realis) a ser pago da seguinte forma: (i) uma parcela à vista em dinheiro no montante de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de Realis); e (ii



☆continuação



# OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

## COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

disponibilizada pelo Grupo Oi no endereço eletrônico [www.credor.oi.com.br](http://www.credor.oi.com.br). A opção por receber R\$ 150,0 mil, poderia ser exercida, no mesmo prazo, pelos Credores Quirografários ME/EPP, listados na Classe IV, com créditos de valor superior a R\$ 150,0 mil, desde que: (i) os créditos ainda não tivessem sido integralmente quitados até a Nova AGC; (ii) já tivessem distribuído incidente de habilitação ou impugnação de crédito até a Nova AGC; e (iii) no momento da realização da opção, tais credores outorgassem às Recuperandas, na mesma plataforma, quitação pelo valor integral dos seus respectivos créditos.

O Aditamento ao PRJ previu que o pagamento dos respectivos créditos fosse realizado por meio de depósito, em nome corrente nacional, em conta bancária no Brasil iniciada pelo Credor Quirografário ME/EPP, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos contados (a) a partir da data da Homologação Judicial do Aditamento ao PRJ; ou (b) a partir da data de publicação da decisão transitada em julgado que, em incidente de habilitação ou impugnação de crédito, determinou a inclusão dos seus respectivos Créditos ME/EPP no Quadro Geral de Credores.

#### 4. Encerramento da Recuperação Judicial

A decisão de homologação do Aditamento ao PRJ fixou o prazo de 12 meses para encerramento da recuperação judicial, contados a partir da data de publicação da referida decisão, ou, se os, contados a partir de 8 de outubro de 2020, podendo ser prorrogado, caso haja necessidade de se utilizarem os atos relativos às alienações dos ativos previstos no Aditamento ao PRJ.

#### 5. Atividades da Oi uma vez implementadas as medidas previstas no Aditamento ao PRJ

Caso implementadas a reestruturação societária realizada para segregar as UPLs e a alienação das UPLs na forma do Aditamento ao PRJ, a Companhia permanecerá com todas as atividades, bens, direitos e obrigações não expressamente transferidos para as UPLs, incluindo determinados ativos de fibra ótica, “backbone” e “backhaul” de fibra e cabos relacionados à rede de transporte do Grupo Oi, clientes residenciais, empresariais e corporativos (inclusive os de natureza pública), além dos serviços Digitais e de TI (Oi Soluções), bem como as operações de manutenção e instalação de campo na Serede – Serviços de Rede S.A. e de atendimento a clientes na Brasil Telecom Call Center S.A. Com tais medidas, busca-se que este conjunto de ativos seja suficiente para garantir a continuidade das atividades da Companhia e o pagamento de suas dívidas nos termos do Aditamento ao PRJ.

Outras informações a respeito do Aditamento ao PRJ e implementação das medidas nele previstas estão contidas nos documentos divulgados pela Companhia e disponíveis em seu “website” ([www.oi.com.br/rj](http://www.oi.com.br/rj)) ou <http://www.rejud.oi.com.br/rj> e no Sistema Empresas.NET da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

#### 6. Integra do Aditamento ao PRJ

A íntegra da nova versão do Aditamento ao PRJ encontra-se à disposição dos acionistas da Companhia na sede da Companhia e em seus “websites” ([www.oi.com.br/rj](http://www.oi.com.br/rj)) ou <http://www.rejud.oi.com.br/rj>), no Sistema Empresas.NET da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), além do “website” da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

#### Empresas subsidiárias da Companhia

As participações detidas no capital das subsidiárias da Companhia, estão demonstradas abaixo:

#### Empresas relacionadas às operações continuadas

Empresa	Atividade	País sede	Direta	Indireta	Direta	Indireta
			2020	2020	2019	2019
Oi Holanda	Obtenção de fundos no mercado internacional	Holanda	100%		100%	
Portugal Telecom Internacional Finance B.V	Obtenção de fundos no mercado internacional	Holanda	100%		100%	
CVTel, BV	Gestão de investimentos	Holanda	100%		100%	
Cargans Finance S.A.r.l.	Gestão de investimentos	Luxemburgo	100%		100%	
Rio Alto Gestão de Créditos e Participações S.A. (“Rio Alto”)	Gestão de carteira de direitos creditórios e participação em outras sociedades	Brasil	100%		100%	
Oi Serviços Financeiros S.A. (“Oi Serviços Financeiros”)	Serviços financeiros	Brasil	99,87%	0,13%	99,87%	0,13%
	Desenvolvimento, construção, operação de redes de telecomunicações	Brasil	99,80%	0,20%	99,80%	0,20%
Bryophyta SP Participações S.A. Telamar	Telefonia Fixa – Região I	Brasil	100%		100%	
Paggo Empreendimentos S.A.	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil		100%		100%
Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda.	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil		100%		100%
Paggo Administradora Ltda. (“Paggo Administradora”)	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil		100%		100%
Serede – Serviços de Rede S.A. (“Serede”)	Serviços de rede	Brasil	17,51%	82,49%	17,51%	82,49%
Brasil Telecom Call Center S.A. (“BT Call Center”)	Serviços de centrais de atendimento e telemarketing	Brasil		100%		100%
B7T Card Serviços Financeiros Ltda. (“B7T Card”)	Serviços financeiros	Brasil		100%		100%
Pointer Networks S.A. (“Pointer”)	Internet Wifi	Brasil		100%		100%
Pointer Peru S.A.C	Internet Wifi	Peru		99,96%		100%
VEV Venezuela C.A	Internet Wifi	Venezuela		100%		100%
		Estados Unidos da América				
VEV USA Inc.	Internet Wifi	Urutária		100%		100%
VEV Ukraine LLC	Internet Wifi	Ucrânia		40%		40%
PT Participações, SGPS, S.A. (“PT Participações”)	Gestão de participações sociais	Portugal	100%		100%	
	Serviços de consultoria e gestão de negócios, elaboração de projetos e estudos econômicos e gestão de investimentos					
Oi Investimentos Internacionais S.A. (“Oi Investimentos”)	Gestão de investimentos	Portugal		100%		100%
Africatel GmbH & Co.KG.	Gestão de investimentos	Alemanha		100%		100%
Africatel GmbH	Gestão de investimentos	Alemanha		100%		100%
Africatel Holdings, BV	Gestão de investimentos	Holanda		86%		86%
TPT – Telecomunicações Publicas de Timor, S.A. (“TPT”)	Prestação de serviços e compra e venda de produtos de telecomunicações, multimídia e tecnologias de informação em Timor	Portugal		76,14%		76,14%
	Publicação de listas telefônicas e exploração das bases de dados que lhes são afins, em operações Internacionais					
Directel – Listas Telefônicas, Lda. (“Directel”)	Publicação de listas telefônicas e exploração das bases de dados que lhe são afins	Portugal		100%		100%
Directel Cabo Verde – Serviços de Comunicação, Lda.	Publicação de listas telefônicas e exploração das bases de dados que lhe são afins	Cabo Verde		60%		60%
	Produção, edição e distribuição de listas telefônicas e outras publicações					
Kelly Postel Directories, Ltd. Etna - Empresa de Listas Telefônicas de Angola, Lda.	Publicação de listas telefônicas	Quênia		60%		60%
	Concessionária dos serviços de telecomunicações em Timor	Angola		55%		55%
Timor Telecom, S.A.	Gestão, edição, exploração e comercialização de listas de assinaturas e classificadas de telecomunicações	Timor		44%		44%
LTM - Listas Telefônicas de Moçambique, Lda.	Gestão, edição, exploração e comercialização de listas de assinaturas e classificadas de telecomunicações	Moçambique		50%		50%
	Serviços de manutenção e locação de infraestrutura e prestação de serviços de telecomunicações					
Cozani RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A.	Serviços de manutenção e locação de infraestrutura e prestação de serviços de telecomunicações	Brasil		0,05%	99,95%	
	Serviços de manutenção e locação de infraestrutura e prestação de serviços de telecomunicações					
Jonava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A	Serviços de manutenção e locação de infraestrutura e prestação de serviços de telecomunicações	Brasil		0,08%	99,92%	
	Serviços de manutenção e locação de infraestrutura e prestação de serviços de telecomunicações					
Garilava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A	Serviços de manutenção e locação de infraestrutura e prestação de serviços de telecomunicações	Brasil		0,08%	99,92%	

#### Empresas/Negócios classificados como ativos mantidos para venda e relacionados às operações descontinuadas

Empresa	Atividade	País sede	Direta	Indireta	Direta	Indireta
			2020	2020	2019	2019
Oi Móvel (*)	Telefonia móvel – Região I, II e III	Brasil		100%		100%
Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A. (“BT Multimídia”)	Telecomunicações em geral	Brasil		100%		100%
	Serviços de manutenção e locação de infraestrutura e prestação de serviços de telecomunicações					
Drammen RJ Infraestrutra e Redes de Telecomunicações S.A.	Infraestrutura e prestação de serviços de telecomunicações	Brasil		48,37%	51,63%	
(*) Exclusivamente, os negócios de Mobilidade (UPL Ativos Móveis) e de TV (UPL TVCo) da Oi Móvel						

#### Empresas classificadas como ativos mantidos para venda

Empresa	Atividade	País sede	Direta	Indireta	Direta	Indireta
			2020	2020	2019	2019
CST – Companhia Santense de Telecomunicações S.A. R.L.	Exploração do serviço público de telecomunicações em São Tomé e Príncipe	São Tomé		51%		51%
Calitêria RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A.	Serviços de manutenção e locação de infraestrutura	Brasil		0,01%	99,99%	

As participações em negócios em conjunto e participação em coligadas são avaliadas por equivalência patrimonial e estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	País sede	Direta	Indireta	Direta	Indireta
			2020	2020	2019	2019
Companhia AIX de Participações (AIX*)	Tráfego de dados	Brasil		50%		50%
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. (“Paggo Soluções”)	Financeira	Brasil		50%		50%
Hispamar Satélites S.A. (“Hispamar”)	Operação de Satélites	Brasil		19,04%		19,04%

#### Continuidade das operações

As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e na observância dos requisitos legais aplicáveis em uma recuperação judicial. A recuperação judicial tem por objetivo assegurar a continuidade das operações das Empresas Oi. Tal continuidade foi reforçada com a aprovação do Aditamento ao PRJ (Nota 1) e, depende, em última análise, do êxito do Processo de Recuperação Judicial, da concretização de outras previsões das Empresas Oi.

A Companhia tem obtido êxito no cumprimento das obrigações estabelecidas nos procedimentos do processo de recuperação judicial e, embora não existam indícios neste sentido, ressalta-se as condições e circunstâncias que, por sua própria natureza, indicam incertezas relevantes que podem afetar o êxito da recuperação judicial e, eventualmente, suscitar dúvidas substanciais sobre a capacidade das Empresas Oi de continuarem em operação. Em 31 de dezembro de 2020, e após a implementação do PRJ, o total do patrimônio líquido montava a R\$ 17.769.910 (R\$ 17.751.492 na controladora), o prejuízo do exercício montava a R\$ 10.528.499 (R\$ 10.529.963 na controladora) e o capital circulante líquido montava a R\$ 15.782.630 (R\$ 2.972.818 na controladora). Em 31 de dezembro de 2019, e após a implementação do PRJ, o total do patrimônio líquido montava a R\$ 17.796.506 (R\$ 17.650.326 na controladora), o prejuízo do exercício montava a R\$ 9.095.107 (R\$ 9.000.434 na controladora) e o capital circulante líquido montava a R\$ 6.157.364 (R\$ 6.050.559 na controladora).

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde anunciou que a COVID-19 era uma emergência de saúde global e em 3 de março de 2020 classificou-a como uma pandemia.

Até a data de encerramento das Demonstrações Financeiras, não temos registros de desvios materiais em nossas operações e resultados, embora o cenário seja adverso e ainda haja incertezas sobre sua duração e efeitos. Além disto, a Companhia intensifica a digitalização de processos, canais de vendas e atendimento, telemarketing e teleagentes o que tem permitido uma rápida e crescente recuperação e retomada de patamares pré-COVID.

### 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

#### Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovadas pela CVM e que estão em conformidade com as IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” emitidas pelo IASB – “*International Accounting Standards Board*”. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

#### (a) Base de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito no item (b) das políticas contábeis a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

#### Representação dos saldos comparativos de operação descontinuada

A Companhia representa os saldos comparativos da demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado e correspondentes notas explicativas, em consonância com o CPC 31 / IFRS 5, que requer que a entidade represente as divulgações que se relacionem com todas as operações que tenham sido descontinuadas à data do balanço do último período apresentado. Os efeitos da representação são demonstrados na Nota 31.

#### (b) Principais políticas contábeis

##### Críticos de consolidação das controladas pelo método integral

A consolidação integral foi elaborada de acordo com o IFRS 10 / CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações contábeis das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas;
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício; e
- consolidação dos fundos de investimentos exclusivos (Nota 8).

#### Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações no Brasil, África e Ásia e em atividades correlacionadas ao respectivo setor. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

#### Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como contabilidade de “*hedge*” (“*hedge accounting*”), e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de “*hedge*” de fluxo de caixa.

#### Empresas do grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido em outras receitas e despesas;
- os ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Reais, principalmente, utilizando as seguintes taxas de câmbio:

Moeda	Fechamento		Média	
	2020	2019	2020	2019
Euro	6,3779	4,5305	5,8989	4,4159
Dólar Norte Americano	5,1967	4,0307	5,1578	3,9461
Escudo de Cabo Verde	0,0578	0,0411	0,0535	0,0401
Dobra de São Tomé e Príncipe	0,260300	0,000192	0,203705	0,000188
Xelim Queniano	0,0476	0,0398	0,0484	0,0387
Dólar da Namíbia	0,3540	0,2878	0,3139	0,2732
Metical de Moçambique	0,0700	0,0631	0,0742	0,0627

#### Informações por segmentos

O plano da Administração da Companhia de implementação da reestruturação societária para segregar e alienar as UPLs, na forma do Aditamento ao PRJ, gerou uma alteração nas informações sobre segmentos operacionais que excluem as operações descontinuadas e são apresentadas considerando os segmentos de negócios que não serão transferidos para as UPLs, ou seja, os segmentos de negócios continuados.

A Administração monitora e acompanha o desempenho das ofertas de serviços na visão segmentada por clientes, sendo os resultados analisados de forma consolidada no que tange os recursos a serem alocados para avaliação de desempenho e decisões estratégicas, que incluem os resultados das UPLs descontinuadas ainda não alienadas, consistentes com os relatórios internos fornecidos para o principal órgão deliberativo da Companhia, o Conselho de Administração. Informações sobre os segmentos operacionais e visão consolidada dos resultados são apresentados nas Notas 28 e 31, respectivamente.

#### Combinações de negócios

A Companhia utiliza o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais valias de ativos adquiridos, a Companhia procede a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia efetua os testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e, para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura (“*goodwill*”), a Companhia testa anualmente o valor recuperável.

#### Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerais em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo no balanço. Os ativos e passivos relacionados às UPLs que atendem aos critérios de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo (Nota 8).

#### Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados de acordo com a sua finalidade em: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) valor justo por meio do resultado.

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração: (1) ativos mensurados ao custo amortizado - ou seja, ativos financeiros que atendem às seguintes condições: (i) o modelo de negócios só o uso dos ativos financeiros para obter fluxo de caixa contratual; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas especificadas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto (contas a receber, empréstimos e equivalentes de caixa). O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”; (2) ativos financeiros valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e “*impairment*” são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado; e (3) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

#### Contas a receber

As contas a receber decorrem, principalmente, de serviços prestados de telecomunicações faturados e de serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, classificadas como ao custo amortizado e não diferem de seus valores justos, líquidas da provisão para perdas esperadas.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes baseada na experiência de perda de crédito histórica de acordo com dados observados para refletir os efeitos das condições atuais e futuras, desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. A Companhia presume risco de crédito de um ativo financeiro somente quando os pagamentos contratuais ainda não estão vigentes, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

#### Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for altamente provável. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio e, então, para os ativos e custos subsequentes não incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Operação descontinuada é um componente ou uma unidade de negócio que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos operacionalmente do restante da Companhia. A classificação de operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda.

Ressaltamos que, em 2020, o Aditamento ao PRJ (Nota 1) prevê a depreciação e venda de 5 UPLs distintas dos ativos, passivos e direitos associados (a) à operação em telefonia e sagos no mercado de comunicação móvel (“UPL Ativos Móveis”); (b) à infraestrutura passiva (“UPL Torres” e “UPL Data Center”); (c) à operação de redes de telecomunicações (“UPL Infra”) e (d) ao negócio de TV (“UPL TVCo”). Os ativos e passivos relacionados às UPLs que atendem aos critérios de reconhecimento como ativos mantidos para venda e operações descontinuadas são apresentados na Nota 31.

#### Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras Individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As demonstrações financeiras de controladas são consolidadas integralmente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os investimentos em controladas em conjunto são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo método de equivalência patrimonial. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia (Nota 15).

#### Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os custos de empréstimos e financiamentos quando diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificado são capitalizados no custo inicial desses ativos. Os ativos qualificados são aqueles que necessariamente demandam um tempo substancial para ficarem prontos para uso.

Os ativos subsequentes não incluem no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, à qual a Companhia revisa anualmente (Nota 16).

#### Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os licenças de software adquiridas são capitalizadas na Companhia e os custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As licenças regulatórias associadas a mais valia incorporada, são amortizadas pelo prazo da concessão do STFC. As demais licenças regulatórias, da operação dos serviços de telefonia móvel, são reconhecidas ao custo de aquisição e amortizadas pelo prazo de vigência das respectivas licenças (Nota 17).

#### Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Os ativos de longa duração são avaliados pelo menor valor contábil conhecido, denominado “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o custo do ativo contábil não será recuperável. Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa. Em 2020 a Companhia agrupou seus ativos no nível das UPLs e dos ativos de operações continuadas em 6 (seis) UGC: Ativos Móveis, Infra, TV, Torres, Data Center e Ativos de operações continuadas.

Esses cálculos requerem o uso de julgamentos e premissas que







→continuação



# OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

(iv) Em 2020, representado principalmente por despesas com pessoal no montante de R\$ 85.057 referentes aos gastos com o PIS e despesas com PDD de R\$ 113.782 em virtude da expectativa de perdas com clientes governamentais. Em 2019, refere-se, principalmente a: (a) ao registro contábil de outras receitas com créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, bem como da recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, os quais foram objeto de trânsito em julgado em março e setembro de 2019, no montante de R\$ 592.770 na controladora e R\$ 1517919 no consolidado (Nota 11), (b) reconhecimento de despesa com provisão relativa a contrato oneroso decorrente de fornecimento de capacidade satelital, no montante de R\$ 1230.820 no consolidado, e (c) reconhecimento de despesas relativas a baixa oriunda da conciliação de créditos e incentivos fiscais, de períodos anteriores, sem expectativa de realização, no montante de R\$ 167.395 no consolidado.

## 6. RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019 Reapresentado
<b>Receitas financeiras</b>				
Variação monetária e cambial sobre desconto de dividas com terceiros	846.718	122.862	3.159.739	383.025
Variação monetária e cambial sobre desconto de dividas com partes relacionadas	6.843.456	585.179		
Juros e variações monetárias e cambiais sobre outros ativos (i)	396.544	945.770	436.632	1.897.232
Rendimentos de aplicações financeiras	57.769	161.772	113.670	233.045
Juros e variações cambiais sobre empréstimos com partes relacionadas	2.458.407	759.088		
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	232.590	(61.542)	461.896	(52.013)
Outras receitas	14.965	129.897	30.283	170.424
<b>Total</b>	<b>10.850.449</b>	<b>2.653.026</b>	<b>4.202.220</b>	<b>2.631.713</b>
<b>Despesas financeiras e outros encargos</b>				
<b>a) Despesas com empréstimos e financiamentos</b>				
Amortização do desconto de dividas com terceiros	(590.700)	(408.633)	(1.412.950)	(910.491)
Amortização de desconto de dividas com partes relacionadas	(1.041.671)	(437.912)		
Variação monetária e cambial sobre empréstimos com terceiros	(2.645.629)	(345.931)	(6.219.237)	(640.068)
Juros sobre empréstimos com terceiros	(1.166.532)	(891.140)	(1.553.036)	(1.295.545)
Juros sobre debêntures	(100.807)	(206.870)	(545.749)	(322.218)
Juros e variações cambiais sobre empréstimos com partes relacionadas	(6.662.313)	(492.514)		
<b>Sub-total:</b>	<b>(12.207.652)</b>	<b>(2.783.000)</b>	<b>(9.730.972)</b>	<b>(3.168.322)</b>
<b>b) Outros encargos</b>				
Juros sobre arrendamentos	(81.050)	(74.479)	(354.348)	(334.029)
Ganho (Perda) com investimentos financeiros classificados como mantidos para venda	398.799	145.325	161.284	(185.027)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(100.443)	(123.512)	(212.166)	(355.715)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre outros passivos (ii)	(1.869.249)	(556.332)	(5.521.073)	(1.891.078)
Atualização monetária de (provisões)/reversões	(352.972)	(420.770)	(877.700)	(1.589.551)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(3.651)	(9.331)	(6.801)	(16.137)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(134.987)	55.025	(134.987)	55.025
Outras despesas (iii)	(151.020)	(260.094)	(313.029)	(523.514)
<b>Sub-Total:</b>	<b>(2.294.573)</b>	<b>(1.244.168)</b>	<b>(7.258.820)</b>	<b>(4.840.026)</b>
<b>Total</b>	<b>(14.502.225)</b>	<b>(4.027.168)</b>	<b>(16.989.792)</b>	<b>(8.008.348)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(3.651.776)</b>	<b>(1.374.142)</b>	<b>(12.787.572)</b>	<b>(5.376.635)</b>

(i) Em 2019, refere-se ao registro contábil no montante de R\$ 898 milhões na controladora e R\$ 2.100 milhões no consolidado, relativos a atualização monetária sobre os créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, bem como da recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, os quais foram objeto de trânsito em julgado em março e setembro de 2019 (Nota 11).

(ii) São considerados nessa rubrica os juros relativos ao ajuste a valor presente associados aos passivos de contratos onerosos e fornecedores sujeitos a RJ e respectivas variações cambiais e monetárias.

(iii) Representado, principalmente, por taxas e comissões bancárias e financeiras.

**7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO**  
Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019 Reapresentado
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	680	797	(20.974)	(56.303)
Tributos diferidos (Nota 10)	3.736.483	(12.085)	3.571.894	69.041
<b>Total</b>	<b>3.737.163</b>	<b>(11.288)</b>	<b>3.550.920</b>	<b>12.738</b>
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019 Reapresentado
<b>Prejuízo antes das tributações IRPJ e CSLL</b>	<b>(14.267.128)</b>	<b>(8.989.146)</b>	<b>(14.598.791)</b>	<b>(9.974.298)</b>
IRPJ+CSLL sobre o resultado tributado	4.850.823	3.056.310	4.963.589	3.391.1261
Equivalência patrimonial	(3.907.730)	(2.097.732)	10.752	(1.759)
Efeito tributário dos juros sobre o capital próprio		(22)		
Incentivos fiscais (i)		37	74	1.263
Exclusões (adições) permanentes (ii)	1.847.293	(38.419)	(417.378)	(593.406)
Reversão (Provisão) ao valor de realização de créditos fiscais diferidos (iii)	946.777	(931.462)	(519.426)	(2.474.232)
Efeito tributário de ativo fiscal diferido de controladas no exterior (iv)			(486.691)	(310.389)
<b>Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado</b>	<b>3.737.163</b>	<b>(11.288)</b>	<b>3.550.920</b>	<b>12.738</b>

(i) Refere-se, basicamente, ao Adicional IR (10%) das controladas.

(ii) Os efeitos tributários de adições permanentes estão representados, principalmente, pelos efeitos de variação cambial sobre ajustes a valor justo dos passivos reestruturados incluídos no PRJ.

(iii) Provisão ao valor de realização de créditos fiscais diferidos (Nota 10).

(iv) Efeitos tributários de ativos fiscais diferidos não constituídos de controladas no exterior que não apresentem históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis.

## 8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 são mensurados pelos respectivos valores justos.

## (a) Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e contas bancárias	174.952	152.465	692.742	575.863
Equivalentes de caixa	1.777.728	797.502	3.415.199	1.506.082
<b>Total</b>	<b>1.952.680</b>	<b>949.967</b>	<b>4.107.941</b>	<b>2.081.945</b>
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019
Operações compromissadas (i)	1.518.113	619.892	2.919.122	1.192.708
CDB – Certificado de Depósito Bancário	185.564	90.427	334.084	173.854
Títulos privados (ii)	71.254	84.467	134.411	134.818
"Time Deposits"			1.407	1.096
Outros	2.797	2.716	17.175	3.606
<b>Equivalentes de caixa</b>	<b>1.777.728</b>	<b>797.502</b>	<b>3.415.199</b>	<b>1.506.082</b>

## (b) Aplicações financeiras de curto e longo prazos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019
Títulos privados (iii)	170.680	167.094	177.827	196.203
Títulos públicos	17.196	15.612	26.229	21.589
<b>Total</b>	<b>187.856</b>	<b>182.696</b>	<b>204.056</b>	<b>217.792</b>
Circulante	184.682	177.869	193.715	183.850
Não circulante	3.174	4.827	10.341	33.942
(i) Representado, principalmente, por fundos de investimento exclusivos, sendo a maior parte da carteira composta de Títulos Públicos com remuneração atrelada à taxa SELIC. O portfólio encontra-se alocado, preferencialmente, em instrumentos no mercado à vista, possuindo liquidez imediata para todos os investimentos.				
(ii) Representados, principalmente, por letras financeiras do tesouro de bancos privados com remuneração atrelada à taxa CDI e de liquidez imediata.				
(iii) Representados, principalmente, pelos investimentos com rentabilidade atrelada às taxas SELIC e CDB. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como "benchmark" o CDI no Brasil, a LIBOR para a parcela denominada em Dólares e a EURIBOR para a parcela denominada em Euros.				

## 9. CONTAS A RECEBER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019
Serviços faturados	1.471.972	1.348.859	3.964.006	5.910.643
Serviços a faturar	37.825	401.008	1.024.380	842.726
Aparelhos, acessórios e outros ativos	95.354			334.928
<b>Subtotal</b>	<b>1.850.197</b>	<b>1.849.821</b>	<b>5.008.386</b>	<b>7.108.297</b>
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(449.627)	(461.957)	(1.034.148)	(773.771)
<b>Total</b>	<b>1.400.570</b>	<b>1.383.264</b>	<b>3.974.238</b>	<b>6.334.526</b>

<sup>1</sup> Estes montantes incluem saldos com partes relacionadas conforme Nota 29.

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019
A vencer	1.469.935	1.465.321	3.650.943	5.732.948
Vencidas até 60 dias	120.279	114.255	564.145	527.459
Vencidas de 61 a 90 dias	14.665	17.282	88.377	104.694
Vencidas de 91 a 120 dias	11.898	12.066	76.252	99.299
Vencidas de 121 a 150 dias	12.366	12.004	78.409	83.083
Vencidas acima de 150 dias	221.054	224.293	550.260	560.814
<b>Total</b>	<b>1.850.197</b>	<b>1.845.221</b>	<b>5.008.386</b>	<b>7.108.297</b>

As movimentações nas perdas esperadas em contas a receber de clientes são as seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019
<b>Saldo em 01/01/2019</b>				
Perdas esperadas em contas a receber de clientes			(116.676)	(488.269)
Contas a receber de clientes baixadas como incorríveis			45.447	501.643
<b>Saldo em 2019</b>			<b>(461.957)</b>	<b>(773.771)</b>
Perdas esperadas em contas a receber de clientes			(19.850)	(508.220)
Contas a receber de clientes baixadas como incorríveis			32.180	314.629
<b>Saldo em 2020</b>			<b>(449.627)</b>	<b>(66.786)</b>

## 10. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	Ativo			
	2020	2019	2020	2019
<b>Tributos correntes a recuperar</b>				
IR a recuperar (i)	10.466	13.215	179.780	209.513
CS a recuperar (ii)	3	3	73.435	81.215
IRRF/CS – Impostos retidos na fonte (ii)	34.690	61.506	104.906	251.998
<b>Total circulante</b>	<b>45.159</b>	<b>74.724</b>	<b>358.121</b>	<b>542.726</b>
<b>Tributos diferidos a recuperar</b>				
IR e CS sobre diferenças temporárias <sup>1</sup>	3.724.398		3.671.070	99.175
<b>Total não circulante</b>	<b>3.724.398</b>		<b>3.671.070</b>	<b>99.175</b>

<sup>1</sup> Vide quadro de movimentação abaixo.

(i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.

(ii) Créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, derivativos, mútu, órgãos públicos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

## Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA			
	Saldo em 2019	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido	Saldo em 2020
<b>Tributos diferidos ativos com relação a:</b>				
<b>Diferenças temporárias</b>				
Provisões	340.441	81.022		421.463
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	121.805	3.690		125.495
Provisões para fundos de pensão	(13.257)	159	(37.708)	(50.806)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	174.311	(7.146)		167.165
Participação nos lucros	17.153	13.099		30.252
Variações cambiais	943.055	2.604.978		3.548.033
Agio incorporado (i)	1.411.748	(279.756)		1.131.992
Obrigação onerosa	430.764	105.473		536.237
Arrendamentos	9.808	3.940		13.748
ORA - MTM Derivativos		1.211		1.211
Outras adições e exclusões temporárias	220.519	(2.552)		217.967
<b>Tributos diferidos sobre diferenças temporárias</b>	<b>3.656.347</b>	<b>2.524.118</b>	<b>(37.708)</b>	<b>6.142.757</b>
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	4.437.246	554.726		4.991.972
<b>Total de tributos diferidos ativos</b>	<b>8.093.593</b>	<b>3.078.844</b>	<b>(37.708)</b>	<b>11.134.729</b>
<b>Tributos diferidos passivos</b>				
Diferenças temporárias e IR e CS sobre mais valia (ii)	(1.178.218)	(289.139)		(1.467.357)
Provisão ao valor de recuperação (iii)	(6.927.460)	946.778	37.708	(5.942.974)
<b>Total de tributos diferidos – Ativo (Passivo)</b>	<b>(12.085)</b>	<b>3.736.483</b>		<b>3.724.398</b>

	CONSOLIDADO			
	Saldo em 2019	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido	Saldo em 2020

<b>Tributos diferidos ativos com relação a:</b>				
<b>Diferenças temporárias</b>				
Provisões	1.175.247	48.157		1.223.404
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	164.554	4.985		179.539
Provisões para fundos de pensão	(14.105)	161	(197.243)	(211.187)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	432.420	54.613		487.033
Participação nos lucros	81.319	1.837		133.156
Variações cambiais	1.736.933	1.705.522		3.442.455
Agio incorporado (i)	1.411.749	(279.757)		1.131.992
Obrigação onerosa	1.977.824	460.601		2.438.425
Arrendamentos	92.374	103.958		196.332
ORA - MTM Derivativos		1.211		1.211
Outras adições e exclusões temporárias	860.878	218.874		1.079.752
<b>Tributos diferidos sobre diferenças temporárias</b>	<b>7919.193</b>	<b>2.370.162</b>	<b>(197.243)</b>	<b>10.092.112</b>
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	14.762.087	1.799.883		16.561.970
<b>Total de tributos diferidos ativos</b>	<b>22.681.280</b>	<b>4.170.045</b>	<b>(197.243)</b>	<b>26.654.082</b>
<b>Tributos diferidos passivos</b>				
Diferenças temporárias e IR e CS sobre mais valia (ii)	(2.297.344)	(126.464)		(2.423.808)
Provisão ao valor de recuperação (iii)	(20.284.761)	(519.426)	197.243	(20.606.944)
<b>Subtotal Tributos diferidos - Ativo (Passivo)</b>	<b>99.175</b>	<b>3.524.155</b>		<b>3.623.330</b>
Transferência para mantidos para venda				47.740
<b>Total de tributos diferidos – Ativo (Passivo)</b>	<b>99.175</b>	<b>3.571.895</b>		<b>3.671.070</b>

(i) Referem-se a: (i) créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício fiscal originado dos ágio pagos na aquisição da Companhia registrados pelas empresas incorporadas no decorrer do ano de 2009. A realização do crédito fiscal decorre da amortização do saldo de ágio fundamentado na licença de SST e na mais valia do imobilizado, com aproveitamento fiscal previsto







—☆continuação



# OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

Com base no novo perfil e histórico de encerramento dos processos judiciais, no contexto do PRJ, bem como, na avaliação do risco de perda, a Administração atualizou a estimativa de provisionamento em 2019. Além disso, eventuais mudanças poderão ocorrer, caso haja variação significativa nos itens acima, principalmente com relação a cotação de mercado das ações da Companhia.

(iii) Juizados Especiais Cíveis - questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos; e

A Companhia enfrenta um elevado volume de contingências de juizados especiais cíveis calculando a provisão com base numa metodologia estatística que considera, entre outros, o total de processos existentes, a causa do processo, o valor do processo, os pagamentos históricos realizados, o parecer técnico dos assessores legais e os efeitos do Plano de Recuperação Judicial homologado em 8 de janeiro de 2018.

(iv) Demais ações – refere-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, certas agências exigindo a reabertura dos centros de atendimento ao cliente, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra a Companhia, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais.

As provisões destas contingências são calculadas de forma individual considerando a avaliação de risco da Administração e dos seus assessores legais.

#### **Passivo contingente**

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseada em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

#### **Trabalhista**

Referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 299.178 (2019 - R\$ 797.927).

#### **Tributária**

As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:

(i) ICMS – decorre de discussões acerca da incidência do referido imposto sobre prestações de atividades e/ou serviços comuns, por exemplo, a incidência de ICMS sobre atividades-mio, serviços suplementares, serviços prestados a clientes isentos, assinatura sem franquia ou ainda de glosa de créditos que os Estados entendem como indevidos, tais como, créditos de bens de ativo fixo, divergência sobre o cálculo do coeficiente de creditação (CIAT), entre outros, no montante aproximado de R\$ 13.464.237 (2019 - R\$ 13.470.008);

(ii) ISS – suposta incidência sobre serviços auxiliares à comunicação e discussão quanto ao enquadramento dos serviços de telecomunicações pelos municípios na Lista da Lei Complementar nº 116/2003, no montante aproximado de R\$ 2.761.531 (2019 - R\$ 3.286.248);

(iii) INSS – autuações versando sobre a adição de rubricas no salário de contribuição supostamente devidas pela Companhia, no montante aproximado de R\$ 626.090 (2018 - R\$ 695.249); e

(iv) Tributos federais – diversas autuações de tributos federais, relativas, principalmente, a glosas efetuadas na apuração dos tributos, erros no preenchimento de obrigações acessórias, repasse de PIS e COFINS e FUST relacionado aos efeitos da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL. O montante aproximado é de R\$ 11.567.482 (2019 - R\$ 11.010.038).

#### **Cível**

A classificação de risco tem fundamento no estágio processual, nas evidências do processo e na avaliação dos consultores internos e externos (quando necessário). As ações judiciais que não possuem nenhuma decisão que indique grande chance de perda ou ganho e/ou ainda está sujeita à revisão de instâncias superiores do Poder Judiciário, independentemente do objeto, poderá ter seu risco classificado como possível e ser passível, portanto, de informação através de notas explicativas no balanço. Tais ações judiciais perfazem aproximadamente, R\$ 2.464.987 (2019 - R\$ 1.667.900). Ação cível proposta pela Fenapas perante a 5ª Vara Empresarial do RJ, onde consta como rés, além da SISTEL, a Companhia e outras operadoras, visando à anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em síntese o “desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel”, que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de superávit técnico e contingência fiscal existente à época da cisão. O valor é insustentável e os pedidos não tem como serem liquidados pela sua inequivalência, tendo em vista que envolve retorno a acervo cindido da SISTEL relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.

#### **Garantias**

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes em 31 de dezembro de 2020 corresponde a R\$ 4.571.603 (2019 - R\$ 4.541.051) na controladora e R\$ 11.705.924 (2019 - R\$ 11.909.901) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

#### **25. DEMAIS OBRIGAÇÕES**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019
Obrigação onerosa (i)	1.577.170	1.266.954	5.777.175	5.817.130
Receitas a apropriar (ii)	431.427	478.284	1.524.112	1.704.420
Provisões para indenizações a pagar	532.000	640.661	532.000	640.661
Adiantamentos de clientes	40.778	49.763	231.838	313.163
Consignação a favor de terceiros	13.056	12.037	37.303	41.249
Provisão para desmobilização de ativos	7.413	7.124	18.836	18.101
Outros	195.875	194.382	554.768	404.455
<b>Total</b>	<b>2.797.717</b>	<b>2.649.205</b>	<b>8.676.032</b>	<b>8.939.179</b>
Circulante	459.036	438.613	1.373.436	1.405.013
Não circulante	2.338.681	2.210.592	7.302.596	7534.166

(i) A Companhia e suas controladas mantêm um acordo de fornecimento de capacidade de transmissão de sinais de telecomunicações através de cabos submarinos que conectam a América do Norte à América do Sul e, também, contrata o fornecimento de capacidade de segmento espacial para fins de prestação do serviço de TV DTH. Dado que (a) as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera receber ao longo do contrato, e (b) os custos são inevitáveis, a Companhia e suas controladas, consoante o CPC 25/IAS 37, reconheceram uma obrigação onerosa mensurada ao menor custo líquido de saída do contrato trazido a valor presente.

(ii) Valores recebidos antecipadamente pela cessão do direito à operação comercial e uso de ativos de infraestrutura que são reconhecidos na receita pelo período efetivo dos contratos. Incluem também taxas de habilitação/instalação do serviço que são reconhecidos na receita de acordo com período de utilização dos serviços pelos clientes.

#### **26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

#### **(a) Capital social**

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 32.538.937 (2019 - R\$ 32.538.937), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)	
	2020	2019
<b>Capital total em ações</b>		
Ações ordinárias	5.796.478	5.796.478
Ações preferenciais	157.727	157.727
<b>Total</b>	<b>5.954.205</b>	<b>5.954.205</b>
<b>Ações em tesouraria</b>		
Ações ordinárias	30	30
Ações preferenciais	1.812	1.812
<b>Total</b>	<b>1.842</b>	<b>1.842</b>
<b>Ações em circulação</b>		
Ações ordinárias	5.796.448	5.796.448
Ações preferenciais	155.915	155.915
<b>Total em circulação</b>	<b>5.952.363</b>	<b>5.952.363</b>

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apurou prejuízo no exercício no montante de R\$ 10.529.963. Consoante a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação da AGO, o prejuízo do exercício foi registrado na conta de prejuízos acumulados.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, em ações ordinárias e preferenciais, até que o valor do seu capital social alcance R\$ 38.038.701.741 observado o limite legal de 2/3 (dois terços) do capital social de ações sem direito a voto no caso de emissão de novas ações preferenciais sem esse direito.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, o capital da Companhia poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores destinados pela Assembleia Geral. Nestas condições, a capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações.

O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre elas.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, pode ser excluído o direito de preferência para emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Na AGO - Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 30 de abril de 2020, foi aprovada a destinação do prejuízo do exercício de 2019 no montante de R\$ 9.000.434 para absorção pelas reservas de capital.

#### **(b) Ações em tesouraria**

Em fevereiro de 2019, a Companhia adquiriu 1.800.000 ações preferenciais de emissão da própria, por meio de operações em mercado organizado de bolsa, a um custo total de R\$ 2.572, com o objetivo de assegurar o cumprimento de obrigação assumida pela Companhia de transferir ações de sua emissão mantidas em tesouraria à acionista Bratel, subsidiária integral da Pharol, no contexto do acordo celebrado com as duas sociedades (Nota 1).

Em abril de 2019, em face da homologação do acordo firmado entre a Oi e Pharol, foram entregues à Bratel 32.000.000 ações ordinárias e 1.800.000 ações preferenciais totalizando 33.800.000 ações conforme previsto no acordo firmado entre as partes (Nota 1).

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantém a totalidade de suas ações preferenciais em tesouraria dadas em garantia em processos judiciais.

	Ações ordinárias (*)		Ações preferenciais (*)	
	2020	2019	2020	2019
<b>Saldo em 01/01/2019</b>		<b>32.030</b>		<b>1.812</b>
Recomp. de ações				1.800
Entrega de ações em tesouraria		(32.000)		(1.800)
<b>Saldo em 2019</b>		<b>30</b>		<b>1.812</b>
<b>Saldo em 2020</b>		<b>30</b>		<b>1.812</b>

(\*) Quantidade em milhares de ações.

#### **Valor de mercado das ações em tesouraria**

O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do exercício era o seguinte:

	2020		2019	
	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias
Quantidade em milhares de ações em tesouraria	1.812	31	1.812	31
Cotação por ação na BOVESPA (R\$)	2,82	2,20	1,23	0,86
Valor de mercado	5.110	68	2.229	27

Segue abaixo quadro demonstrativo, considerando a dedução do valor das ações em tesouraria dos saldos da reserva que deu origem à recompra:

	2020		2019	
	3.906.771	3.906.771	3.906.771	3.906.771
Saldo contábil das reservas de capital				
Ações em tesouraria	(33.315)	(33.315)		
<b>Saldo, líquido das ações em tesouraria</b>	<b>3.873.456</b>	<b>3.873.456</b>		

#### **(c) Reservas de capital**

As reservas de capital são constituídas, principalmente, pelas reservas descritas abaixo e em conformidade com as seguintes práticas:

**Reserva especial de ágio na incorporação:** representa o valor líquido da contrapartida do valor de crédito tributário.

**Reserva especial de incorporação – acervo líquido:** representado por: (i) acervo líquido incorporado pela Companhia na Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012; e (ii) acervo líquido incorporado pela Companhia na incorporação da TmatPart aprovada em 1º de setembro de 2015.

**Outras reservas de capital:** representado por: (i) R\$ 193.200 proveniente de capitalização de reservas de lucros em fevereiro de 2015; (ii) R\$ 3.837.009 relativos ao aumento de capital com novos recursos ocorrido em janeiro de 2019, e R\$ 2.462.799 relativos a absorção de reservas de capital, devido a entrega de ações em tesouraria à Bratel em abril de 2019.

#### **(d) Outros resultados abrangentes**

Para fins de apresentação no formulário Empresas.Net da CVM, foram incluídos em outros resultados abrangentes e são apresentados abaixo:

	Outros resultados abrangentes	Custo de emissão de ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldo em 01/01/2019	(66.488)	(377.429)	(141.871)	(585.788)
Custo na emissão de ações		(423.644)		(423.644)
Perda de contabilidade de “hedge”	(1.152)			(1.152)
Perda atuarial, líquida de impostos	(9.795)			(9.795)
Variação cambial sobre investimento no exterior	(13.734)			(13.734)
Saldo em 2019	(91.169)	(801.073)	(141.871)	(1.034.113)
Perda de contabilidade de “hedge”	(2.409)			(2.409)
Ganho atuarial	580.134			580.134
Variação cambial sobre investimento no exterior	53.404			53.404
Saldo em 2020	539.960	(801.073)	(141.871)	(402.984)

#### **(e) Custo de emissão de ações**

Conforme mencionado no item (a) desta nota, nos termos do contrato de compromisso com os “Backstoppers”, a Companhia emitiu 272.148.705 novas ações ordinárias, a título de remuneração pelos compromissos assumidos no referido contrato, a um custo de R\$ 337.464, registrado em custo de emissão de ações em contrapartida ao aumento de capital, acrescidos de R\$ 86.180 relativos a gastos incorridos no processo da emissão.

#### **(f) Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído**

Em 16 de janeiro de 2019, a Companhia emitiu 1.530.457.356 ações ordinárias aos titulares de direitos de subscrição. Em 21 de janeiro de 2019, a Companhia emitiu 91.080.933 ações ordinárias aos titulares de direitos de subscrição que solicitaram subscrições por excesso de ações ordinárias. Em 25 de janeiro de 2019, 1.604.268.162 Novas Ações Ordinárias foram subscritas e integralizadas. A conclusão do processo de Aumento de Capital, mediante a subscrição e pagamento de todas as 3.225.806.451 Novas Ações Ordinárias emitidas como parte do Aumento de Capital - Novos Fundos, representou uma contribuição de novos recursos para a Companhia no total de R\$ 4.000.000.000.00. Essa contribuição gerou impacto no lucro por ação, uma vez que os acionistas foram diluídos. Adicionalmente, o lucro por ação considera os efeitos das ações potenciais diluidoras decorrentes do plano de outorga de ações a executivos (Nota 27).

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os mesmos.

#### **Básico**

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

#### **Diluído**

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:

	2020	2019
Prejuízo das operações continuadas	(11.049.335)	(9.866.887)
Prejuízo das operações descontinuadas (líquido de impostos)	519.372	866.453
<b>Prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia</b>	<b>(10.529.963)</b>	<b>(9.000.434)</b>
Prejuízo alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(10.254.142)	(8.764.803)
Prejuízo alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(275.821)	(235.631)
<b>Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)</b>		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	5.796.448	5.788.447
Ações preferenciais – básicas e diluídas	155.915	155.915
<b>Prejuízo por ação (Em Reais):</b>		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(1,77)	(1,51)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(1,77)	(1,51)
<b>Prejuízo por ação das operações continuadas (Em Reais):</b>		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(1,86)	(1,66)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(1,86)	(1,66)
<b>Prejuízo por ação das operações descontinuadas (Em Reais):</b>		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	0,09	0,15
Ações preferenciais – básicas e diluídas	0,09	0,15

As ações preferenciais adquiriram direito a voto se a Companhia, por três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus na forma do seu Estatuto Social.

#### **27. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

#### **(a) Planos de pensão**

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria (“Fundos de Pensão”) aos seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2020.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras		Gestor	
TCSPREV	Oi, Oi Móvel e B7T Multimídia	FATL		
TelemarPrev	Oi, Telemar e Oi Móvel	FATL		
PAMEC	Oi	Oi		
PBS-A	Telemar e Oi	SISTEL		
PBS-Telemar	Telemar	FATL		
PBS-TNC	Oi Móvel	FATL		
CELPREV	Oi Móvel	FATL		
PAMA	Oi e Telemar	SISTEL		

SISTEL – Fundação Sistel de Seguridade Social  
FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão ao ser referida nesta nota, também poderá estar denominada “Patrocinadora”.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as avaliações atuariais foram realizadas pela PREVUE Consultoria. Os estatutos sociais preveem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuidade da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuariais. Para os planos que apresentem situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

#### **Provisões para planos de pensão**

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019
<b>Passivos atuariais</b>				
Obrigações financeiras - Plano BrTPREV (i)	694.063	626.748	694.063	626.748
Plano PAMEC	7.995	6.264	7.995	6.264
<b>Total</b>	<b>702.058</b>	<b>633.012</b>	<b>702.058</b>	<b>633.012</b>
Não circulante	702.058	633.012	702.058	633.012
(i) A Companhia possuía contrato de obrigações financeiras firmado com a Fundação Atlântico destinado ao pagamento de provisão matemática sem cobertura no patrimônio do Plano. Com a aprovação e homologação do PRJ, o respectivo crédito da Fundação Atlântico com a Oi está sujeito aos termos do PRJ.				
<b>Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras</b>				
A Companhia reconheceu um ativo junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora. O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:				

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Plano TCSPREV	41.901	55.854	42.233	56.559
Plano CELPREV			160	222
Plano PBS-TNC			2.142	3.264
<b>Total</b>	<b>41.901</b>	<b>55.854</b>	<b>44.535</b>	<b>60.045</b>
Circulante	4.984	5.174	7.618	5.430
Não circulante	36.917	50.680	36.917	54.615

#### **Características dos planos de previdência complementar patrocinados**

A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multipiloto, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.















cumentos previstos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, os quais foram disponibilizados em 01 de março de 2021 através do sistema Empresas.NET, e publicados em 02 de março de 2021 no Jornal Valor Econômico e no Jornal Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro; d) Os Acionistas que desejarem participar da Assembleia ou ser representado por procurador deverão enviar e-mail para o endereço eletrônico [n@brokers.com.br](mailto:n@brokers.com.br), com até 02 (dois) dias de antecedência à realização da AGO, solicitando sua participação à Companhia, bem como o link de acesso ao sistema eletrônico, indicando o telefone de contato e e-mail do participante, e apresentando os seguintes documentos: (i) Acionista Pessoa Física: cópia autenticada do documento de identidade com foto e CPF do acionista; (ii) Acionista Pessoa Jurídica: cópia autenticada do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (iii) Acionista Fundo de Investimento: cópia autenticada do regulamento do Fundo e estatuto social ou contrato social do administrador ou gestor do Fundo (conforme o caso), bem como os documentos societários que comprovem os poderes de representação. Além dos documentos indicados em (i), (ii) e (iii), conforme o caso, quando o Acionista for representado por procurador, deverá encaminhar juntamente com tais documentos o respectivo mandato, com poderes especiais e firma reconhecida, bem como as cópias autenticadas do documento de identidade com foto e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação, além do documento de identidade com foto e CPF do procurador presente. A medida destina-se a conferir celeridade ao processo de cadastramento dos acionistas presentes à Assembleia; e e) A Companhia admitirá que os acionistas enviem os documentos de representação necessários apenas digitalmente, sem a necessidade de reconhecimento de firma das assinaturas ou de cópias autenticadas, em formato PDF. A Companhia aceitará procurações assinadas fisicamente ou digitalmente por meio de certificado digital (ICP-Brasil). f) Os acionistas que participarem da AGO através de sistema eletrônico terão resguardadas (i) a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) gravação integral da AGO; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas; (iv) a possibilidade de simplesmente participar da AGO, sem votar, tenha ou não enviado boletim de voto a distância; (v) a possibilidade de participar e votar na AGO. g) A qualidade de acionista será comprovada pela apresentação de declaração emitida pela instituição prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia ou da instituição custodiante, com a quantidade de ações de que constavam como titulares até 03 (três) dias de antecedência à realização da Assembleia. Rio de Janeiro, 30 de março de 2021, Jorge Alberto Eduardo Fergie Corser - Presidente do Conselho de Administração.

Id: 2307170

**CASA DE SAÚDE SÃO LUCAS S.A.**

CNPJ/MF nº 03.537.740/0001-22  
**Convocação:** Empresa estabelecida na Av. Antônio Mario de Azevedo, 715 - Duas Pedras, Nova Friburgo - RJ, vem convocar seus acionistas a se reunirem em AGO, no dia 04/05/2021, às 17 h, em 1ª convocação com a presença da maioria do capital, com direito a voto, ou 17:30h em 2ª convocação com qualquer número de presentes, para deliberar sobre a seguinte pauta do dia: I - AGO; a) Leitura do relatório da Administração; b) Leitura, discussão, votação e aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2020; c) Deliberação do resultado do exercício; d) Assuntos gerais. A Diretoria.

Id: 2306528

**ALIANSCOE SHOPPING CENTERS S.A.**  
CNPJ nº 05.878.357/0001-32 - NIRE 33.3.003.325-11

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA.** Ficam os Senhores Acionistas da Alianscoe Shopping Centers S.A. ("Companhia") convidados a participarem da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada às 14h do dia 28 de abril de 2021 ("AGO"), de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma eletrônica abaixo indicada, sem prejuízo do direito de voto a distância, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: I. Assembleia Geral Ordinária: I. Tomar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; II. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; III. Definir o número de membros do conselho de administração da Companhia; IV. Eleger os membros do conselho de administração da Companhia; V. Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2021; **Em Assembleia Geral Extraordinária:** I. Alteração dos artigos 5º e 19, inciso XXVI do Estatuto Social da Companhia, com a sua posterior consolidação. **INFORMAÇÕES GERAIS:** (a) Encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, os documentos previstos no art. 133 da Lei 6.404/76 afins das deliberações em Assembleia Geral Ordinária, os quais foram publicados em 17 de março de 2021 nos jornais "Valor Econômico" e "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro", nos termos do artigo 133 §5º da Lei 6.404/76. (b) A Companhia adotará o voto a distância na realização da AGOE, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481/09, possibilitando que o acionista exerça o direito de voto (i) através da transmissão de instruções de preenchimento do Boletim de Voto à Distância (a) ao seu agente de custódia que preste esse serviço, caso as ações estejam depositadas em depósito central; ou (ii) ao seu Corretor de Valores S.A., agente escriturador das ações de emissão da Companhia, caso as ações não estejam depositadas em depósito central; ou (iii) por meio do envio do Boletim de Voto à Distância diretamente à Companhia. Para informações adicionais acerca do exercício do voto à distância, solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na Instrução CVM nº 481/09, bem como as orientações constantes do Item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia. (c) Adicionalmente, os Acionistas que optarem por participar virtualmente da AGOE, por meio da plataforma eletrônica, deverão se cadastrar obrigatoriamente até o dia 26 de abril de 2021 (inclusive), através do link de cadastro (<https://plataforma.afim.adv.br/Al/FM/acionista.wpcomsentimen-to.aspx?2CwWjdnQs4IagLx1hRbXyHkKdId4uE9F2f6C-JQgll59YR51GnHDYyohLa>) ("Link de Cadastro"), fornecendo os seguintes documentos: (i) Acionistas Pessoas Físicas: documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas); (ii) Acionistas Pessoas Jurídicas: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e cópia autenticada da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto dos representantes legais; e (iii) Fundos de Investimento: cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo, cópia autenticada do estatuto ou contrato social de seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da cópia autenticada da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração). O acionista ou seu representante legal será admitido na Assembleia desde que apresente os documentos que comprovem sua identidade. (c.1) O acionista que desejar ser representado por procurador deverá apresentar o respectivo instrumento de mandato, com poderes especiais e documentos comprobatórios dos poderes dos signatários, com as firmas devidamente reconhecidas e cópia autenticada do comprovante de identidade do mandatário, sendo certo que, nos termos do art. 126, § 1º da Lei 6.404/76, o procurador deverá ter sido constituído há menos de 1 ano. Procurações e atos societários oriundos do exterior deverão ser encaminhados para a Companhia juntamente com a respectiva notificação, consularização e tradução juramentada para o português e registrada em cartório de títulos e documentos. (c.2) No caso de documentos emitidos por países signatários da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos ("Convenção da Apostila"), de 5 de outubro de 1961, a

legalização diplomática ou consular anterior a 14 de agosto de 2016 deverá ser mandatoriamente substituída, pela aposição de apostila, nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 228, de 22 de junho de 2016. (d) Os acionistas que não se cadastrarem no Link de Cadastro e/ou não enviarem os documentos obrigatórios para sua participação através do Link de Cadastro até o dia 26 de abril de 2021 (inclusive), não poderão participar da AGOE. (e) Nos termos dos artigos 1º e 3º da Instrução CVM nº 165/91 e do artigo 4º da Instrução CVM nº 481/09, o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção de voto múltiplo é de 5% (cinco por cento) do capital social com direito a voto. (f) Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social e no site da Companhia (<https://ri.alianscoesnae.com.br>), bem como no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), os documentos e informações relevantes para o exercício do direito de voto pelos acionistas. Rio de Janeiro, 29 de março de 2021. **ALIANSCOE SHOPPING CENTERS S.A.** Renato Feitosa Rique - Presidente do Conselho de Administração.

Id: 2306697

**YDUQS PARTICIPAÇÕES S.A.**

**Companhia Aberta - CNPJ nº 08.807.432/0001-10**  
NIRE 33.300.282.050 - Código CVM nº 02101-6  
**Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 28 de abril de 2021.** **YDUQS PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia"), nos termos do art. 124 da Lei 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e dos artigos 3º e 5º da Instrução CVM 481/2009 ("ICVM 481"), vem, por meio deste edital, convocar a assembleia geral ordinária e extraordinária ("AGO"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 28 de abril de 2021, às 14:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Venezuela, nº 43, 6º andar, Bairro Saúde, CEP 20081-311, para examinar, discutir e votar, a respeito da seguinte ordem do dia: (A) **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) as demonstrações financeiras e o parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria e Finanças, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (ii) o relatório de administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (iii) a proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (iv) a instalação do Conselho Fiscal; (v) a fixação do número de membros do Conselho Fiscal; (vi) a eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; (vii) a fixação da remuneração global anual dos administradores e membros do Conselho Fiscal, se instalado, para o exercício social de 2021. (B) **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) alterações no Capítulo II do Estatuto Social, com ajustes nos artigos 6º e 7º; (ii) alterações no Capítulo III do Estatuto Social, com ajustes nos artigos 8º e 12º; (iii) alterações no Capítulo V do Estatuto Social, com ajustes nos artigos 15, 16 e 18; (iv) alterações no Capítulo VI do Estatuto Social, com ajustes nos artigos 21 e 22; (v) alterações no Capítulo VII do Estatuto Social, com ajustes nos artigos 26 e 27; (vi) alterações no Capítulo XI do Estatuto Social, com ajustes no artigo 38; e (vii) consolidação do Estatuto Social. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., e do art. 11 do Estatuto Social da Companhia, para participar da AGOE os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, no dia 26 de abril de 2021, antes das 18h, os seguintes documentos: (i) documento de identificação válido com foto; (ii) conforme o caso, instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes do representante legal do acionista, observados os requisitos da Lei das S.A.; e (iii) conforme o caso, extrato de ações custodiadas atualizado. Em se tratando de acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, por sua vez, solicitar-se-á que apresentem, antes de sua respectiva participação acionária, emitido em até 2 (dois) dias úteis anteriores à data da AGOE, Serão aceitos os seguintes documentos de identidade válidos com foto: Registro Geral (RG), Registro Nacional do Estrangeiro (RNE), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública. No caso de acionista pessoa jurídica, além do documento de identidade com foto do representante legal, deverá ser apresentadas cópias (i) do último regulamento consolidado do fundo; (ii) do estatuto ou contrato social do seu administrador, bem como (iii) dos documentos societários que comprovem os poderes de representação. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei 10.406/02 ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, sendo admitida assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGOE por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia, por sua vez, poderão ser representadas na AGOE por meio de seus representantes legais ou por meio de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado, conforme orientação do Ofício Circular CVM/SEP/nº 01/2021. A Companhia não exigirá notificação ou consularização dos documentos apresentados por seus acionistas ou representantes. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na AGOE encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no site da Companhia (<https://www.yduqs.com.br>), e foram enviados à CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>). Rio de Janeiro, 30 de março de 2021. **Juan Pablo Zucchini** - Presidente do Conselho de Administração.

Id: 2306974

**REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S.A.**

**Em Recuperação Judicial - Companhia Aberta**  
CNPJ/MF nº 33.412.081/0001-96 - NIRE 33.30012851-4  
**Edital de Convocação - Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária.** 1. Ficam os senhores acionistas da Refinaria de Petróleos de Manginhos S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia") convocados para se reunirem nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("Assembleias"), a serem realizadas, no dia 30 de abril de 2021, a partir das 17:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na Avenida Brasil, 3141, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar acerca das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes; (ii) consignar, uma vez que a Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que não haverá deliberação acerca da destinação do lucro líquido, sendo o prejuízo apurado destinado integralmente à conta de prejuízos acumulados; (iii) fixação do limite de valor da remuneração global anual dos administradores e dos membros do Conselho de Administração da Companhia para o exercício social de 2021. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) deliberar sobre a alteração da quantidade máxima possível de membros da diretoria da Companhia, bem como a criação do cargo de Diretor de Compliance; (ii) deliberar acerca dos poderes de representação para o cargo Societário e do cargo Societário e do Conselho de Administração da Companhia para refletir as deliberações aprovadas. **Informações**

**Gerais:** I - **Participação Presencial:** 1.1. Detentores de Ações. A Companhia solicita aos acionistas que pretendam participar da Assembleia, pessoalmente ou por meio de procuradores, que encaminhem em até 72 (setenta e duas) horas que antecedem a data de realização das Assembleias, para a Avenida Brasil, 3141, Benfica, CEP 20930-041, Rio de Janeiro - RJ, aos cuidados da área de Relações com Investidores, cópia autenticada das seguintes documentos (dispensada a autenticação daquelas disponíveis no website da CVM): 1.1.1. Acionistas Pessoas Físicas: a) Documento de identificação com foto; e b) Extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia; d) No caso de Fundos de Investimento: (i) último regulamento consolidado do fundo, (ii) estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), e (iii) documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) do administrador ou gestor com foto. 1.1.3. Acionistas Representados por Procuração: a) Além dos documentos indicados acima, apresentar procuração com firma reconhecida, a qual deverá ter sido outorgada há menos de um ano para um procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, de acordo com o previsto no §1º do artigo 126 da Lei nº 6.404/1976. Os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados por procurador constituído conforme seus estatutos sociais, e b) Documento de identificação do procurador com foto. Solicitamos aos acionistas que os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação nas Assembleias sejam depositados na sede da Companhia até 4 (quatro) dias úteis antes da realização das Assembleias. 1.1.4. Acionistas Estrangeiros: Os acionistas estrangeiros deverão apresentar a mesma documentação que os acionistas brasileiros, ressalvado que os documentos societários da pessoa jurídica e a procuração deverão ser traduzidos na forma juramentada, notariada e consularizada. Solicitamos que todas as cópias eventualmente apresentadas para habilitação nas Assembleias sejam autenticadas em cartório. II - **Participação por Voto à Distância:** A Companhia informa que utilizará o processo de voto a distância, de acordo com a Instrução CVM nº 481/2009. O acionista poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida Instrução, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, bancos escriturador ou diretamente à sede da Companhia. Os documentos pertinentes à ordem do dia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e na internet, nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e no site de Relações com Investidores ([www.refil.com.br](http://www.refil.com.br)). A Companhia disponibiliza o e-mail [n@refil.com.br](mailto:n@refil.com.br) para acesso a área de Relações com Investidores, que está apta a esclarecer qualquer dúvida em relação à Assembleia. Rio de Janeiro, 31 de março de 2021. **Refinaria de Petróleos de Manginhos S.A. - Em Recuperação Judicial** - p. JORGE LUIZ CRUZ MONTEIRO - Diretor de Presidente

Id: 2307036

**USIMECA - ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS PRÓPRIOS S.A. - CNPJ nº 30.757.561/0001-09**

**Convocação:** Ficam os senhores acionistas da Usimeca Administração de Imóveis Próprios S.A., ("Companhia") convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 12/04/2021, às 11:00 horas, na Rodovia Presidente Dutra, KM 181, Posse, Nova Iguaçu, Cep 26.020-005 - RJ., para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) eleição dos membros da Diretoria da Companhia; e (ii) eleição dos membros do Conselho de Administração. Os acionistas da Companhia entre a data de término do seu atual mandato e a data de eleição da nova Diretoria, conforme a assembleia ora convocada. Nova Iguaçu - RJ., 26 de março de 2021. **Cesar Moreira Filho** - Diretor

Id: 2306651

**Oi S.A. - Em Recuperação Judicial**

CNPJ/MF: 76.535.764/0001-43  
NIRE 33 3 0029520-8  
**COMPANHIA ABERTA**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**  
O Conselho de Administração da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia") convoca os Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGO"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2021, às 14:00h, na sede social da Companhia, à Rua do Lavradio nº 71, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias:  
**Em Assembleia Geral Ordinária:**  
(1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores sociais encerrado em 31 de dezembro de 2020;  
(2) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020;  
(3) Fixar a verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia;  
(4) Eleger a chapa indicada pela administração da Companhia para composição do Conselho de Administração;  
(5) Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes;  
**Em Assembleia Geral Extraordinária:**  
(6) Aprovar Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações de emissão da Companhia para o Diretor Presidente.

**INSTRUÇÕES GERAIS:**  
1. A documentação e as informações relativas às matérias que serão deliberadas na Assembleia estão à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, no "Manual para Participação e Proposta da Administração", na página de Relações com Investidores da Companhia ([www.oi.com.br/ri](http://www.oi.com.br/ri)), assim como no site da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) na forma da Instrução CVM 481/09 e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (<http://www.b3.com.br>).  
2. Os titulares de ações preferenciais terão direito a voto em todas as matérias sujeitas à deliberação e constantes da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ora convocada, conforme parágrafo 3º do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia e parágrafo 1º do artigo 111 da Lei 6.404/76, e votarão sempre em conjunto com as ações ordinárias.  
3. Os Acionistas interessados em requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração deverão cumprir com os requisitos legais e representar no mínimo 5% do capital votante, nos termos das Instruções CVM 165/91 e 282/98.

**Participação presencial**  
4. Tendo em vista a Pandemia do Covid-19, a Oi contará com contingente mínimo de profissionais e adotará rígidas medidas sanitárias para preservar a saúde dos participantes e mitigar riscos de contágio. Tais medidas incluirão, dentre outras, a realização da AGOE em um auditório amplo, adoção de protocolos de distanciamento social, disponibilização de máscaras descartáveis e álcool em gel.  
5. Com vistas a conferir celeridade ao processo de cadastramento dos Acionistas presentes à Assembleia, aumentando, com isso, inclusive, a própria segurança de todos os seus participantes, solicita-se ao Acionista que desejar participar pessoalmente da Assembleia ou ser representado por procurador que encaminhe os seguintes documentos digitalizados em formato pdf até às 18h do dia 28 de abril de 2021 para o endereço eletrônico [invest@oi.net.br](mailto:invest@oi.net.br). Alternativamente, os documentos podem ser entregues na Rua Humberto de Campos n.º 425, 5º andar, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro - RJ, das 9h às 12h e das 14h às 18h, também até o dia 28 de abril de 2021, aos cuidados da Gerência Societária e do Conselho de Administração da Companhia. A Companhia não exigirá a autenticação das cópias dos documentos societários ou do Estatuto Social ou



A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste

documento, quando visualizado diretamente no portal [www.io.rj.gov.br](http://www.io.rj.gov.br).

Assinado digitalmente em Terça-feira, 30 de Março de 2021 às 23:25:20 - 0300.

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**

Empresa: OI SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

NIRE: 333.0029520-8 Protocolo: 00-2021/127370-8 Data do protocolo: 14/05/2021

CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 19/05/2021 SOB O NÚMERO 00004069995 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 921F498B333D267E59CF79450F2DB362813B2CD41D755B57CF28DA60B4D7EC9C

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Contrato Social, ata de eleição de Conselho de Administração (quando houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia; (ii) quando Pessoa Física: cópias do documento de identidade e CPF do Acionista; e (iii) quando Fundo de Investimento: cópias do regulamento do Fundo e cópia do Estatuto Social ou Contrato Social do administrador do Fundo, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia. Além dos documentos indicados em (i), (ii) e (iii), conforme o caso, quando o Acionista for representado por procurador, deverá encaminhar juntamente com tais documentos o respectivo mandato, com poderes especiais, bem como as cópias do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação, além do documento de identidade e CPF do procurador presente.

6. O Acionista participante de Custódia Fungível de Ações Nominativas das Bolsas de Valores que desejar participar desta Assembleia deverá apresentar extrato emitido com data de até 2 (dois) dias úteis anteriores à sua realização, contendo a respectiva participação acionária, fornecida pelo órgão custodiante.

7. Em caráter excepcional, a Oi não exigirá o cumprimento de formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, apostilamento e tradução juramentada da referida documentação.

#### Votação à distância

8. A Oi recomenda e incentiva seus acionistas a participarem desta AGO/E exercendo seu direito de voto nas deliberações constantes da Ordem do Dia por meio de Boletim de Voto à Distância ("BVD"), conforme disponibilizado pela Companhia no seu site de Relações com Investidores, bem como no site da CVM e da B3, juntamente com os demais documentos serem discutidos na AGO/E, observadas as orientações constantes do BVD, em conformidade com a Instrução CVM nº 481/09, conforme alterada.

9. Os Acionistas poderão encaminhar seu BVD por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia.

10. Visando estimular essa forma de votação, os acionistas que optarem por remeter os BVDs diretamente à Companhia poderão fazê-lo enviando, até o dia 23 de abril de 2021, para o endereço eletrônico [invest@oi.com.br](mailto:invest@oi.com.br), vias digitalizadas em formato pdf do BVD (devidamente preenchido, rubricado e assinado) e dos documentos pertinentes, não sendo necessário o encaminhamento da via original (física) do BVD e dos documentos pertinentes. Também fica dispensado o reconhecimento das firmas em cartório, bem como a autenticação dos documentos.

11. A Oi confirmará o recebimento dos documentos, bem como comunicará ao acionista por meio do endereço de e-mail informado no BVD se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário.

#### Participação Remota

12. A Companhia disponibilizará meio de acesso remoto à AGO/E para que os acionistas possam acompanhar a reunião à distância, não sendo contudo permitida qualquer manifestação nem exercício do voto por meio de acesso remoto disponibilizado.

13. Os acionistas que desejarem acompanhar a AGO/E de forma remota deverão solicitar o acesso à Companhia, com antecedência mínima de 24h da realização da AGO/E (ou seja, até às 14:00h - horário de Brasília - do dia 29 de abril de 2021), por meio de e-mail com o assunto "AGO/E - acesso remoto" para o endereço eletrônico [invest@oi.com.br](mailto:invest@oi.com.br), informando o nome completo e CPF da pessoa física que irá acompanhar remotamente a AGO/E (acionista, procurador ou representante legal). Para que a solicitação seja atendida, o e-mail também deverá ser acompanhado dos documentos previstos no Manual de Participação dos Acionistas na AGO/E, divulgado nesta data, em formato pdf.

14. A Companhia confirmará o recebimento dos documentos acima e enviará e-mail aos acionistas que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima as respectivas instruções para o acompanhamento remoto da AGO/E.

15. O acompanhamento à distância da AGO/E destina-se exclusivamente aos acionistas da Oi e aos seus representantes legais. O acesso que será fornecido pela Companhia é intrínseco e não poderá ser cedido, encaminhado ou divulgado a qualquer terceiro, acionista ou não. Os acionistas ou seus representantes legais que receberem o acesso também não estão autorizados a gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, o conteúdo ou qualquer informação transmitida durante a AGO/E.

16. Os acionistas que acompanharem a AGO/E remotamente não serão computados como presentes na AGO/E, salvo se tiverem exercido seu voto via Boletim de Voto à Distância.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2021.

Elaezar de Carvalho Filho

Presidente do Conselho de Administração Id: 2307168

#### LIGHT S.A.

CNPJ/MF Nº 03.378.521/0001-75 - NIRE Nº 33.300.263.16-1

Companhia Aberta

**Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Edital de Convocação.** Ficam convidados os acionistas da LIGHT S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGO/E") a ser realizada, em primeira convocação, em 29 de abril de 2021, às 11 horas, de modo exclusivamente digital via plataforma Zoom, a fim de deliberarem a seguinte ordem do dia: **I. Matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária:** 1. examinar, discutir e votar as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; 2. examinar, discutir e votar o orçamento de capital para o ano de 2021 e a proposta de destinação do resultado referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; 3. fixar em 9 (nove) o número de membros do Conselho de Administração; 4. eleger os membros do Conselho de Administração; 5. fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2021; 6. instalar e fixar o número de membros do Conselho Fiscal; 7. eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; e 8. fixar a remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2021. **II. Matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária:** 1. aprovar o grupamento das ações ordinárias da Companhia na proporção de 100 (cem) para 1 (uma) com o simultâneo desdobramento de cada ação grupada na proporção de 1 (uma) para 100 (cem); e 2. aprovar a reforma e consolidação do estatuto social da Companhia para implementar as seguintes alterações: (a) alterar o artigo 8º para refletir o capital social após o follow-on realizado em 19 de janeiro de 2021; (b) alterar o artigo 8º para excluir o termo "efetivos"; (c) alterar o artigo 9º para alterar o mecanismo de substituição do Presidente do Conselho de Administração em reuniões e excluir o cargo de Vice-Presidente do Conselho; (d) alterar o artigo 10º para reduzir a antecedência mínima de convocação das reuniões do Conselho de Administração; (e) alterar o artigo 11º para ajustar a alçada de competências deliberativas do Conselho de Administração; (f) alterar o artigo 12º para ajustar a frequência e o formato das reuniões da Diretoria; (g) alterar o artigo 23º para prever expressamente a possibilidade de realização de assembleias por meios digitais e excluir menção ao Vice-Presidente do Conselho; e (h) alterar o artigo 24º para incluir o termo "presentes". **Informações aos Acionistas:** A Assembleia Geral será realizada exclusivamente por meio eletrônico, conforme o previsto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 622, de 17 de abril de 2020. Os acionistas poderão exercer o direito de voto por meio de (i) boletim de voto à distância, com envio de instrumento de voto previamente à realização da AGO/E; ou (ii) participação via sistema eletrônico no momento da realização da AGO/E. Para participação na AGO/E por meio da plataforma eletrônica, os acionistas deverão encaminhar à Companhia solicitação de acesso acompanhada dos documentos indicados abaixo com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência do dia da AGO/E, isto é, até às 11 horas do dia 27 de abril, por correio eletrônico, para o endereço [ri@light.com.br](mailto:ri@light.com.br). Os procuradores dos acionistas deverão depositar os respectivos instrumentos de mandato no mesmo correio eletrônico,

também com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência do dia da AGO/E. É facultado a qualquer acionista constituir procurador para comparecer à AGO/E e votar em seu nome. Na hipótese de representação, o acionista deverá observar os termos do artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), do qual o procurador terá sido constituído há menos de 1 (um) ano, na qualidade de acionista, administrador ou advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil ou, ainda, no caso de Companhia aberta, ser instituição financeira. O acionista que optar por exercer o seu direito de voto por meio do boletim de voto à distância, nos termos da Instrução CVM nº 481/09, conforme alterada, deverá enviar o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco de administrador ou diretamente à Companhia por meio de endereço eletrônico [ri@light.com.br](mailto:ri@light.com.br). É dispensada a necessidade de envio da via física do Boletim e dos documentos comprobatórios que devem acompanhar-lo, sendo aceito o envio apenas nas versões eletrônicas de tais documentos ao e-mail [ri@light.com.br](mailto:ri@light.com.br). O acionista que proceder desta forma será responsável pela integridade e confiabilidade dos documentos enviados à Companhia. Nos termos da Instrução da CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991 e 282, de 26 de junho de 1998, o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento). As regras e os procedimentos para os acionistas que desejam participar por meio digital da AGO/E encontram-se no site de Relações com Investidores da Companhia ([www.light.com.br/ri](http://www.light.com.br/ri)), no Manual de Participação. Na forma do Manual de Participação, os acionistas deverão apresentar os seguintes documentos: Acionistas Pessoas Físicas: Documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas no Brasil), sendo que em caso de participação por procuração, os documentos aqui descritos deverão ser apresentados pelo respectivo procurador em conjunto com a procuração, que não precisará conter a firma reconhecida do outorgante; e Extrato expedido pela instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou pela instituição custodiante, com a quantidade de ações que constavam como titulares, com prazo não superior a 3 (três) dias antes da realização da Assembleia. Acionistas Pessoas Jurídicas: Cópia do estatuto social ou contrato social em vigor e documentação societária comprobatória de poderes de representação legal do acionista (eleição de administradores e/ou procuração, sendo que em caso de participação por procuração a firma do outorgante não precisará estar reconhecida); Documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas no Brasil) do(s) representante(s) legal(is); e Extrato expedido pela instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou pela instituição custodiante, com a quantidade de ações que constavam como titulares, com prazo não superior a 3 (três) dias antes da realização da Assembleia. Acionistas Pessoas Jurídicas: Cópia do estatuto social ou contrato social de seu administrador ou gestor, conforme o caso, juntamente com documentação societária comprobatória de poderes de representação legal do administrador ou gestor, conforme o caso (eleição de administradores e/ou procuração, sendo que em caso de participação por procuração a firma do outorgante não precisará estar reconhecida); Documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas no Brasil) do(s) representante(s) legal(is); e Extrato expedido pela instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou pela instituição custodiante, com a quantidade de ações que constavam como titulares, com prazo não superior a 3 (três) dias antes da realização da Assembleia. Acionistas Pessoas Jurídicas: Cópia do reconhecimento de firma nos documentos apresentados, bem como a notariação e consularização daqueles assinados no exterior, para aceitação do boletim de voto à distância. Ademais, a Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nesses mesmos idiomas. Em cumprimento ao disposto no artigo 6º e seguintes da Instrução CVM nº 481/09, está disponível aos acionistas a Companhia dispõe a Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), na página da Companhia ([www.light.com.br/ri](http://www.light.com.br/ri)) e na página da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), todos os documentos e informações necessárias à compreensão das matérias a serem discutidas, incluindo os documentos previstos no artigo 133 da Lei das S.A., bem como o Manual de Participação e a Proposta da Administração para as matérias a serem deliberadas. Rio de Janeiro, 29 de março de 2021. Finreiro Ferreira Sampaio - Presidente do Conselho de Administração

Id: 2306684

#### MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ/ME Nº 07.816.890/0001-53 - NIRE Nº 33.0027840-1.

Companhia Aberta

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.** Ficam os Senhores acionistas da Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") convidados a se reunirem, em primeira convocação, em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2021, às 15:00 horas, na sede social desta Companhia, na Avenida de Almeida, nº 4.200, Bloco 1, sala 1511, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: (I) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (II) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (III) Fixar a remuneração global anual dos Administradores da Companhia para o exercício de 2021. **Informações Gerais:** Para participação na Assembleia, os acionistas, seus representantes legais ou procuradores, deverão observar o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, apresentando à Companhia, preferencialmente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade com foto e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, o comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia, conforme o caso, indicando a posição acionária em relação a, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia, bem como, no caso de representação por procurador, o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante. A Companhia adotará o voto à distância na realização da Assembleia, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481/09, possibilitando que o acionista exerça o direito de voto (i) através da transmissão de instruções de preenchimento do Boletim de Voto à Distância (a) ao seu agente de custódia que preste esse serviço, caso as ações estejam depositadas em depósito central, ou (b) ao Itaú Corretora de Valores S.A., agente escriturador das ações de emissão da Companhia, caso as ações não estejam depositadas em depósito central; ou (ii) mediante envio do Boletim de Voto à Distância diretamente à Companhia. Com o intuito de preservar a saúde dos acionistas, colaboradores e da comunidade, e tendo em vista as atuais orientações das autoridades de saúde nacionais e internacionais, bem como as determinações do Governo do Estado do Rio de Janeiro para prevenção e enfrentamento do coronavírus (COVID-19), a Companhia ressalta a opção de utilização do Boletim de Voto à Distância para participação na Assembleia ora convocada. Em atenção às restrições de circulação decorrentes da pandemia de COVID-19, além da realização física e presencial da Assembleia na sede social da Companhia, Rio de Janeiro, haverá transmissão simultânea da mesma via **videoconferência para o escritório da Companhia situado na Cidade de São Paulo**, na Av. Dr. Churci Zaiden, nº 1.240, 29º andar, Edifício Golden Tower, Vila Cordeiro, local onde os acionistas poderão participar remotamente. Os acionistas que desejarem participar da Assembleia no escritório da Companhia em São Paulo, seja pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, deverão observar os mesmos procedimentos e prazos estabelecidos para participação em locais mencionados acima. A transmissão simultânea da Assembleia para o escritório da Companhia situado na Cidade de São Paulo es-

tará condicionada à ausência de medidas restritivas em vigor que impeçam a sua realização. A Companhia ressalta que intensificou medidas de proteção e higienização de seus ambientes para receber os acionistas que optarem por comparecer presencialmente na Assembleia, seja na sede do Rio de Janeiro ou no escritório de São Paulo, e solicita a tais acionistas que, se possível, enviem confirmação de presença ao e-mail [ri@multiplan.com.br](mailto:ri@multiplan.com.br) (Assunto: Confirmação de Participação Presencial), para prévio cadastro, preferencialmente, até o dia 28 de abril de 2021. Para informações adicionais acerca da participação na Assembleia, solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na Instrução CVM nº 481/09, bem como as orientações constantes do Manual para Participação de Acionistas, do Boletim de Voto à Distância e do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia. Os documentos e informações relevantes para o exercício do direito de voto pelos acionistas encontram-se à disposição dos acionistas, na sede e no site da Companhia ([ri.multiplan.com.br](http://ri.multiplan.com.br)), e nos sites da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)). Rio de Janeiro, 30 de março de 2021. José Paulo Ferraz do Amaral - Presidente do Conselho de Administração.

Id: 2306899

#### INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

COMPANHIA ABERTA

CNPJ/MF Nº 03.758.318/0001-24 - NIRE 33.3.002.6.520-1

#### RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO

A Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR vem pelo presente retificar a data de realização das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária constante no Edital de Convocação datado de 26/03/2021, publicado no DOU RJ, Parte 1, pg. 67 e no Valor Econômico, pg. E4, ambos no dia 26/03/2021, para alterar a data de realização da referida reunião, que passa de 27/04/2021 para 30/04/2021, às 11h. Abaixo segue o Edital consolidado, considerando a retificação acima descrita: "Ficam convidados os Srs. Acionistas da **Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR** a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, no dia **30 de abril de 2021, às 11h, por meio da plataforma digital Teams**, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **I. Em Assembleia Geral Ordinária:** (a) Tomada de contas da administração e exame, discussão e aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social de 2020; (b) Deliberação sobre a destinação do Resultado apurado pela Companhia no exercício social de 2020; (c) Eleição dos membros do Conselho Fiscal; e (ii) Em Assembleia Geral Extraordinária: (a) Fixação da remuneração global anual dos administradores e do Conselho Fiscal; (b) Eleição e Vice-Presidente para o exercício de 2021; e (c) Retificação do item "6.4 Alteração do Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia" da ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de janeiro de 2021; (d) Eleição de Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia. Considerando os efeitos da pandemia da COVID-19 e as orientações das autoridades governamentais quanto à restrição de circulação e reunião de pessoas, a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, via Teams, que poderá ser acessado pessoalmente por meio de procurador devidamente constituído nos termos do artigo 21-C, §§2º e 3º da ICVM 481. Os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas se encontram à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.invepar.com.br/>). Rio de Janeiro, 30 de março de 2021. Bruno Camara Soler da Silveira - Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Id: 2306883

#### CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A

COMPANHIA ABERTA

CNPJ Nº 07.820.907/0001-46 - NIRE Nº 33.0027764-1

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO** Convocamos os acionistas da CR2 Empreendimentos Imobiliários S/A ("Companhia"), companhia aberta com sede na Avenida Afonso Arinos de Melo Franco, nº 222, bloco 1, sala 1511, Barra da Tijuca, CEP 22.631-455, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a se reunirem, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2021, às 14:00 horas, em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia" ou "AGO"), sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 4º, §2º, inciso I, e artigo 21-C, §§2º e 3º, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("ICVM 481"), por meio das plataformas digitais de assembleias virtuais V-Casting (videoconferência) e V-Meeting (teleconferência) da Voitel (referidas conjuntamente como "Plataforma Digital" e "Assamblea", respectivamente), a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2020; ii) Fixar o número de membros do Conselho de Administração; iii) Eleger e/ou reconduzir os membros que compõem o Conselho de Administração, com mandato até a assembleia geral ordinária da Companhia de 2022; e iv) Fixar a remuneração global dos administradores para o exercício de 2021. **Informações Gerais:** A. Documentos à Disposição dos Acionistas: Em conformidade com o Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), e com a ICVM 481, a Companhia informa que foram disponibilizados aos acionistas da Companhia nesta data, na sede da Companhia, no seu portal de Relações com Investidores ([www.ri.cr2.com.br](http://www.ri.cr2.com.br)), bem como nos sites da CVM e da B3 S.A. - Brasil Bolsa e Balcão, toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia, os documentos previstos na ICVM 481 e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto na AGO. B. Adoção de Voto Múltiplo: Eventual requerimento para adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração deverá ser formulado por escrito com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, nos termos do §1º do Artigo 141 da Lei das S.A. Para os efeitos do que dispõe o artigo 141 da Lei das S.A. e a Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991 ("ICVM 165"), bem como o artigo 4º, inciso I da ICVM 481, o percentual mínimo do capital social votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). C. Participação na Assembleia: Considerando as recomendações ainda vigentes para que sejam evitadas aglomerações e a circulação de pessoas como medidas para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia reitera o seu comprometimento com o bem estar da sociedade e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como medida para evitar a



2020 e 01 de março de 2021. (ii) consolidar o Estatuto Social da Companhia de forma a refletir as alterações acima indicadas. **Informações Gerais:** - Os seguintes documentos foram publicados em 12.03.2021 no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e no jornal "Valor Econômico": (a) relatório da administração; (b) demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (c) o parecer dos auditores independentes; e (d) parecer do Comitê de Auditoria e (e) o parecer do Conselho Fiscal da Companhia. - Os documentos e informações referidos no parágrafo anterior e os demais previstos nas Instruções da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") foram apresentados à CVM, por meio do Sistema de Informações Periódicas e Eventuais (IPE), nos termos do art. 6º da Instrução CVM nº 481/09, bem como foram disponibilizados aos acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (<https://ri.lasa.com.br/>), e nos sites da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)). - O acionista que desejar poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação a distância, nos termos da Instrução CVM nº 481/2009, enviando o correspondente boletim de voto a distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia. - O acionista ou seu representante legal deverá comparecer às Assembleias munido de documento que comprove sua identidade. - Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas da B3 que desejarem participar das Assembleias deverão apresentar extrato atualizado de sua posição acionária fornecido pela instituição custodiante. - Solicita-se que, na medida do possível, os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação nas Assembleias a que se refere o presente edital tenham a firma reconhecida e sejam depositados, na sede da Companhia aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores ou encaminhados ao endereço eletrônico ([investidores@lasa.com.br](mailto:investidores@lasa.com.br)) até o dia 24 de abril de 2021. Rio de Janeiro, 30 de março de 2021. Eduardo Saggiaro Garcia - Presidente do Conselho de Administração.

Id: 2307292

**MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.**  
CNPJ/ME nº 07.816.890/0001-53 - NIRE 33.3.0027840-1.

Companhia Aberta

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.** Ficam os Senhores acionistas da Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") convidados a se reunirem, em primeira convocação, em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2021, às 15:00 horas, na sede social desta Companhia, na Avenida das Américas nº 4.200, Bloco 2, sala 501, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (2) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; e (3) Fixar a remuneração global anual dos Administradores da Companhia para o exercício de 2021. **Informações Gerais:** Para participação na Assembleia, os acionistas, seus representantes legais ou procuradores, deverão observar o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, apresentando à Companhia, preferencialmente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade com foto e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, o comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia, conforme o caso, indicando a posição acionária em relação a, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia, bem como, no caso de representação por procurador, o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante. A Companhia adotará o voto a distância na realização da Assembleia, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481/09, possibilitando que o acionista exerça o direito de voto (i) através da transmissão de instruções de preenchimento do Boletim de Voto a Distância (a) ao seu agente de custódia que preste esse serviço, caso as ações estejam depositadas em depositário central, ou (b) ao Itaú Corretora de Valores S.A., agente escriturador das ações de emissão da Companhia, caso as ações não estejam depositadas em depositário central; ou (ii) mediante envio do Boletim de Voto a Distância diretamente à Companhia. Com o intuito de preservar a saúde dos acionistas, colaboradores e da coletividade, e tendo em vista as atuais orientações das autoridades de saúde nacionais e internacionais, bem como as determinações do Governo do Estado do Rio de Janeiro para prevenção e enfrentamento do coronavírus (COVID-19), a Companhia ressalta a opção de utilização do Boletim de Voto a Distância para participação na Assembleia ora convocada. Em atenção às restrições de circulação decorrentes da pandemia de COVID-19, além da realização física e presencial da Assembleia na sede social da Companhia no Rio de Janeiro, haverá transmissão simultânea da mesma via videoconferência para o escritório da Companhia situado na Cidade de São Paulo, na Av. Dr. Churci Zaidan, nº 1.240, 29º andar, Edifício Golden Tower, Vila Cordeiro, local onde os acionistas poderão participar remotamente. Os acionistas que desejarem participar da Assembleia no escritório da Companhia em São Paulo, seja pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, deverão observar os mesmos procedimentos e prazos previstos para participação presencial mencionados acima. A transmissão simultânea da Assembleia para o escritório da Companhia situado na Cidade de São Paulo estará condicionada à ausência de medidas restritivas em vigor que impeçam a sua realização. A Companhia ressalta que intensificou medidas de proteção e higienização de seus ambientes para receber os acionistas que optarem por comparecer presencialmente na Assembleia, seja na sede do Rio de Janeiro ou no escritório de São Paulo, e solicita a tais acionistas que, se possível, enviem confirmação de presença ao e-mail [ri@multiplan.com.br](mailto:ri@multiplan.com.br) (Assunto: Confirmação de Participação Presencial), para prévio cadastro, preferencialmente, até o dia 28 de abril de 2021. Para informações adicionais acerca da participação na Assembleia, solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na Instrução CVM nº 481/09, bem como as orientações constantes do Manual para Participação de Acionistas, do Boletim de Voto a Distância e do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia. Os documentos e informações relevantes para o exercício do direito de voto pelos acionistas encontram-se à disposição dos acionistas, na sede e no site da Companhia ([ri.multiplan.com.br](http://ri.multiplan.com.br)), e nos sites da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)). Rio de Janeiro, 30 de março de 2021. **José Paulo Ferraz do Amaral** - Presidente do Conselho de Administração.

Id: 2306900

**REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S.A.**

- Em Recuperação Judicial - Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 33.412.081/0001-96 - NIRE: 33.30012851-4

**Edital de Convocação - Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária.** 1. Ficam os senhores acionistas da Refinaria de Petróleos de Manginhos S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia") convocados para se reunirem nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("Assembleias"), a serem realizadas, no dia 30 de abril de 2021, a partir das 17:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na Avenida Brasil, 3141, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar acerca das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes; (ii) consignar, uma vez que a Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que não haverá deliberação acerca da destinação do lucro líquido, sendo o prejuízo apurado destinado integralmente à conta de prejuízos acumulados; (iii) fixação do limite de valor da remuneração global anual dos administradores e dos membros do Conselho de Administração da Companhia para o exercício social de 2021. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) de-

liberar sobre a alteração da quantidade máxima possível de membros da diretoria da Companhia, bem como a criação do cargo de Diretor de Compliance; (ii) deliberar acerca dos poderes de representação para o cargo de Diretor de Compliance; e (iii) reformar e consolidar o Estatuto Social para refletir as deliberações aprovadas. **Informações Gerais:** **I - Participação Presencial:** 1.1. Detentores de Ações. A Companhia solicita aos acionistas que pretendam participar da Assembleia, pessoalmente ou por meio de procuradores, que encaminhem em até 72 (setenta e duas) horas que antecedem à data de realização das Assembleias, para a Avenida Brasil, 3141, Benfica, CEP 20930-041, Rio de Janeiro - RJ, aos cuidados da área de Relações com Investidores, cópia autenticada dos seguintes documentos (dispensada a autenticação daqueles disponíveis no website da CVM): **1.1.1.** Acionistas Pessoas Físicas: **a)** Documento de identificação com foto; e **b)** Extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia. **1.1.2.** Acionistas Pessoas Jurídicas: **a)** Último estatuto ou contrato social consolidado e documentação societária outorgando poderes de representação (i.e.: ata de eleição dos diretores); **b)** Documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto; **c)** Extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia; **d)** No caso de Fundos de Investimento: (i) último regulamento consolidado do fundo, (ii) estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), e (iii) documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) do administrador ou gestor com foto. **1.1.3.** Acionistas Representados por Procuração: **a)** Além dos documentos indicados acima, apresentar procuração com firma reconhecida, a qual deverá ter sido outorgada há menos de um ano para um procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, de acordo com o previsto no §1º do artigo 126 da Lei nº 6.404/1976. Os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados por procurador constituído conforme seus estatutos/contratos sociais; e **b)** Documento de identificação do procurador com foto. \* Solicitamos aos acionistas que os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação nas Assembleias sejam depositados na sede da Companhia até 4 (quatro) dias úteis antes da realização das Assembleias. **1.1.4.** Acionistas Estrangeiros: Os acionistas estrangeiros deverão apresentar a mesma documentação que os acionistas brasileiros, ressalvado que os documentos societários da pessoa jurídica e a procuração deverão ser traduzidos na forma juramentada, notariados e consularizados. \* Solicitamos que todas as cópias eventualmente apresentadas para habilitação nas Assembleias sejam autenticadas em cartório. **II - Participação por Voto à Distância:** A Companhia informa que utilizará o processo de voto a distância, de acordo com a Instrução CVM nº 481/2009. O acionista poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação a distância, nos termos da referida instrução, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à sede da Companhia. Os documentos pertinentes à ordem do dia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e na internet, nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e no site de Relações com Investidores ([www.refit.com.br/ri](http://www.refit.com.br/ri)). A Companhia disponibiliza o e-mail [ri@refit.com.br](mailto:ri@refit.com.br) para acesso a área de Relações com Investidores, que está apta a esclarecer qualquer dúvida em relação à Assembleia. Rio de Janeiro, 31 de março de 2021. **Refinaria de Petróleos de Manginhos S.A. - Em Recuperação Judicial** - p. JORGE LUIZ CRUZ MONTEIRO - Diretor de Presidente

Id: 2307284

**SANTOS DUMONT INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.**

CNPJ/MF 08.881.090/0001-89 - NIRE 33.3.0029299-3

**Edital de convocação da Assembleia Geral Extraordinária:** Ficam os senhores acionistas da **SANTOS DUMONT INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.** ("Companhia"), convocados para Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a ser realizada de forma semipresencial, conforme Art. 121 da 6404/76 e Instrução CVM 622 de 2020, no dia 13 (treze) de abril de 2021 às 10:00 horas, nas dependências da companhia, localizada Av. Marechal Camara, 300, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.020-080 e virtualmente o acesso para assembleia será através do site [www.buphotels.com.br](http://www.buphotels.com.br), todas as informações e detalhes serão enviados por e-mail dia 07 de abril de 2021. O boletim de voto deverá ser assinado pelo acionista, ter sua firma reconhecida e encaminhada até o dia 12 de abril de 2021 para o endereço da sede. Os acionistas irão deliberar sobre a seguinte pauta constante na ordem do dia: (i) Aprovação do rateio de recursos para recomposição do Fundo de Reserva; Rio de Janeiro - RJ, 30 de março de 2021. Renata Wanderley Loureiro de Abreu Sodré - Diretora Presidente.

Id: 2307444

**Oi S.A. - Em Recuperação Judicial**

CNPJ/ME: 76.535.764/0001-43

NIRE 33 3 0029520-8

COMPANHIA ABERTA

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

O Conselho de Administração da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia") convoca os Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGE"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2021, às 14:00h, na sede social da Companhia, à Rua do Lavradio nº 71, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias:  
Em Assembleia Geral Ordinária:

- (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020;
- (2) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020;
- (3) Fixar a verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia;
- (4) Eleger a chapa indicada pela administração da Companhia para composição do Conselho de Administração;
- (5) Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes;
- (6) Assembleia Geral Extraordinária:
- (6) Aprovar Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações de emissão da Companhia para o Diretor Presidente.

**INSTRUÇÕES GERAIS:**

1. A documentação e as informações relativas às matérias que serão deliberadas na Assembleia estão à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, no "Manual para Participação e Proposta da Administração", na página de Relações com Investidores da Companhia ([www.oi.com.br/ri](http://www.oi.com.br/ri)), assim como no site da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) na forma da Instrução CVM 481/09 e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (<http://www.b3.com.br/>).
2. Os titulares de ações preferenciais terão direito a voto em todas as matérias sujeitas à deliberação e constantes da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ora convocada, conforme parágrafo 3º do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia e parágrafo 1º do artigo 111 da Lei 6.404/76, e votarão sempre em conjunto com as ações ordinárias.
3. Os Acionistas interessados em requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração deverão cumprir com os requisitos legais e representar no mínimo 5% do capital votante, nos termos das Instruções CVM 165/91 e 282/98.
- Participação presencial**
4. Tendo em vista a Pandemia do Covid-19, a Oi contará com contingente mínimo de profissionais e adotará rígidas medidas sanitárias para preservar a saúde dos participantes e mitigar riscos de contágio. Tais medidas incluirão, dentre outras, a realização da AGE em um auditório amplo, adoção de protocolos de distanciamento social, disponibilização de máscaras descartáveis e álcool em gel.
5. Com vistas a conferir celeridade ao processo de cadastramento dos Acionistas presentes à Assembleia, aumentando, com isso, inclusive,

a própria segurança de todos os seus participantes, solicita-se ao Acionista que desejar participar pessoalmente da Assembleia ou ser representado por procurador que encaminhe os seguintes documentos digitalizados em formato pdf até às 18h do dia 28 de abril de 2021 para o endereço eletrônico [invest@oi.net.br](mailto:invest@oi.net.br). Alternativamente, os documentos podem ser entregues na Rua Humberto de Campos n.º 425, 5º andar, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro - RJ, das 9h às 12h e das 14h às 18h, também até o dia 28 de abril de 2021, aos cuidados da Gerência Societário e M&A, ou (i) quando Pessoa Jurídica: cópias do Instrumento de Constituição ou Estatuto Social ou Contrato Social, ata de eleição de Conselho de Administração (quando houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia; (ii) quando Pessoa Física: cópias do documento de identidade e CPF do Acionista; e (iii) quando Fundo de Investimento: cópias do regulamento do Fundo e cópia do Estatuto Social ou Contrato Social do administrador do Fundo, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia. Além dos documentos indicados em (i), (ii) e (iii), conforme o caso, quando o Acionista for representado por procurador, deverá encaminhar juntamente com tais documentos o respectivo mandato, com poderes especiais, bem como as cópias do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação, além do documento de identidade e CPF do procurador presente.

6. O Acionista participante de Custódia Fungível de Ações Nominativas das Bolsas de Valores que desejar participar desta Assembleia deverá apresentar extrato emitido com data de até 2 (dois) dias úteis antecedentes à sua realização, contendo a respectiva participação acionária, fornecida pelo órgão custodiante.

7. Em caráter excepcional, a Oi não exigirá o cumprimento de formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, apostilamento e tradução juramentada da referida documentação.

**Votação à distância**

8. A Oi recomenda e incentiva seus acionistas a participarem desta AGOE exercendo seu direito de voto nas deliberações constantes da Ordem do Dia por meio de Boletim de Voto à Distância ("BVD"), conforme disponibilizado pela Companhia no seu site de Relações com Investidores, bem como no site da CVM e da B3, juntamente com os demais documentos a serem discutidos na AGOE, observadas as orientações constantes do BVD, em conformidade com a Instrução CVM nº 481/09, conforme alterada.

9. Os Acionistas poderão encaminhar seu BVD por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia.

10. Visando estimular essa forma de votação, os acionistas que optarem por remeter os BVDs diretamente à Companhia poderão fazê-lo enviando, até o dia 23 de abril de 2021, para o endereço eletrônico [invest@oi.net.br](mailto:invest@oi.net.br), vias digitalizadas em formato pdf do BVD (devidamente preenchido, rubricado e assinado) e dos documentos pertinentes, não sendo necessário o encaminhamento da via original (física) do BVD e dos documentos pertinentes. Também fica dispensado o reconhecimento das firmas em cartório, bem como a autenticação dos documentos.

11. A Oi confirmará o recebimento dos documentos, bem como comunicará ao acionista por meio do endereço de e-mail informado no BVD se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário.

**Participação Remota**

12. A Companhia disponibilizará meio de acesso remoto à AGOE para que os acionistas possam acompanhar a reunião à distância, não sendo contudo permitida qualquer manifestação nem exercício do voto por meio do acesso remoto disponibilizado.

13. Os acionistas que desejarem acompanhar a AGOE de forma remota deverão solicitar o acesso à Companhia, com antecedência mínima de 24h da realização da AGOE (ou seja, até às 14:00h - horário de Brasília - do dia 29 de abril de 2021), por meio de email com o assunto "AGOE - acesso remoto" para o endereço eletrônico [invest@oi.net.br](mailto:invest@oi.net.br), informando o nome completo e CPF da pessoa física que irá acompanhar remotamente a AGOE (acionista, procurador ou representante legal). Para que a solicitação seja atendida, o e-mail também deverá ser acompanhado dos documentos previstos no Manual de Participação dos Acionistas na AGOE, divulgado nesta data, em formato pdf.

14. A Companhia confirmará o recebimento dos documentos acima e enviará e-mail aos acionistas que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima às respectivas instruções para o acompanhamento remoto da AGOE.

15. O acompanhamento à distância da AGOE destina-se exclusivamente aos acionistas da Oi ou seus representantes legais. O acesso que será fornecido pela Companhia é intransferível e não poderá ser cedido, encaminhado ou divulgado a qualquer terceiro, acionista ou não. Os acionistas ou seus representantes legais que receberem o acesso também não estão autorizados a gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, o conteúdo ou qualquer informação transmitida durante a AGOE.

16. Os acionistas que acompanharem a AGOE remotamente não serão computados como presentes na AGOE, salvo se tiverem exercido seu voto via Boletim de Voto à Distância.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2021.

**Eleazar de Carvalho Filho**

Presidente do Conselho de Administração

Id: 2307169

**INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES**

**EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**

COMPANHIA ABERTA

CNPJ/MF Nº 03.758.318/0001-24 - NIRE 33.3.002.6.520-1

**RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO**

**A Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR** vem pelo presente retificar a data de realização das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária constante no Edital de Convocação datado de 26/03/2021, publicado no DOERJ, Parte V, pg. 67 e no Valor Econômico, pg. E4, ambos no dia 26/03/2021, para alterar a data de realização da referida reunião, que passa de 27/04/2021 para 30/04/2021, às 11h. Abaixo segue o Edital consolidado, considerando a retificação acima descrita: "**Ficam convidados os Srs. Acionistas da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, no dia 30 de abril de 2021, às 11h, por meio da plataforma digital Teams, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (I) Em Assembleia Geral Ordinária: (a) Tomada de contas da administração e exame, discussão e aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social de 2020; (b) Deliberação sobre a destinação do Resultado apurado pela Companhia no exercício social de 2020; (c) Eleição dos membros do Conselho Fiscal; e (II) Em Assembleia Geral Extraordinária: (a) Fixação da remuneração global anual dos administradores e do Conselho Fiscal; (b) Eleição de Presidente e Vice-Presidente para o Conselho de Administração; (c) Rerratificação do item "6.4 Alteração do Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia" da ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de janeiro de 2021; (d) Eleição de Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia. Considerando os efeitos da pandemia da COVID-19 e as orientações das autoridades governamentais quanto à restrição de circulação e reunião de pessoas, a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, via Teams, que poderá ser acessado pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 21-C, §§2º e 3º da ICVM 481. Os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas se encontram à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.invepar.com.br/>)."** Rio de Janeiro, 30 de março de 2021. Bruno Camara Soter da Silveira - **Vice-Presidente do Conselho de Administração.**

Id: 2306885



pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGO, incluindo este Edital de Convocação e a Proposta da Administração para as matérias a serem deliberadas na AGO. Rio de Janeiro, 25 de março de 2021. **Fernando Perrone** - Presidente do Conselho de Administração.

Id: 2306385

**TASA LUBRIFICANTES LTDA**  
**CNPJ: 28.726.412/0001-22**  
**AUDITORIA AMBIENTAL**

A TASA LUBRIFICANTES LTDA toma público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, em 11/03/2021, Relatório de Auditoria Ambiental de Controle correspondente ao período de 18/08/2019 a 23/11/2020, para realizar as atividades de coleta de óleos lubrificantes usados e/ou contaminados, re-refino e distribuição de óleos, e informa que está à disposição para consulta na Rodovia Presidente Dutra, 20.000, Quadra 1 - km 183 - Comendador Soares no Município de Nova Iguaçu, no período de 01/04/2021 a 01/10/2021 no horário das 8h às 16h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico [www.inea.rj.gov.br/biblioteca](http://www.inea.rj.gov.br/biblioteca). (Processo E-07/200657/1999)

Id: 2304357

**Proforma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A.**  
**CNPJ/ME nº 45.453.214/0001-51 - NIRE 33.3.0026994-1**  
**Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária**

Pelo presente edital, ficam convocados os acionistas da Proforma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. ("Companhia") para a Assembleia Geral Ordinária, a se realizar em 28/04/2021, às 11h, na sede social da Companhia, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, 2.150 - Bloco P, 3º andar, Barra da Tijuca ("AGO"), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária (I) examinar, discutir e votar as contas e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório Anual da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020; (II) deliberar sobre a destinação dos resultados relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2020; (III) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal para o exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2021; (IV) eleger os membros efetivos e suplantes do Conselho Fiscal, uma vez instalado o órgão; (V) indicar o Presidente do Conselho Fiscal, uma vez eleitos seus membros; (VI) fixar o montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia; e (VII) fixar o montante global anual da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, caso instalado. **Instruções Gerais:** I) Poderão participar da AGO os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia; II) pessoalmente, (II) por seus representantes legais ou procuradores, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escrituradas da Companhia ou em custódia fungível, conforme dispõe o artigo 126 da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ou (III) via boletim de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escrituradas da Companhia, Itaú Unibanco S.A. ou diretamente à Companhia, de acordo com o previsto na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"); II) Para participar da AGO, o acionista deverá depositar na sede da Companhia, na Avenida Ayrton Senna, 2.150 - Bloco P, 3º andar, Barra da Tijuca, com antecedência mínima de 03 dias corridos, contados da data da realização da AGO: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escrituradas de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) documentos de identificação e/ou constituição do acionista, conforme o caso, acompanhados de instrumento de mandato, na hipótese de representação do acionista, devidamente regularizados na forma da lei e do Estatuto Social da Companhia, em papel timbrado e rubricado, a acionista que comparecer à AGO munido dos documentos referidos nos itens (i) e (ii), até o momento da abertura dos trabalhos, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente. III) Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social da Companhia, na página de relação com investidores da Companhia - [www.proforma.com.br/ri](http://www.proforma.com.br/ri), bem como nos websites da B3 S.A. - Brasil Bolsa, Balcão - [www.b3.com.br](http://www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários - [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br), todos os documentos pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGO, incluindo este Edital de Convocação e a Proposta da Administração para as matérias a serem deliberadas na AGO. Rio de Janeiro, 26/03/2021. **Marcel Sapir** - Presidente do Conselho de Administração.

Id: 2306280

**CONCRETO REDIMIX DO BRASIL S/A**  
**CNPJ: 27.701.584/0001-08**

**Aviso aos Acionistas** - Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31.12.2020. Solicitamos que o pedido de envio seja feito através do e-mail: [assembleia.tmc.2021@gmail.com](mailto:assembleia.tmc.2021@gmail.com), mencionando o nome da empresa, em função da atual situação de pandemia da Covid-19. Rio de Janeiro, 26/03/2021. **A Diretoria.**

Id: 2306690

**SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.**  
**Companhia Aberta**  
**CNPJ/ME nº 06.057.223/0001-71 - NIRE 33.300.272-909**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA.** Ficam convocados os senhores acionistas da Sendas Distribuidora S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada de modo exclusivamente digital no dia 28 de abril de 2021, às 11:00 horas, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: I. Tomada das contas dos administradores e exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; II. Proposta para destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; e III. Realização da remuneração global anual dos administradores aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2020. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: I. Alteração do estatuto social da Companhia para prever a concessão de controles de identidade; II. Exclusão do art. 45 do estatuto social da Companhia em vista da sua perda de objeto; III. Aprovação da consolidação do Estatuto Social da Companhia de modo a incorporar as alterações acima; e IV. Aprovação para que o laudo de avaliação da parcela cindida da Companhia Brasileira de Distribuição, aprovado pelos acionistas no item 4.7 da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31/12/20 ("AGE da Cisão"), e que deveria ter constado como seu Anexo 4.7(b) mas que não constou na versão arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA"), seja anexado a ata da Assembleia de forma que possa ser registrado na JUCERJA como se tivesse constado da AGE da Cisão. Informamos que permanecem à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, nas páginas de relações de investidores da Companhia ([www.ri.assa.com.br](http://www.ri.assa.com.br)), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia ora convocada, incluindo a proposta da administração e manual de participação para a Assembleia ("Proposta da Administração e Manual de Participação"). Participação na Assembleia Geral por meio da plataforma digital: Os Acionistas que desejarem participar da Assembleia por meio da plataforma digital deverão acessar o site da Companhia, no endereço <https://www.tenmeings.com.br/assembleia/portal/?id=180F1A61EC4>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, conforme indicados abaixo, com o mínimo de 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 26 de abril de 2021. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o Acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. Os seguintes documentos deverão ser encaminhados aos acionistas por meio do endereço eletrônico indicado acima: (a) extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária expedido pelo órgão custodiante com o máximo 03 (três) dias de antecedência da Assembleia; (b) Para pessoas físicas: documento de identificação com foto do acionista; (c) Para pessoas jurídicas: (i) estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) documento de identidade com foto do representante legal; (d) Para fundos de investimento: (i) regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto do representante legal; e (e) caso qualquer dos Acionistas indicados nos itens (b) a (d) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar (i) procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia; (ii) documentos de identidade do procurador presente, bem como, no caso de pessoa jurídica ou fundo, cópias do documento de identidade e ata de eleição do (e) representante(s) legal(is) que assinou(ram) o mandato que comprovem os poderes de representação. Para esta Assembleia, a Companhia aceitará procurações outorgadas por Acionistas por meio eletrônico, assinadas preferencialmente com uso da certificação ICP-Brasil. Participação na Assembleia Geral por meio de boletim de voto à distância: Nos termos da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada, o Acionista poderá participar da Assembleia de Administração e Manual de Participação, os Acionistas que tenham interesse em exercer o seu direito de voto, por meio do boletim de voto à distância, deverão (a) enviar instruções de votos à distância, (a) diretamente à Companhia pelo e-mail [asm.cnpj@sendas.com.br](mailto:asm.cnpj@sendas.com.br), acompanhadas dos documentos indicados nos itens (a) a (e) acima ou (b) por meio (i) dos seus respectivos agentes de custódia (caso não estejam em nome do Acionista) ou (ii) Agente de Custódia, por meio dos canais por ele disponibilizados. Em todos os casos, para o Boletim de Voto a Distância produzir efeitos, o dia 21 de abril de 2021 (ou seja, 7 (sete) dias antes da data da Assembleia), deverá ser o último dia para o seu recebimento por uma das formas acima indicadas, e não o último dia para seu envio. Se o Boletim de Voto a Distância for recebido após o dia 21 de abril de 2021, os votos não serão computados. A Companhia não exigirá a entrega física dos documentos e algumas outras formalidades que estão previstas no Formulário de Referência da Companhia, conforme termos constantes da Proposta da Administração e Manual de Participação. Assim, em caso de eventuais desconformidades entre a Proposta da Administração e Manual de Participação e o item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia com relação à documentação e formalidades para participação nas assembleias gerais da Companhia, devem prevalecer as disposições da Proposta da Administração e Manual de Participação. Informações detalhadas sobre a participação do acionista diretamente, por seu representante legal ou procurador devidamente constituído, bem como as regras e procedimentos para participação e/ou votação à distância na Assembleia, inclusive orientações para envio do Boletim e ainda, orientações sobre acesso à plataforma digital e regras de conduta a serem adotadas na Assembleia constam da Proposta da Administração e Manual de Participação. São Paulo, 26 de março de 2021. **Jean-Charles Henri Naouri** - Presidente do Conselho de Administração.

Id: 2306662

**SANTA BEATRIZ CONSTRUTORA LTDA**

CNPJ: 09.121.068/0001-04  
 Comunicamos para fins de arquivamento na JUCERJA no dia vinte e seis de março de dois mil e vinte um (26/03/2021), reuniram-se na sede da Empresa SANTA BEATRIZ CONSTRUTORA LTDA, CNPJ nº 09.121.068/0001-04, NIRE nº 33.2.0798396-5, seus sócios MÔNICA SARMENTO SWAELEN SILVA e PEDRO HENRIQUE DOS REIS SILVA, para deliberar sobre a REDUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL de R\$ 1.000.000,00 (dez milhões de reais) para R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 1.000.000 (um milhão) de quotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, por entenderem ser excessivo em relação ao objeto da sociedade (Lei 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, art. 1.082, inciso II), ficando o mesmo distribuído da seguinte forma:

Sócios-Administradores	Quotas	R\$	%
Mônica Sarmiento Swaelen Sil	990.000	990.000,00	99%
Pedro Henrique dos Reis Sil	10.000	10.000,00	1%
Total	1.000.000	1.000.000,00	100%

Mônica Sarmiento Swaelen Silva - Sócios-Administradores; Pedro Henrique dos Reis Silva - Sócios-Administradores

Id: 2306827

**GYPSOLITE DO BRASIL S/A INDUSTRIA E COMÉRCIO DE GESSO**

CNPJ: 33.965.146/0001-20  
**Aviso aos Acionistas** - Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31.12.2020. Solicitamos que o pedido de envio seja feito através do e-mail: [assembleia.tmc.2021@gmail.com](mailto:assembleia.tmc.2021@gmail.com), mencionando o nome da empresa, em função da atual situação de pandemia da Covid-19. Duque de Caxias, 26/03/2021. **A Diretoria.**

Id: 2306098

**ENEVA S.A.**

CNPJ/ME: 04.423.567/0001-21 - NIRE 33.3.0028402-8  
 Companhia Aberta

**Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.** Convocamos os senhores acionistas da ENEVA S.A. ("Cia.") a se reunirem em AGO/E, a ser realizada às 11h do dia 30/04/2021, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Zoom", em linha com o § único do art. 121 da Lei 6.404/76 e com a Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) **Em AGO:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Cia. relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2020; (ii) destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31/12/2020; (iii) fixar o número de membros do Conselho de Administração da Cia.; (iv) eleger os membros do Conselho de Administração da Cia.; (v) fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores da Cia.; e 2) **Em AGE:** (vi) ratificar a remuneração global atribuída aos administradores no período compreendido entre abril de 2020 e abril de 2021. **Informações Gerais:** A Cia. esclarece que (i) poderão participar da AGO/E os acionistas titulares de ações emitidas pela Cia., por si, seus representantes legais ou procuradores, nos termos dispostos no art. 126 da Lei 6.404/76, (ii) os acionistas deverão apresentar com a devida antecedência o comprovante atualizado da titularidade das ações de emissão da Cia., expedido por instituição financeira prestadora dos serviços de ações escrituradas e/ou agente de custódia e, conforme o caso: (a) Pessoas Físicas: documento de identificação com foto; (b) Pessoas Jurídicas: último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado no órgão competente e a documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores, conforme o caso); (c) Fundos de Investimento: último regulamento consolidado do fundo e estatuto ou contrato social do seu administrador/gestor, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores, conforme o caso); (d) Procuradores: procuração, emitida há menos de um ano da data da realização da AGO/E e documento de identificação com foto do procurador. Visando facilitar a participação dos acionistas, a Cia. disponibilizará a notificação, consultatização/posicionamento e tradução juramentada para português dos documentos expedidos fora do país. É importante, contudo, que haja identificação clara do nome do signatário dos documentos apresentados, para fins de comprovação dos poderes, e que documentos em língua estrangeira estejam acompanhados de tradução livre para a língua portuguesa. Os acionistas que pretenderem participar da AGO/E, que será realizada exclusivamente por meio da Plataforma "Zoom", deverão enviar e-mail à Cia. para [secretariacorporativa@eneva.com.br](mailto:secretariacorporativa@eneva.com.br), com antecedência mínima de 48h da realização da AGO/E, ou seja, até às 11h (horário de Brasília) do dia 28/04/2021, solicitando acesso ao sistema eletrônico de participação e votação à distância, e enviando cópia de toda a documentação necessária para participação na AGO/E, nos termos acima. Os acionistas que não manifestarem interesse na participação na Assembleia digital e não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui exigido não estarão aptos à participação na AGO/E. As informações detalhadas sobre as regras e os procedimentos a serem seguidos para que os acionistas possam participar e votar à distância na AGO/E, incluindo informações para acesso e utilização do sistema por meio do qual será realizada a AGO/E, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: [www.eneva.com.br/asm](http://www.eneva.com.br/asm), onde também poderá exercer o voto na AGO/E por meio do preenchimento e entrega com antecedência do boletim de voto à distância. Solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na Instrução CVM nº 481/2009, bem como as orientações constantes do próprio boletim de voto à distância disponibilizado. Para fins do art. 4º da Instrução CVM nº 481/2009, a Cia. informa, ainda, que o percentual mínimo do capital votante necessário para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5%, nos termos do art. 3º da Instrução CVM nº 165, de 11/12/1991, conforme alterada. Por fim, os documentos e informações pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGO/E encontram-se disponíveis na sede social da Cia., na página de relação com investidores da Cia. ([www.eneva.com.br](http://www.eneva.com.br)), no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), conforme prevê o art. 133 da Lei nº 6.404/76 e a Instrução CVM nº 481/2009. RJ, 30/03/2021. **Jerson Kelman** - Presidente do Conselho de Administração. ENEVA S.A.

Id: 2306899

**MERCK S.A.**

CNPJ/ME nº 33.069.212/0001-54 - NIRE 3.330.002.278-3

**Aviso aos Acionistas**

Em cumprimento ao disposto no Artigo 133 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, comunicamos que os documentos a que o artigo se refere, relativos ao exercício encerrado em 31/12/20, se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Merck S.A., situada na Estrada dos Bandeirantes, 1099, Jacarepaguá, CEP 22710-571, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 26 de março de 2021. **A Administração**

Id: 2306246

**INGRAX INDUSTRIA E COMÉRCIO DE GRAXAS S/A**  
**CNPJ: 77.575.330/0004-02**  
**AUDITORIA AMBIENTAL**

A INGRAX INDUSTRIA E COMÉRCIO DE GRAXAS S/A, torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, em 12/03/2021, Relatório de Auditoria Ambiental do ano de 2020 para fabricação de graxas e óleos lubrificantes automotivos e industriais e gerenciamento das áreas contaminadas sob investigação e informa que este estará à disposição para consulta na Rodovia Washington Luiz, 20.270 - Santa Cruz da Serra, Município do Duque de Caxias, no período de 05/04/2021 até 23/04/2021 no horário das 9h às 15h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico [www.inea.rj.gov.br/biblioteca](http://www.inea.rj.gov.br/biblioteca). (Processo E-07/201774/2006)

Id: 2305310

**CMSA PARTICIPAÇÕES S/A**  
**CNPJ 10.826.232/0001-57 - NIRE 33.3.002927-3**

**Convocação:** O Conselho de Administração da CMSA Participações S/A convoca os senhores acionistas da Cia. a se reunirem em AGO, no dia 30/04/21, na sede da Cia., à Av. das Américas 3.500, Bl. 2, sl. 503, Barra da Tijuca/RJ, às 11h, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Exame, discussão e aprovação das Contas da Administração, do Relatório Anual da Administração e Dfs. da Cia., referentes ao exercício encerrado em 31/12/20; b) Destinação do resultado do exercício encerrado em 31/12/20; c) Eleição do Conselho de Administração e do seu Presidente; d) Fixação da remuneração global dos Administradores para o ano de 2021. **Avisos:** Encontram-se desde já à disposição dos senhores acionistas, na sede social da Cia., os documentos a que se refere o Art. 133, da Lei 6.404/76. Os instrumentos de representação na Assembleia deverão ser apresentados na sede social da Cia. nos termos da Lei e do Estatuto Social dela. RJ, 28/03/21. **José Inácio Cereal Fucci** - Presidente do Conselho de Administração.

Id: 2306866

**COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

C.N.P.J./M.E. nº 33.938.119/0001-69 - N.I.R.E.: 3330016451-1

**Companhia Aberta - Categoria 1**  
**FATO RELEVANTE - 4º REVISÃO TARIFÁRIA QUINQUENAL JULGAMENTO DO PROCESSO REGULATÓRIO.** A Companhia Distribuidora do Gás do Rio de Janeiro - CEG, com nome fantasia Naturgy, (código de negociação CEGR3 no mercado básico da B3), nos termos da Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2020, conforme alterada, vem pelo presente ato informar aos seus acionistas e ao mercado em geral, em complementação ao Fato Relevante divulgado pela Companhia em 24/03/2021 com publicação no DOERJ e no Jornal Monitor Mercantil em 26/03/2021, que, nesta data, recebeu o Ofício AGENERA/SECEX SEI Nº 316, comunicando à Companhia sobre a decisão do Conselho Diretor da Agência Reguladora do gás de suspender os efeitos e prazos processuais da Deliberação AGENERA Nº 4.198/2021 referente à 4ª Revisão Tarifária Quinquenal da Concessão. A decisão informada à Companhia ainda será publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - DOERJ, Rio de Janeiro, 25 de março de 2021. **Márcio Gomes Vargas** - Diretor Econômico Financeiro e de Relações com o Investidor.

Id: 2306874

**OI SA - Em Recuperação Judicial**

CNPJ/ME: 76.535.764/0001-43  
 NIRE 33.3.0029520-8  
**COMPANHIA ABERTA**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**  
 O Conselho de Administração da OI S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia") convoca os Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGO"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2021, às 9h, na sede social da Companhia, à Rua do Lavradio nº 71, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias:  
 Em Assembleia Geral Ordinária:  
 (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020;  
 (2) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020;



documento  
assinado  
digitalmente

A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal [www.io.rj.gov.br](http://www.io.rj.gov.br).  
 Assinado digitalmente em Segunda-feira, 29 de Março de 2021 às 22:59:02 -0300.

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**

Empresa: OI SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

NIRE: 333.0029520-8 Protocolo: 00-2021/127370-8 Data do protocolo: 14/05/2021

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 19/05/2021 SOB O NÚMERO 00004069995 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 921F498B333D267E59CF79450F2DB362813B2CD41D755B57CF28DA60B4D7EC9C

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.





- (3) Fixar a verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia;  
(4) Eleger a alta administração pela administração da Companhia para composição do Conselho de Administração;  
(5) Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes; Em Assembleia Geral Extraordinária;  
(6) Aprovar Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações de emissão da Companhia para o Diretor Presidente.

**INSTRUÇÕES GERAIS:**

1. A documentação e as informações relativas às matérias que serão deliberadas na Assembleia estão à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, no "Manual para Participação e Proposta da Administração", na página de Relações com Investidores da Companhia ([www.ois.com.br](http://www.ois.com.br)), assim como no site da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) na forma da Instrução CVM 481/09 e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (<http://www.b3.com.br>).  
2. Os titulares de ações preferenciais terão direito a voto em todas as matérias sujeitas à deliberação e constantes da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ora convocada, conforme parágrafo 3º do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia e parágrafo 1º do artigo 111 da Lei 6.404/76, e votarão sempre em conjunto com as ações ordinárias.

3. Os Acionistas interessados em requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração deverão cumprir com os requisitos legais e representar no mínimo 5% do capital votante, nos termos das Instruções CVM 165/91 e 282/98.

**Participação presencial**

4. Tendo em vista a Pandemia do Covid-19, a Oi contará com contingente mínimo de profissionais e adotará rígidas medidas sanitárias para preservar a saúde dos participantes e mitigar riscos de contágio. Tais medidas incluirão, dentre outras, a realização da AGOE em um auditório amplo, adoção de protocolos de distanciamento social, disponibilização de máscaras descartáveis e álcool em gel.  
5. Com vistas a conferir celeridade ao processo de cadastramento dos Acionistas presentes à Assembleia, aumentando, com isso, inclusive, a própria segurança de todos os seus participantes, solicita-se ao Acionista que desejar participar pessoalmente da Assembleia ou ser representado por procurador que encaminhe os seguintes documentos digitalizados em formato pdf até às 18h do dia 28 de abril de 2021 para o endereço eletrônico [invest@ois.com.br](mailto:invest@ois.com.br). Alternativamente, os documentos podem ser entregues na Rua Humberto de Campos n.º 428, 5º andar, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro - RJ, das 9h às 12h e das 14h às 18h, também até o dia 28 de abril de 2021, aos cuidados da Gerência Societária e Jurídica, ou (ii) quando Pessoa Jurídica: cópias do Instrumento de Constituição ou Estatuto Social ou Contrato Social, ata de eleição do Conselho de Administração (quando houver) e ata de eleição da Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia; (iii) quando Pessoa Física: cópias do documento de identidade e CPF do Acionista; e (iv) quando Fundo de Investimento: cópias do regulamento do Fundo e cópia do Estatuto Social ou Contrato Social do administrador do Fundo, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia. Além dos documentos indicados em (i), (ii) e (iii), conforme o caso, quando o Acionista for representado por procurador, deverá encaminhar juntamente com tais documentos o respectivo mandato, com poderes especiais, bem como as cópias do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação, além do documento de identidade e CPF do procurador presente.

6. O Acionista participante de Custódia Fungível de Ações Nominativas das Bolsas de Valores que desejar participar desta Assembleia deverá apresentar extrato emitido com data de até 2 (dois) dias úteis anteriores à sua realização, contendo a respectiva participação acionária, fornecida pelo órgão custodiante.

7. Em caráter excepcional, a Oi não exigirá o cumprimento de formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, apostilamento e tradução juramentada da referida documentação.

**Votação à distância**

8. A Oi recomenda e incentiva seus acionistas a participarem desta AGOE exercendo seu direito de voto às deliberações constantes da Ordem do Dia por meio da Boletim de Voto à Distância ("BVD"), conforme disponibilizada pela Companhia no seu site de Relações com Investidores, bem como no site da CVM e da B3, juntamente com os demais documentos a serem discutidos na AGOE, observadas as orientações constantes do BVD, em conformidade com a Instrução CVM nº 481/09, conforme alterada.  
9. Os Acionistas poderão encaminhar seu BVD por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia.  
10. Visando estimular essa forma de votação, os acionistas que optarem por remeter os BVDs diretamente à Companhia poderão fazê-lo enviando, até o dia 23 de abril de 2021, para o endereço eletrônico [invest@ois.com.br](mailto:invest@ois.com.br), as digitalizadas em formato pdf do BVD (devidamente preenchido, rubricado e assinado) e dos documentos pertinentes, não sendo necessário o encaminhamento da via original (física) do BVD e dos documentos pertinentes. Também fica dispensado o reconhecimento das firmas em cartório, bem como a autenticação dos documentos.

11. A Oi confirmará o recebimento das documentos, bem como comunicará ao acionista por meio do endereço de e-mail informado no BVD se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário.

**Participação Remota**

12. A Companhia disponibilizará meio de acesso remoto à AGOE para que os acionistas possam acompanhar a reunião à distância, não sendo contudo permitida qualquer manifestação nem exercício do voto por meio do acesso remoto disponibilizado.  
13. Os acionistas que desejarem acompanhar a AGOE de forma remota deverão solicitar o acesso à Companhia, com antecedência mínima de 24h da realização da AGOE (ou seja, até às 9h - horário de Brasília - do dia 29 de abril de 2021), por meio de e-mail com o assunto "AGOE - acesso remoto" para o endereço eletrônico [invest@ois.com.br](mailto:invest@ois.com.br), informando o nome completo e CPF da pessoa física que irá acompanhar remotamente a AGOE (acionista, procurador ou representante legal). Para que a solicitação seja atendida, o e-mail também deverá ser acompanhado dos documentos previstos no Manual de Participação dos Acionistas na AGOE, divulgado nesta data, em formato pdf.

14. A Companhia confirmará o recebimento dos documentos acima e enviará e-mail aos acionistas que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima às respectivas instruções para o acompanhamento remoto da AGOE.

15. O acompanhamento à distância da AGOE destina-se exclusivamente aos acionistas da Oi ou seus representantes legais. O acesso que os acionistas possam acompanhar a reunião à distância, não sendo contudo permitida qualquer manifestação nem exercício do voto por meio do acesso remoto disponibilizado.  
16. Os acionistas ou seus representantes legais que receberem o acesso também não estão autorizados a gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, o conteúdo ou qualquer informação transmitida durante a AGOE.

17. Os acionistas que acompanharem a AGOE remotamente não serão computados como presentes na AGOE, salvo se tiverem exercido seu voto via Boletim de Voto à Distância.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2021.

Eliezer de Carvalho Filho  
Presidente do Conselho de Administração

Oi S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 76.535.764/0001-43

NIRE 33.3.0029520-8

Companhia Aberta

**AVISO AOS ACIONISTAS**

Oi S.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi" ou "Companhia") vem comunicar aos acionistas da Companhia e ao mercado em Geral, em atendimento ao Art. 133 da Lei nº 6.404/76, que os documentos e informações

relativas às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada no dia 30 de abril de 2021, incluindo o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo, a cópia das demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes, o parecer do Conselho Fiscal e o relatório resumido do Comitê de Auditoria, Riscos e Controles, encontram-se à disposição, na sede da Companhia, à Rua do Lavradio nº 71, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, bem como no website da Companhia ([www.ois.com.br](http://www.ois.com.br)) e B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), por meio do Sistema Empresas.NET.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2021.

Oi S.A. - Em Recuperação Judicial

Camille Lobo Faria

Diretora de Finanças e Relações com Investidores

Id: 230652

**CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A**

CNPJ Nº 07.820.907/0001-46 - NIRE Nº 33.3.0027764-1

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
Convocamos os acionistas da CR2 Empreendimentos Imobiliários S/A ("Companhia"), companhia aberta com sede na Avenida Afonso Arinos de Melo Franco, nº 222, bloco 1, sala 1511, Barra da Tijuca, CEP 22.631-465, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a se reunir, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2021, às 14:00 horas, em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia") ou "AGOE", sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 4º, §2º, inciso I, e artigo 21-C, §2º e 3º, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("CVM 481"), por meio das plataformas digitais de assembleias virtuais V-Casting (videoconferência) e V-Meeting (teleconferência) da Volte! (referidas conjuntamente como "Plataforma Digital" e "Assembleia", respectivamente), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): I) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2020; II) Fixar o número de membros do Conselho de Administração; III) Eleger e/ou reconduzir os membros que compõem o Conselho de Administração, com mandato até a Assembleia geral ordinária da Companhia de 2022; e IV) Fixar a remuneração global dos administradores para o exercício de 2021. **Informações Gerais:** A. Documentos à Disposição dos Acionistas: Em conformidade com o Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei 6.404/76"), e com a ICVM 481, a Companhia informa que foram disponibilizados aos acionistas da Companhia nesta data, na sede da Companhia, no seu portal de Relações com Investidores ([www.rci.cr2.com.br](http://www.rci.cr2.com.br)), bem como nos sites da CVM e da B3 S.A. - Brasil Bolsa e Balcão, toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia, os documentos previstos na ICVM 481 e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto na AGOE. B. Adoção do Voto Múltiplo: Eventual requerimento para adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração deverá ser formulado por escrito com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, nos termos do §1º do Artigo 141 da Lei das S.A. Para os efeitos do que dispõem o artigo 141 da Lei das S.A. e a Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991 ("CVM 165"), bem como o artigo 4º, inciso I da ICVM 481, o percentual mínimo do capital social votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). C. Participação na Assembleia: Considerando as recomendações ainda vigentes para que sejam evitadas aglomerações e a circulação de pessoas como medidas para evitar a propagação da Covid-19, a administração da Companhia recomenda o seu comparecimento eletrônico à Assembleia e informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, seja pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme instruções no item "E" abaixo. D. Voto à Distância: A Companhia informa que adotou o sistema de votação à distância, de acordo com a ICVM 481. O acionista que desejar, poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida instrução, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme orientações constantes do Manual de Participação na Assembleia Geral Ordinária da Companhia ("Manual de Participação") divulgado nesta mesma data e disponível aos senhores acionistas nos locais mencionados no item "A" acima. A Companhia alerta que, em qualquer dessas hipóteses, o boletim de voto à distância deverá ser recebido até, no máximo, 7 (sete) dias antes da data da realização da Assembleia, ou seja, até às 23h59min do dia 23 de abril de 2021. Aqueles acionistas que optarem por esta data serão desconsiderados. Caso o acionista opte por enviar o boletim de voto à distância diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores da Companhia, preferencialmente por meio de e-mail [ri@cr2.com.br](mailto:ri@cr2.com.br), com solicitação de confirmação de recebimento, no mesmo prazo acima informado. E. Via física original ou digitalização da via original do boletim de voto à distância relativo à Assembleia devidamente preenchido, rubricado e assinado; (ii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das S.A., e/ou relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão custodiante; e (iii) cópia dos autos ou digitalização da via original do documento de identificação do acionista, observados os documentos abaixo elencados que serão aceitos pela Companhia para fins de identificação do acionista: «Para pessoas físicas»: documento de identidade com foto do acionista ou, se for o caso, documento de identidade com foto de seu procurador e a respectiva procuração; «Para pessoas jurídicas»: último estatuto social ou contrato social consolidado e os complementos; sociedades que comprovem a representação legal do acionista; e documento de identidade com foto do representante legal. «Para fundos de investimento»: último regulamento consolidado do fundo; estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; documento de identidade com foto do representante legal. F. Plataforma Digital: Conforme autoriza a ICVM 481, a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da Plataforma Digital, nos termos do artigo 21-C, §2º e 3º da ICVM 481, podendo o acionista, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, (i) simplesmente participar da Assembleia, sem necessariamente votar; ou (ii) participar e votar na Assembleia. Os acionistas ou procuradores que desejarem participar remotamente por meio da Plataforma Digital, deverão encaminhar aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores da Companhia, por meio de e-mail [ri@cr2.com.br](mailto:ri@cr2.com.br), com solicitação de confirmação de recebimento, ou envio ao endereço da sede da Companhia, na Avenida Afonso Arinos de Melo Franco, nº 222, bloco 1, sala 1511, Barra da Tijuca, CEP 22.631-465, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, os documentos de comprovação da qualidade de acionista e identificação listados no item "D" acima, imprimevavelmente, até o dia 28 de abril de 2021 (inclusive), sendo certo que o e-mail utilizado pelo acionista ou procurador para envio da documentação será o e-mail a ser cadastrado como login para fins de acesso via internet na Plataforma Digital. Nos termos do artigo 5º, §3º, da ICVM 481, não será admitido o acesso à Plataforma Digital dos acionistas ou procuradores que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto. Conforme indicado no Manual de Participação, a Companhia enviará aos acionistas ou procuradores devidamente habilitados, dentro das 24 (vinte e quatro) horas que antecedem o início da Assembleia (ou seja, até às 13:59 do dia 29 de abril de 2021), um

e-mail contendo as senhas para acesso à Plataforma Digital, bem como demais instruções necessárias para o acesso e a participação na Assembleia, sendo certo que deverão ser utilizados os dados abaixo para fins de acesso à Plataforma Digital. Para acesso à plataforma V-Casting (videoconferência): Link: <https://vcasting.volte.com.br/TransmissaoId=9005>. Para acesso à plataforma V-Meeting (teleconferência): Número de acesso: (11) 3301- 3000 ou (11) 3728-5800. Rio de Janeiro/RJ, 30 de março de 2021. Alexandre Pereira Coelho - Presidente do Conselho de Administração.

Id: 230676

**CASA DE SAÚDE SÃO LUCAS S.A.**

CNPJ/MF 30.537.740/0001-22

**Convocação:** Empresa estabelecida na Av. Antônio Manoel de Azevedo, 715 - Duas Pedras, Nova Friburgo - RJ, vem convocar seus acionistas a se reunir em AGO, no dia 04/05/2021, às 17 h, em 1ª convocação com a presença da maioria do capital, com direito a voto, ou 17:30h em 2ª convocação com qualquer número de presentes, para deliberar sobre a seguinte pauta do dia: I - AGO; a) Leitura do relatório da Administração; b) Leitura, discussão, votação e aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2020; c) Deliberação do resultado do exercício; d) Assuntos gerais. A Diretoria.

Id: 230627

**GRUPO DE MODA SOMA S.A.**

CNPJ/MF nº 10.285.590/0001-08 - NIRE 33.3.0031538-1

Companhia Aberta  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2021:** O Conselho de Administração do GRUPO DE MODA SOMA S.A., sociedade anônima, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Pasteur, nº 154, Botafogo, CEP: 22290-240, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia sob o nº 10.285.590/0001-08 ("Companhia"), no ato presente, convocar os acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2021, às 14 horas, de forma exclusivamente digital, considerando-se, portanto, realizada na sede da Companhia, para deliberar a respeito das seguintes matérias constantes da ordem do dia ("Ordem do Dia"): Em Assembleia Geral Ordinária: 1. Examinar, discutir e votar o relatório e as contas da administração, bem como as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes; 2. Examinar, discutir e votar a proposta para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; e 3. Fixar a verba global anual da remuneração dos administradores para o exercício social de 2021. Em Assembleia Geral Extraordinária: 1. Examinar, discutir e votar a proposta de alterações na estrutura da Diretoria da Companhia e a correspondente alteração e consolidação do Estatuto Social. Rio de Janeiro, 30 de março de 2021. MARCEL SAPIR - Presidente do Conselho de Administração. **INFORMAÇÕES GERAIS:** (1) Para fins da participação na Assembleia, os acionistas devem apresentar: (i) o comprovante da titularidade de ações do instrumento de identificação do fundo, emitido até 3 (três) dias úteis antes da data da realização da Assembleia pela instituição financeira escrituradora ou agente de custódia; (ii) no caso de acionista pessoa física, o documento de identidade válido com foto; (iii) no caso de acionista pessoa jurídica, o documento de identidade válido com foto do representante legal e dos documentos comprobatórios de representação, incluindo o instrumento de mandato, último estatuto ou contrato social consolidado (e alterações posteriores, conforme aplicável) e documentação societária outorgando poderes de representação (i.e., ata de eleição dos diretores e dos conselheiros que os elegeram, se o caso); (iv) no caso de fundo de investimento, o documento de identidade válido com foto do representante e dos documentos comprobatórios de representação, incluindo o instrumento de mandato e cópia do último regulamento consolidado do fundo, estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata de eleição dos diretores e dos conselheiros que os elegeram, se o caso, termo(s) de posse e/ou procuração); e (v) no caso de acionistas representados por procuradores, além dos documentos indicados acima, procuração com firma reconhecida e documento de identificação do procurador com foto. A procuração deverá ter sido outorgada há no máximo de um ano para o procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira (exceto por procurações outorgadas nos termos do parágrafo 7º do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações), cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus cotitulares, de acordo com o previsto no artigo 126, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações. Os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados por procurador constituído conforme seus estatutos/contratos sociais, não sendo obrigatório que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou outro acionista. Caso os documentos listados acima estejam em língua estrangeira, deverão ser traduzidos para o idioma português por tradutor juramentado, não sendo necessárias as formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, notariação, consularização ou apostilamento. Os documentos em inglês estão dispensados da tradução. (2) A participação e votação dos acionistas na Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico acessado mediante link a ser disponibilizado pela Companhia anteriormente à realização da Assembleia. (3) Os acionistas deverão encaminhar os documentos de identificação e a participação na Assembleia, conforme detalhado no item (1) acima, diretamente à Companhia por meio do endereço eletrônico [ri@somagrup.com.br](mailto:ri@somagrup.com.br), com antecedência mínima de 2 (dois) dias da data de realização da Assembleia (ou seja, até o dia 27 de abril de 2021). Após a análise dos referidos documentos e comprovação da titularidade das ações, o acionista receberá as credenciais de acesso e instruções para sua identificação e uso da plataforma digital. (4) Em atendimento aos termos do artigo 4º da Instrução CVM nº 481/09, conforme alterada, os documentos pertinentes à Ordem do Dia e às orientações para a participação e votação à distância, por meio de sistema eletrônico, se encontram à disposição dos acionistas no endereço na rede mundial de computadores [www.somagrup.com.br](http://www.somagrup.com.br).

Id: 230651

**MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.**

CNPJ/MF nº 07.816.890/0001-53 - NIRE 33.3.0027840-1

Companhia Aberta  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.** Ficam os Senhores acionistas da Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") convocados a se reunir, em primeira convocação, em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2021, às 15:00 horas, na sede social desta Companhia, na Avenida das Américas nº 4.200, Bloco 2, sala 501, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal de 2020; (2) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; e (3) Fixar a remuneração global anual dos Administradores da Companhia para o exercício de 2021. **Informações Gerais:** Para participação na Assembleia, os acionistas, seus representantes legais ou procuradores, deverão observar o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, apresentando à Companhia, preferencialmente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade com foto e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, o comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia, conforme o caso, indicando a posição acionária em relação a, no má-



A assinatura não possui validade quando impressa.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal [www.oi.rj.gov.br](http://www.oi.rj.gov.br).  
Assinado digitalmente em Segunda-feira, 29 de Março de 2021 às 22:59:05 -0300.

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**

Empresa: OI SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

NIRE: 333.0029520-8 Protocolo: 00-2021/127370-8 Data do protocolo: 14/05/2021

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 19/05/2021 SOB O NÚMERO 00004069995 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 921F498B333D267E59CF79450F2DB362813B2CD41D755B57CF28DA60B4D7EC9C

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.





**EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A.**  
CNPJ/MF nº 02.302.100/0001-06 - NIRE nº 35.300.153.235

**COMUNICADO**

A EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A., em conformidade com seu Contrato de Concessão de Distribuição nº 20.938 - ABTEL e com o que dispõe a Lei nº 9.911 de 1991 e a Lei nº 20.001 de 2000 e as respectivas alterações, com o objetivo de dar transparência e publicidade aos projetos realizados e colher subsídios para a elaboração de novos projetos, convida universidades, entidades de classe, conselho de consumidores, parceiros, clientes e sociedade em geral para, através de Audiência Pública, fornecer informações adicionais sobre os Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento regulados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Audiência Pública será realizada entre os dias 24 a 31 de março de 2021, via internet, através do site [www.edpspb.com.br](http://www.edpspb.com.br). As inscrições e temas e as datas e horários das audiências públicas, podem ser encaminhados eletronicamente para a EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. nos endereços eletrônicos: [eficiencia@edpspb.com.br](mailto:eficiencia@edpspb.com.br) e [ped@edpspb.com.br](mailto:ped@edpspb.com.br) respectivamente, ou para Av. Cassiano Ricardo, 1973, CEP: 12240-504, Jd. Alvorada, São José dos Campos-SP, aos cuidados do Programa de Eficiência Energética ou Pesquisa & Desenvolvimento.

**MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.**, CNPJ/MF nº 07816.890/0001-53 - NIRE nº 33.300282-060 - Companhia Aberta - **EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**. Ficam os Senhores acionistas da Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") convidados a se reunirem, em primeira convocação, em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2021, às 15:00 horas, na sede social desta Companhia, na Avenida das Américas nº 4.200, Bloco 2, sala 501, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: (I) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (2) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; e (3) Fixar a remuneração global anual dos Administradores da Companhia para o exercício de 2021. Informações Gerais: Para participação na Assembleia, os acionistas, seus representantes legais ou procuradores, deverão observar o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, apresentando à Companhia, preferencialmente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade com foto e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, o comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia, conforme o caso, indicando a posição acionária em relação a, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia, bem como, no caso de representação por procurador, o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante. A Companhia adotará o voto a distância na realização da Assembleia, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481/09, possibilitando que o acionista exerça o direito de voto (i) através das modalidades de instruções de preenchimento do Boletim de Voto a Distância (a) ao seu agente de custódia que preste esse serviço, caso as ações estejam depositadas em depositário central, ou (b) ao Itaú Corretora de Valores S.A., agente escriturador das ações de emissão da Companhia, caso as ações não estejam depositadas em depositário central; ou (ii) mediante envio do Boletim de Voto a Distância diretamente à Companhia. Com o intuito de preservar a saúde dos acionistas, colaboradores e da coletividade, e tendo em vista as atuais orientações das autoridades de saúde brasileiras, bem como as orientações constantes do Manual de Participação da Companhia, a Companhia adotará a modalidade de voto eletrônico, por meio de plataforma digital, a ser disponibilizada no Estado do Rio de Janeiro para prevenção e enfrentamento do coronavírus (COVID-19), a Companhia ressalta a opção de utilização do Boletim de Voto a Distância para participação na Assembleia ora convocada. Em atenção às restrições de circulação decorrentes da pandemia de COVID-19, além da realização física e presencial da Assembleia na sede social da Companhia no Rio de Janeiro, haverá transmissão simultânea da Assembleia em formato de vídeo-conferência para a Companhia situada na Cidade de São Paulo, na Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1.240, 2º andar, Edifício Golden Tower, Vila Cordeiro, local onde os acionistas poderão participar remotamente. Os acionistas que desejarem participar da Assembleia no escritório da Companhia em São Paulo, seja pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, deverão observar os mesmos procedimentos e prazos previstos para participação presencial mencionados acima. A transmissão simultânea da Assembleia para o escritório da Companhia situado na Cidade de São Paulo estará condicionada à ausência de medidas restritivas em vigor que impeçam a sua realização. A Companhia ressalta que intensificou medidas de proteção e higienização de seus ambientes para receber os acionistas que optarem por comparecer presencialmente na Assembleia, seja na sede do Rio de Janeiro ou no escritório de São Paulo, e solicita a tais acionistas que, se possível, enviem confirmação de presença ao e-mail [multiplan@edpspb.com.br](mailto:multiplan@edpspb.com.br) e participação Presencial, para prévio cadastro, preferencialmente, até o dia 28 de abril de 2021. Para informações adicionais acerca da participação na Assembleia, solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na Instrução CVM nº 481/09, bem como as orientações constantes do Manual para Participação de Acionistas, do Boletim de Voto a Distância e do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia. Os documentos e informações relevantes para o exercício do direito de voto pelos acionistas encontram-se à disposição dos acionistas, na sede e no site da Companhia ([www.multiplan.com.br](http://www.multiplan.com.br)), e nos sites da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)). Rio de Janeiro, 30 de março de 2021. **José Paulo Ferraz do Amaral** - Presidente do Conselho de Administração.

**Oi S.A. – Em Recuperação Judicial**  
CNPJ/MF: 76.535.764/0001-43  
NIRE 33.3.0029520-8  
**COMPANHIA ABERTA**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
O Conselho de Administração da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial ("Companhia" ou "Oi") convoca os Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 19 de abril de 2021, às 15h, na sede social da Companhia, à Rua do Lavradio nº 71, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias: (I) Apreciação e deliberação sobre a emissão de ações ordinárias da Companhia, nos termos do Acórdão nº 1, de 08.01.2021, que deu ensejo ao Ato de Anuência Prévia da Agência Nacional de Telecomunicações ("Anatel") para a incorporação da Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial ("Telemar"), uma subsidiária integral da Oi, pela Companhia, conforme prevista no Plano de Recuperação Judicial; (2) Ratificação da nomeação e contratação da empresa especializada Meden Consultoria Empresarial Ltda. ("Meden"), como responsável pela elaboração (i) do laudo de avaliação, a valor contábil do patrimônio líquido da Telemar, a ser incorporado ao patrimônio da Companhia, (ii) do laudo de avaliação dos patrimônios líquidos da Companhia e da Telemar, a preços de mercado, na mesma data e segundo os mesmos critérios, para fins do artigo 264 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), (iii) do laudo de avaliação contendo as avaliações econômico-financeiras da Telemar e da Oi, segundo o método do fluxo de caixa descontado, e (iv) do laudo de avaliação da parcela cindida da Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A. ("BTCM"), controladora indireta da Companhia, a ser incorporada ao patrimônio da Companhia (em conjunto, os "Laudos de Avaliação"); (3) Avaliação e deliberação sobre os laudos de avaliação elaborados pela Meden, para fins da incorporação da Telemar pela Companhia; (4) Avaliação e deliberação sobre o laudo de avaliação elaborado pela Meden, para fins da incorporação parcela cindida da BTM pela Companhia; (5) Exame, discussão e deliberação sobre o Protocolo e Justificação da Incorporação da Telemar Norte Leste S.A. em Recuperação Judicial pela Oi S.A. – Em Recuperação Judicial, incluindo todos seus anexos ("Protocolo e Justificação da Incorporação"), o qual estabelece os termos e condições da incorporação da Telemar pela Companhia ("Incorporação"); (6) Deliberação sobre a proposta de Incorporação, nos termos do Protocolo e Justificação da Incorporação e na forma do artigo 227 da Lei das S.A., e a correspondente alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir a emissão de ações ordinárias para manutenção em tesouraria como resultado da Incorporação, sem alteração do valor do seu capital social; (7) Exame, discussão e deliberação sobre o Protocolo e Justificação da Cisão Parcial da Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A. com Incorporação da Parcela Cindida pela Oi S.A. – Em Recuperação Judicial, incluindo todos os seus anexos ("Protocolo e Justificação da Cisão Parcial"), o qual estabelece os termos e condições da cisão parcial da BTM ("Cisão Parcial") com incorporação da parcela cindida pela Companhia ("Incorporação da Parcela Cindida"); (8) Deliberação sobre a proposta de Incorporação da Parcela Cindida da BTM, nos termos do Protocolo e Justificação da Cisão Parcial e na forma do artigo 229 da Lei das S.A.; (9) Alteração da redação do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, para maior detalhamento de atividades já abrangidas em seu objeto social atual, em decorrência da Incorporação da Parcela Cindida e em preparação às reorganizações societárias envolvendo a Oi e suas controladas, necessárias ao cumprimento do Plano de Recuperação Judicial; e (10) Autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à efetivação da Incorporação e da Incorporação da Parcela Cindida.

**INSTRUÇÕES GERAIS:**  
1. A documentação e as informações relativas às matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") estão à disposição na sede da Companhia, na Proposta da Administração para a AGE e no Manual de Participação dos Acionistas, disponíveis na página de Relações com Investidores da Companhia ([www.oi.com.br/rj](http://www.oi.com.br/rj)), assim como no site da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) na forma da Instrução CVM 481/09 e na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (<http://www.b3.com.br/rj>), para exame dos senhores Acionistas.  
2. Os titulares de ações preferenciais terão direito a voto em todas as matérias sujeitas à deliberação e constantes da Ordem do Dia da AGE ora convocada, conforme parágrafo 3º do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia e parágrafo 1º do artigo 111 da Lei 6.404/76, e votarão sempre em conjunto com as ações ordinárias.

**Participação presencial**  
3. Tendo em vista a pandemia do Covid-19, a Oi contará com contingente mínimo de profissionais e adotará rígidas medidas sanitárias para preservar a saúde dos participantes e mitigar riscos de contágio. Tais medidas incluirão, dentre outras, a realização da AGE em um auditório amplo, adoção de protocolos de distanciamento social, disponibilização de máscaras descartáveis e álcool em gel.  
4. Com vistas a conferir celeridade ao processo de cadastramento dos Acionistas presentes à AGE, aumentando, com isso, inclusive, a própria segurança de todos os seus participantes, solicita-se ao Acionista que desejar participar pessoalmente da AGE, ou ser representado por procurador que proceda ao depósito dos seguintes documentos na Rua Humberto de Campos n.º 425, 5º andar, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro – RJ, das 9h às 12h e das 14h às 18h, até o dia 15.04.2021, aos cuidados da Gerência Societário e M&A, ou os encaminhe digitalizados em formato pdf até às 18h da mesma data para o endereço eletrônico [invest@oi.net.br](mailto:invest@oi.net.br): (i) quando pessoa jurídica: cópias do Instrumento de Constituição ou Estatuto Social ou Contrato Social, ata de eleição de Conselho de Administração (quando houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à AGE; (ii) quando pessoa física: cópias do documento de identidade e CPF do Acionista; e (iii) quando fundo de investimento: cópias do regulamento do fundo e cópia do Estatuto Social ou Contrato Social do administrador do fundo, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à AGE. Além dos documentos indicados em (i), (ii) e (iii), conforme o caso, quando o Acionista for representado por procurador, deverá encaminhar juntamente com tais documentos o respectivo mandato, com poderes especiais, bem como as cópias do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação, além do documento de identidade e CPF do procurador presente.

5. O Acionista participante de Custódia Fungível de Ações Nominativas das Bolsas de Valores que desejar participar desta AGE deverá apresentar extrato emitido com data de até 2 (dois) dias úteis antecedentes à sua realização, contendo a respectiva participação acionária, fornecida pelo órgão custodiante.  
6. Em caráter excepcional, a Oi não exigirá o cumprimento de formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, apostilamento e tradução juramentada da referida documentação.  
**Votação à distância**  
7. A Oi recomenda e incentiva seus acionistas a participarem desta AGE exercendo seu direito de voto nas deliberações constantes da Ordem do Dia por meio de Boletim de Voto à Distância ("BVD"), conforme disponibilizado pela Companhia no seu site de Relações com Investidores, bem como no site da CVM e da B3, juntamente com os demais documentos a serem discutidos na AGE, observadas as orientações constantes do BVD, em conformidade com a Instrução CVM nº 481/09, alterada pelas Instruções CVM nº 565/15 e 570/15.  
8. Os Acionistas poderão encaminhar seu BVD por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia.  
9. Visando estimular essa forma de votação, os acionistas que optarem por remeter os BVDs diretamente à Companhia poderão fazê-lo enviando, até o dia 12.04.2021, para o endereço eletrônico [invest@oi.net.br](mailto:invest@oi.net.br), via digitalizada em formato PDF do BVD (devidamente preenchido, rubricado e assinado) e dos documentos pertinentes, não sendo necessário o encaminhamento da via original (física) do BVD e dos documentos pertinentes. Também fica dispensado o reconhecimento das firmas em cartório, bem como a autenticação dos documentos.

10. A Oi confirmará o recebimento dos documentos, bem como comunicará ao acionista por meio do endereço de e-mail informado no BVD se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário.  
**Acompanhamento Remoto da AGE**  
11. A Companhia disponibilizará meio de acesso remoto à AGE para que os acionistas possam acompanhar a reunião à distância, não sendo, contudo, permitidas qualquer manifestação nem exercício do voto por meio do acesso remoto disponibilizado. O exercício do voto à distância somente será possível por meio do BVD.  
12. Os acionistas que desejarem acompanhar a AGE de forma remota deverão solicitar o acesso à Companhia até às 15h, horário de Brasília, do dia 16 de abril de 2021, por meio de e-mail com o assunto "AGE – acesso remoto" para o endereço eletrônico [invest@oi.net.br](mailto:invest@oi.net.br), informando o nome completo e CPF da pessoa física que irá acompanhar remotamente a AGE (acionista, procurador ou representante legal). Para que a solicitação seja atendida, o e-mail também deverá ser acompanhado dos documentos previstos no Manual de Participação dos Acionistas na AGE, divulgado nesta data, em formato PDF.  
13. A Companhia confirmará o recebimento dos documentos acima e enviará e-mail aos acionistas que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima as respectivas instruções para o acompanhamento remoto da AGE.

14. O acompanhamento à distância da AGE destina-se exclusivamente aos acionistas da Oi ou seus representantes legais. O acesso que será fornecido pela Companhia é intransferível e não poderá ser cedido, encaminhado ou divulgado a qualquer terceiro, acionista ou não. Os acionistas ou seus representantes legais que receberem o acesso também não estão autorizados a gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, o conteúdo ou qualquer informação transmitida durante a AGE.  
15. Os acionistas que acompanharem a AGE remotamente não serão computados como presentes na AGE, salvo se tiverem exercido seu voto via Boletim de Voto à Distância.  
Rio de Janeiro, 29 de março de 2021.

**Elaezar de Carvalho Filho**  
Presidente do Conselho de Administração

**Oi S.A. – Em Recuperação Judicial**  
CNPJ/MF nº 76.535.764/0001-43  
NIRE 33.3.0029520-8  
**COMPANHIA ABERTA**  
**AVISO AOS ACIONISTAS**

Oi S.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi" ou "Companhia") vem comunicar aos acionistas da Companhia e ao mercado em Geral, em atendimento ao Art. 133 da Lei nº 6.404/76, que os documentos e informações relativos às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada no dia 30 de abril de 2021, incluindo o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos ocorridos durante a gestão da Companhia e suas subsidiárias, o parecer dos auditores independentes, o parecer do Conselho Fiscal e o relatório resumido do Comitê de Auditoria, Riscos e Controles, encontram-se à disposição, na sede da Companhia, à Rua do Lavradio nº 71, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, bem como no website da Companhia ([www.oi.com.br/rj](http://www.oi.com.br/rj)), tendo sido também enviados à CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), por meio do Sistema Empresas.NET.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2021.

**Oi S.A. – Em Recuperação Judicial**  
Camille Loyo Faria  
Diretora de Finanças e Relações com Investidores

**YDUQS PARTICIPAÇÕES S.A.**  
**Companhia Aberta** - CNPJ nº 08.807.432/0001-10  
NIRE 33.300.282.060 – Código CVM nº 02101-6  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA e EXTRAORDINÁRIA a ser realizada em 28 de abril de 2021.** **YDUQS Participações S.A.** ("Companhia"), nos termos do art. 124 da Lei 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e dos artigos 3º e 5º da Instrução CVM 481/2009 ("ICVM 481"), vem, por meio deste edital, convocar a assembleia geral ordinária e extraordinária (AGOE"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 28 de abril de 2021, às 14:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Venezuela, nº 43, 6º andar, Bairro Saúde, CEP 20081-311, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (A) **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) as demonstrações financeiras acompanhadas do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria e Finanças, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (ii) o relatório de administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (iii) a proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (iv) a instalação do Conselho Fiscal; (v) a fixação do número de membros do Conselho Fiscal; (vi) a eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; (vii) a fixação da remuneração global anual dos administradores e membros do Conselho Fiscal, se instalado, para o exercício social de 2021. (B) **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) alterações no Capítulo II do Estatuto Social, com ajustes nos artigos 6º e 7º; (ii) alterações no Capítulo III do Estatuto Social, com ajustes nos artigos 8º e 12º; (iii) alterações no Capítulo V do Estatuto Social, com ajustes nos artigos 15, 16 e 18; (iv) alterações no Capítulo VI do Estatuto Social, com ajustes nos artigos 21 e 22; (v) alterações no Capítulo VII do Estatuto Social, com ajustes nos artigos 26 e 27; (vi) alterações no Capítulo XI do Estatuto Social, com ajustes no artigo 38; e (vii) consolidação do Estatuto Social. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., e do art. 11 do Estatuto Social da Companhia, para participar da AGOE os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, em até 2 (dois) dias úteis antecedentes à data da AGOE, por meio do endereço eletrônico [juridico.societario@yduqs.com.br](mailto:juridico.societario@yduqs.com.br), cópias dos seguintes documentos: (i) documento de identidade válido com foto; (ii) conforme o caso, instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes do representante legal do acionista, observados os requisitos da Lei das S.A.; e (iii) conforme o caso, extrato de ações custodiadas atualizado. Em se tratando de acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, por sua vez, solicita-se cópia do extrato contendo sua respectiva participação acionária, emitido em até 2 (dois) dias úteis antecedentes à data da AGOE. Serão aceitos os seguintes documentos de identidade válidos com foto: CNH, Registro Geral (RG), Registro Nacional do Estrangeiro (RNE), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, cartões de identidade expedidos pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública. No caso de acionista pessoa jurídica, além do documento de identidade com foto do representante legal, deverá ser apresentadas cópias (i) do estatuto social ou do contrato social atualizado; (ii) do ato que investe o representante legal, bem como do acionista, para o caso de fundo de investimento, além do documento de identidade com foto do representante legal, deverão ser apresentadas cópias (i) do último regulamento consolidado do fundo; (ii) do estatuto ou contrato social do seu administrador, bem como (iii) dos documentos societários que comprovem os poderes de representação. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada por meio de instrumento de mandato assinado e rubricado pelo acionista, com reconhecimento das autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGOE por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia, por sua vez, poderão ser representadas na AGOE por meio de seus representantes legais ou por meio de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado, conforme orientação do Ofício Circular CVM/SEP nº 01/2021. A Companhia não exigirá notificação ou consultação dos documentos apresentados por seus acionistas ou representantes. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na AGOE encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no site da Companhia (<https://www.yduqs.com.br/rj>), e foram enviados à CVM (<http://www.gov.br/cvm/>) e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br/rj>). Rio de Janeiro, 30 de março de 2021. **Juan Pablo Zucchini** - Presidente do Conselho de Administração.

**Oi S.A. – Em Recuperação Judicial**  
CNPJ/MF: 76.535.764/0001-43  
NIRE 33.3.0029520-8  
**COMPANHIA ABERTA**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA e EXTRAORDINÁRIA**  
O Conselho de Administração da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial ("Companhia") convoca os Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2021, às 9h, na sede social da Companhia, à Rua do Lavradio nº 71, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias:  
**Em Assembleia Geral Ordinária:**  
(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020;  
(2) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020;  
(3) Fixar a verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia;  
(4) Eleger a chapa indicada pela administração da Companhia para composição do Conselho de Administração;  
(5) Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes;  
**Em Assembleia Geral Extraordinária:**  
(6) Aprovar Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações de emissão da Companhia para o Diretor Presidente.  
**INSTRUÇÕES GERAIS:**  
1. A documentação e as informações relativas às matérias que serão deliberadas na Assembleia estão à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, no Manual para Participação e Proposta da Administração, na página de Relações com Investidores da Companhia ([www.oi.com.br/rj](http://www.oi.com.br/rj)), assim como no site da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) na forma da Instrução CVM 481/09 e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (<http://www.b3.com.br/rj>).  
2. Os titulares de ações preferenciais terão direito a voto em todas as matérias sujeitas à deliberação e constantes da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ora convocada, conforme parágrafo 3º do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia e parágrafo 1º do artigo 111 da Lei 6.404/76, e votarão sempre em conjunto com as ações ordinárias.  
3. Os Acionistas interessados em requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração deverão cumprir com os requisitos legais e representar no mínimo 5% do capital votante, nos termos das Instruções CVM 165/91 e 282/98.  
**Participação presencial**  
4. Tendo em vista a Pandemia do Covid-19, a Oi contará com contingente mínimo de profissionais e adotará rígidas medidas sanitárias para preservar a saúde dos participantes e mitigar riscos de contágio. Tais medidas incluirão, dentre outras, a realização da AGOE em um auditório amplo, adoção de protocolos de distanciamento social, disponibilização de máscaras descartáveis e álcool em gel.  
5. Com vistas a conferir celeridade ao processo de cadastramento dos Acionistas presentes à Assembleia, aumentando, com isso, inclusive, a própria segurança de todos os seus participantes, solicita-se ao Acionista que desejar participar pessoalmente da Assembleia ou ser representado por procurador que encaminhe os seguintes documentos digitalizados em formato pdf até às 18h do dia 28 de abril de 2021 para o endereço eletrônico [invest@oi.net.br](mailto:invest@oi.net.br). Alternativamente, os documentos podem ser entregues na Rua Humberto de Campos n.º 425, 5º andar, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro – RJ, das 9h às 12h e das 14h às 18h, também até o dia 28 de abril de 2021, aos cuidados da Gerência Societária e M&A, ou (ii) quando Pessoa Jurídica: cópias do Instrumento de Constituição ou Estatuto Social ou Contrato Social, ata de eleição de Conselho de Administração (quando houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia; (iii) quando Pessoa Física: cópias do documento de identidade e CPF do Acionista; e (iii) quando fundo de investimento: cópias do regulamento do Fundo e cópia do Estatuto Social ou Contrato Social do administrador do Fundo, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia. Além dos documentos indicados em (i), (ii) e (iii), conforme o caso, quando o Acionista for representado por procurador, deverá encaminhar juntamente com tais documentos o respectivo mandato, com poderes especiais, bem como as cópias do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação, além do documento de identidade e CPF do procurador presente.  
6. O Acionista participante de Custódia Fungível de Ações Nominativas das Bolsas de Valores que desejar participar desta Assembleia deverá apresentar extrato emitido com data de até 2 (dois) dias úteis antecedentes à sua realização, contendo a respectiva participação acionária, fornecida pelo órgão custodiante.  
7. Em caráter excepcional, a Oi não exigirá o cumprimento de formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, apostilamento e tradução juramentada da referida documentação.

**Votação à distância**  
8. A Oi incentiva seus acionistas a participarem desta AGOE exercendo seu direito de voto nas deliberações constantes da Ordem do Dia por meio de Boletim de Voto à Distância ("BVD"), conforme disponibilizado pela Companhia no seu site de Relações com Investidores, bem como no site da CVM e da B3, juntamente com os demais documentos a serem discutidos na AGOE, observadas as orientações constantes do BVD, em conformidade com a Instrução CVM nº 481/09, conforme alterada.  
9. Os Acionistas poderão encaminhar seu BVD por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia.  
10. Visando estimular essa forma de votação, os acionistas que optarem por remeter os BVDs diretamente à Companhia poderão fazê-lo enviando, até o dia 23 de abril de 2021, para o endereço eletrônico [invest@oi.net.br](mailto:invest@oi.net.br), via digitalizadas em formato pdf do BVD (devidamente preenchido, rubricado e assinado) e dos documentos pertinentes, não sendo necessário o encaminhamento da via original (física) do BVD e dos documentos pertinentes. Também fica dispensado o reconhecimento das firmas em cartório, bem como a autenticação dos documentos.  
11. A Oi confirmará o recebimento dos documentos, bem como comunicará ao acionista por meio do endereço de e-mail informado no BVD se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário.  
**Participação Remota**  
12. A Companhia disponibilizará meio de acesso remoto à AGOE para que os acionistas possam acompanhar a reunião à distância, não sendo contudo permitida qualquer manifestação nem exercício do voto por meio do acesso remoto disponibilizado.  
13. Os acionistas que desejarem acompanhar a AGOE de forma remota deverão solicitar o acesso à Companhia, com antecedência mínima de 24h da realização da AGOE (ou seja, até às 9h - horário de Brasília - do dia 29 de abril de 2021), por meio de e-mail com o assunto "AGOE – acesso remoto" para o endereço eletrônico [invest@oi.net.br](mailto:invest@oi.net.br), informando o nome completo e CPF da pessoa física que irá acompanhar remotamente a AGOE (acionista, procurador ou representante legal). Para que a solicitação seja atendida, o e-mail também deverá ser acompanhado dos documentos previstos no Manual de Participação dos Acionistas na AGOE, divulgado nesta data, em formato PDF.  
14. A Companhia confirmará o recebimento dos documentos acima e enviará e-mail aos acionistas que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima as respectivas instruções para o acompanhamento remoto da AGOE.  
15. O acompanhamento à distância da AGOE destina-se exclusivamente aos acionistas da Oi ou seus representantes legais. O acesso que será fornecido pela Companhia é intransferível e não poderá ser cedido, encaminhado ou divulgado a qualquer terceiro, acionista ou não. Os acionistas ou seus representantes legais que receberem o acesso também não estão autorizados a gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, o conteúdo ou qualquer informação transmitida durante a AGOE.  
16. Os acionistas que acompanharem a AGOE remotamente não serão computados como presentes na AGOE, salvo se tiverem exercido seu voto via Boletim de Voto à Distância.  
Rio de Janeiro, 30 de março de 2021.

**Elaezar de Carvalho Filho**  
Presidente do Conselho de Administração

**Assine: [assinevalor.com.br](http://assinevalor.com.br)**  
**ou ligue: 0800.7018888**

**General Shopping e Outlets do Brasil S.A.**  
Companhia Aberta – CNPJ nº 08.764.621/0001-53 – NIRE 35.300.340.833

**Aviso aos Acionistas**

General Shopping e Outlets do Brasil S.A., companhia aberta inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.764.621/0001-53 ("Companhia"), em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor, nos Artigos 9 e 12 da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada e em vigor, e nos Artigos 21 e 30 da Instrução CVM nº 480/2009, conforme alterada e em vigor, comunica aos Senhores Acionistas que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 26 de abril de 2021, às 08:00 horas, encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, nº 2.466, 24º andar, conjunto 241, Cerqueira César, CEP 01228-200, e no endereço eletrônico da Companhia (<https://ri.generalshopping.com.br/rj>), da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), na forma da legislação aplicável. Comunicamos, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico".

São Paulo, 25 de março de 2021.

**Marcio Sniocka**  
Diretor de Relações com Investidores

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
Companhia Aberta  
CNPJ 43.776.517/0001-80  
NIRE 35.3000.1683-1

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os senhores Acionistas da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp ("Companhia"), nos termos do disposto no artigo 5º, parágrafo 1º, do Estatuto Social, a participarem das Assembleas Gerais Ordinária e Extraordinária da Companhia, situada na Rua Costa Carvalho, nº 300, na cidade de São Paulo, que se realizará no dia 29 de abril de 2021, às 11 horas, de forma exclusivamente digital, com base na Instrução CVM nº 481, de 17.12.2009, conforme alterada pela Instrução CVM nº 622, de 17.04.2020, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

#### ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

- Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, Relatório dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria.
- Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2020 e a distribuição de dividendos.
- Eleger os membros do Conselho Fiscal para mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2022.
- Fixar a remuneração global anual dos administradores e dos membros do comitê de auditoria e do conselho fiscal para o exercício social de 2021.

#### ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

- Ratificar a nomeação de membro do Conselho de Administração da Companhia para cumprir o restante do mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2022.
- Deliberar sobre a reforma do Estatuto Social da Companhia para: (a) alterar o §2º e §5º do Art. 20 para passar a competência de novos negócios do diretor de tecnologia, empreendimentos e meio ambiente para o diretor-presidente; e (b) alterar os §§ do artigo 26 para desvincular a necessidade de a coordenação do Comitê de Auditoria ser exercida pelo especialista financeiro.
- Consolidar o Estatuto Social da Companhia.
- Em função dos impactos decorrentes do novo coronavírus ("COVID-19") e das medidas protetivas recomendadas pelas autoridades sanitárias, em especial as restrições de deslocamentos e aglomeração de pessoas, a assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, com participação pessoal, por procurador ou via Boletim de Voto à Distância ("BVD").
- As regras e os procedimentos para participação dos acionistas na Assembleia Geral encontram-se detalhados no Manual da Assembleia, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia, [ri.sabesp.com.br](http://ri.sabesp.com.br). Os acionistas que desejarem participar pela plataforma digital disponibilizada pela Companhia deverão enviar os documentos necessários à participação, até as 11h00min do dia 28 de abril de 2021, de acordo com as instruções divulgadas no Manual de Participação .

Por fim, é de se destacar que os dados pessoais e documentos solicitados para credenciamento e participação na assembleia serão utilizados exclusivamente para esta finalidade e seu tratamento é justificado nos termos do art. 7º, II, Lei nº 13.709/2018 (cumprimento de obrigação legal), com fundamento na Lei nº 6.404/76 e normas correlatas.

São Paulo, 25 de março de 2021.

**Mario Engler Pinto Junior**  
Presidente do Conselho de Administração


**Água. Sabendo usar, não vai faltar.**

**sabesp** **SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO

**Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.**  
Companhia Aberta de Capital Autorizada  
CNPJ/ME nº 04.149.454/0001-80 - NIRE 353.001.819.48  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO para a Assembleia Geral Ordinária**

Ficam os Senhores Acionistas da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada em 28 de abril de 2021, às 14:30 horas, na sede da Companhia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, n.º 1.510, conjuntos 31/32, sob a forma parcialmente digital, nos termos do artigo 4º, §2º, inciso II e artigo 21-C, §§ 2º a 3º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 481"), através da Plataforma Digital Zoom ("Plataforma Digital"), para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: (i) exame e aprovação do Relatório da Administração e das Contas dos Administradores referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; (ii) exame e aprovação das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (iii) o exame e a aprovação da destinação dos resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; e (iv) o exame e a aprovação da remuneração global dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021. **INFORMAÇÕES GERAIS:** Os documentos e informações necessários aos acionistas, o Manual de Participação dos Acionistas, contendo orientações detalhadas para participação na AGO, bem como a Proposta da Administração e todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima ("Manual") encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no website da Companhia ([www.ecorodovias.com.br/rj](http://www.ecorodovias.com.br/rj)), bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br/rj](http://www.b3.com.br/rj)), conforme previsto na Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 197






**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20210303 - IG Nº 1096715000**

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20210303 de interesse do Secretário da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Aquisição de equipamentos, Sistemas de Hemodinâmica para atender as Unidades Hospitalares, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), através do No 3032021, até o dia 20/04/2021, às 14h30min (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site [www.seplag.ce.gov.br](http://www.seplag.ce.gov.br). Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 26 de Março de 2021. JORGE LUIS LEITE SARAINA DE OLIVEIRA - PREGOIEIRO




**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**

**OI S.A. – Em Recuperação Judicial**  
CNPJ/ME: 76.535.764/0001-43  
NIRE 33.3.0029520-8  
COMPANHIA ABERTA

**AVISO AOS ACIONISTAS**

Oi S.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi" ou "Companhia") vem comunicar aos acionistas da Companhia e ao mercado em Geral, em atendimento ao Art. 133 da Lei nº 6.404/76, que os documentos e informações relativos às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada no dia 30 de abril de 2021, incluindo o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo, a cópia das demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes, o parecer do Conselho Fiscal e o relatório resumido do Comitê de Auditoria, Riscos e Controles, encontram-se à disposição, na sede da Companhia, à Rua do Lavradio nº 71, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, bem como no website da Companhia ([www.oi.com.br/rj](http://www.oi.com.br/rj)), tendo sido também enviados à CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), por meio do Sistema Empres.Net, em 30 de Janeiro de 2021.

**Oi S.A. – Em Recuperação Judicial**  
Camille Loyo Faria  
Diretora de Finanças e Relações com Investidores



**LOJAS AMERICANAS S.A.**

CNPJ/ME nº 33.014.556/0001-96 - NIRE 33300028170  
Companhia Aberta


**Edital de Convocação - Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária:** Ficam convidados os Srs. acionistas de Lojas Americanas S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("Assembleias") serem realizadas, cumulativamente, no dia 30 de abril de 2021, às 14 horas, no auditório anexo à sede social da Companhia, localizado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Coelho e Castro, 38, Saúde, CEP 20081-060, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (iii) instalar o Conselho Fiscal para mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2022; (iv) se instalado, fixar o número de membros que irão compor o Conselho Fiscal da Companhia, e eleger os membros do referido órgão; (v) fixar o limite da remuneração global dos administradores da Companhia, e (vi) se instalado, fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) alterar o Estatuto Social da Companhia para atualizar o caput do artigo 5º do Estatuto Social para refletir os aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, nas reuniões realizadas em 30 de junho de 2020, 10 de agosto de 2020, 13 de outubro de 2020 e 10 de dezembro de 2020 em decorrência do exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral realizada em 30 de abril de 2012. Ainda, a alteração contempla os aumentos de capital privados aprovados pelo Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado, homologados em 14 de julho de 2020 e 01 de março de 2021. (ii) consolidar o Estatuto Social da Companhia de forma a refletir as alterações acima indicadas. **Informações Gerais:** - Os seguintes documentos foram publicados em 12.03.2021 no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e no jornal "Valor Econômico": (a) relatório da administração; (b) demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (c) o parecer dos auditores independentes; e (d) parecer do Comitê de Auditoria e (e) o parecer do Conselho Fiscal da Companhia. - Os documentos e informações referentes ao exercício anterior à realização das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOs") foram apresentados à CVM, por meio do Sistema de Informações Periódicas e Eventuais (IPE), nos termos do art. 6º da Instrução CVM nº 481/09, bem como foram disponibilizados aos acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (<https://ri.lasas.com.br/>), e nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)). - O acionista que desejar poderá optar por exercer o seu direito de voto do voto do sistema de voto a distância, nos termos da Instrução CVM nº 481/2009, enviando o correspondente boletim de voto a distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia. - O acionista ou seu representante legal deverá comparecer às Assembleias munido de documento que comprove sua identidade. - Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas da B3 que desejarem participar das Assembleias deverão apresentar extrato atualizado de sua posição acionária fornecido pela instituição custodiante. - Solicita-se que, na medida do possível, os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação nas Assembleias a que se refere o presente edital tenham a firma reconhecida e sejam depositados, na sede da Companhia aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores ou encaminhados ao endereço eletrônico ([investidores@lasas.com.br](mailto:investidores@lasas.com.br)) até o dia 24 de abril de 2021. Rio de Janeiro, 30 de março de 2021. Eduardo Saggiaro Garcia - Presidente do Conselho de Administração.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20210246**

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20210246 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de cosméticos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), através do No 2462021, até o dia 20/04/2021, às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site [www.seplag.ce.gov.br](http://www.seplag.ce.gov.br). Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 26 de Março de 2021. DAULIA MÁRCIA MOTA BRAGA GONDIM - PREGOIEIRA



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20210246**

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20210246 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de cosméticos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), através do No 2462021, até o dia 20/04/2021, às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site [www.seplag.ce.gov.br](http://www.seplag.ce.gov.br). Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 26 de Março de 2021. DAULIA MÁRCIA MOTA BRAGA GONDIM - PREGOIEIRA



**SEGURODORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

CNPJ/ME nº 09.248.608/0001-04 - NIRE 33.3.0029479-6

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 29 DE JANEIRO DE 2021**  
**Data, Hora e Local:** No dia 29 de janeiro de 2021, às 14h00, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; em Buenos Aires, Argentina; na Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo; na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco; e na Cidade de Brasília, Distrito Federal. **Convocação:** Os membros do Conselho de Administração ("Conselho") foram convocados por correio eletrônico enviado em 21 de janeiro de 2021. **Presença:** a) Leandro Martins Alves, Celso Damadi, Rosana Techima Salsano, Tarcísio José Massote de Godoy, João Carlos Cardoso Botelho, Marcelo Goldman, Geraldo Henrique de Castro, Sven Robert Will, Rômulo de Souza Costa, Anderson Fernandes Peixoto, Paulo de Oliveira Medeiros e Paulo Augusto Freitas de Souza, todos conselheiros titulares com direito a voto; e b) Agustín David Bello-Conde Valdés, membro suplente com direito a voto, em razão da ausência do respectivo titular Luis Gutiérrez Mateo. **Convidados:** José Ismar Alves Tóres, Diretor-Presidente, Hello Bittton Rodrigues, Diretor Jurídico, Milton Bellizá Filho, Diretor de Planejamento, Administração e Finanças, Iran Martins Porto Junior, Diretor de Operações e TI, Maria Aparecida da Silva Valins, Diretora Funcional de Controladoria e Finanças, João Luiz de Almeida Carneiro, Gerente Administrativo e Suprimentos, que participaram durante partes da reunião. **Mesa:** Presidente: Leandro Martins Alves; Secretária: Margarida Costa. **Ordem do Dia:** 1. Comunicado de Renúncia do Sr. Luis Gutiérrez Mateo (Substituição – Agustín David Bello-Conde Valdés - na qualidade de suplente assume a vaga de titular); **Deliberações:** 1. Comunicado de Renúncia do Sr. Luis Gutiérrez Mateo (Substituição – Agustín David Bello-Conde Valdés - na qualidade de suplente assume a vaga de titular); 2. O Presidente do Conselho de Administração informou aos demais membros sobre o recebimento pela Companhia, no dia 18/12/2020, da carta de renúncia ao cargo de membro titular do Conselho de Administração apresentada pelo Sr. Luis Gutiérrez Mateo, representante da Mapfre Seguros Gerais S.A.; Mapfre Vida S.A. e Mapfre Previdência S.A. Os membros registraram o agradecimento e reconhecimento pelo importante trabalho de Luis Gutiérrez à frente do Conselho de Administração, sua atuação no aperfeiçoamento do Seguro DPVAT, deixando um importante legado para a Companhia, apresentando-lhe votos de muito sucesso em seus novos desafios. Em decorrência da renúncia do Sr. Luis Gutiérrez Mateo, a vaga passa a ser ocupada, nos termos do parágrafo único do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, pelo seu suplente Sr. Agustín David Bello-Conde Valdés, deixando vago o cargo de suplente. Os documentos atinentes à ordem do dia ficam arquivados na sede da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente do Conselho de Administração encerrou a reunião, lavrando-se a presente ata em forma de sumário das ocorrências e das decisões tomadas, lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes com direito a voto. **Assinaturas:** A presente ata foi assinada por: Leandro Martins Alves – Presidente (ass.), Margarida Costa – Secretária (ass.), Celso Damadi (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Tarcísio José Massote de Godoy (ass.), João Carlos Cardoso Botelho (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Geraldo Henrique de Castro (ass.), Sven Robert Will (ass.), Rômulo de Souza Costa (ass.), Anderson Fernandes Peixoto (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.), todos conselheiros titulares com direito a voto. Agustín David Bello-Conde Valdés (ass.), conselheiro suplente com direito a voto. Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Rio de Janeiro - RJ, 29 de janeiro de 2021. **Mesa: Leandro Martins Alves - Presidente; Margarida Costa - Secretária. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - NIRE: 333.0029479-6. Protocolo: 00-2021/072040-9. Data do protocolo: 18/03/2021. Certificado o Arquivamento em 25/03/2021 sob o nº 00004038878. Bernardo Feijó Sampaio Benvanger - Secretário Geral.**



**Oi S.A. – Em Recuperação Judicial**  
CNPJ/ME: 76.535.764/0001-43  
NIRE 33.3.0029520-8  
COMPANHIA ABERTA

**EDITAL DE CONVOCACÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

O Conselho de Administração da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial ("Companhia") convoca os Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOs"), a ser realizadas, cumulativamente, no dia 30 de abril de 2021, às 14h00, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Lavradio nº 71, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias:

**Em Assembleia Geral Ordinária:**

- (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020;
- (2) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020;
- (3) Fixar a verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia;
- (4) Eleger a chapa indicada pela administração da Companhia para composição do Conselho de Administração;
- (5) Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes;
- (6) Apresentar Plano de Investimento de Longo Prazo baseado em ações de emissão da Companhia para o Diretor Presidente.

**INSTRUÇÕES GERAIS:**

1. A documentação e as informações relativas às matérias que serão deliberadas na Assembleia estão à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, no "Manual para Participação e Proposta da Administração", na página de Relações com Investidores da Companhia ([www.oi.com.br/ri](http://www.oi.com.br/ri)), assim como no site da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) na forma da Instrução CVM 481/09 e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (<http://www.b3.com.br>).
2. Os titulares de ações preferenciais terão direito a voto em todas as matérias sujeitas à deliberação e constantes da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ora convocada, conforme parágrafo 3º do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia e parágrafo 1º do artigo 111 da Lei 6.404/76, e votarão sempre em conjunto com as ações ordinárias.
3. Os Acionistas interessados em requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração deverão cumprir com os requisitos legais e representar no mínimo 5% do capital votante, nos termos das Instruções CVM 165/91 e 282/99 (<http://www.b3.com.br>).

**Participação presencial**

4. Tendo em vista a Pandemia do Covid-19, a Oi contará com contingente mínimo de profissionais e adotará rígidas medidas sanitárias para preservar a saúde dos participantes e mitigar riscos de contágio. Tais medidas incluirão, dentre outras, a realização da AGO em um auditório amplo, adoção de protocolos de distanciamento social, disponibilização de máscaras descartáveis e álcool em gel.
5. Com vistas a conferir celeridade ao processo de cadastramento dos Acionistas presentes à Assembleia, aumentando, com isso, inclusive, a própria segurança de todos os seus participantes, solicita-se ao Acionista que desejar participar pessoalmente da Assembleia ou ser representado por procurador que encaminhe os seguintes documentos digitalizados em formato pdf até às 18h do dia 28 de abril de 2021 para o endereço eletrônico [invest@oi.net.br](mailto:invest@oi.net.br). Alternativamente, os documentos podem ser entregues na Rua Humberto de Campos nº 425, 5º andar, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro – RJ, das 9h às 12h e das 14h às 18h, até o dia 15.04.2021, aos cuidados da Agência Societária e M&A, ou os documentos digitalizados em formato pdf até às 18h da mesma data para o endereço eletrônico [invest@oi.net.br](mailto:invest@oi.net.br).
6. Quando pessoa jurídica: cópias do Instrumento de Constituição ou Estatuto Social ou Contrato Social, ata de eleição de Conselho de Administração (quando houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à AGO; (ii) quando Pessoa Física: cópias do documento de identidade e CPF do Acionista; e (iii) quando Fundo de Investimento: cópias do regulamento do fundo e cópia do Estatuto Social ou Contrato Social, ata de eleição de Conselho de Administração (quando houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à AGO; (iv) quando o Acionista for representado por procurador, deverá encaminhar juntamente com tais documentos o respectivo mandato, com poderes especiais, bem como as cópias do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprove(m) os poderes de representação, além do documento de identidade e CPF do procurador presente.
7. O Acionista participante de Custódia Fungível de Ações Nominativas das Bolsas de Valores que desejar participar desta Assembleia deverá apresentar extrato emitido com data de até 2 (dois) dias úteis antecedente à sua realização, contendo a respectiva participação acionária, fornecida pelo órgão custodiante.
8. Em caráter excepcional, a Oi não exigirá o cumprimento de formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, apostilamento e tradução juramentada da referida documentação.

**Votação à distância**


9. A Oi recomenda e incentiva seus acionistas a participarem desta AGO exercendo seu direito de voto nas deliberações constantes da Ordem do Dia por meio de Boletim de Voto à Distância ("BVD"), conforme disponibilizado pela Companhia no seu site de Relações com Investidores, bem como no site da CVM e da B3, juntamente com os demais documentos a serem discutidos na AGO, observadas as orientações constantes do BVD, em conformidade com a Instrução CVM nº 481/09, conforme alterada.
10. Os Acionistas poderão encaminhar seu BVD por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia.
11. Visando estimular essa forma de votação, os acionistas que optarem por remeter os BVDs diretamente à Companhia poderão fazê-lo enviando, até o dia 23 de abril de 2021, para o endereço eletrônico [invest@oi.net.br](mailto:invest@oi.net.br), vias digitalizadas em formato pdf do BVD (devidamente preenchido, rubricado e assinado) e dos documentos pertinentes, não sendo necessário o encaminhamento da via original (física) do BVD e dos documentos pertinentes. Também fica dispensado o reconhecimento das firmas em cartório, bem como a autenticação dos documentos.
12. A Oi confirmará o recebimento dos documentos, bem como comunicará ao acionista por meio do endereço de e-mail informado no BVD se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou renúncia, caso necessário.

**Participação Remota**

13. A Companhia disponibilizará meio de acesso remoto à AGO para que os acionistas possam acompanhar a reunião à distância, não sendo contudo permitida qualquer manifestação nem exercício do voto por meio do acesso remoto disponibilizado.
14. Os acionistas que desejarem acompanhar a AGO de forma remota deverão solicitar o acesso à Companhia, com antecedência mínima de 24h da realização da AGO (ou seja, até às 14:00h - horário de Brasília - do dia 29 de abril de 2021), por meio de e-mail com o seguinte assunto: "Acesso Remoto à AGO". O acesso será fornecido pela Companhia e o nome completo e CPF da pessoa física que irá acompanhar remotamente a AGO (acionista, procurador ou representante legal). Para que a solicitação seja atendida, o e-mail também deverá ser acompanhado dos documentos previstos no Manual de Participação dos Acionistas na AGO, divulgado nesta data, em formato PDF.
15. A Companhia confirmará o recebimento dos documentos acima e enviará e-mail aos acionistas que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima as respectivas instruções para o acompanhamento remoto da AGO.
16. O acompanhamento à distância da AGO destina-se exclusivamente aos acionistas da Oi ou seus representantes legais. O acesso será fornecido pela Companhia é intransferível e não poderá ser cedido, encaminhado ou divulgado a qualquer terceiro, acionista ou não. Os acionistas ou seus representantes legais que receberem o acesso também não estão autorizados a gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, o conteúdo ou qualquer informação transmitida durante a AGO.
17. Os acionistas que acompanharem a AGO remotamente não serão computados como presentes na AGO, salvo se tiverem exercido seu voto via Boletim de Voto à Distância.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2021.


**Elaeaz de Carvalho Filho**  
Presidente do Conselho de Administração



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20210098**

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20210098 de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de cabos de cobre e conexões, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), através do No 3352021, até o dia 20/04/2021, às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site [www.seplag.ce.gov.br](http://www.seplag.ce.gov.br). Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 26 de Março de 2021. CLARA DE ASSIS FALCÃO PEREIRA - PREGOIEIRA



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20210038**

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico no 20210038, de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de equipamentos de medição mecânica, compactadores e ferramentas. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), através do No 4202021, até o dia 20/04/2021, às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site [www.seplag.ce.gov.br](http://www.seplag.ce.gov.br). Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 26 de Março de 2021. RAIMUNDO VIEIRA COUTINHO - PREGOIEIRO



**YDUS PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ nº 08.807.432/0001-10  
NIRE 33.300.282.050 - Código de Registro nº 101-6

**Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - ser realizada em 24 de abril de 2021.** YDUS Participações S.A. ("Companhia"), nos termos do art. 124 da Lei 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e dos artigos 3º e 5º da Instrução CVM 481/2009 ("CVM 481"), vem, por meio deste edital, convocar a assembleia geral ordinária e extraordinária ("AGO"), a ser realizada, em caráter excepcional, no dia 24 de abril de 2021, às 14:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, na Av. Venezuela, nº 43, 6º andar, Bairro Saude, CEP 20081-311, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(a) Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) as demonstrações financeiras acompanhadas do relatório dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria e Finanças, referentes à AGO, exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (ii) o relatório de administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (iii) a proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (iv) a instalação do Conselho Fiscal; (v) a fixação do número de membros do Conselho Fiscal e a eleição dos membros do Conselho Fiscal; (vi) a fixação da remuneração global anual dos administradores e membros do Conselho Fiscal, se instalado, para o exercício social de 2021. **(b) Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) alterações no Capítulo II do Estatuto Social, com ajustes nos artigos 6º e 7º; (ii) alterações no Capítulo III do Estatuto Social, com ajustes nos artigos 8º e 12º; (iii) alterações no Capítulo IV do Estatuto Social, com ajustes nos artigos 15, 16 e 18; (iv) alterações no Capítulo VI do Estatuto Social, com ajustes nos artigos 21 e 22; (v) alterações no Capítulo VII do Estatuto Social, com ajustes nos artigos 26 e 27; (vi) alterações no Capítulo XI do Estatuto Social, com ajustes no artigo 38; e (vii) consolidação do Estatuto Social. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., e, de acordo com o art. 126 do Estatuto Social, para participar da AGO os acionistas ou seus representantes deverão apresentar extrato atualizado de sua posição acionária, fornecida pelo órgão custodiante, bem como as cópias das atas e documentos necessários para a realização da AGO, em até 2 (dois) dias úteis antecedente à data da AGO, por meio do endereço eletrônico [juridico.societario@ydus.com.br](mailto:juridico.societario@ydus.com.br), cópias dos seguintes documentos: (i) documento de identidade válido com foto; (ii) conforme o caso, instrumento de mandato e/ou documentos que comprove(m) os poderes do representante da AGO ou do representante de poderes bastantes. No caso de Fundo de Investimento, além do documento de identidade com foto do representante legal, deverá ser apresentadas cópias (i) do estatuto social ou do contrato social atualizado; (ii) do ato que investe o representante de poderes bastantes. No caso de Fundo de Investimento, além do documento de identidade com foto do representante legal, deverá ser apresentadas cópias (i) do último regulamento consolidado do fundo; (ii) do estatuto ou contrato social do seu administrador, bem como (iii) dos documentos societários que comprove(m) os poderes de representação. Para as pessoas jurídicas acionistas da Companhia, o representante da Companhia, por sua vez, poderá ser o representante legal ou o representante de poderes bastantes, por meio de seus representantes legais ou por meio de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado, conforme orientação do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Finanças, e a Companhia não excluirá o representante da AGO apresentados por seus acionistas ou representantes. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na AGO encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no site da Companhia (<https://www.ydus.com.br/>), e foram enviados à CVM (<http://www.cvm.gov.br/cvm>) e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>), Rio de Janeiro, 30 de março de 2021. Juan Pablo Zucchini - Presidente do Conselho de Administração.







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

PROTOCOLO REDESIM  
RJN2126850685

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação) OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 76.535.764/0001-43
--	---

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

Quadro de Sócios e Administradores - QSA

Número de Controle: RJ67792415 - 76535764000143

03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME CAMILLE LOYO FARIA	CPF 016.748.137-16
LOCAL	DATA 13/05/2021

04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 76.535.764/0001-43

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018



IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA OI SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL, NIRE 33.3.0029520-8, PROTOCOLO 00-2021/127370-8, ARQUIVADO EM 19/05/2021, SOB O NÚMERO (S) 00004069995, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
 078.092.467-39	DANIELLA GESZIKTER VENTURA



19 de maio de 2021.



Bernardo Feijó Sampaio Berwanger  
Secretário Geral